



ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 2.275, de 22 de novembro de 2018

Altera a legislação que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração para os profissionais do quadro do magistério público municipal de Toledo.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei altera a legislação que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração para os profissionais do quadro do magistério público municipal de Toledo.

Art. 2º – O Anexo I da Lei nº 2.074, de 14 de outubro de 2011, com as modificações posteriormente procedidas, passa a vigorar com as alterações constantes do que acompanha este diploma legal.

§ 1º – As alterações procedidas no Anexo a que se refere o **caput** deste artigo implicam, no Grupo Ocupacional B-8:
I – a criação de mais vinte cargos de provimento efetivo de Professor II T20;
II – alterações na formação/escolaridade exigida para o exercício do cargo de Professor II T20, para atuação nas seguintes funções:

- a) de Professor Bilíngue para o Ensino de Libras;
- b) de Professor Bilíngue de Apoio;
- c) de Professor Bilíngue para o Atendimento Educacional Especializado – Surdez (AEE-Surdez).

§ 2º – As atividades específicas a serem desempenhadas pelo Professor II T20 que atuar em funções relacionadas a Libras, são as seguintes:

- I – Professor Bilíngue de Apoio:
 - a) realizar intermediações e inferências, prestar auxílios e demais atividades habituais, face à sua atuação direta com o professor regente na busca por meios diferenciados de ensino para que o aluno surdo e/ou deficiente auditivo possa ser favorecido com uma aprendizagem pensada, elaborada para este fim;
 - b) intermediar a comunicação entre surdo(s) e/ou deficientes auditivos e ouvintes;
 - c) fazer com que as relações comunicativas e de ensino com alunos surdos e/ou deficientes auditivos e ouvintes em sala de aula aconteçam da melhor maneira possível;
 - d) participar ativamente no planejamento das disciplinas;
 - e) preparar o material e as adequações necessárias à intermediação.
- II – Professor Bilíngue para o Atendimento Educacional Especializado – Surdez (AEE-Surdez):
 - a) ensinar a Língua Brasileira de Sinais (Libras);
 - b) ensinar em Libras os conteúdos das disciplinas da parte comum e diversificada em que o aluno apresentar dificuldades significativas de aprendizagem;
 - c) praticar conversação com os alunos, oportunizando momentos individuais somente com o professor que presta o atendimento (AEE-Surdez) e outros em grupos, para que os alunos com deficiência auditiva e/ou surdez se comuniquem entre si e com o professor do AEE-Surdez.
- III – Professor Bilíngue para o Ensino de Libras:
 - a) ensinar a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como disciplina a ser ministrada a todas as turmas da escola;
 - b) viabilizar a prática da conversação mediante a utilização da Libras.

§ 3º – O Professor II T20 que for admitido em Concurso Público para o desempenho do cargo em qualquer das funções especificadas nos incisos do parágrafo anterior, em não havendo mais demanda para atuação naquelas funções, deverá passar a exercer as demais atividades e atribuições gerais inerentes ao cargo de Professor II T20.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 22 de novembro de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MOACIR NEODI VANZZO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 2

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

GRUPO OCUP.	CLASSE	JORNADA DE TRABALHO	ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO	Nº DE CARGOS

B-8	Professor II T20	...	<p>... Escolaridade/habilitação adicional: O Professor II T20 que atuar em funções relacionadas a LIBRAS, deverá possuir, além da escolaridade/habilitação exigida para o cargo de Professor II T20, a seguinte formação adicional:</p> <p>a) para atuação como Professor Bilingue de Apoio:</p> <p>- <u>Formação adicional exigida:</u> Licenciatura em Letras Língua Portuguesa/Libras, ou Proficiência em Libras.</p> <p>b) para atuação como Professor Bilingue para o Ensino de Libras:</p> <p>- <u>Formação adicional exigida:</u> Licenciatura em Letras Língua Portuguesa/Libras ou Proficiência em Libras.</p> <p>c) para atuação como Professor Bilingue para o Atendimento Educacional Especializado – Surdez (AEE-Surdez):</p> <p>- <u>Formação adicional exigida:</u> Licenciatura em Letras Língua Portuguesa/Libras, ou Proficiência em Libras, mais Especialização em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.</p>	748

TOTAL				1.500



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 3

DECRETO Nº 439, de 22 de novembro de 2018

Altera o Decreto nº 712/2015, que designou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMPCD), de Toledo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei nº 2.072, de 16 de setembro de 2011,

considerando o contido no Ofício nº 371/2018-SHU, de 28 de outubro de 2018, da Secretaria de Habitação e Urbanismo do Município,

DECRETA:

Art. 1º – O artigo 1º do Decreto nº 712, de 24 de setembro de 2015, que designou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMPCD) de Toledo, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 1º** – ...

...

VIII – representantes da Secretaria de Habitação e Urbanismo: Titular: Débora Cristina Kliemann; Suplente: Marco Antonio Bottega;

...”

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 22 de novembro de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

DECRETO Nº 440, de 22 de novembro de 2018

Altera o Decreto nº 130/2017, que nomeou os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Acompanhamento do Plano Diretor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei nº 1.979, de 30 de maio de 2008, com a alteração procedida pela Lei nº 2.192, de 28 de abril de 2015,

considerando o contido no Pedido de Providências nº 176/2018, desta data, da Secretaria de Habitação e Urbanismo do Município,

DECRETA:

Art. 1º – O Decreto nº 130, de 8 de junho de

2017, que nomeou os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Acompanhamento do Plano Diretor, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 1º** – ...

...

VIII – Rafael da Silva Schiavinato, representante da Secretaria de Habitação e Urbanismo; Suplente: Débora Cristina Kliemann; ...”

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 22 de novembro de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

PORTARIA Nº 484, de 23 de novembro de 2018

Exonera, a pedido, **Cristiano Dall’Oglio da Rocha** do cargo em comissão de Secretário do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, de Inovação e Turismo do Município de Toledo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõem o inciso I do artigo 55 da Lei Orgânica do Município e o inciso II do artigo 45 da Lei nº 1.822/1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

considerando a solicitação contida no Requerimento protocolizado na Municipalidade sob nº 51.969, de 16 de novembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado, a pedido, **Cristiano Dall’Oglio da Rocha** do cargo em comissão de Secretário do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, de Inovação e Turismo do Município de Toledo, a contar de **27 de novembro de 2018**.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 23 de novembro de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 4

COMUNICADO DE REPASSE FEDERAL

Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, **NOTIFICAMOS** os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município de Toledo, a liberação das importâncias abaixo mencionadas, conforme contido em seu Art. 2º:

Ministério da Fazenda	Cota-Parte Do Fundo De Participação Dos Municípios - Cota Mensal	09/11/2018	2.560.577,48
Ministério da Fazenda	Cota-Parte Do Imposto Sobre A Propriedade Territorial Rural	09/11/2018	74.552,85
Fundo Nacional de Saúde	Bloco De Custeio Das Ações E Serviços Públicos De Saúde	12/11/2018	14.141,70
Caixa Econômica Federal	Termo de Cooperação Caixa Parceira Prestação de Serviços	13/11/2018	49.358,90
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Bloco Financiamento Gestão do SUAS	16/11/2018	7.621,54
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Piso Fixo Média Complexidade - CREAS	16/11/2018	59.100,00
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Piso de Alta Complexidade	16/11/2018	75.000,00
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Piso Fixo Média Complexidade - Deficiente	16/11/2018	41.198,94
Fundo Nacional da Educação – FNDE	Transferências do Programa Dinheiro Direto na Escola	19/11/2018	1.480,00
Ministério da Fazenda	Cota-Parte Da Compensação Financeira De Recursos Minerais	19/11/2018	7.907,60
Fundo Nacional de Saúde	Bloco De Custeio Das Ações E Serviços Públicos De Saúde	20/11/2018	49.128,30
Ministério da Fazenda	Cota-Parte Do Fundo De Participação Dos Municípios - Cota Mensal	20/11/2018	517.098,64
Fundo Nacional da Educação – FNDE	Transferências do Salário Educação	20/11/2018	566.613,66
Ministério da Fazenda	Cota-Parte Do Imposto Sobre A Propriedade Territorial Rural	20/11/2018	5.200,68
BALNEI LORENÇO ROTTA - SECRETARIA DA FAZENDA E CAPTAÇÃO DE RECURSOS			



ATOS DO PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO FINAL

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO 01/2018 (Portaria nº 53, de 8 de maio de 2018)

Para apurar denúncias apresentadas pela Auditoria instalada pela Portaria nº 529, de 2017, para verificar a execução do contrato e aditivos da Construção do Hospital Regional.

1 RELATÓRIO

1.1 A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, FUNDAMENTOS LEGAIS, PODERES E LIMITES

Por iniciativa dos Vereadores Janice Salvador, Ademar Dorfschmidt, Airton Savello, Antonio Zoio, Corazza Neto, Edmundo Fernandes, Gabriel Baierle, Genivaldo Paes, Leandro Moura, Marcos Zanetti, Marli do Esporte, Pedro Varela, Renato Reimann, Vagner Delábio, Valtencir Careca e Walmor Lodi foi protocolado nesta Casa de Leis, em 25 de abril de 2018, o Requerimento nº 81/2018, lido e despachado em 30 de abril de 2018, que solicita a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade específica de investigar as denúncias apresentadas pela Auditoria instalada pela Portaria nº 529, de 2017, para verificar a execução do contrato e aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo e questões decorrentes dessa verificação.

A iniciativa para instalação da Comissão de Inquérito Parlamentar emanou do Gabinete da Vereadora Janice Salvador, e, apoiada pela maioria absoluta dos membros do Parlamento, constituiu-se na expressão concreta e efetiva do exercício do poder de investigação que compete à Câmara Municipal.

Seguindo as exigências constitucionais, formulou-se o requerimento de criação da CPI, relacionando:

- Fato determinado: apurar denúncias apresentadas pela Auditoria instalada pela Portaria nº 529, de 2017, para verificar a execução do contrato e aditivos da Construção do Hospital Regional de Toledo;
- Prazo certo, estabelecido conforme Portaria nº 53, de 8 de maio de 2018, da presidência, em 120 (cento e vinte) dias para a realização dos trabalhos propostos, podendo ser prorrogado;
- Número de Vereadores, estabelecido em cinco membros.

Em 08 de maio de 2018, o Presidente da Câmara Municipal de Toledo expediu a Portaria nº 53, criando a Comissão Parlamentar de Inquérito solicitada, com fundamento legal no Regimento Interno da Casa, em seu artigo 77 e amparado na Lei Orgânica, que respectivamente dispõem:

Art. 77 - A Câmara Municipal, a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, instituirá comissão parlamentar de inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º - Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem jurídica, econômica e social do Município que:

I - demande investigação, elucidação e fiscalização;

II - estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da comissão.

§ 2º - Recebido o requerimento, do qual constarão o fato determinado e as provas que o sustentam, o Presidente o mandará a publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais, devolvendo-o ao autor se não satisfizer as exigências, cabendo da decisão recurso para o Plenário, no prazo de 3 (três) dias, ouvida a Comissão de Legislação e Redação.

§ 3º - A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de 120 (cento e vinte dias), prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º - Não será criada comissão parlamentar de inquérito enquanto estiverem funcionando pelo menos outras 2 (duas) na Câmara, salvo mediante projeto de resolução com o mesmo quórum de apresentação previsto no caput deste artigo.

§ 5º - A comissão parlamentar de inquérito terá sua composição na forma do artigo 61.

§ 6º - Do ato de criação, constarão a provisão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da comissão, incumbindo à Mesa e à diretoria-geral o atendimento preferencial das providências que a comissão solicitar.



Art. 17 - É da competência exclusiva da Câmara Municipal de Toledo:

...

V - criar comissões parlamentares de inquérito, sobre fato específico, e processantes, na forma do regimento interno. □

No que diz respeito às comissões parlamentares de inquérito, conforme consta da Constituição Federal, estas terão poderes de investigação das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno; serão criadas mediante requerimento de um terço dos seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores.

É fato que a Comissão Parlamentar de Inquérito possui poderes de instrução próprios das autoridades judiciais, mas não tem poder para processar e julgar responsáveis por irregularidades porventura identificadas em suas investigações.

Assim, detectada a ocorrência de atos ilícitos, não poderá agir de outra maneira senão encaminhar suas conclusões aos legitimados legais para adoção das providências cabíveis.

1.2 OBJETIVOS DA CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito teve os seguintes objetivos, guardando fidelidade ao enunciado do próprio texto constitucional e regimental:

I - A investigação dos fatos determinados, arrolados no requerimento de sua criação, pois se circunscreve à apuração de denúncias apresentadas pela Auditoria instalada pela Portaria nº 529, de 2017, para verificar a execução do contrato e aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo;

II - A realização de diligências e apurações de supostas ilicitudes que porventura possam ter acontecido;

III - Para a consecução desses objetivos, a Comissão atuou, basicamente, por meio dos seguintes instrumentos:

- a) Tomada de depoimentos no Plenário da Comissão;
- b) Exame de informações complementares, de documentos e relatório;
- c) Visitas "in loco".

1.3 O FATO DETERMINADO

Pelo requerimento inicial nº 81/2018, os autores solicitam a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - para apurar denúncias apresentadas pela Auditoria instalada pela Portaria nº 529, de 2017, para verificar a execução do contrato e aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo.

Em dito requerimento, afirmam que □ Conforme veiculado pela imprensa local e regional, a Auditoria encontrou irregularidades na ordem de R\$ 1.632.642,91. Desse montante total, R\$ 1.103.130,78 referem-se às instalações elétricas e R\$ 529.512,13 aos demais serviços estruturais. Consta do requerimento, também, que, das irregularidades da parte elétrica, R\$ 484.900,94 foram pagos, mas não foram executados e R\$ 618.229,84, embora pagos, foram executados em desconformidade; das irregularidades dos demais serviços, R\$ 250.510,22 foram pagos, no entanto, não foram executados e R\$ 279.001,91 foram pagos, mas executados em desconformidade. O requerimento em questão aponta também que a cabine de medição e proteção foi avaliada e reprovada pela Copel devido às inúmeras desconformidades, material de baixa qualidade e não ser possível fazer o aterramento sem quebrar a calçada. Falta a passagem de diversos cabos, faltam quadros elétricos, painéis, disjuntores, postes, que foram pagos. Aponta-se, ainda, que materiais instalados têm espessuras e diâmetros diferentes do material pago e outros apresentam qualidade divergente considerando-se o contratado e o pago. As lâmpadas instaladas no Hospital regional são 127v e o Hospital opera em tensão 220\380 volts. As portas das enfermarias têm dimensão inferior à prevista no projeto; para a instalação do aparelho de ar condicionado central nas áreas críticas será necessário quebrar o forro de gesso e refazer posteriormente. A conclusão acerca das instalações elétricas aponta que a obra ignorou completamente os projetos, e não é possível garantir a segurança dos equipamentos e dos pacientes □.

Aliás, constam do dito Requerimento Ofício nº 067, de 22 de março de 2018, da Secretaria de Planejamento Estratégico, direcionado ao Senhor Prefeito Lúcio de Marchi, encaminhando o Relatório Final da Comissão instituída pela Portaria nº 529, de 08 de novembro de 2017, para proceder à Auditoria da execução do contrato e aditivos da construção do Hospital Regional. Está anexo ao requerimento, também, a referida Portaria e o Relatório Técnico.



O Relatório Técnico apresenta como introdução o que segue: A Comissão Técnica instituída pela Portaria nº 529, de 08 de novembro de 2017, para proceder à Auditoria da execução do contrato e aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo, no uso de suas atribuições, apresenta a seguir o seu Parecer Técnico.

DADOS DA OBRA:

Nome: Hospital Regional de Toledo

Endereço: Rua União, 368, Toledo-Pr

Empresa Executora: Endeal Engenharia e Construções Ltda CNPJ 03.430.585/0001-78

Contrato: nº360 2012

Área: 8.878,74m

Engenheiro Fiscal: José Carlos de Jesus CREA-PR 8952/D

Engenheiro Executor: Nalmir Fontana Felder - CREA-PR 13055/D

METODOLOGIA

Basicamente foram confrontados os serviços executados *in loco* com os projetos técnicos com as planilhas de medições dos serviços inicialmente contratados e dos serviços contratados através de aditivos.

Para averiguação dos serviços executados *in loco* foram realizadas inspeções visuais, sem o auxílio de equipamentos e/ou instrumentos específicos. Os itens encerrados e/ou embutidos não foram objeto de inspeção, devido à impossibilidade de visualização.

Após estas inspeções, procedeu-se à confrontação destes serviços com os projetos técnicos e planilhas de medições, sendo verificados os seguintes aspectos:

- verificação da efetividade da execução;
- verificação da especificação do serviço;
- verificação da qualidade da execução.

Os serviços que apresentaram alguma incompatibilidade com algum dos itens acima foram identificados em uma planilha, sendo nesta demonstrada qual a inconformidade averiguada e qual o respectivo valor pago por este serviço.

Este relatório se limita a apontar divergências encontradas entre os documentos já listados e o atendimento às Normas Técnicas. Não tem como objetivo apresentar soluções e custos para adequar a obra ao projeto.

Os resultados desse confrontamento de informações são estabelecidos em 02 grupos: Instalações Elétricas e Demais Serviços.

Os documentos mencionados encontram-se anexos ao requerimento inicial de pedido da instauração desta CPI e determinam o fato a ser apurado pela CPI.

1.4 RESUMO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO

Na primeira semana de trabalho, os membros da CPI, além da escolha do presidente, vice-presidente e relator, aprovaram o Ato nº 01, de 30 de maio de 2018, que disciplinou o funcionamento da CPI: Estabelece o procedimento interno para regular funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 01/2018 para apurar denúncias apresentadas pela Auditoria instalada pela Portaria nº 529, de 2017, para verificar a execução do contrato e aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo. Nesta reunião, inicialmente presidida pelo vereador Ademar Dorschmidt, procedeu-se à eleição do presidente e vice-presidente, respectivamente, vereadores Walmor Lodi e Gabriel Baierle. Após assumir a presidência, Walmor Lodi indicou a vereadora Janice Salvador como relatora da CPI. Decidiu-se também que as reuniões da CPI serão realizadas no Plenário da Câmara.

1.4.1 REQUERIMENTOS

Apenas na reunião de 13 de junho de 2018, foram aprovados requerimentos, que se sucederam na sequência das reuniões conforme segue:

- Ademar Dorschmidt requerendo a oitiva de Thiago Stefanello.
- Janice Salvador requerendo documentação relativa à composição da Comissão de Auditoria; relatório produzido pela Auditoria; cópia dos projetos licitados do HR; cópia dos contratos assinados; cópia dos



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 8

aditivos; cópia dos convênios firmados com o governo estadual e federal em benefício do HR; cópia dos atos que designaram os fiscais do HR; cópia do posicionamento da empresa frente à Auditoria; cópia do Termo de Recebimento da obra.

- Janice Salvador requerendo organização de visita ao HR acompanhada pela Comissão de Auditoria.
- Janice Salvador requerendo a oitava dos fiscais da obra do HR.
- Janice Salvador requerendo, junto aos veículos de comunicação impressa, as matérias veiculadas sobre o HR.
- Gabriel Baierle requerendo alteração do Ato nº 01/CPI, de 30 de maio de 2018.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a oitava de André Luiz Flores Refosco.
- Gabriel Baierle requerendo a contratação de auditoria independente para verificar a execução do contrato e aditivos da construção do HR.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a oitava de Douglas Sinclair.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a oitava de Silmara Fancher.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a oitava de Nalmir Fontana Feder.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a Ruth Winterhorn que acompanhe os trabalhos da CPI.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a Solange da Silva para que acompanhe os trabalhos da CPI.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a Patrícia Juliane Ribeiro Zatt Kanamuro acompanhe os trabalhos da CPI.
- Janice Salvador requerendo a oitava de Denise Liell.
- Janice Salvador requerendo o Relatório da EBSERH, Termos de Ocorrência da Copel, Sanepar e Corpo de Bombeiros; Relatório da Secretaria de Planejamento; Relatório da Secretaria de Habitação e Urbanismo; Termo de Notificação à Empresa; Protocolo de Intenções com a EBSERH.
- Janice Salvador requerendo a convocação de João Vianeí Crespão.
- Janice Salvador requerendo informações acerca do processo administrativo envolvendo o Senhor José Carlos de Jesus.
- Ademar Dorfschmidt requerendo o reagendamento da oitava dos representantes da Endeal Engenharia.
- Ademar Dorfschmidt requerendo notificações feitas para a Endeal Engenharia das possíveis irregularidades no HR.
- Janice Salvador requerendo registros de ocorrência havidas no HR.
- Ademar Dorfschmidt requerendo convocação dos Guardas Municipais Roni Alvarenga de Mello Padilha e Moisés Bayer.
- Janice Salvador requerendo convocação da Comissão de Auditoria: João Francisco Tonsic, Márcio André Wathier, Vagner Fernandes Quinquioló e Leandro Marcelo Ludvig.
- Ademar Dorfschmidt requerendo convocação da Comissão de Auditoria: João Francisco Tonsic, Márcio André Wathier, Vagner Fernandes Quinquioló e Leandro Marcelo Ludvig.
- Ademar Dorfschmidt requerendo convocação de Carlos Eduardo Marchesi.
- Gabriel Baierle requerendo convocação de Evaldo Mensch.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 9

- Gabriel Baierle requerendo convocação de Maísa Kuhn Fazzolari.
- Janice Salvador requerendo convocação dos Guardas Claudemir da Silva Oliveira e Alexandre Biggi Delfim Pelicoli.
- Janice Salvador requerendo encaminhamento de ofícios aos senhores Nalmir Fontana Feder e Douglas Sincler Canesin da Silva para que informem o nome, endereços e telefone dos funcionários da Endeal citados no Boletim de Ocorrência nº 855846, de 18 de agosto de 2018.
- Janice Salvador requerendo encaminhamento de ofício ao senhor Nalmir Fontana Feder, Diretor Técnico da Endeal Engenharia para que identifique, por escrito, o nome das pessoas que compuseram a equipe multidisciplinar mencionada por ele em sua oitava realizada em 08 de agosto de 2018. Solicita, ainda, que informe, também, se o mencionado atestado do Tribunal de Contas da União e Ministério da Saúde foi registrado em documento específico e, se foi, que seja encaminhado cópia à CPI.
- Gabriel Baierle requerendo solicitação de documentos referentes ao parcelamento de R\$ 2,5 mi em 12 vezes pela Prefeitura de Toledo.
- Janice Salvador requerendo encaminhamento de ofício ao Chefe do Executivo Municipal solicitando cópia dos seguintes documentos relacionados ao HR: laudos da Sanepar; laudos do Corpo de Bombeiros; Laudos da energia elétrica instalada pela Copel; Habite-se; Portaria do Fiscal designado pela Municipalidade.
- Janice Salvador requerendo encaminhamento de ofício ao Vereador Membro da CPI Ademar Dorfschmidt para que repasse documento que afirmou existir em seu pronunciamento na 11ª reunião da CPI, realizada no dia 22 de agosto, segundo o qual a empresa ENDEAL diz que em qualquer momento a Empresa Endeal se dispõe em colocar as placas coletores solares, porque se fossem colocadas naquele momento elas teriam danificações. .
- Toda comissão (Gabriel Baierle, Antônio Zóio, Janice Salvador, Walmor Lodi e Ademar Dorfschmidt) requerendo convocação de José Carlos Cavalari.
- Janice Salvador requerendo solicitação dos relatórios produzidos pelas comissões instituídas: Portaria nº 307, de 2 de outubro de 2015, que *Constitui Comissão de Análise Técnica para verificar os serviços realizados e materiais empregados na execução das obras do Hospital Regional de Toledo* e Portaria nº 338, de 27 de outubro de 2015, que *Constitui Comissão para apurar valores líquidos devidos à empresa executora das obras do Hospital Regional de Toledo, em razão de supressões e acréscimos* .
- Janice Salvador requerendo da empresa Inviolável Toledo, informações e registros acerca de ocorrências havidas no HR.
- Janice Salvador requerendo convocação de Mauro Nestor Huppes.
- Janice Salvador requerendo convocação de Tiago Augusto Jordão Pigozzo.
- Janice Salvador requerendo convocação de Wolnei Olivo.
- Janice Salvador requerendo encaminhamento de ofício ao Chefe do Executivo Municipal, solicitando que se esclareça quais são as exigências legais para emissão do **Habite-se** relativo a prédio público, que se informe e encaminhe documentos comprobatórios do cumprimento dessas exigências legais, que se informe acerca das exigências a serem cumpridas pela empresa para que seja efetivado pagamento relativo à última medição, que informe quando se procedeu ao último pagamento à Empresa Endeal e o respectivo valor, que encaminhe cópia do diário de obras em que se menciona a instalação de placas solares.
- Ademar Dorfschmidt requerendo convocação de José Carlos Schiavinato e Nalmir Fontana Feder para acareação em relação aos projetos licitados do HR.

1.4.2 OITIVAS

Com base nos requerimentos, foram emitidas vinte convocações de comparecimento, que resultaram nas respectivas oitivas:



- Thiago Stefanello;
- André Luiz Flores Refosco;
- Douglas Sinclair Canesin da Silva;
- Silmara Fancher;
- Nalmir Fontana Feder;
- Denise Liell;
- João Vianeí Crespão;
- Evaldo Mensch;
- Márcio André Wathier;
- Máisa Carmen Kuhn Fazzolari;
- Carlos Eduardo Marchesi;
- Vagner Fernandes Quinquilo;
- Leandro Marcelo Ludvig;
- Roni Alvarenga de Mello Padilha;
- Moises Bayer
- Claudemir da Silva Oliveira;
- Alexandre Biggi Delfim Pelicioli;
- José Carlos Cavalari;
- Wolnei Olivo;
- Mauro Nestor Huppes

1.4.3 DOCUMENTOS

Estão, também, anexados vários documentos cuja sequência no processo demonstra o desenvolvimento dos trabalhos da CPI:

- Relatório da Comissão designada para proceder à auditoria do Contrato e Aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo.
- Portaria nº 529, de 8 de novembro de 2017, que designou Comissão para proceder à auditoria da execução do Contrato e Aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo.
- Notícias veiculadas pela imprensa local e regional.
- Publicação do Requerimento nº 81/2018, no Órgão Oficial do dia 04 de maio de 2018.
- Ofícios e respectivos protocolos aos líderes de bancada para indicação de membro para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito.
- Ofícios de indicação dos membros das bancadas para composição da Comissão.
- Portaria nº 53, de 8 de maio de 2018, que designa Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias apresentadas pela Auditoria instalada pela Portaria nº 529, de 2017, para verificar a execução do contrato e aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo.
- Ato nº 01/CPI, de 30 de maio de 2018, que estabelece o procedimento interno para regular funcionamento da CPI nº 01/2018.
- Atas das reuniões realizadas pela CPI.
- Requerimentos solicitando as oitivas.
- Ofícios que versam sobre o pedido e respectivo indeferimento de contratação de empresa de auditoria independente para verificar a execução do contrato e aditivos da construção do HR por parte da mesa.
- Ofício 382/2018 □ 2PJ e Termo de Ajustamento de Conduta.
- Parecer Jurídico nº 140.2018, que fundamenta o indeferimento da Contratação de Auditoria para auxiliar os trabalhos da CPI.
- Termos de Depoimento de todas as oitivas.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 11

- Solicitação de reagendamento da oitiva dos representantes da Endeal Engenharia por eles encaminhada à Comissão.
- Solicitação de reagendamento da oitiva dos representantes da Endeal Engenharia formulada pelo vereador Ademar.
- Solicitação de informações acerca do processo administrativo envolvendo o senhor José Carlos de Jesus.
- Ofício ao Executivo Municipal solicitando documentos e relatórios produzidos em relação à obra do HR.
- Solicitação de Boletins de Ocorrências relativos ao HR.
- Solicitação da oitiva de Roni Alvarenga de Mello Padilha e Moisés Bayer.
- Ofício ao delegado Chefe da 20ª SDP para fornecimento de Boletins de Ocorrência relativos ao HR.
- Ofício da Secretaria de Segurança e Trânsito, com cópia do registro no livro de ocorrências da Guarda Municipal.
- Ofício da Secretaria de Administração com boletins de ocorrência e registros da GM relativos ao HR.
- Correspondência da Endeal (15/03/16) informando a Prefeitura acerca do roubo de cabos de cobre e solicitando aditivo de prazo, com fotos, cotação de preços e boletim de ocorrências (BO) anexos.
- Ofício da Assessoria de Governo e Relações Institucionais para o Delegado da 20ª SDP solicitando os boletins de ocorrências relativos ao HR.
- Boletim de Ocorrência de 18/08/2016.
- Requerimentos para oitiva da Comissão de Auditoria.
- Requerimento para oitiva de Carlos Eduardo Marquesi.
- Requerimento para oitiva de Evaldo Mensch.
- Requerimento para oitiva de Máisa Carmen Kuhn Fazzolari.
- Requerimento para oitiva de Claudemir da Silva Oliveira e Alexandre Biggi Delfim Pelicioli.
- Solicitação à Endeal de informação acerca dos funcionários da empresa citados nos registros da Guarda Municipal.
- Solicitação à Endeal que mencione os nomes da equipe multidisciplinar citada na oitiva responsável e fornecimento do atestado de que a obra ficou 206 m² maior do que o projetado.
- Ofício da 20ª SDP com cópia de Bo de 09/01/18, 18/08/16 e 14/03/16.
- Requerimento de cópia do laudo da Sanepar, Corpo de Bombeiros, fiscal, Copel e do Habite-se em relação ao HR.
- Requerimento ao vereador Ademar para que repasse cópia de documento mencionado acerca das placas solares e portas do HR.
- Reagendamento da oitiva de Carlos Eduardo Marchesi.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 12

- Carta de Repúdio ao vereador Ademar.
- Ofício do SerToledo solicitando adiamento da oitiva de Vagner Fernandes Quinquilo.
- Requerimento para fornecimento dos relatórios produzidos por comissões técnicas: Portaria nº 307, de 2 de outubro de 2015, que *□ Constitui Comissão de Análise Técnica para verificar os serviços realizados e materiais empregados na execução das obras do Hospital Regional de Toledo□*, e Portaria nº 338, de 27 de outubro de 2015, que *□ Constitui Comissão para apurar valores líquidos devidos à empresa executora das obras do Hospital Regional de Toledo, em razão de supressões e acréscimos□*.
- Requerimento à Inviolável Toledo.
- Requerimento para oitiva de Mauro Nestor Huppés.
- Requerimento para oitiva de Tiago Augusto Jordão Pigozzo.
- Requerimento para oitiva de Wolnei Olivo.
- Requerimento para oitiva de José Carlos Schiavinato.
- Requerimento acerca das exigências legais a serem cumpridas para emissão de alvará, se houve cumprimento dessas exigências por parte da Endeal, sobre o pagamento da última parcela à Endeal e cópia do diário de obras em que se menciona a instalação das placas solares.
- Convocação de José Carlos Cavalari.
- Convocação de Mauro Nestor Huppés.
- Convocação de Wolnei Olivo.
- Ofício do Prefeito encaminhando a documentação solicitada acerca dos pagamentos relativos à obra do HR e reequilíbrio financeiro.
- Ofício do Executivo com os documentos relativos aos laudos solicitados.
- Relatório de inconformidades produzido pela Cavalari Engenharia Elétrica Ltda.
- CD fornecido pela Inviolável.
- Ofício do Executivo, com as portarias das Comissões Técnicas instituídas e respectivos relatórios.
- Solicitação de prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da CPI.
- Correspondência do Executivo informando as exigências necessárias ao pagamento da última medição da obra pública, o cumprimento ou não dessas exigências por parte da Endeal e quando se procedeu ao último pagamento à construtora.
- Correspondência do Executivo informando as exigências a serem cumpridas para expedição do Habite-se.
- Cópia das páginas do diário de obras do HR relativas à instalação das placas e sistema de aquecimento solar de águas (29/01/14), (31/01/14), (19/02/14), (12/03/14), (13/03/14).
- Projetos elétricos entregues à relatora por José Carlos Cavalari em respeito à solicitação feita pela vereadora durante a oitiva do engenheiro à CPI, bem como o termo de aprovação do projeto elétrico do HR (27/12/2012).
- Convocatória do Engenheiro José Carlos de Jesus e a correspondente solicitação de adiamento da oitiva e atestados.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 13

- Convocatória do Engenheiro José Carlos de Jesus e novo pedido de adiamento acompanhado dos atestados e Quesito para Perícia Médica.
- Registro de Empregado dos funcionários que estavam no HR no dia 18/08/2016, conforme consta no registro da Guarda Municipal.

A partir desses requerimentos, deu-se início às oitivas e à análise documental.

Foram realizadas 15 (quinze) reuniões pela CPI e realizadas 20 (vinte) oitivas. Os requerimentos também viabilizaram o acesso da CPI a inúmeros documentos. Na reunião de 26 de outubro, com a presença dos componentes da CPI Walmor Lodi, Janice Salvador, Antônio Zoio e Gabriel Baierle, seria ouvido o fiscal da obra do Hospital Regional, José Carlos de Jesus, cuja oitiva já havia sido marcada para 17 de outubro, às 9 horas, conforme se pode verificar à folha 405 do processo, mas ele solicitou novo adiamento de sua presença à Comissão Parlamentar de Inquérito (folha 411), justificado por atestados e quesitos para Perícia Médica (folhas 412 a 415). Ao se comparar a data de término do atestado apresentado e o prazo final para que a CPI apresente relatório e conclua suas atividades, verificou-se a impossibilidade de agendamento de nova data em razão de o prazo final para conclusão dos trabalhos da CPI 26 de novembro ser inferior ao período de atestado 04 de dezembro do servidor. Sendo assim, definiu-se que o relatório da CPI deverá ser apresentado em 21 de novembro de 2018, em reunião final da CPI, no Plenário da Câmara, às 9 horas.

1.5. APURAÇÃO DOS FATOS

Há no processo que acompanha o Requerimento nº 81/2018, em que se solicita a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI a fim de APURAR DENÚNCIAS APRESENTADAS PELA AUDITORIA INSTALADA PELA PORTARIA Nº 529, DE 2017, o ofício nº 067/2018-SMPE, de 22 de março de 2018, a Portaria nº 529, de 8 de novembro de 2017, que designa Comissão para proceder à auditoria da execução do Contrato e Aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo, e o Relatório Técnico produzido pela Comissão referida anteriormente.

1.5.1. Sobre a auditoria instalada pela Portaria nº 529, de 8 de novembro de 2017, que designa Comissão para proceder à auditoria da execução do Contrato e Aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo.

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, que a ausência de leitos é grave problema no 20ª Regional de Toledo e, por consequência, do mesmo modo para os municípios de Toledo, que as obras do Hospital Regional foram iniciadas em 2012, a partir do processo licitatório Concorrência nº 61/2012, Contrato Administrativo nº 360/2012, firmado em 27/03/2012, com a Empresa ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.430.585/0001-78, com prazo de execução de 360 (trezentos e sessenta) dias e prazo de vigência de 540 (quinhentos quarenta) dias, que houve divulgação de data para início das atividades do Hospital Regional, a qual não foi cumprida, que houve instalação de Comissão para proceder à auditoria da execução do Contrato e Aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo, é pública e notória a existência de questões a serem apuradas, esclarecidas e informadas à comunidade e às autoridades competentes;

Considerando que a Comissão designada pela Portaria nº 529/2017 para proceder à Auditoria da execução do Contrato e Aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo apontou na conclusão do relatório um valor pago de R\$ 1.632.642,91 divididos em instalações elétricas, sendo R\$ 1.103.130,78 entre serviços não executados ou executados em desconformidade, e demais serviços, num total de R\$ 529.512,22 entre serviços não executados ou executados em desconformidade;

Instalou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, pela Portaria nº 53, de 2018, a qual coube investigar as denúncias formuladas a partir do relatório da Comissão de Auditoria, atribuição desenvolvida no período de 30 de maio de 2018 a 21 de novembro de 2018, de acordo com as atividades abaixo-relacionadas.

1.5.1.1 RESUMO DAS REUNIÕES DA CPI

PRIMEIRA REUNIÃO DA CPI 30 DE MAIO DE 2018

Com a presença de todos os vereadores da CPI, quais sejam, Vereadores Ademar Dorfschmidt, Antônio Zóio, Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, definiu-se presidente Vereador Walmor Lodi; Vice-Presidente Vereador Gabriel Baierle; Relatora Vereadora Janice Salvador. Definiu-se, no Ato nº 01/2018/CPI, o procedimento



interno que regula o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 01/2018.

SEGUNDA REUNIÃO DA CPI □ 06 DE JUNHO DE 2018

Com a presença de todos os vereadores da CPI, quais sejam, Vereadores Ademar Dorfschmidt, Antônio Zóio, Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, deliberou-se apenas acerca da necessidade de alteração do item II, do Artigo 2º, do Ato 01/2018 para que se possa imprimir maior celeridade aos trabalhos da Comissão.

TERCEIRA REUNIÃO DA CPI □ 13 DE JUNHO DE 2018

Com a presença de todos os vereadores da CPI, quais sejam, Vereadores Ademar Dorfschmidt, Antônio Zóio, Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, deliberou-se sobre oito requerimentos, os quais foram aprovados por unanimidade:

- Ademar Dorfschmidt requerendo a oitiva de Thiago Stefanello;
- Janice Salvador requerendo documentação relativa à composição da Comissão de Auditoria; relatório produzido pela Auditoria; cópia dos projetos licitados do HR; cópia dos contratos assinados; cópia dos aditivos; cópia dos convênios firmados com o governo estadual e federal em benefício do HR; cópia dos atos que designaram os fiscais do HR; cópia do posicionamento da empresa frente à Auditoria; cópia do Termo de Recebimento da obra.
- Janice Salvador requerendo organização de visita ao HR acompanhada pela Comissão de Auditoria.
- Janice Salvador requerendo a oitiva dos fiscais da obra do HR.
- Janice Salvador requerendo, junto aos veículos de comunicação impressa, as matérias veiculadas sobre o HR.
- Gabriel Baierle requerendo alteração do Ato nº 01/CPI, de 30 de maio de 2018.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a oitiva de André Luiz Flores Refosco.
- Gabriel Baierle requerendo a contratação de auditoria independente para verificar a execução do contrato e aditivos da construção do HR.

QUARTA REUNIÃO DA CPI □ 20 DE JUNHO DE 2018

Com a presença de todos os vereadores da CPI, quais sejam, Vereadores Ademar Dorfschmidt, Antônio Zóio, Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, deliberou-se sobre oito requerimentos, os quais foram aprovados por unanimidade:

- Ademar Dorfschmidt requerendo a oitiva de Douglas Sinclair.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a oitiva de Silmara Fancher.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a oitiva de Nalmir Fontana Feder.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a Ruth Winterhorn que acompanhe os trabalhos da CPI.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a Solange da Silva para que acompanhe os trabalhos da CPI.
- Ademar Dorfschmidt requerendo a que Patrícia Juliane Ribeiro Zatt Kanamuro acompanhe os trabalhos da CPI.

QUINTA REUNIÃO DA CPI □ 22 DE JUNHO DE 2018

Com a presença de todos os vereadores da CPI, quais sejam, Vereadores Ademar Dorfschmidt, Antônio Zóio, Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, e constatado o comparecimento do convocado para ser ouvido, Senhor Thiago Daross Stefanello,

SEXTA REUNIÃO DA CPI □ 27 DE JUNHO DE 2018

Com a presença dos vereadores da CPI Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, e constatado o comparecimento do convocado para ser ouvido, Senhor André Luiz Flores Refosco, passou-se à inquirição do depoente. Na sequência, foram aprovados os requerimentos que seguem:

- Janice Salvador requerendo o Relatório da EBSERH, Termos de Ocorrência da Copel, Sanepar e Corpo de



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 15

Bombeiros; Relatório da Secretaria de Planejamento; Relatório da Secretaria de Habitação e Urbanismo; Termo de Notificação à Empresa; Protocolo de Intenções com a EBSERH.

- Janice Salvador requerendo a convocação de João Vianezi Crespão.
- Janice Salvador requerendo informações acerca do processo administrativo envolvendo o Senhor José Carlos de Jesus

SÉTIMA REUNIÃO DA CPI □ 04 DE JULHO DE 2018

Com a presença de todos os vereadores da CPI, quais sejam, Vereadores Ademar Dorfschmidt, Antônio Zóio, Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, e constatado o comparecimento do convocado para ser ouvido, Senhor João Vianezi Crespão, passou-se à inquirição do depoente. Na sequência, procedeu-se à oitiva da Senhora Denise Liell.

Ao final da reunião, foram discutidos e aprovados os requerimentos:

- Ademar Dorfschmidt requerendo o reagendamento da oitiva dos representantes da Endeal Engenharia.
- Ademar Dorfschmidt requerendo notificações feitas para a Endeal Engenharia das possíveis irregularidades no HR.

OITAVA REUNIÃO DA CPI □ 11 DE JULHO DE 2018

Com a presença de todos os vereadores da CPI, quais sejam, Vereadores Ademar Dorfschmidt, Antônio Zóio, Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, foram discutidos e aprovados os requerimentos abaixo-relacionados:

- Janice Salvador requerendo registros de ocorrência havidas no HR.
- Ademar Dorfschmidt requerendo convocação dos Guardas Municipais Roni Alvarenga de Mello Padilha e Moisés Bayer.

NONA REUNIÃO DA CPI □ 08 DE AGOSTO DE 2018

Com a presença de todos os vereadores da CPI, quais sejam, Vereadores Ademar Dorfschmidt, Antônio Zóio, Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, e constatado o comparecimento da convocada para ser ouvida, Senhora Silmara Fancher, passou-se à inquirição do depoente. Na sequência, passou-se à inquirição do segundo depoente, Senhor Nalmir Fontana Feder e, na conclusão da sessão de oitivas da reunião, passou-se à inquirição do Senhor Douglas Sincler Canesin da Silva.

DÉCIMA REUNIÃO DA CPI □ 15 DE AGOSTO DE 2018

Com a presença de todos os vereadores da CPI, quais sejam, Vereadores Ademar Dorfschmidt, Antônio Zóio, Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, e constatado o comparecimento do convocado para ser ouvido, Senhor Roni Alvarenga de Mello Padilha, passou-se à inquirição do depoente. Na sequência, passou-se à inquirição do segundo depoente, Senhor Moisés Bayer.

Por fim, foram discutidos e aprovados os requerimentos abaixo-relacionados:

- Janice Salvador requerendo convocação da Comissão de Auditoria: João Francisco Tonsic, Márcio André Wathier, Vagner Fernandes Quinquiólo e Leandro Marcelo Ludvig.
- Ademar Dorfschmidt requerendo convocação da Comissão de Auditoria: João Francisco Tonsic, Márcio André Wathier, Vagner Fernandes Quinquiólo e Leandro Marcelo Ludvig.
- Ademar Dorfschmidt requerendo convocação de Carlos Eduardo Marchesi.
- Gabriel Baierle requerendo convocação de Evaldo Mensch.
- Gabriel Baierle requerendo convocação de Máisa Kuhn Fazzolari.

DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA CPI □ 22 DE AGOSTO DE 2018

Com a presença de todos os vereadores da CPI, quais sejam, Vereadores Ademar Dorfschmidt, Antônio Zóio,



Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, e constatado o comparecimento do convocado para ser ouvido, Senhor Evaldo Mensch, passou-se à inquirição do depoente. Na sequência, procedeu-se à oitiva do senhor Márcio André Wathier e, posteriormente, à oitiva da senhora Máisa Carmen Kuhn Fazzolari. Na etapa final da reunião, passou-se à aprovação dos requerimentos conforme segue:

- Janice Salvador requerendo convocação dos Guardas Claudemir da Silva Oliveira e Alexandre Biggi Delfim Pelicioli.
- Janice Salvador requerendo convocação dos Guardas Claudemir da Silva Oliveira e Alexandre Biggi Delfim Pelicioli.
- Janice Salvador requerendo encaminhamento de ofícios aos senhores Nalmir Fontana Feder e Douglas Sincler Canesin da Silva para que informem o nome, endereços e telefone dos funcionários da Endeal citados no Boletim de Ocorrência nº 855846, de 18 de agosto de 2018.
- Janice Salvador requerendo encaminhamento de ofício ao senhor Nalmir Fontana Feder, Diretor Técnico da Endeal Engenharia para que identifique, por escrito, o nome das pessoas que compuseram a equipe multidisciplinar mencionada por ele em sua oitiva realizada em 08 de agosto de 2018. Solicita, ainda, que informe, também, se o mencionado atestado do Tribunal de Contas da União e Ministério da Saúde foi registrado em documento específico e, se foi, que seja encaminhado cópia à CPI.

DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA CPI □ 29 DE AGOSTO DE 2018

Com a presença de todos os vereadores da CPI, quais sejam, Vereadores Ademar Dorfschmidt, Antônio Zóio, Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, e constatado o comparecimento do convocado para ser ouvido, Senhor Vagner Fernandes Quinquilo, passou-se à inquirição do depoente. Na sequência, procedeu-se à oitiva do senhor Leandro Marcelo Ludwig. Na etapa final da reunião, passou-se à aprovação dos requerimentos conforme segue:

- Gabriel Baierle requerendo solicitação de documentos referentes ao parcelamento de R\$ 2,5 mi em 12 vezes pela Prefeitura de Toledo.
- Janice Salvador requerendo encaminhamento de ofício ao Chefe do Executivo Municipal, solicitando cópia dos seguintes documentos relacionados ao Hospital Regional: laudos da Sanepar; laudos do Corpo de Bombeiros; Laudos da energia elétrica instalada pela Copel; Habite-se; Portaria do Fiscal designado pela Municipalidade.
- Janice Salvador requerendo encaminhamento de ofício ao Vereador Membro da CPI Ademar Dorfschmidt para que repasse documento que afirmou existir em seu pronunciamento na 11ª reunião da CPI, realizada no dia 22 de agosto, segundo o qual a empresa ENDEAL diz que □em qualquer momento a Empresa Endeal se dispõe em colocar as placas coletores solares , porque se fossem colocadas naquele momento elas teriam danificações

DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA CPI □ 05 DE SETEMBRO DE 2018

Com a presença de todos os vereadores da CPI, quais sejam, Vereadores Ademar Dorfschmidt, Antônio Zóio, Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, e constatado o comparecimento do convocado para ser ouvido, Senhor Carlos Eduardo Pereira Marchesi, passou-se à inquirição do depoente. Na sequência, procedeu-se à oitiva do senhor Claudemir da Silva Oliveira. Como o terceiro convocado não havia chegado, fez-se uma inversão na pauta e se passou à apresentação dos requerimentos:

- Toda comissão (Gabriel Baierle, Antônio Zóio, Janice Salvador, Walmor Lodi e Ademar Dorfschmidt) requerendo convocação de José Carlos Cavalari.
- Janice Salvador requerendo solicitação dos relatórios produzidos pelas comissões instituídas: Portaria nº 307, de 2 de outubro de 2015, que □*Constitui Comissão de Análise Técnica para verificar os serviços realizados e materiais empregados na execução das obras do Hospital Regional de Toledo*□ e Portaria nº 338, de 27 de outubro de 2015, que □*Constitui Comissão para apurar valores líquidos devidos à empresa executora das obras do Hospital Regional de Toledo, em razão de supressões e acréscimos*□.
- Janice Salvador requerendo da empresa Inviolável Toledo informações e registros acerca de ocorrências havidas no HR.



- Janice Salvador requerendo convocação de Mauro Nestor Huppés.
- Janice Salvador requerendo convocação de Tiago Augusto Jordão Pigozzo.
- Janice Salvador requerendo convocação de Wolnei Olivo.
- Janice Salvador requerendo encaminhamento de ofício ao Chefe do Executivo Municipal, solicitando que se esclareça quais são as exigências legais para emissão do **Habite-se** relativo a prédio público, que se informe e encaminhe documentos comprobatórios do cumprimento dessas exigências legais, que se informe acerca das exigências a serem cumpridas pela empresa para que seja efetivado pagamento relativo à última medição, que informe quando se procedeu ao último pagamento à Empresa Endéal e o respectivo valor, que encaminhe cópia do diário de obras em que se menciona a instalação de placas solares.
- Ademar Dorfschmidt requerendo convocação de José Carlos Schiavinato e Nalmir Fontana Feder para acareação em relação aos projetos licitados do HR.

Concluída a discussão dos requerimentos, passou-se à última oitava da reunião, com o Senhor Alexandre Biggi Delfim Pelicoli.

DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA CPI □ 26 DE SETEMBRO DE 2018

Com a presença dos vereadores da CPI Antônio Zóio, Gabriel Baierle, Janice Salvador e Walmor Lodi, e constatado o comparecimento do convocado para ser ouvido, Senhor José Carlos Cavalari, passou-se à inquirição do depoente. Na sequência, procedeu-se à oitava do Senhor Mauro Nestor Huppés, e do Senhor Wolnei Olivo. Encerradas as oitavas, passou-se à discussão de requerimento apresentado pela vereadora Janice Salvador requerendo a oitava dos fiscais da obra do HR. À época, foi solicitado o adiamento dessas oitavas e, nesta reunião, a vereadora solicitou que se realizasse a oitava apenas do Senhor José Carlos de Jesus, o que foi aprovado pela CPI.

Diante do exposto, observa-se que a CPI realizou 20 (vinte) oitavas e reuniu uma quantidade considerável de documentos a serem analisados e cotejados para a adequada condução da investigação, apuração e conclusão acerca dos fatos denunciados. Nesse sentido, esta relatora buscou reunir os dados relevantes à compreensão dos fatos desde a sua origem. A primeira oitava, com o Senhor Thiago Stefanello, esclareceu a motivação para realização da Auditoria efetivada pela Municipalidade: □A Auditoria foi uma determinação do Prefeito após visita *in loco* dos técnicos da EBSEH que apontaram irregularidades/correções a serem feitas que *a priori* deveriam estar contempladas□. Por esse razão, passar-se-á à transcrição dessa oitava.

Ao ser interpelado sobre a transição entre a gestão anterior e a gestão atual em relação ao HR, o ex-secretário da Saúde afirmou que

Não houve oficialmente equipes de comissões compostas. Logo, quando assumimos, a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Habitação e Vigilância Sanitária fizeram a primeira vistoria onde teve o primeiro Termo de Ocorrência. Depois, tivemos os acompanhamentos com a EBSEH, comissão que a Irene e eu compúnhamos. No caso, pessoas indicadas pela Administração. A primeira vistoria feita com a Secretaria de Planejamento e pela Secretaria de Habitação e Vigilância Sanitária resultou em um documento oficial, que é um Termo de Ocorrência, salvo engano, final de fevereiro início de março. Depois, tivemos em agosto ou outubro outras tratativas com a EBSEH, em 2017.

Sobre a data prevista para abertura do Hospital Regional, o depoente respondeu que

Salvo engano a data de abertura era no ano de 2017. Mas, quando assumimos o Hospital, em janeiro, era a ideia que o Hospital estava concluído. Porém não era verdade. O Hospital não tinha climatização e várias irregularidades como a Auditoria realizada apontou. É bastante simples. Pega-se o projeto que foi licitado - só existe um projeto que está licitado - e confronta. Diversas coisas pagas e que não estão no Hospital, como a central de gases, fios, disjuntores e lâmpadas. Está na Auditoria.

Em relação ao conhecimento acerca de algum roubo ocorrido no Hospital Regional durante a gestão do depoente, ele afirmou que □nenhum documento oficial foi encaminhado à Secretaria de Saúde. Além de fios e outras coisas, existe a parte de obra física. Aqui não tem como ser roubada. Dou o exemplo: foi paga a instalação das placas



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 18

elétricas. As placas elétricas ainda estão todas encaixotadas. Não foram instaladas. □

O senhor Thiago afirmou que, na Secretaria de Saúde, não tem nenhum documento que diz que essas placas não poderiam ser instaladas naquele momento sob penas de estragarem por não estarem sendo usadas.

Sobre a visita da EBSEERH, o depoente disse que

Salvo engano, agosto ou outubro. Preciso confirmar. 29 e 30 de outubro de 2017. Missão técnica da equipe de técnicos da EBSEERH e do Ministério da Saúde em Toledo para verificação *in loco* das condições do Hospital Regional. Existe um relatório de inúmeras páginas na Secretaria da Saúde, que a CPI deve solicitar e ter acesso. Lá há todos os dados. Lá está discriminado item por item da relatoria da EBSEERH.

Quando interrogado se teria acompanhado alguma visita da Universidade Federal ao Hospital Regional, o ex-secretário de Saúde de Toledo disse que □ com as pessoas da Universidade Federal, não. A única participação foi um evento que teve em agosto. Aonde pela primeira vez o Ministro da Saúde Ricardo Barros esteve em Toledo junto com o presidente da EBSEERH e o professor Helton da Universidade Federal. Foi em 31 de agosto, quando a Universidade fez uma visita e eu estive presente. □

Ao ser interrogado sobre a audiência pública havida na Prefeitura na qual se teria anunciado a data de abertura do HR, o depoente afirmou:

Ela foi no dia 8 de fevereiro. E foi sobre o andamento do Hospital Regional. Uma prestação de contas e nunca uma audiência para dizer a abertura do hospital regional. Primeiro de julho. Ele está aqui, o todo do relatório que foi apresentado. Era uma prestação de contas e existe realmente uma data que seria primeiro de julho. Seria uma tratativa junto com a HOESP para uma gestão municipal. O próprio Ministério Público fez chegar ao conhecimento da Prefeitura de Toledo a ordem de despejo da HOESP do Hospital Bom Jesus. Naquele momento, o Município encerrou qualquer tratativa, haja vista que, com uma ação de despejo, não haveria possibilidades de ela estar fazendo parte do Hospital Regional. Também fomos alertados pelo MP das duas recomendações administrativas que existem, da segunda e da quarta promotoria em relação a repasses do Município para o Hospital Bom Jesus. Então diante daquilo, posterior à Audiência de prestação de contas o Município não deu andamento com a HOESP, cabendo, e sendo a única alternativa, a abertura com a EBSEERH. Não era um lançamento, e sim uma previsão daquilo que estava sendo encaminhado.

A auditoria para apurar irregularidades no HR foi realizada depois de quatorze meses do início da nova gestão, ao ser questionado sobre o assunto, o depoente respondeu:

Ao assumir a gestão em janeiro, a informação que foi nos dada era que o hospital estava pronto para uso. Só faltava a equipe da gestão. O que não era isso. Durante o ano de 2017, existe um relatório mês a mês indicando as licitações feitas. Foram mais de nove milhões adquiridos no ano de 2017. Iniciou-se as tratativas oficiais com a EBSEERH e a Universidade Federal. O que levou a Auditoria só acontecer tantos meses depois foi o seguinte: primeiro de tudo precisávamos fechar a gestão do Hospital Regional. Porque não adianta o Município reformar, investir no Hospital e depois vir a Universidade e dizer que quer diferente. Ou reforma e vem a EBSEERH e fala que quer de outra forma. Ficar gastando dinheiro várias vezes para fazer a mesma coisa. Tanto que na minha gestão não gastamos um real no Hospital Regional porque nós tínhamos primeiro que fazer a gestão. Ter a equipe responsável. Estas tratativas começaram em junho. Teve a reunião, a visita do Ministro em agosto. A missão técnica em outubro e o relatório, o estudo de viabilidade foi entregue no dia 6 de março de 2018. Só a partir daí, quando havia um estudo de viabilidade de que a EBSEERH assumiria, tivemos a necessidade de fazer uma auditoria. Por que como o Município vai fazer uma reforma daquilo que já está pago ou daquilo que já deveria estar feito? Nós precisamos da auditoria para comprovar os pagamentos que agora serão efetuados porque tem coisas que serão pagas duas vezes. Exemplo: projeto licitado tem porta de um metro. Como está executado? Porta de oitenta centímetros. Como o Município justifica que vai quebrar aquela porta para adequar? Precisa de auditoria, a qual só foi possível de fazer após a entrega do relatório da EBSEERH, dia 6 de março de 2018. No dia 7 de março de 2017, foi feita uma primeira vistoria. Secretaria de Planejamento, Secretaria de Habitação, Secretaria de Urbanismo e Vigilância Sanitária. Ali gerou um Termo de Ocorrência apontando irregularidades. A CPI deve solicitar à Prefeitura o Termo de Ocorrência (2015.0974-001) que indicam irregularidades como a inexistência de central de gases, inexistência de climatização nas áreas críticas, problemas com



Sanepar, Corpo de Bombeiros e outras. Dia 29 de maio o Corpo de Bombeiros faz a vistoria e emite o relatório de vistoria de estabelecimento 3.1.01.17.00103957521. O Corpo de Bombeiros aponta as irregularidades. Dia 21 de junho a Sanepar aponta as irregularidades. Notificação irregular na ligação predial de esgoto apresentada pela Sanepar. Esse relatório da Sanepar eu lembro por alto que existem seis caixas de saída de esgoto pagas e somente uma foi encontrada. Com este relatório foi notificada a empresa. A empresa veio e fez algumas destas adequações. No dia 7 de julho foi a reunião com a empresa Enddeal quando foi entregue para ela todas essas irregularidades. Depois, no dia 31 de agosto, tivemos visita do Ministro, da EBSEH e da Universidade Federal do Paraná para alinhar a gestão e saber quem faria gestão e como queria o Hospital para adequá-lo. Posteriormente, dia 5 de setembro, foi estabelecida Sindicância para apurar irregularidades do fiscal. O fiscal é o Jesus. Existe uma sindicância que virou um processo administrativo, salvo engano, ainda em andamento. No dia 4 de outubro, primeira reunião técnica em Brasília para discussão da gestão do Hospital Regional; 29 e 30 de outubro, missão técnica da EBSEH e do Ministério da Saúde em Toledo para verificar as condições e os problemas do hospital; dia 8 de novembro, publicada portaria que designa a auditoria do hospital; dia 15 de janeiro, reunião para definir também abertura; dia 8 de fevereiro, audiência pública para prestação de contas para população com anúncios de possíveis datas de abertura; dia 6 de março, entrega da versão final do estudo de viabilidade do Hospital Regional; dia 20 de março, assinatura do protocolo de intenções, dizendo o que cada ente tem que fazer para o hospital entrar em funcionamento; dia 13 de abril, entregue a auditoria e levada a conhecimento da população, além de notificada a empresa Enddeal para apresentar defesa e justificativa das irregularidades.

O ex-Secretário disse que, em sua gestão, não houve investimento na obra física nem adequação da obra, entretanto, mesmo com as auditorias e visitas apontando irregularidades, foram investidos dez milhões de materiais para o Hospital regional, os quais estão parados, comprometendo-se, inclusive, o prazo de garantia. Sobre a questão, o senhor Thiago afirmou:

Quanto à compra de equipamentos, precisamos chamar aqui o ex-Prefeito e a ex-Secretária para começar a responder, pois são planos de trabalhos elaborados e assinados por eles aos quais demos sequência e eu faço um apontamento bastante importante, que esse plano de trabalho previu a compra de um tomógrafo de um milhão e quinhentos reais. É a primeira coisa que está no plano de trabalho. Eu acho muito estranho começar a equipar por um tomógrafo, sendo que, primeiro, deveríamos comprar as macas, os banquinhos, os equipamentos para poder preencher o hospital e que também não correm risco de estragar e perder a garantia, mas infelizmente o tomógrafo já estava comprado. Ele tinha que ser entregue e nós tínhamos um plano de trabalho de dez milhões de trabalho realizado e assinado pela ex-administração. O tempo para adequar o hospital está sendo demorado e também a compra de material para fazer a gestão. Nós entendemos que os equipamentos deveriam ser comprados e as adequações continuarem sendo feitas, mas infelizmente o tempo para as adequações não ocorreram na mesma velocidade da compra dos equipamentos. Porém se você não compra os equipamentos como você abre o hospital? Os recursos estão disponíveis para o Município, entretanto se você não executa dentro das datas, do plano de trabalho, você perde os recursos. Seriam devolvidos para a governo do Estado e voltaríamos após um ou dois anos discutir compra de materiais para o hospital. Os equipamentos precisam ser armazenados para não serem estragados, porém vejo sim com grande preocupação um tomógrafo ser comprado por primeiro sendo que é um serviço que pode ser terceirizado na abertura do hospital.

O depoimento do ex-secretário de Saúde do Município de Toledo, Thiago Daross Stefanello, confirma a apuração dos fatos atestados pela Comissão Auditoria, que ensejaram a abertura desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

1.5.2. EM RELAÇÃO ÀS DENÚNCIAS APONTADAS PELA COMISSÃO DE AUDITORIA DOS CONTRATOS E ADITIVOS DO HOSPITAL REGIONAL

A Comissão designada pela Portaria nº 529/2017, ao proceder à Auditoria da execução do Contrato e Aditivos da construção do Hospital Regional de Toledo, apontou na conclusão do relatório um valor pago de R\$ 1.632.642,91 divididos em instalações elétricas, sendo R\$ 1.103.130,78 entre serviços não executados ou executados em desconformidade, e demais serviços, num total de R\$ 529.512,22 entre serviços não executados ou executados



em desconformidade.

Para apuração dos fatos, buscou-se, inicialmente, ouvir os agentes envolvidos no planejamento, execução e fiscalização da obra.

1.5.2.1 RESUMO DAS OITIVAS

OITIVA DE ANDRE LUIZ FLORES REFOSCO

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 06/2018/CM/CPI-01, de 13 de junho de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 27 de junho de 2018, às 9 horas.

Ao ser interpelado acerca de sua efetiva ligação com a obra do Hospital Regional, André Luiz Flores Refosco afirmou que a minha ligação com a obra do Hospital Regional se deu no período de outubro de 2014 a janeiro de 2016, como funcionário da empresa Endeal.

A vereadora Janice Salvador informou que houve uma Portaria de Nomeação de André Luiz Flores Refosco como Diretor de Fiscalização de Obras Públicas em 18 de julho de 2017, bem como uma Portaria de Exoneração referente ao mesmo cargo, datada em 31 de maio de 2018. As portarias indicam que André Luiz Flores Refosco atuou durante esse período como Diretor de Fiscalização de Obras Públicas junto à Secretaria de Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de Toledo. Ao ser interrogado acerca de alguma ação por ele realizada em relação ao Hospital Regional no período de julho de 2017 a maio de 2018, o depoente respondeu que não, não participei de nada relativo ao Hospital Regional nesse período, uma vez que eu estava impedido, em virtude de um conflito de interesses. Também afirmou não ter tido conhecimento de algum furto ou roubo tenha havido no Hospital Regional no período em que atuou como funcionário da Endeal. Ao ser interrogado pela vereadora Janice acerca da existência, naquele período, de segurança ou guarda municipal no Hospital Regional, o depoente respondeu que durante o período em que estive na Endeal, esta tinha contrato com uma empresa de monitoramento.

O vereador Gabriel Baierte perguntou: A Portaria de 05 de setembro de 2017, em que o Prefeito designou os membros que fariam parte dessa Auditoria não tem o seu nome. O Senhor não foi indicado. Contudo, algumas falas nesta CPI conduzem à suposição de que o Senhor teria participado dessa Auditoria. Portanto, o Senhor participou ou não dessa Auditoria? A essa pergunta, o Senhor André respondeu que em nenhum momento eu participei de nada relativo ao Hospital Regional. O vereador Walmor Lodi reiterou a pergunta relativa ao envolvimento do depoente com a obra com Hospital Regional ao que ele respondeu que absolutamente nenhum.

OITIVA DE JOÃO VIANEI CRESPIÃO, Secretário de Segurança e Trânsito

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 15/2018/CM/CPI-01, de 13 de junho de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 13 de julho de 2018, às 10 horas.

A motivação para a convocatória do secretário deu-se em razão da existência de registro no livro da Guarda Municipal em relação ao Hospital Regional datado de 18 de agosto de 2016, que aponta a retirada de fios elétricos do prédio por funcionários da ENDEAL. O suposto furto deu origem a um Boletim de Ocorrência registrado por Douglas Sincler Canesin da Silva, no dia 18/08/2016, às 18h44min, junto à 20ª Subdivisão Policial de Toledo.

Diante das perguntas feitas sobre a segurança e ocorrências havidas no Hospital regional, o Secretário respondeu:

A segurança é feita o dia todo, durante os sete dias da semana, sempre com um guarda municipal escalado no local, e desde o ano de 2016 até os dias atuais tem sido feita dessa forma a segurança do Hospital Regional. Inclusive trago relato do livro de ocorrências da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, que está em consonância com os dados da Central da Guarda Municipal, bem como com o livro de ocorrências do próprio Hospital Regional. Há, então, um registro do dia 07 de janeiro de 2018 no Hospital Regional, por volta das 05h20min, momento em que o guarda municipal Wilson ligou informando que alguns indivíduos entraram no estabelecimento e danificaram três extintores, e, ao avistarem o GM, correram, seguindo rumo ignorado. Há ainda outro registro, datado em 18 de agosto de 2016, no turno das 12h às 18h, no qual o guarda municipal Evaldo Mensch relatou que, por volta das 14h30min, dois funcionários da empresa Endeal Construtora adentraram no Hospital Regional para finalizar reparo em um encanamento que havia sido danificado, com a reativação da água, verificou em rondas pelo hospital e após o conserto ficou na entrada à espera da saída dos mesmos. Em razão da demora na saída, o GM foi procurar os funcionários, que já não estavam no local, e em buscas encontrou os dois dentro



do elevador de manutenção retirando fios e soltando-os no túnel. Neste momento, o GM ligou para a Central para relatar suas suspeitas. Ato contínuo, um dos funcionários foi até a entrada, pegou a camionete da empresa e se deslocou até o gerador, onde iniciou o carregamento dos fios até a camionete e seguiram em sentido ao Coopagro. Com a chegada da viatura, os GMs seguiram em sentido ao ferro velho, onde encontraram os funcionários saindo com a camionete da empresa vazia. Após, foi chamado o engenheiro responsável pela empresa, que foi questionado acerca da idoneidade dos funcionários, ao que este informou que os mesmos estavam há muito tempo na empresa e que eram de confiança. Esse relato foi feito na presença do Secretário Bayer, do coordenador Padilha e dos GMs Pelicioli e Da Silva. Ato contínuo, o GM Mensch, o secretário Bayer e o engenheiro foram juntos ao Senai conversar com os funcionários e fazer acareação posterior. Na data da primeira ocorrência eu estava afastado, em função do pleito eleitoral. Sabe-se que o prédio do Hospital é grande, e que é complicado para uma pessoa só fazer toda a segurança, mas não está relatado quem autorizou a entrada desses funcionários para que fizessem a manutenção do encanamento. O procedimento adotado desde que assumi a Secretaria é de que só será permitido que alguém adentre ao local desde que devidamente autorizado pelo responsável da Secretaria de Saúde, Secretário de Segurança ou do Diretor, em virtude dos altos valores dos equipamentos ali alocados. O que entra e sai do local só será feito mediante permissão da Secretaria de Saúde, responsável pelo prédio.

À pergunta da vereadora Janice acerca da identificação dos funcionários que adentraram no prédio, o secretário respondeu que Não, só há a informação de que são funcionários da empresa Enddeal Construtora. Também não foi relatado quem é o engenheiro responsável que foi chamado/comunicado na data da ocorrência.

O Secretário explicou também como a Guarda procede em relação aos registros das ocorrências.

A orientação que sempre é feita quando se tem alguma alteração em algum posto, é que seja feito contato com o responsável pelo local, para que o mesmo seja cientificado de tudo que ocorreu e faça o Boletim de Ocorrência. Não posso afirmar, com relação ao relato do dia 18 de agosto de 2016, se foi feito o B.O., bem como se o engenheiro responsável era da Enddeal ou da Prefeitura. Quanto ao relato do dia 07 de janeiro de 2018, após ter tomado o conhecimento dos danos aos extintores, eu estive no local, tirei algumas fotos e encaminhei para o Secretário de Saúde da época. O que nós fizemos foi relatar o dano, agora se o B.O. foi feito, cabe ao responsável pelo próprio municipal fazer esse registro e não à guarda municipal, de modo que compete à guarda somente relatar a ocorrência às autoridades competentes.

A vereadora perguntou se, com relação ao episódio do dia 18 de agosto de 2016, há alguma indicação/registro/informação de falta ou de retirada de mais alguma coisa daquele local. O secretário respondeu:

Não, o que posso relatar é o que consta no Livro de Ocorrências, que eu li anteriormente, da retirada dos fios, sem quaisquer especificações com relação aos fios e ao modo como foi realizada a retirada. Acredito que quem tenha essa informação é o antigo Secretário de Saúde, que saberá dizer se foi feito o B.O., e as medidas tomadas na época do fato. Com relação ao segundo fato, eu estive junto com a Diretora no local, pude observar que os extintores foram danificados, visto que os extintores estavam todos esparramados e tinha uma grande quantidade de poeira atrás do hospital, e também tinha um pequeno dano na porta, porque eles a forçaram para entrar. Então eu fotografei, registrei e encaminhei para o Secretário de Saúde da época, a fim de comunicar o fato, e os guardas permaneceram fazendo a segurança do local. Se na anterior ocorrência foi feita essa comunicação, não posso informar, porque eu não era o secretário da época e porque não há registros quanto a isso no Livro.

O vereador Antonio Zóio perguntou sobre o modo pelo qual a comunicação acerca dessa última ocorrência foi feita ao Secretário de Saúde.

Foi feita por meio de mensagens por meio do aplicativo Whatsapp, após a realização das fotografias, encaminhei de imediato estas ao secretário e informei a ocorrência e pedi que este comunicasse o funcionário responsável pelo local, mas não posso dizer quais medidas administrativas que o mesmo tomou. Conforme informações do Livro de Registros, visto que, conforme dito anteriormente, eu estava afastado na época, quem esteve no local foi o Secretário Bayer, o coordenador Padilha e os GMs Pelicioli e Da Silva.

E com relação à segunda ocorrência, o Secretário de Segurança afirmou ter estado no local acompanhado pela Diretora Galbiati. De acordo com o Secretário ainda,



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 22

Quem relatou o ocorrido foi o GM Vilson. Não tenho, contudo, a informação de quem era o GM que estava no local no período das 06h às 12h, mas quem relatou o ocorrido, às 05h20min, foi o GM Vilson. Contudo, quem nos franqueou a entrada ao Hospital foi o GM do turno seguinte, cujo nome não me recordo.

O Vereador Gabriel Baierle perguntou: Qual é o dever da Guarda Municipal no momento em que os funcionários da Endeal adentraram ao ferro velho com a camionete e os fios retirados do Hospital? E qual foi a postura adotada pelos GMS naquela ocasião?

O Secretário Crespão respondeu:

Nessa situação, como o veículo estava dentro do próprio municipal, causando dano ao patrimônio público, é nossa obrigação a proteção deste. De acordo com o relato, o GM encontrou o veículo no ferro velho, mas sem o produto do furto. Poderia o GM ter tomado a iniciativa de ter contactado, como consta que foi contactado o engenheiro responsável, que registraria o B.O., e, então a polícia tomaria as medidas necessárias, com base nas informações repassadas. Todavia, se isso foi feito, não posso afirmar, porque são informações que competem aos envolvidos dispor.

O Vereador Gabriel formulou nova pergunta: Então no relato contido no Livro de Ocorrências não há informação de que o GM teria abordado os funcionários no ferro velho, tampouco de que teria comunicado a Polícia Militar? O senhor pode reler essa parte do relato?

O que consta no relato é que com a chegada da viatura, os GMS seguiram em sentido ao ferro velho, onde encontraram os funcionários saindo com a camionete da empresa vazia. Após, foi chamado o engenheiro responsável pela empresa, que foi questionado acerca da idoneidade dos funcionários, ao que este informou que os mesmos estavam há muito tempo na empresa e que eram de confiança. Esse relato foi feito na presença do Secretário Bayer, do coordenador Padilha e dos GMS Pelicoli e Da Silva. Ato contínuo, o GM Mensch, o Secretário Bayer e o engenheiro foram juntos ao Senai conversar com os funcionários e fazer acareação posterior. Ou seja, poderia ter sido comunicado o responsável pelo Hospital para que fosse registrado o B.O., não sei dizer se não foi feito, para que então a polícia procedesse às diligências, visto que ao constatar que o veículo estava saindo, a guarda municipal não teria competência para adentrar na camionete e realizar qualquer espécie de busca.

O Vereador Ademar Dorfschmidt perguntou se, no dia 07 de janeiro de 2018, o Secretário teria enviado mensagens, via Whatsapp, ao Secretário de Saúde comunicando o arrombamento da porta, ao que o interrogado respondeu que esteve no Hospital Regional e encaminhou.

O vereador Ademar perguntou: Pelo que o senhor relatou anteriormente, não foi feito nenhum B.O. no período em que o senhor atuou como secretário? O Secretário respondeu que Não, no meu período, nós não fizemos nenhum B.O.

Por fim, o Vereador Ademar perguntou se não se deveria tomar uma providência maior com relação à segurança do prédio do Hospital Regional até que o mesmo seja entregue, por exemplo, com a contratação de uma empresa terceirizada, para que realize a segurança do local. João Viane Crespão respondeu que:

Com relação à contratação de empresa de segurança, terceirizada ou não, trata-se de ato administrativo, que deve ser discutido com a própria Secretaria de Saúde. Quanto à segurança do prédio, desde a gestão passada, quando o prédio foi entregue ao município, a Guarda Municipal passou a realizar a segurança do mesmo, sempre com um GM escalado no local por turno. É um prédio grande sim, mas como lhe disse, rondas internas no prédio são difíceis. Mas tem que se pensar que o prédio está fechado, e o GM tem que cuidar para que ninguém adentre no local.

A última pergunta coube ao Vereador Ademar: O senhor acredita que deveria ter sido feito o B.O. em ambas as situações, ou só o registro interno é suficiente?

Para a Secretaria de Segurança e Trânsito o registro no livro de ocorrências é suficiente fazer esse registro, e comunicar a autoridade responsável pelo local. No que tange à situação do furto do fio, o GM fez o seu papel, e o ato de registrar o B.O. é discricionário e cabe ao responsável decidir se registrará ou não.



OITIVA DE DENISE LIELL, Secretária de Saúde

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 14/2018/CM/CPI-01, de 22 de junho de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 04 de julho de 2018, às 11 horas.

OITIVA DE SILMARA FANCHER

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 20/2018/CM/CPI-01, de 13 de junho de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 08 de agosto de 2018, às 9 horas.

O vereador Ademar iniciou a sessão de perguntas a senhora Silmara. Inicialmente o vereador perguntou acerca do recebimento das informações apontadas pelo relatório da Comissão de Auditoria do Hospital Regional de Toledo. A depoente respondeu que foram repassadas à empresa e que, sobre as irregularidades apontadas pela Auditoria, a empresa teria sido notificada há mais ou menos 60 (sessenta dias) dias. Sobre notificações anteriores, a senhora Silmara respondeu: Antes não. Entregamos a obra há uns três anos, mais ou menos, e entregamos toda documentação, inclusive, tem CND, termo de recebimento definitivo da obra, não tínhamos conhecimento de nenhum trabalho ou algo que tivesse ficado por executar.

Ao ser interrogada sobre obras importantes executadas pela empresa ENDEAL, a depoente respondeu: Nós estamos com 90% do Hospital Regional de Guarapuava, temos o Instituto Federal de Santa Catarina, Tribunal de Justiça de Minas Gerais em Araxá, Tribunal de Justiça de Baurú, Tribunal de Justiça de São José dos Campos, várias obras em Santa Catarina, sambódromos, escolas, museus, teatros, mercado municipal de Curitiba, Centro de Designer de Curitiba, Penitenciárias, Receita Federal de Joinville, algumas delas que me recordo.

Ao ser notificada, segundo Silmara, a empresa, acompanhada do Corpo Técnico e do Diretor Técnico, de um dos sócios da Empresa, o Engenheiro Nalmir, esteve visitando a obra, e entrando em contato com a prefeitura para verificar possíveis pendências sim, apesar de ainda terem a garantia de execução em si.

A vereadora Janice Salvador perguntou acerca da ligação de Silmara com a empresa, quanto tempo de atuação e a relação efetiva que tem com o hospital regional: Sou sócia administradora da Endeal Engenharia desde 1999, sou diretora administrativa, minha função na empresa é a parte jurídica, contábil, fiscal, RH, não faço parte do corpo técnico da parte de engenharia.

A vereadora deu continuidade ao questionamento: a senhora citou que até 60 dias não havia ocorrido nenhuma manifestação administrativa das possíveis irregularidades da obra. No entanto, consta no processo uma resposta a uma ocorrência 2015.0974/001 assinada pelo Sr. Nalmir Fontana Feder discorrendo sobre apontamentos feitos neste termo de ocorrência, e na resposta há apontamentos acerca de cada uma das irregularidades, a correspondência é de São José dos Pinhais, 10 de maio de 2017. Nesta pede a regularização da obra, serviços e outras solicitações. Que conhecimento a senhora tem deste termo de ocorrência, que serviços seriam esses?

Serviços não tenho conhecimento, pois não sou da parte técnica. Eu tenho conhecimento da parte jurídica que nós encaminhamos vários pedidos de serviços que foram executados e que nós não recebemos, inclusive, temos um saldo contratual para receber, não recebemos o reajuste contratual desses 4 anos, e vários serviços que foram necessários durante toda execução do contrato que nós protocolamos, não recebemos resposta, mas executamos da mesma forma e não tivemos efetivamente o recebimento desses serviços.

Ao ser interrogada pela vereadora acerca do conhecimento sobre o teor deste termo de ocorrência e a respectiva resposta, a depoente afirmou:

Foi feito um recebimento provisório em 2015 quando são apontados os serviços necessários ou algum reparo para entrega definitiva da obra que ocorreria após a visita do Ministério da Saúde, arquitetos e profissionais designados para fazer a vistoria no Hospital. Então, após esta vistoria, houve uma série de detalhes e serviços que deveriam ser feitos, fizemos, e obtivemos no final de 2015, 2016 o termo definitivo de recebimento da obra, e apresentamos a CND em seguida, pois só conseguimos fazer a baixa dessa matrícula e entregar o CND após o termo de recebimento definitivo.

A vereadora interpelou a depoente se teria conhecimento acerca da existência de algum furto no hospital no momento de execução da obra ou mesmo após a entrega da obra.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 24

Entre o termo provisório e o termo definitivo, houve o furto de alguns cabos, em torno de quinze mil a vinte mil, e nossa empresa fez a recolocação desses cabos para poder fazer a entrega da obra .

O vereador Ademar perguntou: “Como eram feitas as tratativas da empresa com o gestor que iniciou a obra, o Prefeito Schiavinato?”

Nós tivemos pouquíssimo contato com ele, logo em seguida houve uma nova gestão. No início da obra tivemos vários problemas, pois fomos contratados para executar os serviços e os projetos iniciais foram nos fornecidos de uma maneira errônea, recebemos apenas em 2013, quando tivemos acesso à documentação que seria efetivamente a obra executada corretamente. Não tivemos contato com ele.

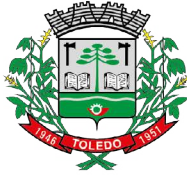
Sobre a questão a depoente afirmou, ainda, que acredita que o projeto executado tenha sido diferente do executado, porque receberam os projetos definitivos em 2013, após a licitação, quando já estavam no início do serviço.

OITIVA DE NALMIR FONTANA FEDER

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 20/2018/CM/CPI-01, de 13 de junho de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 08 de agosto de 2018, às 10 horas.

A oitiva teve início com perguntas formuladas pelo vereador Ademar Dorfschmidt, autor do requerimento. A primeira pergunta do vereador foi: Os projetos que foram entregues à Empresa, no ato do edital, quais seriam, haviam compatibilização entre todos esses? Explique. . À pergunta, o Nalmir Fontana Feder respondeu:

Nós recebemos todos os projetos da licitação, como qualquer outra empresa recebeu. Todos os projetos que recebemos estavam errados, alguns eram de 2002, a licitação foi em 2012, e começamos a obra, passaram-se três meses, o fiscal notou que o arquitetônico trabalhado não era o mesmo da obra, pegamos locação da obra já com o projeto antigo, tivemos que refazer tudo novamente. Começamos a fazer e vimos que os outros projetos complementares da licitação não tinham nada a ver com o arquitetônico que nós recebemos três meses depois da licitação. Nenhum dos projetos compatibilizava com o arquitetônico. Todos os projetos estavam errados. Aconteceu isso porque na pressa da gestão, eu estou aqui na terceira gestão municipal, eu comecei na gestão de um prefeito anterior que queria a obra no prazo para ele inaugurar, talvez esse tenha sido o grande problema dessa obra, queria inaugurar a obra com os projetos errados. E como o arquitetônico é o pai de todos os projetos, ele foi feito, e contrataram junto todos os complementares, e nesse ínterim, antes da licitação, a gente descobriu depois, o arquitetônico foi pra ANVISA e a ANVISA obrigou a mudar várias coisas no arquitetônico, só que os projetos que a prefeitura já havia contratado estavam todos em cima do projeto arquitetônico de 2002, nada batia com nada. Aí começamos nós a fazer projetos, fomos atrás do calculista, dissemos que o projeto estava errado, o calculista aqui da cidade, inclusive, sobrinho do gestor, falou: “olha, eu não vou fazer projeto de novo, porque eu não vou receber para isso”. Quem fez o projeto estrutural adaptando ao novo arquitetônico fomos nós. A fundação não batia, tinha que mudar o tipo de fundação, e se isso aconteceu com o estrutural e o arquitetônico que são os dois principais, imagine o que aconteceu com o elétrico, hidráulico, bombeiro, uma “zona. O elétrico dessa obra, foi feito, eu trouxe aqui um resumo pra dar pra vocês, vão ver que o projeto elétrico dessa obra foi feito em 2002, 2010, 2011, 2012. E vou dar também pra vocês as principais correspondências desde o início da obra, onde pedimos, em 2012 que fosse aprovado o projeto elétrico da obra pela Copel, que nos fosse fornecido o projeto aprovado pelo corpo de bombeiros, nunca nos foi fornecido isso. Nós resolvemos com o corpo de bombeiros porque nós fomos atrás. Única coisa nessa obra que não aconteceu foi a ligação definitiva de energia, porque não tem projeto aprovado na Copel, simplesmente por isso. Temos também laudo do Ministério da Saúde que acompanhou a obra, a verba é federal, a verba do Ministério da Saúde, que veio pra cá várias vezes, com departamentos de engenheiros, arquitetos, na época. Eu até trouxe fotos pra vocês aqui pra verem como nós entregamos a obra. A obra foi elogiada pelo ministério da saúde, que fez vários hospitais no Brasil, no mesmo padrão. A nossa foi avaliada como uma das mais bem feitas, pelo Ministério da Saúde, a obra foi acompanhada pelo TCU, porque a verba é federal. Então nós nunca tivemos nenhum problema nessa obra, o problema dessa obra é o abandono dela nos últimos três anos, esse é o problema, porque a prefeitura nunca assumiu essa obra ou começou a mexer nela. O elevador dessa obra foi entregue em agosto do 2013, e em 2013 já estavam instalados, então fazemos cinco anos que foram instalados os elevadores nessa obra. Em



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 25

dezembro de 2014, essa obra estava 96% executada, ela só foi entregue no começo de 2016 por causa da CND, e por conta da prefeitura, já na segunda gestão, que também, infelizmente nunca tivemos bom contato com ninguém.

Sobre a questão de compatibilização dos projetos, o vereador Ademar perguntou como foi resolvida.

Como os projetos estavam todos errados e recebemos três meses depois de começada a obra o arquitetônico, que foi o que nós levamos até o final da obra, todos os outros projetos estavam errados, nós fomos trabalhando e fomos adaptando, projeto estrutural nós fizemos e mandamos pra vocês, foi feita uma comissão na época. Tudo que foi aprovado foi feito comissão, tanto na primeira quanto na segunda gestão. Houveram três fiscais de engenheiros nessa obra. Com tantos erros, o primeiro gestor mandou refazer todos os projetos, como ele fez isso eu não sei. Em janeiro, fevereiro de 2013, depois de um ano que nós começamos a obra nós recebemos os projetos novos, só que ainda recebemos projetos que continuavam errados, mas recebemos todo um novo jogo de projetos, quem fez, quem pagou, isso eu não sei.

Vereador Ademar perguntou: “Após tudo isso, houve uma revisão da planilha orçamentária por parte da prefeitura e a empresa?”

Não, não houve. Lógico que quando você tem todos projetos diferentes a planilha fica ridícula. Ao longo do tempo, com a fiscalização foram feitos dois aditivos de serviço onde foi se adaptando, inclusive, temos um saldo contratual para receber da prefeitura do contrato original, em torno de cinquenta mil, nós temos três aditivos protocolados porque fizemos vários outros serviços que foram trocados para solucionar futuros problemas e a prefeitura nunca nos pagou ou se posicionou. Foram três fiscais que a prefeitura teve ao longo do período de 2012 a 2015. Nos papéis que vou dar pra vocês tem o nome dos três, o que ficou mais foi o Jesus. Teve um que ficou no começo e acho que acompanhou o primeiro ano, esse Jesus ficou um período, aí veio outro engenheiro fiscal da prefeitura, depois voltou o Jesus.

Sobre o acompanhamento da obra por parte da equipe do Ministério da Saúde, o senhor Nalmir afirmou que:

Sempre, pra você ter uma ideia a obra de vocês está com 206m² maior do que foi contratado, quem levantou essa diferença a mais do que foi contratado, foi o Ministério da Saúde. Uma das vezes que eu estava aqui, eles ficaram oito dias, três engenheiros, dois arquitetos, vendo tudo. Eles quem mediram toda a obra, a obra já estava quase pronta, e chegaram à conclusão que a obra tem 206m² a mais do que a licitada. Documentaram isso. Isso aí vocês podem consultar o Ministério da Saúde, o departamento técnico deles que esteve aqui várias vezes, que foi considerado à época o melhor hospital de todos que eles estavam fazendo com verba da saúde. O mais bem acabado na época. Eu trouxe fotos pra vocês verem como era o hospital há três anos e meio atrás e como está hoje. Nós ficamos aqui com o corpo técnico uma semana, levantamos cabos que roubaram, tem PCC pintado lá dentro, um absurdo. Existe uma ala lá, nós estivemos com o nosso pessoal, engenheiros nossos, levantando tudo depois disso tudo, pra nós é uma piada o que está acontecendo, mas temos que responder. Existem vários setores lá embaixo, onde uma senhora que nos acompanhou do Ministério da Saúde, que tem as chaves do hospital. Nós entramos lá embaixo, está tudo trancado, tá igual quando nós entregamos, tem lugares que estão iguaizinhos. Vários setores que ficaram bem trancados estão com tudo funcionando.

O vereador Ademar ressaltou que “algo que chama atenção no hall de entrada, por que não foi feita a ligação da energia elétrica?”

Não foi feita porque foram vários projetos e nunca nos foi fornecido um projeto aprovado na Copel. Quando você quer ligar a energia você tem que ter um projeto aprovado. Nós tentamos fazer a ligação de energia na época, uma coisa que eu me arrependo, nós chamamos um técnico da Copel que foi lá, chama-se Volnei, e eu me arrependo de não ter pago seis mil que foi pedido para alterar pecinhas que foram mudadas no decorrer de dois anos, pois por se tratar de obra pública e a burocracia ser muito grande, demora mais que dois anos. Isso é uma obra de se fazer em um ano e meio, dois anos. Ficamos quatro anos aqui. Pela burocracia. Esse Sr. Volnei, fez um levantamento, eu tenho um laudo dele aqui, ele me falou que poderia funcionar a entrada de energia sendo feitas as mudanças por seis mil, só que nós como já tínhamos um crédito muito grande com a prefeitura não quisemos pagar isso. Mande pra prefeitura a situação, disse que



não colocaria dinheiro nosso, pois já deviam muito pra nós, como devem até hoje, e ficou por isso, não foi ligada a energia.

O vereador Ademar perguntou se a empresa tem créditos com a prefeitura hoje ainda.

Temos, só do saldo contratual nós temos cinquenta e um. Nós temos trezentos e poucos mil reais de serviços extras que nós fizemos e tudo que nós protocolamos, não fomos respondidos, nós temos leis sociais complementares que também nunca nos foram pagas, nós cobramos, temos o custo administrativo local. Não fomos respondidos e ficou por isso mesmo. Pretendemos mais tarde cobrar. Vamos tentar resolver isso aqui, inclusive conversamos com o novo Secretário de Planejamento, Moacir, falei: “Moacir, você quer colocar para funcionar esse hospital?” ou você quer arranjar uma desculpa política porque vocês não tem condições de fazer o hospital pra funcionar, que é o que eu sinto. Já fizemos vários hospitais, a obra civil é a parte mais barata de um hospital, vem os equipamentos e são caros, e a manutenção de um hospital não é pra qualquer município. O que eu sinto aqui é uma jogada política, impotente pra colocar um hospital pra funcionar, está arrumando desculpas porque não tem como fazer funcionar.

Sobre a documentação da auditoria que foi feita, o senhor Nalmir disse:

Mandaram pra nós. Eu sugeri até quando falei com o secretário atual, Moacir, nós temos um lado social, temos trinta e cinco anos de construtora, e temos nome a zelar, nunca passamos por isso que estamos passando hoje, temos muitas obras. Eu fiquei muito nervoso depois que respondi esse parecer deles, tem um engenheiro recém formado, eletricitista, que chegou a dizer que nós não tínhamos colocado os cabos na obra. Foi o que falei pro Moacir, se quiser colocar a obra pra funcionar, eu faço um TAC com você, só que quero que o Ministério Público assine junto.

Em relação aos geradores, o depoente disse que:

Tinham dois geradores de 1000 KVA cada um, na época, como tinha pressa, porque ainda queria-se inaugurar a obra, não tinha pronta entrega, porque não é assim, sugerimos ao projetista que colocasse três de 750 KVA que tinha pronta entrega. Também foi visto para esse hospital que um de 750 KVA era suficiente, ou seja, geraria economia, faria o revezamento conforme necessidade. Foi consultado o projetista, foi dado por escrito que poderia trocar, porque só tem a ganhar com isso. Só que existe uma garantia sobre isso, ali você tem um motor diesel, se fica um ano parado, tem que trocar todo ele novo, nós consultamos o fornecedor, vinte, trinta mil reais ele coloca para funcionar.

O vereador perguntou “por que não foram instaladas as placas solares?”

As placas solares não foram instaladas, isso está num aditivo de acréscimo e supressão, foram suprimidos a mão de obra de instalação, dez mil reais, apesar de deverem mais de trezentos mil pra nós, que graças a Deus não foram instaladas porque alguém da prefeitura alertou que se colocassem as placas, em seis meses não teria mais nada. Estão todas guardadas em cima da laje, foi suprimido em documento protocolado pra vocês, na época de 2015. Estão todas guardadas, é só fixar em cima e fazer a ligação, só. Se tivessem colocado hoje não teria mais nada. Com relação aos cabos, nós temos várias fotos, vocês também têm que os cabos foram cortados, nós fizemos um levantamento dos cabos que foram roubados na obra, assim como as grades de alumínio, várias outras coisas, são duas toneladas de cabos. Os cabos roubados são os cabos 240, pesam em torno de um quilo e meio o metro. Esse roubo de cabo que aconteceu aqui, é um roubo que foi feito ao longo de muito tempo, porque pra passar eles pelos túneis que fizemos, não tinham no projeto, nós que fizemos, ficamos um mês em seis homens. Tem uma grade de alumínio de vinte e poucos metros que não tem uma peça mais, tiveram vários roubos lá dentro.

O vereador Ademar perguntou: “Em relação ao serviço de proteção de raios, foi instalado?”

Está lá, o que acontece é o seguinte, houve roubos depois da entrega, mas mesmo na nossa época também houve roubos, o maior problema que temos em obras hoje é roubo de cobre, é a primeira coisa que roubam. Na nossa época também houve roubo, nós compramos os cabos, colocamos de novo, até houve essa argumentação pela prefeitura, eu trouxe até a nota fiscal dos cabos que nós compramos em 2015, fomos roubados e colocamos de volta, quinze mil reais de cabo. E nessa época também roubaram os cabos de cobre do para-raios, aí colocamos de



alumínio, mais difícil roubar porque ela é fixada na estrutura. Está tudo funcionando como devido.

A vereadora Janice Salvador dirigiu a pergunta ao senhor Nalmir: “O Senhor, acompanhou todo o processo, desde a licitação até a entrega da obra, certo? Ao que ele respondeu “Eu sou diretor técnico da construtora, eu acompanho todas as obras nesse aspecto, só não sou engenheiro residente.”

A vereadora disse que foram realizados dezoito aditivos nesta obra. Considerando aquilo que está no processo, esta obra já estaria contabilizando cerca de dezessete milhões, quatrocentos e cinquenta mil, cento e cinquenta reais e noventa e seis centavos. O que o Senhor diz que ainda a prefeitura deve à empresa está para além deste valor. São protocolos de aditivos que não foram concedidos, o que gera essa dívida que a prefeitura ainda tem com a Endeal. O valor que a sua empresa tem a receber é um valor que está contabilizado nesses aditivos ou ainda é algo a mais, aditivos não concedidos?

Cinquenta mil reais está aí dentro, é o saldo contratual. Se somar todas as notas que nós emitimos e os pagamentos que vocês fizeram, há um furo de cinquenta e um mil reais. Está aí dentro o que vocês devem ainda pra nós, o resto é protocolo.

A vereadora perguntou se houve termos de ocorrência e quantos aconteceram durante o período de execução da obra. Segundo Nalmir, “houve, ao longo da obra, pelo menos três comissões, tanto na primeira gestão quanto na segunda. Três vezes foram feitas comissões internas da prefeitura pra fiscalizar a obra, e nós fizemos o que foi pedido.”

Acerca do que trata a legalização de serviços extras e outros elementos que citados no parágrafo final da resposta datada de 10 de maio de 2017, o depoente declara que:

Protocolo de 27 de abril de 2016, pedindo os custos de administração local, o TCU diz que a administração local da obra deve ser paga e ela refere-se ao custo do engenheiro residente, ao mestre de obras, almoxarife, contador, RH, e como a obra é contrato global, nós não estamos pedindo durante todo período da obra, estamos pedindo ao período que se excedeu ao contrato original. Nossa equipe se excedeu por prazo muito superior por conta do contratante. Protocolo de 26 de abril de 2016, refere-se às leis sociais complementares que não foram pagas a nós. Refere-se a todas as despesas que os funcionários nossos tiveram que pagar aqui, de acordo com o Sindicato de Toledo. Outro, do começo de abril refere-se aos custos da administração central, refere-se ao BDI (lucro e despesas da empresa), proporcional ao tempo de obra que foi contratado, o prazo da obra estendeu-se por mais de dois anos e meio, então existe um percentual do BDI que se refere exatamente ao custo da administração central, esse é um custo que o TCU também entende como devido. Protocolo feito no final de 2015 em que nós cobramos o reajuste contratual, toda obra pela lei, após um ano da data da licitação, deve ser reajustada, não recebemos nenhum reajuste dessa obra. Essa obra nós começamos em 2012 com o preço da tabela SINAPI de 2010, ganhamos essa licitação por mil e trezentos reais o metro quadrado de um hospital. Aditivo protocolado no final de 2015 que traz os serviços extras executados e também serviços que foram suprimidos. Existem trezentos e setenta mil, cento e vinte reais que nós fizemos de serviços extra e cento e dezenove mil reais, duzentos e oitenta e dois serviços que nós não fizemos, que foram suprimidos. Deveriam pra nós na época mais duzentos e cinquenta mil reais, entre acréscimo e supressão de serviço. Basicamente, são esses.

Em relação ao sistema de vigilância do local durante o período de execução da obra, a vereadora pediu que o depoente dissesse como era feito. “Nós tínhamos vigilância noturna e câmara, alarmes. Mesmo assim, durante a nossa execução fomos roubados.” E afirmou que a vigilância foi provida pela própria empresa.

Sobre os furtos, a vereadora Janice perguntou: “Os furtos que aconteceram nesse período, houve registro pelo sistema?” “Os roubos que tiveram durante a nossa gestão, antes da entrega definitiva nós fizemos B.O, fizemos tudo, mas tivemos que comprar de novo, colocar de volta e fim, não tem outra solução. “

“Segundo consta da documentação, o Termo de Recebimento Definitivo de Obra foi assinado em 21 de junho de 2016. O Senhor é conhecedor de alguma ocorrência de furto ou algo semelhante após esta data e que tenha havido a intervenção de alguma forma por alguém da empresa?” perguntou a relatora.

Eu sei todas as histórias, inclusive que entre a entrega provisória e definitiva houve um roubo na obra. Compramos os cabos e relocalamos, quinze mil reais, foi um roubo de trezentos metros de cabo, não como aconteceu ao longo do período, o roubo de dois mil metros, que vimos agora.



Soubemos que depois também houve um outro roubo, que nos consultaram, meses depois que entregamos, dizendo que haviam roubado cabos, o agente da prefeitura viu quem roubou, seguiu até o Coopagro, coisa assim, mas não pegou o sujeito. Disseram ainda que o “cara” estava com o nosso uniforme. Uma história muito mal contada. O principal roubo é os cabos, tem quatrocentos, quinhentos mil de cabos roubados, isso dá mais de duas toneladas de cabo, ou seja, isso vem acontecendo há muito tempo.

Vereadora Janice perguntou: “O Senhor mencionou que ainda, de forma provisória, uma vez que o termo definitivo foi assinado apenas em junho de 2016, mas a obra estaria concluída em 2014?”

Só pra terem uma ideia, em dezembro de 2014 a obra estava 96% executada, passou-se o ano porque a prefeitura devia dinheiro pra nós, cerca de dois milhões e fez o parcelamento em doze vezes de duzentos mil, algo assim, pra pagar o que devia pra nós, do contrato. Então nós tivemos que prorrogar esse prazo, pra então fazer e depois pegar o provisório, pra poder ir na Receita Federal pegar a certidão negativa de INSS junto pra registrarem depois, e esse trâmite demora. Por isso só saiu em 2016 o definitivo, se não teria saído muito antes.

A relatora insistiu: “Na verdade, no ano de 2015, esses 4% restantes não foram desenvolvidos ao longo do ano em razão desse parcelamento?” O senhor Nalmir respondeu: “Exatamente. Pra se ter uma ideia nós pintamos a obra inteira em 2016 de novo.”

A vereadora perguntou: “O Senhor foi bastante firme ao dizer dos projetos errados no momento da licitação, a incompatibilidade entre os projetos arquitetônicos, a inexistência talvez de alguns projetos. Qual teria sido o procedimento adequado e esperado naquele momento?” “Só posso dizer que o maior problema de obra pública chama-se projetos. Nós demoramos três anos pra fazer uma obra, e o projeto é feito em seis meses porque o gestor quer fazer rápido, quer inaugurar a obra na gestão dele, esse é o problema do nosso país. O projeto é feito rápido, mal feito, prejudica toda a obra.”

Sobre o projeto elétrico, a vereadora afirmou: “O Senhor mencionou a questão da Copel. Esta expediu um documento em 27 de dezembro de 2012, Projeto Elétrico 421/2010, citando questões que precisam ser apuradas, mas isso indica para um projeto existente. Diz da seguinte forma: “Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria, informamos que o projeto elétrico da entrada de serviços está em acordo com as normas técnicas da Copel”. Qual é o lugar deste documento na questão elétrica do Hospital Regional?” O interrogado respondeu: “Em primeiro lugar, nós nunca recebemos este papel, não sei nem a que se refere. Nós nunca recebemos projeto aprovado na Copel durante a obra. Inclusive as datas não possuem coerência.”

O vereador Antônio Zóio perguntou: “Em qual gestão foram feitos os protocolos que o Senhor citou?” A resposta consistiu no seguinte: “Os protocolos correram na primeira gestão que nos contratou, e, na segunda gestão, na terceira já tínhamos entregue a obra.”

Sobre os cabos que foram furtados, o vereador Zóio perguntou em que época foram colocados. “Aconteceu em março de 2016, entre o recebimento provisório e o definitivo, a obra já estava com os guardas de vocês. Compramos novamente na Rede Lux materiais elétricos e recolocamos para pegar o definitivo. O furto maior acredito que ocorreu nos últimos três anos depois da nossa entrega.”

O vereador Gabriel Baierle perguntou: “A auditoria afirma pontos que não foram feitos, como, por exemplo, a ausência de cobertura na saída do necrotério, central de gaze inacabada, é verdadeiro que isso estava licitado e não foi feito? Foi feito algo diferente do que foi licitado? Tudo com processo dentro da prefeitura?” “Não é verdadeiro. Muita coisa foi feita diferente. Desde a fundação, o projeto estava todo errado. Só no papel, entregaremos pra vocês os papéis, tudo documentado.”

O vereador Walmor Lodi perguntou se os projetos foram executados de acordo com o Ministério da Saúde.

Não é isso. Só executamos projetos para que a obra não parasse. Tem o projeto da fundação, o projeto da estrutura, projeto do ar-condicionado, contratado por si só, nós fizemos só alguns projetos. Não mexemos em projetos arquitetônicos. Veja bem, há duas opções, a obra é regida por três documentos: o projeto, a planilha contratual de serviços e um memorial descritivo. Houveram recomendações que não foram cumpridas, isso é normal, porque chega uma hora que os gestores não querem aditivos. Voltando ao teu assunto, as portas, existe um projeto que diz sobre o tamanho delas, só que existe uma planilha de serviços que diz quantas e o tamanho de cada porta colocada. Se na planilha tem dez portas de um metro, vou receber o que lá é dito.



Se no projeto tem vinte, escolham onde vocês querem as portas. Desde que esteja calçado pela planilha contratual.

O vereador Ademar disse que o Secretário de Saúde que aqui esteve disse que não houve execução de obra nessa atual gestão e agora há pouco foi dito que foi pedido pela atual gestão que fosse refeito algumas situações, fizeram, e se quer foi pago. “Quando a nova gestão assumiu foi recolocado as pastilhas que haviam caído, foram feitos vários pequenos serviços, solicitaram e fizemos, foi feito e documentado.”

Disse o vereador Ademar: “Fontes do Jornal ‘O Paraná’ destacam algumas irregularidades, itens que constam como pagos e não colocados ou executados em desconformidade. O que o senhor tem a falar sobre isso?”

Fizemos uma resposta para esse laudo feito por um engenheiro eletricista da prefeitura, fizemos um levantamento de todo o projeto de cabos com um memorial de cálculo, isso está entregue, ele falou isso sem memorial de cálculo. Nós executamos mais de três mil metros de cabo a mais que tem na planilha, isso já está protocolado para a prefeitura. Já documentamos que executamos muito mais do que recebemos.

O vereador continuou o interrogatório ao que o depoente respondeu:

A cabine de medição não tem baixa e média qualidade, ou é ou não é, não há o que discutir. Pode ter sido a diferença de projetos que houve na época ou podem ter sido tirados, dois, três disjuntores. Os circuitos que observamos há um mês atrás está tudo lá e funcionando. Quando nós recebemos esse levantamento feito pela prefeitura, a primeira consulta que fizemos foram aos projetos que haviam sido utilizados. A documentação diz que foi o projeto de 2002, a licitação foi em 2012. Foi documentada uma troca de serviço, de uma telha para outra, pois a que era especificada, hoje em dia já teria caído. Isso já está resolvido no processo interno.

Sobre a entrega do Termo Definitivo de Entrega de Obra, o vereador Ademar perguntou se foi entregue diante de uma comissão ou para uma pessoa. “Na segunda gestão, quando entregamos, foi feito uma comissão multidisciplinar, além de o TCU e o Ministério da Saúde ter vindo o prefeito a época fez uma comissão onde estava a Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras. Uma comissão multidisciplinar foi feita.”

OITIVA DE DOUGLAS SINCLER CANESIN DA SILVA

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 20/2018/CM/CPI-01, de 13 de junho de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 08 de agosto de 2018, às 11 horas.

O depoente declarou que acompanhou a obra no período de 2012 a 2014; depois se desligou da empresa e retornou no final de março de 2016 até junho de 2016. Ao ser interrogado pela relatora sobre a ocorrência de algum sinistro, furto no Hospital regional, Douglas respondeu que, no período de 2012 a 2014, houve pequenos furtos aos quais estão até acostumados, que acontece em obra, é algo corriqueiro, nada de grande monta.

A vereadora pergunta sobre furtos em 2016, e Douglas responde: Quando retornei às atividades, ocorreu um furto de cabos que a empresa havia adquirido. Na época, eu não estava presente quando dos furtos, mas fui eu que fui recolocar o cabeamento.

A relatora Janice diz: Nós temos um B.O registrado em 14 de março de 2016, que relata o noticiante ser administrador da obra do HR, funcionário da Endeal, que foram furtados os cabos elétricos de cobre que ligam o gerador ao transformador e à rede predial, que por ora o prejuízo está avaliado em R\$21.600 e que possui vigilantes contratados da empresa Inviolável, mas mesmo assim o furto ocorreu. Nada mais. Esta situação é do seu conhecimento? O depoente responde: Sim, é do meu conhecimento. Como eu havia falado eu retornei às atividades da empresa no término de março e início de abril e quando retornei sabia que havia sido feito o furto e nova aquisição desse cabeamento.

O vereador Ademar disse que, no relatório, consta que foi forjada a recolocação dos cabos. O que o senhor tem a falar sobre isso? O senhor Douglas disse que tem total desconhecimento. O serviço foi feito. Se foi retirado de volta, eu não sei. Esses cabos do furto de março foram recolocados. Mesma coisa.

O vereador Ademar também perguntou sobre as portas que teriam sido executadas de forma irregular. A essa pergunta, o senhor Douglas respondeu que foram executadas conforme o projeto e afirmou que Todos os projetos foram sofrendo alterações. O projeto do Hospital Regional virou uma colcha de retalhos porque tem coisa



do primeiro projeto, do segundo, do terceiro e assim foi feito sucessivamente. □

Quanto à questão da entrada de energia, o depoente afirmou que o senhor Wolnei da Copel, fez uma vistoria. É de praxe ser feita uma vistoria antes da ligação final. E ao fazê-lo, o técnico fez alguns apontamentos de pequenas alterações que precisavam ser feitas para a época, porque as normas vão sendo sempre atualizadas. Para aquela época, em 2014, foi adequado.

O vereador Ademar disse que a comissão foi fazer vistoria no hospital e identificou que as portas laterais de entrada estavam quebradas, tortas. O depoente disse: □ Logo que fizemos a entrega, o fiscal me chamou e havia algum problema, não lembro ao certo qual era, e várias portas foram vandalizadas. Várias delas tentaram arrombar. Porque aquelas portas são saídas de emergência. São para facilitar a saída. Então se facilita a saída, facilita a entrada. São frágeis, qualquer pessoa que queira agir de má fé, vai conseguir estragar aquela porta. Não é uma porta de segurança. □

O vereador Ademar perguntou: □ Porque faltou a instalação dos equipamentos solares? Os equipamentos solares foram pagos conforme relato aqui e não foram instalados?

Nós fizemos sim uma pré-instalação. Os equipamentos solares, uma vez colocados, precisam entrar em funcionamento. Se você colocar aqueles tubos de vácuo, os técnicos que nos auxiliam não indicam deixar vazio, porque pode sofrer com um problema de excesso de aquecimento. Ele vai romper. Chuva de granizo, tudo isso, faz com que ele seja colocado apenas no momento que ele vai ser usado em efetivo porque senão você vai perder o equipamento.

O vereador Ademar mencionou que □ o início da auditoria diz assim □ algumas irregularidades mais graves. Na parte elétrica foram pagos R\$484.900,00, mas os serviços não foram executados. Os outros R\$ 618.000,00 foram pagos, mas executados em desconformidade □. O que o senhor tem a falar sobre isso? □ O depoente afirmou: □ Eu desconheço essa informação porque uma coisa é a pessoa falar que foi desconforme, mas desconforme com quê? Em que ela está se baseando? Ela tem um projeto aprovado? A gente fica nessa questão. Onde que ela foi buscar essa informação para dizer que está desconforme. É muito vago. □ Quanto aos serviços não executados, ele disse que □ Continua sendo vago porque tem serviço que está apontado em um projeto que não tem planilha. É fácil existir uma pré-instalação de ar condicionado, por exemplo, de rede elétrica, que não tem planilha, mas tem projeto. Então não foi executado.

Segundo o vereador Ademar, no relatório da Comissão de Auditoria, no § 2º diz □ outra falha dos demais serviços: R\$ 250.500,00 foram pagos, mas não foram executados. R\$ 279.000,00 também pagos e em desconformidade. A cabine de medição de proteção foi avariada e reprovada pela Copel devido a inúmeras desconformidades e material de baixa qualidade. Diante disso não é possível fazer o aterramento da cabine de geração sem quebrar a calçada □. O que seria isso? □ Para Douglas, □ ele se baseia dizendo que o material é de baixa qualidade. Mais uma vez é vago. Se material que está lá é normatizado, a empresa que forneceu tem certificado via NBR e atende as normas, então está certo. Agora □ ah, não, precisa quebrar a calçada para fazer um aterramento □. Tudo bem. Quando o projeto foi feito talvez a Copel não exigisse a quantidade de aterramento que está sendo pedido hoje e que se continuar fazendo esse aterramento quando o hospital for funcionar, pode não ser válido novamente porque as normas andam mais rápido do que a obra. □

Quanto à □ Falta de passagem de diversos cabos. Falta de quadro elétrico. Falta de painéis. Falta de disjuntores. Falta postes que foram pagos. Os materiais instalados têm espessura e diâmetro diferentes do material pago e muitos outros apresentam qualidade muito mais baixa contratado e pago. Todas as lâmpadas instaladas são 127v e o hospital opera em tensão de 220v e 38v □, o vereador perguntou: Por que a lâmpadas foram instaladas em 127v? □ Para Douglas, □ até onde sei todos os reatores lá são bivolt. Então se for 127v ou 220v vai funcionar igual. Não muda nada. □

O vereador Ademar perguntou sobre o tamanho das portas. A essa pergunta, obteve-se como resposta:

A gente recai na questão de qual é o projeto que está olhando. No primeiro projeto que a gente tinha se eu fosse seguir ele e não usasse o bom senso, a maca não passava do centro de cirurgia para a enfermaria. Eu junto, com o fiscal, consultamos algumas pessoas da área. Falei □ Gente, eu não sou da área. Você, se quiser eu faço do jeito que está no projeto, mas a maca não vai passar. Como é que vai ser? □. □ Não, aumenta o tamanho da porta □. E assim outros e outros parâmetros também foram feitos, nós fomos adequando porque existiam coisas que era visto que não iria funcionar. O próprio elevador a gente comprou o elevador que é maior até do que tá pedindo no projeto porque não caberia a maca.



A vereadora Janice dirigiu ao depoente o seguinte questionamento: De um ponto em diante da obra, a segurança do prédio passou a ser feita pela Guarda Municipal de Toledo e a Guarda Municipal faz registros diários acerca das ocorrências, caso haja, evidentemente. Nós recebemos um registro da Guarda Municipal do dia 18 de agosto de 2016, portanto, praticamente 60 dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo de Obra, dizendo que dois funcionários da empresa Endeal Construtora teriam adentrado ao prédio para finalizar reparo de encanamento que havia sido danificado com a reativação da água. Lembra disso? Poderia nos explicar o que houve para que esses funcionários adentrassem ao prédio?

O senhor Douglas respondeu que:

Pela situação eu não vou lembrar onde foi, mas isso é uma situação corriqueira de obra. A partir do momento que você deixa uma tubulação muito tempo sem água, mas volta a pressurizar aparece um vazamento. Faz parte do aporte técnico de garantias a gente ser acionado para ir mandar arrumar. Então provavelmente foi lá para arrumar.

A vereadora disse O que nos causa estranheza é o que este Guarda Municipal relata na sequência, dizendo então que esses funcionários demoraram muito para sair do prédio. Ele teria ido atrás verificar o que estava acontecendo e diz que encontrou esses dois dentro de um elevador de manutenção retirando fios e soltando eles no túnel. Que na sequência iniciaram o carregamento dos fios na caminhonete e seguiram sentido Coopagro. Até aqui você é conhecedor da situação? Douglas confirmou: eu fui informado desse relato posteriormente, em hipótese alguma eles teriam ordem para fazer esse tipo de serviço.

A relatora reafirmou a estranheza da situação: Na realidade essa situação está bem estranha porque algumas pessoas teriam acompanhado esses funcionários até o Coopagro. Se depararam com a caminhonete vazia e depois foi chamado o engenheiro responsável, sendo eles funcionários antigos da empresa e de confiança. Este relato foi feito na presença do secretário de segurança e trânsito da época. Essas duas pessoas com o engenheiro foram até o SENAI conversar com os funcionários e fazer a acareação posterior. É o que está no registro da Guarda Municipal. Você sabe quem foi esse engenheiro? O depoente respondeu: Era eu, com certeza.

A vereadora informou a existência de um B.O, feito no dia 18 de agosto, às 18h44, que foi você mesmo que fez e diz que foram 12 pedaços de 1200m de cabos. Especifica a metragem e a espessura dos cabos e que os cabos já estavam instalados na obra. Diz que não tem suspeitos. Como é que ficou essa justificativa dos funcionários retirando os fios e colocando sobre a caminhonete?

Essa acareação foi feita posterior ao nosso B.O. Aí que o guarda disse: Eu vi eles dentro da obra tirando o material. Falei é quase impossível eles dois terem tirado aquele volume de material naquele dia. Pode ser que ele tenha feito. Enfim, a ocasião faz o ladrão, mas eles não tiraram todo esse volume em um dia, é impossível.

OITIVA DE RONI ALVARENGA DE MELLO PADILHA

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 24/2018/CM/CPI-01, de 13 de julho de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 15 de agosto de 2018, às 9 horas.

O vereador Ademar iniciou a oitiva, interrogando o depoente acerca do tempo que trabalha na Guarda Municipal de Toledo e se fazia parte da equipe que cuidava da estrutura do Hospital Regional. Ele respondeu que é Guarda "há 11 anos. Nessa época eu era Coordenador de Fiscalização para o Trânsito."

Em relação ao modo como que era feita a segurança do Hospital Regional, o Guarda respondeu:

Agora tem a escala 12 por 60. Só que eu vejo a longa data não é eficaz porque se analisar o guarda não tem um plano de ações a ser desenvolvido no local. Ele não sabe a quantidade de material que tem lá dentro. Então não há esse controle, por exemplo, da quantidade de material existente no interior do hospital e nem quem são as pessoas autorizadas a entrar e retirar o material ou levar algum material. É de longa data que não há esse plano de ação no local."

O vereador Ademar perguntou sobre o número de guardas que ficam no local para fazer a guarnição dos equipamentos e da estrutura do Hospital e se ele tem algum conhecimento sobre possível furto de fios.

O senhor Roni respondeu: "Um guarda só por plantão. Não vou poder contribuir muito nesse sentido, pois cheguei ao local e o fato já havia ocorrido. Inclusive não sabíamos o material que havia internamente e nem quem tinha



autorização. Cheguei no local e não interferi muita coisa. “ O depoente também afirmou não ter acompanhado a Guarda Municipal a um ferro velho na Cirne de Lima., que apenas compareceu ao local, o Hospital, para onde se deslocaram acreditando que se deparariam com a situação ocorrendo, mas já havia ocorrido.

Quando interrogado pelo vereador Ademar se o procedimento correto não seria fazer o boletim de ocorrência como um possível furto, o guarda respondeu que “sim, se você tem algum possível furto e você tem concretização do fato, tem que fazer o boletim de ocorrência para dar respaldo para o GM do local.”

A vereadora Janice, após veicular fragmento da oitiva dos senhores Nalmir Fontana Feder e Douglas Sincler Canesin da Silva, especificamente sobre os cabos que não estão no Hospital Regional, disse: “Não estou fazendo nenhuma afirmação. Apenas desenharei um cenário para formular a pergunta. A partir da oitiva deles, desenhou-se um cenário em que eles estão apontando falhas graves em todo o processo que foi conduzido no Hospital Regional e o esforço deles foi no sentido de desqualificar os gestores e a comissão técnica que fez a auditoria. Imaginando que esta empresa tenha essa seriedade que outorga para si e, portanto, está certa também em relação aos cabos, como é que poderíamos explicar que todo esse material tenha sido retirado do hospital com a presença de Guarda Municipal lá?” O senhor Roni afirmou:

Inexplicável. Na época, quando foi assumido, que a Guarda começou a trabalhar no local, nunca tirei plantão. Fui tirar em 2016, não diariamente. Não se tem um controle de quem entra e quem sai, e o que tem lá dentro. Se hoje você perguntar o que tem lá dentro, ele vai falar que não sabe. Quem tem autorização para entrar? Ele também vai responder que não sabe. Por exemplo, há colchonetes e podem ser levados embora a qualquer momento. É solto, é leve e pode ser enrolado. E qual o controle?

A relatora afirmou que, em relação a muitas coisas a situação é essa, mas em relação aos cabos está permeado de contradições. Peso, quantidade, barulho, esforço, e tudo isso causa bastante estranheza. “Temos dois Boletins de Ocorrência. Um registrado em 14 de março de 2016, dando conta que teriam sido retirados cabos elétricos de cobre que ligam o gerador ao transformador e a rede predial e que o prejuízo estaria avaliado em R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos) e que haveria vigilantes contratados da empresa Inviolável, mas mesmo assim o furto ocorreu.” O depoente afirmou desconhecer a existência desse BO.

A vereadora Janice procedeu à leitura de uma segunda situação reportada anteriormente e que se refere a um registro da guarda, no livro mencionado pelo depoente: “por volta das 14h30 dois funcionários da empresa Enddeal Construtora adentraram ao Hospital Regional para finalizar reparos no encanamento que havia danificado com a reativação da água. Eu verifiquei e, após o consento, fiquei na entrada na espera da saída dos mesmos. Com a demora da saída, fui procurar os mesmos que já não estavam no local. Em buscas encontrei os dois dentro de um elevador de manutenção retirando fios e soltando eles no túnel. Neste momento liguei à Central comunicando minhas suspeitas. Neste momento um dos funcionários veio até a entrada e pegou a caminhonete da empresa e se deslocou até o gerador, onde iniciou o carregamento dos fios na caminhonete e seguiram sentido Coopagro. Com a chegada da viatura, nós seguimos sentido ferro velho onde encontramos a caminhonete da empresa com dois funcionários dentro com a caminhonete vazia. Depois foi chamado engenheiro responsável e falaram a ele suspeitas, sendo eles funcionários antigos e de confiança da empresa. Esse relato foi feito na presença do Secretário Bayer e do Coordenador Padilha e da Silva. Engenheiro foi até o SENAI falar com os funcionários e fazer a acareação.” Parece que Bayer, junto do engenheiro, foi até o SENAI conversar com os funcionários. Você é conhecedor dessa situação? Ele respondeu que “somente fui até o local e soube da situação do possível furto. Não tem como eu afirmar um fato que eu não vi.”

Sobre o fato de terem acompanhado a caminhonete até o ferro velho, a vereadora perguntou se é esse mesmo o procedimento ou recomenda-se/orienta-se para que procedimento. O Guarda explicou:

Houve o entendimento de que o guarda deveria ter abordado o cidadão. Ter chamado a polícia. Dependendo do número de pessoas, o guarda hoje não tem porte de arma. Como vai assegurar sua integridade física numa abordagem dessa? A respeito desse acompanhamento, não posso te dizer se foi visto caminhonete ou não pois eu não estava presente. Era o da Silva e o Peliciolli. De antemão, eu só fui no Hospital Regional, o guarda presente passou a situação e nada mais eu fiz.

A relatora insistiu na pergunta: “Imaginando que se percebe que há duas pessoas no prédio, há uma caminhonete, o material está sendo retirado do prédio, colocado na caminhonete e essa caminhonete se desloca para outro lugar da cidade, qual seria o procedimento adequado?” Para Roni, “abordagem e verificação. Abordar, indagar sobre o produto e chamar os responsáveis. Não se tem um controle do que se tem lá. Chamar o engenheiro e até o chefe



desses funcionários.”

A vereadora ressaltou: “Que se verifique a dificuldade que acaba gerando. Esse engenheiro, que é mencionado no registro do guarda, compareceu até a Delegacia e noticiou furto de 960 metros de cabos 240 milímetros, divididos em 12 pedaços e 1.200 metros de cabos 85 milímetros, divididos em 15 pedaços da obra do Hospital Regional de Toledo, obra de que a Engenharia Endeal é Construtora, diz que os cabos já estavam instalados na obra. Diz que não tem suspeitos. Se realmente esses cabos pesam tudo isso que eles dizem que pesam, que há essa dificuldade de corte e retirada e aí se aponta que nem deu sessenta dias da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo de Obra eles dão conta de toda esta retirada, é uma situação bem difícil de se entender e de se explicar. E a última pergunta: “Não teria sido de se esperar que a própria guarda fizesse o B.O? O senhor Roni respondeu que:

Sim, o GM, em qualquer situação que ocorre dentro do espaço público que é assegurado pelo guarda em escala, ele tem que registrar boletim de ocorrência. Se ele verificou que houve possível furto e concretizou, ele devia ter abordado, chamado Polícia Militar e ter certeza que esses funcionários estavam furtando esses fios. Não há como acusar algo abstrato, tem que ter a certificação.

OITIVA DE MOISÉS BAYER

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 25/2018/CM/CPI-01, de 13 de julho de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 15 de agosto de 2018, às 10 horas.

O vereador Ademar perguntou ao Guarda Municipal: seu nome consta dos registros da Guarda Municipal e do B.O. O que você sabe em relação a furtos de fios e cabos dentro do Hospital Regional?

O GM do local solicitou que havia uma caminhonete em atitude suspeita que estava carregando alguns materiais e foi deslocada viatura para o local e no momento que estava sendo feito o deslocamento essa caminhonete acabou saindo do local. Não foi possível o guarda chegar no local abordar eles no momento porque estavam em dois na caminhonete e ele estava sozinho. Não tinha como. Nisso eles saíram do local. A gente encaminhou a viatura para o local e o guarda solicitou minha presença também. Eu fui até o local. O guarda pediu para ir uma viatura para ver que sentido eles iriam. Tentar localizar o veículo. O guarda acabou citando que viu eles em um ferro velho na região do Coopagro mas também não soube dizer se realmente tinha algum material na caminhonete e nem o que estavam fazendo lá. Ficamos no hospital e entrei em contato com o Jesus. Ele acionou o engenheiro responsável pela empresa para que estivesse no local também. Demorou meia hora para comparecer. Mostramos para ele o local onde supostamente ocorreu o furto e ele constatou que os fios realmente não estavam no local. Diante desta afirmação do guarda, como os funcionários já haviam saído do local, pedi para o engenheiro onde eles moravam para verificarmos. O engenheiro disse que não sabia o endereço mas sabia com quem conseguir. Foi no SENAI, pediu o endereço a casa onde que estavam morando que era alugada pela empresa. Fomos até a casa, pedimos autorização do responsável da casa para verificarmos. Olhamos na casa e não foi visto nada de irregular. Não foi abordado a caminhonete. Tiveram intuição de ir para certa região onde foi vista a caminhonete no ferro velho, mas não foi abordado. A gente conversou com o pessoal (os funcionários da Endeal). Entramos em todos os cômodos, olhamos na caminhonete e não tinha nada lá. Afirmaram que estavam fazendo reparos formais, porém não citaram quais seriam os reparos. E realmente havia algumas ferramentas sobre a caminhonete, porém não fios.

O vereador Ademar perguntou se é possível um guarda fazer a cobertura e os cuidados do prédio todo sozinho, ao que Bayer respondeu: Um guarda somente é bem difícil. Mas era a disponibilidade que tínhamos na época . Nessa época, Bayer era o secretário de Segurança e Trânsito. Afirmou, ainda, que até então o responsável direto era o diretor de segurança, Moacir Campos. Ele que estava responsável e em contato direto com o responsável do local, que era o Jesus. Até mesmo em questão de escala e local que o guarda iria trabalhar.

A relatora, vereadora Janice, perguntou ao depoente: Você se lembra quando iniciou a segurança no hospital regional por parte da guarda municipal? Ele respondeu que foi em 2016, em torno de junho e julho.

A vereadora disse que Esse registro da Guarda que consta que você narrou, além do que foi dito, diz que ele percebeu que os funcionários adentraram no prédio e se deparou com eles soltando os cabos no túnel e que, em razão das suspeitas, entrou em contato com a Secretaria e ele diz que com a chegada da viatura, seguimos sentido ferro velho, onde encontramos a caminhonete da empresa com os funcionários saindo com a caminhonete



vazia. Você sabe quais eram os guardas que estavam na viatura? Bayer respondeu que eram o GM da Silva e GM Pelicioli juntamente com o guarda do local, que não sabe dizer os nomes ou uma forma de localizarmos esses funcionários que teriam feito a retirada destes cabos e que somente o engenheiro responsável que contratou esses rapazes poderia fazê-lo. O GM também reafirmou o procedimento adotado pela Guarda: eles não tinham certeza se realmente a caminhonete estava com o material. Retornar ao Hospital. Foi onde perguntei ao Jesus que era o responsável pelo hospital no momento. Perguntei se ele tinha interesse em fazer o B.O na Delegacia relatando o furto dos cabos.

Novamente, a vereadora reproduziu os fragmentos da oitiva dos senhores Nalmir Fontana Feder e Douglas Sincler Canesin da Silva, especificamente sobre os cabos supostamente furtados do Hospital Regional e perguntou: a quantidade de cabos apresentada pelo engenheiro da empresa é muito grande e difícil de manipular. Na sua visão, Moisés, se aquilo que Nalmir está dizendo procede, como poderíamos explicar isso?

Infelizmente não tem explicação, mas acredito que deveria haver um controle mais rigoroso de entrada e saída do pessoal. Também no mesmo dia do ocorrido eu questionei o responsável da prefeitura, que era o Jesus, o que eles viviam carregando ali. Ele falou que a empresa tinha autonomia de tirar e trazer coisas para o Hospital. Então diante disso, não sei qual seria a maneira do guarda estar controlando.

Sobre a própria guarda registrar o B.O, Bayer disse: Não, pois procedimento da guarda em todas as ocorrências em qualquer local público, a gente solicita a presença do responsável do local, informa do ocorrido e ele vai e registra o boletim de ocorrência.

A relatora perguntou: Por que vocês chegaram à conclusão de que o responsável seria o Douglas, sendo que essa obra já havia sido entregue há mais de sessenta dias? Eles já haviam inclusive assinado o termo de entrega definitiva da obra. A resposta deu conta de que o responsável da obra, Jesus, afirmou que eram funcionários da empresa e que estariam lá para fazer a manutenção.

Na sequência da oitiva, os demais vereadores dirigiram suas perguntas ao depoente:

Vereador Gabriel: Como Secretário na época, o senhor não deveria ter designado que fosse feito o plano de ação? Realmente deveria haver plano de ação, mas 24 anos de instituição e eu tenho 10 anos e meio e não seria eu em 8 meses em final de mandato que faria um plano de ação para estar regularizando toda a situação da guarda. Isso demanda um estudo técnico.

A vereadora Janice: Você saberia estimar o tempo que esse engenheiro Douglas teria ficado no Hospital Regional? Seria o tempo de chegar no local, aguardar o endereço. Fomos com ele na casa, voltou até o hospital e depois falaram que iriam fazer o boletim de ocorrência.

A relatora indagou ainda se seria o tempo suficiente para ele dizer que foram retirados 960 metros de cabos de 240 milímetros divididos em 12 pedaços e 1200 metros de cabos de 185 milímetros divididos em 15 pedaços da obra do hospital regional. Bayer respondeu que isso aí em um dia é impossível de ter acontecido.

O vereador Lodi concluiu a sessão de perguntas: Jesus deu autoridade e autonomia para vocês que as pessoas da empresa pudessem entrar e sair no momento que precisassem? Sim, questionei ele via telefone e ele falou que a empresa, quem estava executando o serviço ali, tinha autonomia de entrar e sair com material. Mesmo após a entrega da obra.

OITIVA DE EVALDO MENSCH

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 26/2018/CM/CPI-01, de 15 de agosto de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 22 de agosto de 2018, às 9 horas.

O vereador Gabriel Baierle, como autor do requerimento, iniciou a sessão de perguntas: “Temos o relato que aconteceu no dia 18 de agosto de 2016 um furto no Hospital Regional, dia em que o senhor estava de plantão.”

No dia 18, eu trabalhava como segurança no local e entrava das 12 até as 18 horas. Logo, ao dar início ao turno, percebi o vazamento de um encanamento e, após verificar, solicitei à Guarda Municipal que fosse feito um pedido de conserto. Por volta das 14h, chegou ao local dois funcionários da Endeal para fazer o conserto. Levei-os ao local do problema onde iniciaram a manutenção e retornei para a portaria, onde voltei ao posto de plantonista. Passado um tempo,



não havendo mais barulho e os funcionários não retornaram, fui verificar onde estavam. Não estavam mais no local do conserto. Em ronda, subi no segundo piso e encontrei os dois dentro do elevador de manutenção onde passam os cabos de energia. Um segurando alguma coisa e o outro serrando os cabos. Eles não me viram e retornei para a portaria e liguei para a central da Guarda Municipal. Como não havia ninguém da chefia direta da Guarda, o mais antigo do plantão era o Supervisor Elguer. Após eu relatar, ele enviou uma viatura para a gente fazer o flagrante no Hospital Regional. Fiquei aguardando e, após passar algum tempo, provavelmente uns 15 minutos ou mais, não chegava a viatura. Retornei a ligação para falar diretamente com ele e me comunicou que o Secretário da pasta, naquele momento, o GM Bayer, cancelou a viatura por ter conversado com o Engenheiro Jesus que os rapazes da empresa tinham livre acesso para retirar ou colocar qualquer coisa dentro do Hospital Regional. Nesse momento, já o pessoal da empresa já havia tirado o caminhão da frente do Hospital e colocado no gerador que fica no fundo. Subi para o piso do Hospital e fiquei observando de algum quarto daqueles e os rapazes da empresa haviam aberto a saída do gerador e estavam colocando rolos de cabo em cima do caminhão. De início consegui contato com o Secretário. Relatei novamente para ele, expliquei que estava acontecendo um furto e qual seria a posição dele. Ele falou que não tinha o que fazer, que não era competência minha e nem da guarda e que a viatura já havia sido cancelada por aquele motivo que ele já tinha dito. Então fiquei ali com as mãos atadas. Certo tempo depois, após carregar o caminhão eles foram embora. Após chegou viatura da guarda. Depois chegou o Bayer com mais um GM que não lembro quem. Relatei novamente. Depois chegou engenheiro da empresa que estava em Cascavel trabalhando em uma obra no SENAI. Relatei novamente. Comuniquei ao engenheiro que iria levar ele para o local onde havia sido furtado. Ele falou que não tinha interesse de ver e que os funcionários que estavam lá eram de confiança e que não havia motivo para fazer Boletim de Ocorrência ou qualquer coisa. Então ficou por isso. Eu só relatei no livro. Peguei com o engenheiro o nome dos funcionários que haviam adentrado no local. E acabou ficando dessa forma. Não foi feito B.O para polícia, não foi chamada Polícia porque o Secretário achou que não era necessário, não viu necessidade. Falou que o engenheiro da prefeitura tinha dado livre acesso para eles.

O vereador Gabriel reiterou a pergunta: “Para deixar claro para a comunidade: o senhor pediu a viatura por duas vezes e o Secretário cancelou a ida da viatura?” “Isso. Por duas vezes. Uma que foi pedido para o supervisor e o supervisor liberou pois não tinha ninguém do comando direto. Na metade do caminho foi cancelada a viatura. Depois liguei novamente pois aguardava para fazer o flagrante e foi comunicado que não viria nada e não tinha motivo para fazer uma abordagem ou prisão naquele momento.”

Na sequência, o guarda Mensch relatou a sucessão de fatos:

Como vi que passaram na rua paralela ao Hospital Regional que vai em direção ao Coopagro, falei para os Guardas: “Vamos. Um local para despachar aquilo seria o ferro velho. Vamos atrás deles”. Então seguimos mas havia passado um tempo e já tinha perdido o flagrante total.”

O depoente afirma ainda terem visto a caminhonete da Endeal saindo do ferro velho vazia: “Vazia. Não tinha como ver, pois, a caminhonete era alta. Eu acredito que estava vazia porque a caçamba era alta e não saímos da viatura, pois não havia autorização para fazer nada. Voltamos em sentido ao Hospital Regional e apareceram o Bayer e o engenheiro e fiz o relato novamente. Vi toda a carga deles. Eles encheram aquele caminhão de cabos grossos. Era uma cerra para cortar ferro. Manual. Era uma caminhoneta emblemada pela Endeal, da Hyundai.”

A vereadora Janice dirigiu-se ao depoente também: “Você nos disse que, após identificar o vazamento, entrou em contato com a Guarda para que fosse acionado alguém que fizesse o serviço. A partir daí esses dois funcionários chegaram ao Hospital Regional. Você conhece, poderia nos dizer quem chamou essas duas pessoas ao Hospital Regional?” “Não sei dizer. Foi comunicada a Guarda e a Guarda entrou em contato, eu acredito, que com a manutenção da Prefeitura mesmo.”

Sobre o número de vezes que ligou para a Guarda neste intervalo em que percebeu o que estava acontecendo, o depoente afirmou que “logo no início que eu verifiquei e depois de alguns minutos eu retornei. Depois eu tive uma ligação com o Secretário, mas não tenho certeza se eu fiz a ligação ou se ele me retornou porque eu tinha pedido várias vezes para o supervisor Elguer para ele me botar em contato com o Bayer porque o celular dele não estava dando.” Entre o primeiro telefonema à Guarda e a chegada das pessoas até o Hospital Regional, deve ter dado mais de meia hora segundo o depoente. Ele afirmou também que havia guardas no Hospital Regional 24 horas.

A relatora perguntou acerca do registrado B.O relativo a essa situação, “da Guarda não foi. No dia que eu fui



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 36

prestar depoimento na Delegacia, eu vi o B.O do engenheiro. Então ele esteve no local no dia, achou que não tinha suspeita sobre os funcionários dele e, às 18h40, ele fez um B.O na delegacia colocando até metragem ou peso, detalhes que eu achei estranho ele não querer conferir comigo. Queria mostrar para ele e ele não quis ver e colocou quantidade de fio roubado sem suspeitas.”

A vereadora Janice retomou a questão: “A descrição do Boletim de Ocorrência registrado no dia 18 de agosto de 2016, às 18h44, diz o seguinte. ‘Compareceu o noticiante Engenheiro Civil denunciando o furto de 960 metros de cabos 240 milímetros divididos em 12 pedaços e 1200 metros de cabos 185 milímetros divididos em 15 pedaços da obra do Hospital Regional de Toledo, obra em que a Endeal Engenharia é construtora. Diz que os cabos já estavam instalados na obra, diz que não tem suspeitos.’ Quanto tempo o Engenheiro ficou na obra? Que tipo de verificação o engenheiro fez que daria a ele condições de fazer uma descrição tão detalhada?”

Essa foi a questão que fiz a um dos investigadores porque, no momento até o ex-secretário Bayer estava no local, ele não fez perícia nenhuma para verificar isso. Quis mostrar o túnel, quis mostrar as coisas e ele não teve interesse nenhum. O Bayer foi com o engenheiro na obra do SENAI para conversar com os rapazes que tinham vindo ali para fazer a vistoria. O Bayer relatou que os caras da obra não tiraram nada da obra a não ser o entulho para consertar a obra. Ele perguntou também o que eles estavam fazendo no ferro velho. Eles falaram que foram visitar um amigo. O engenheiro deixou por isso. Não fez vistoria. E fui ver que tinha esse B.O detalhado quando fui fazer meu depoimento na delegacia.

OITIVA DE MARCIO ANDRÉ WATHIER

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 27/2018/CM/CPI-01, de 15 de agosto de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 22 de agosto de 2018, às 10 horas.

A vereadora Janice Salvador, como autora do requerimento, deu início à oitiva. Em resposta às primeiras perguntas, Márcio disse não ter tido participação nenhuma na obra Hospital Regional, pois entrou na Prefeitura em outubro de 2015, quando já estava ao todo concluído, e que, em outubro de 2018, completará três anos de serviço público. Quando questionado pela vereadora sobre os motivos que conduziram à realização da Auditoria, o depoente disse que apenas foi convocado para participar dela. A relatora disse que a comissão também confrontou, segundo relatório lido, projetos técnicos e planilhas de medições dos serviços inicialmente contratados e dos serviços aditados. Houve divergências entre os projetos técnicos e as planilhas de medições e divergências de que natureza?

O engenheiro eletricitista respondeu: “Divergência entre planilha, projeto e obra são inúmeras. O laudo apresentado detalha cada uma delas, as que foram possíveis de serem encontradas. A vistoria que foi feita foi com base no projeto de 2012 atualizado. A vistoria foi feita visualmente, não foi possível fazer uma análise técnica do funcionamento da instalação porque não estão ligadas ainda.”

Em relação à afirmação feita no relatório de desconformidades e material de baixa qualidade, o depoente afirmou que a referência utilizada para avaliação da qualidade é o que está projetado ou ao que se encontra em planilha.

Sobre a justificativa para a instalação de três grupos de geradores no lugar de dois apontada no relatório, o servidor disse:

Não há alteração nenhuma na planilha. Optou-se por colocar três geradores no lugar de dois. A empresa que solicitou essa alteração para o engenheiro responsável pelos projetos, porque para se fazer essa troca exige-se toda uma alteração de projetos que teria que ser feita em sequência ou antecipadamente a essa troca. A solicitação foi feita e o engenheiro responsável pela obra autorizou essa troca de dois geradores por três, desde que fossem compatíveis com a instalação. Porém, deveriam ser alterados todos os projetos em relação à entrada de energia para compatibilizar com esses três geradores. Essa alteração de projeto deveria ser apresentada à Copel para ela aprovar essa alteração e depois autorização da entrada de energia.

A vereadora Janice perguntou ao depoente: “Você também menciona em vários pontos do seu relatório uma incompatibilidade entre o número de itens projetados, planilhados e executados. O que está planilhado foi efetivamente pago?” Segundo ele, até onde foi lhe passado, todos os itens da planilha foram pagos 100%, que não tem conhecimento de nenhuma glosa, apenas alguns aditivos.

Ainda sobre a questão, a vereadora perguntou: “Em relação a essa situação geral de itens que deveriam ter sido executados em uma determinada quantidade e foram executados em outra, alterações que aconteceram,



materiais de qualidade inferior, de modo geral, quais podem ser as consequências disso para o Hospital Regional?"

Cada alteração tem sua consequência, o maior problema é o dimensionamento dos materiais, os cabos por exemplo, foram colocados um dimensionamento para esses cabos pra conduzir uma capacidade de energia e evitar uma queda-tensão, colocando-se cabos inferiores eu tenho uma menor capacidade de condução de energia elétrica, o que pode não ser suficiente para a alimentação de alguns equipamentos. E o dimensionamento inferior também provoca a queda de tensões maiores podendo prejudicar o equipamento em si, o dimensionamento maior que o necessário é feito justamente pra evitar essa queda de tensão.

Na sequência foi reproduzido um trecho da oitiva, indicando a interpelação havida, por considerar-se a questão de relevância à apuração dos fatos.

Vereadora Janice: "Em dado momento do seu relatório você diz: "dos três painéis pagos, apenas dois estão instalados". Esse terceiro não foi instalado ou haveria a possibilidade dele ter sido retirado?"

Depoente Márcio: "Se foi colocado no local e retirado depois, não posso dizer, mas tudo indica que ele nunca foi instalado."

Vereadora Janice: "Você também diz em determinado momento: 'não foram passados todos os cabos', tem-se a certeza de que não foram passados ou poderiam ter sido passados e foram retirados?"

Depoente Márcio: "O hospital tem três painéis principais, um pra cada pavimento, o painel do primeiro e segundo pavimento é visível, foram passados os cabos, não sei se em sua totalidade como deveria ter sido feito, mas foram passados e estão lá os cabos cortados, que foram roubados ou retirados, enfim. O painel do terceiro andar tem indícios de que nunca foram instalados."

Vereadora Janice: "Você também diz em dado momento: 'circuitos que não respeitam o diâmetro dos cabos, pontos de tomada sem fiação, agrupamentos de circuitos para facilitar as instalações e reduzir custos'. Além dos custos, que outros prejuízos pode se ter no Hospital Regional em razão disso?"

Depoente Márcio:

Essa parte refere-se aos circuitos terminais, essa parte, como o próprio laudo diz, não foi possível verificar, pois está dentro de paredes, por cima do forro que é fechado por inteiro, locais sem acesso. Nos painéis individuais de cada sala visualiza-se que o painel foi construído de acordo com o projeto, quando se abre, se vê que não há saída de circuitos em todos os disjuntores, e sim agrupamentos. Todas as luminárias são alimentadas por energia, então essa energia vem de algum lugar, só que ela não está vindo do ponto inicial que deveria estar saindo, ou seja, está derivando de outros pontos.

Vereadora Janice: "Esses agrupamentos podem tornar esses pontos mais sensíveis?"

Depoente Márcio: "Pode tornar mais sensível, mas não tem como avaliar se vai ser funcional ou não funcional, só ligando a energia e fazendo uma análise do projeto, quem pode dizer isso é o pessoal que projetou a parte elétrica."

Em seguida, o vereador Ademar Dorfschmidt passou à formulação de perguntas ao depoente. A Primeira pergunta foi: "Qual é a data do projeto que foi pego para fazer a auditoria do Hospital Regional?" O depoente respondeu que foi o projeto atualizado de novembro de 2012, pelo engenheiro Cavalari.

O vereador Ademar perguntou: "Em algum momento o senhor procurou o fiscal de obra para retirar alguma informação a respeito da auditoria feita no Hospital Regional?" Ele respondeu: "Tive conversas com ele, mas não diretamente relacionadas à vistoria. O que eu fui designado a fazer foi comparar os projetos e planilhas com as situações do hospital." Sobre ter, após essa vistoria toda, entrado em contato com o fiscal da obra, Márcio respondeu: "De forma nenhuma. Quem precisa fazer a justificativa, os apontamentos são os envolvidos com a obra, eu não tive envolvimento com a obra, apenas fiz a fiscalização" e que não compete a ele dizer por que não foi entrado em contato com o fiscal.

O vereador Ademar deu continuidade ao interrogatório: "Conforme relato que temos aqui, a auditoria consta irregularidades de um milhão e seiscentos mil reais na construção, referentes à parte elétrica e os demais serviços estruturais, das irregularidades da parte elétrica, quatrocentos e oitenta e quatro mil foram pagos e não executados. Cite pra mim de que forma foi levantado esse número de quatrocentos e oitenta e quatro mil e quais partes elétricas



foram pagas e não executadas.”

Márcio respondeu que as partes elétricas não executadas e pagas estão descritas no laudo, item por item na planilha orçamentária. Nesse momento, a vereadora Janice lembrou que o relatório de que o Márcio fala consta no processo às páginas 43 a 46.

Vereador Ademar: “Se existe um disjuntor de vinte reais, três seriam sessenta reais, compro dois de trinta, nós glosamos ou equiparamos o valor?”

Deponente Márcio: “Tem que ser feita alteração de planilha, você não pode simplesmente substituir um item por outro.” Disse também que, no laudo, aponta e detalha item por item dos diversos cabos, painéis, quadros elétricos, disjuntores, postes, que faltam, mas foram pagos”.

Vereador Ademar: “O senhor fala que houve furto de fios e aqui diz que não foram instalados. Você fez alguma perícia para detectar isso?”

Deponente Márcio: “Não, no laudo onde há evidência de furto, está lá descrito ‘não se encontra no local e há evidência de furto’, está assim descrito no laudo. Não é suposição, está escrito: evidência de furto, indícios.”

Acerca do critério para julgar o que é material de baixa qualidade, questionado pelo vereador Ademar, o deponente afirmou que

Em relação à cabine de transformação e geração, eu coloquei no laudo que aqueles apontamentos são uma descrição do laudo apresentado pelo engenheiro responsável pelo projeto que fiscalizou o local. É uma transcrição do relatório dele entregue. Qualidade inferior ao licitado. Qualidade baixa não significa que não é regulamentado. O Inmetro determina apenas as especificações mínimas que um produto deve ter pra ser aceito no mercado.

Vereador Ademar: “Nos quatrocentos e oitenta e quatro mil reais, esse levantamento foi feito entre fios, disjuntores e o que mais o senhor. poderia nos apontar?”

É uma quantidade muito grande de itens e não é quatrocentos e oitenta e quatro mil reais de baixa qualidade, mas sim, praticamente totalidade de qualidade inferior ao encontrado na planilha, são situações diferentes. Há inúmeras desconformidades apontadas no laudo. Um exemplo são as instalações da tubulação subterrânea para a iluminação externa, no projeto ele pede uma tubulação de uma polegada e meia e uma polegada e um quarto, a planilha também está pagando esse material, e no local ele colocou tubulação de três quartos, uma espessura bem inferior à instalada. Existe a tubulação e existe a instalação, mas ela está em desconformidade com o projeto, não está adequada pro local que foi colocada.

OITIVA DE MAÍSA CARMEN KUHN FAZZOLARI

A depoente foi convocada pelo Ofício nº 28/2018/CM/CPI-01, de 15 de agosto 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 22 de agosto de 2018, às 11 horas.

O vereador Gabriel Baierle, na condição de autor do requerimento, perguntou: “Quais períodos a Sra. foi secretária do Município?” Ao que ela respondeu: “Estive na gestão de 2005 até 2011, intercalando entre alguns setores.” “Então em 2012, quando foi licitado a Sra. não era secretária?” “Não, a minha exoneração foi em outubro de 2011.”

O vereador Gabriel perguntou: “No dia 07 de março de 2017, foi feita uma vistoria *in loco* no Hospital Regional, qual era a situação dele naquele momento?”

Nosso objetivo era equipar o hospital para abri-lo, mas nós fomos verificando que, na edificação, existiam algumas pendências, algo ainda para ser realizado para que possibilitasse a abertura efetiva do hospital. Na edificação, então fomos verificando que algumas coisas ainda não estavam a contento. Enfim, tinham algumas pendências técnicas para possibilitar a abertura. Verificamos que a edificação ainda não estava 100%, por isso que foi tentado a intervenção dos técnicos.

Vereador Gabriel:” O Engenheiro Nalmir, da Enddeal, quando esteve aqui, fez uma série de afirmações de que todos os projetos estavam errados, uma série de afirmações, enfim, esse tempo que a Sra. esteve como secretária, quais são os projetos realmente existentes?



O projeto original é de 2002, esse projeto, quando existiu a probabilidade de execução, do recurso, nós fizemos uma contratação da própria empresa que elaborou esses projetos, é uma empresa especializada pra que ela fizesse a atualização de todos esses projetos, então foi feito um processo, se não me falha a memória foi uma dispensa porque tinha que ser a mesma empresa que fez a atualização de todos esses processos, não me recordo o ano agora. Mas foi utilizado esse projeto pra poder encaminhar a obra.

A vereadora Janice Salvador passou a fazer as perguntas: “Quando de um edital para uma obra, quais são os documentos que compõem o edital e que são fornecidos às empresas que pretendem concorrer nesse certame?”

Além do próprio edital, compõem todos os projetos, no caso do Hospital Regional, é uma série de projetos técnicos, a planilha orçamentária utilizada como referência para composição do custo da obra e os memoriais descritivos.

Vereadora Janice: Para que a empresa, a partir do valor proposto, possa pensar, propor valores, ela certamente vai fazer um estudo cuidadoso de todas as peças fornecidas. A secretária respondeu: “Sim, até em muitos editais consta que a empresa, ela declara que teve acesso a tudo isso e que tem pleno conhecimento de qual é o objeto daquele contrato.”

Vereadora Janice: “E caso, neste processo, a empresa identifique incompatibilidades, muito acentuadas ou incompatibilidades de qualquer ordem, entre todos esses projetos que compõem o processo, quais são as atitudes possíveis para a empresa que pretende integrar o certame?”

Esta até previsto em lei, se for verificado alguma incompatibilidade de projeto, a empresa deve comunicar, formalizar isso à fiscalização. É possível fazer uma readequação, tudo isso documentado, se necessário uma reprogramação de obra; isso deve ser feito durante o processo de execução. Mas aí o projetista precisa ser comunicado para que faça as readequações, e que isso fique registrado no processo da contratação da obra, e, se for feito uma reprogramação, que esta fique registrada.

A vereadora Janice: “Em situações em que sejam incompatibilidades acentuadas, que essa reprogramação seja inviável, quais seriam as medidas possíveis em uma situação como essa?” Maísa respondeu que “seria uma resposta jurídica. Mas acredito eu, que se o objeto da obra for muito distante do objeto inicial, deve-se cancelar o processo e iniciar novamente.”

O vereador Ademar passou a apresentar suas questões: “Quando foi feita a readequação dos projetos e por quem foi feito?” Maísa disse: “Foi feito pela empresa, se não me falha a memória, ‘Pró Saúde’ o nome da empresa, foi feito uma readequação pela empresa que originou todos esses projetos.” Disse também que a readequação deu-se em 2011, mas que não sabe precisar exatamente as datas, que a readequação do projeto foi feita antes da licitação.

O vereador Ademar: “Em que mês foi proposta a auditoria no Hospital Regional?” A Secretária respondeu que foi em outubro ou novembro de 2017, que é a data da portaria.

O vereador perguntou também: “Teria alguma explicação dessa espera de dez, onze meses para fazer auditoria, e, neste período, foi anunciado inclusive a abertura do Hospital Regional, não aconteceu a abertura e foi proposta a auditoria? Por que será que demorou tanto a abertura da auditoria, ou seja, onze meses do atual governo?”

Diante da necessidade, nós só tínhamos, falando como técnica, sou engenheira civil, nos foi repassada a demanda de levantar o que era necessário para que então a equipe da Secretaria de Saúde pudesse deixar o hospital funcionando, são cruzamentos de informações. Então assim, em março, abril, sabíamos que tinha algum probleminha, mas nada assim muito grave, mas aí fomos adentrando e verificamos que a Copel nunca tinha feito uma vistoria, aí ela foi chamada. Também foi verificado que a Sanepar também não tinha feito verificação de água e esgoto, eles foram lá e verificaram pendências, a Copel da mesma forma, bombeiros também nunca tinham sido convocados. Então, todos esses órgãos envolvidos foram chamados em 2017, porque nós não sabíamos, verificamos muitas inconformidades. Para o município deixar a edificação funcionando, teria que contratar empresas, com recurso próprio, novamente pra adequar. Montamos uma auditoria, com vários técnicos, e a metodologia foi basicamente pegar a última planilha de medição, item a item e verificar. O único objetivo da auditoria é realmente levantar o que é necessário para que o hospital funcione e precisamos saber o que já foi pago.



O vereador Ademar: “A questão das placas solares, que diz na auditoria que foi pago e não colocado. Você tem conhecimento que a empresa diz que elas podem ser instaladas a qualquer momento e que só não foram instaladas por precaução?” A depoente respondeu que não tem conhecimento.

OITIVA DE VAGNER FERNANDES QUINQUIOLO

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 30/2018/CM/CPI-01, de 15 de agosto de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 29 de agosto de 2018, às 10 horas.

A vereadora Janice Salvador, como autora do requerimento, deu início à oitiva. Em resposta às primeiras perguntas, Wagner disse que teve contato com o Hospital Regional a partir da auditoria e que é Servidor Municipal desde 2013.

Indagado pela vereadora Janice sobre a metodologia de trabalho utilizada pela Comissão de Auditoria, o depoente respondeu que, basicamente, foi confrontar projeto, planilha e o que foi executado.

A relatora disse que “analisando o relatório que a comissão produziu, com a sua participação como componente, observou-se que traz uma série de desconformidades. No que diz respeito à engenharia, essas desconformidades somariam um valor de cerca de quinhentos e vinte e nove mil, quinhentos e doze reais e treze centavos. E temos, em relação à parte elétrica, segundo o próprio relatório, sob o levantamento visual, identifica-se 30% dos materiais que não teriam sido aplicados ou instalados de forma irregular. Mesmo você sendo engenheiro civil, acompanhou toda esta vistoria, acompanhou todo este trabalho, acompanhou, portanto, também o trabalho feito pelo engenheiro eletricista?”

O depoente afirmou que “o engenheiro eletricista teve autonomia. Ele conduziu o processo na parte da instalação elétrica, nós, como engenheiros civis, cuidamos dos demais serviços, como está descrito no relatório.”

Na continuidade da oitiva, a vereadora Janice perguntou: “Na planilha como um todo do relatório, você diz há itens não instalados, itens executados parcialmente, e há uma terceira categoria de itens não localizados. Você poderia nos explicar o que são esses itens não localizados?” O depoente apenas disse que “os itens não localizados estavam no projeto, mas não foram localizados na obra.”

A relatora perguntou ainda: “Também consta que deveriam ser instalados setenta coletores solares, o que dá um total de mais de quarenta e oito mil, mas na planilha diz que esses coletores não foram instalados, há alguma justificativa?” ao que Wagner afirmou não terem encontrado. Sobre os coletores, a vereadora questionou: “Salvo engano, existem nas obras o que chamam de diário de obras. Você tomou contato com o diário de obras do Hospital Regional?” Wagner respondeu que avaliaram o diário de obras e que, esse documento indica que estavam sendo instalados.” A vereadora reafirmou a pergunta: “Então no diário de obras indica que estão sendo instalados, mas na vistoria não há instalação?” O depoente confirmou: “Não há instalação. Trouxe uma cópia caso queiram anexar no processo.”

Indagado acerca da existência de algum adendo ou de algum documento ou de alguma carta direcionada à Secretaria de Planejamento que indique alguma explicação acerca da não instalação das placas solares, o depoente diz que formalmente, não foi encontrado nenhum documento.

Quando a relatora perguntou: “O relatório técnico aponta itens não instalados, executados parcialmente ou não localizados, não deveria o fiscal da obra de alguma maneira ter identificado algumas dessas questões e ter se manifestado?”, O depoente respondeu que deveria constar no diário de obras e à pergunta se sobre o acabamento geral da obra ser dito como de má qualidade, pode-se entender que houve falhas na fiscalização da obra, ele respondeu que provavelmente. Respondeu também que não tomou contato com nenhuma solicitação de vistoria da Sanepar, Corpo de Bombeiros anteriores às datas das notificações de 21 de junho de 2017 e 29 de maio de 2017.

O vereador Ademar perguntou se, durante o período na prefeitura, o depoente desempenhou em algum momento o cargo de fiscal de obras. Ele respondeu que em nenhum momento. O vereador perguntou também: “Quando ocorre ou identifica-se o problema em uma obra, a quem é comunicado? E de que forma é feito o procedimento?”

Wagner respondeu que ao fiscal, através de ofício. E, quanto à “sua função, sua responsabilidade neste levantamento/ relatório, o senhor foi encarregado de verificar os demais serviços”, ele confirmou dizendo “diversos serviços. Por exemplo, paredes e painéis, coberturas, revestimentos, pisos, instalações, serviços complementares.”



Sobre em quais projetos se basearam para fazer essa auditoria, Vagner respondeu que foi nos licitados. Nos mais recentes. A data não sabe precisar, mas foi no último. As planilhas foram adequadas até pelo aditivo, ele vai adequando o projeto durante a obra também.

Quando interrogado pelo vereador Ademar sobre terem entrado em contato com o fiscal da obra para pedir esclarecimento de algo enquanto estavam realizando esta auditoria, o depoente afirmou que: "Não. Nós levantamos as desconformidades para com a administração. A administração vai ter o diálogo com o fiscal e com a empresa." Disse, ainda que em nenhum momento a equipe que realizou a vistoria contactou com a empresa construtora da obra.

A vereadora Janice perguntou ao depoente qual seria o procedimento a ser adotado pela empresa ao participar de um processo licitatório, ser homologada como vencedora do processo, e identificar incompatibilidade entre os projetos que foram apresentados para a execução da obra. Ele respondeu que o procedimento seria comunicar ao fiscal.

A relatora perguntou então se há algum registro de que o fiscal tenha sido oficiado em relação à incompatibilidade dos projetos e o depoente respondeu: "Não localizamos estes documentos." Para finalizar, a vereadora perguntou: "O que consta das planilhas deveria ser o que foi efetivamente pago à empresa?" O depoente respondeu que sim. A vereadora reafirmou a questão: "se na planilha existem itens não localizados, não executados, a empresa recebeu por serviços não realizados?" Vagner disse: "É o que indica."

Para confirmar a afirmação do depoente acerca dos coletores solares, encontram-se apensadas aos autos da CPI cópias do Diário de Obras, às folhas 356 a 362, que relatam a instalação das placas nos dias 29/01/2014, 30/01/2014, 31/01/2014, 19/02/2014, 12/03/2014 e 13/03/2014.

OITIVA DE LEANDRO MARCELO LUDVIG

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 31/2018/CM/CPI-01, de 15 de agosto de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 08 de agosto de 2018, às 11 horas.

OITIVA DE CLAUDEMIR DA SILVA OLIVEIRA

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 34/2018/CM/CPI-01, de 29 de agosto de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 05 de setembro de 2018, às 10 horas.

A vereadora Janice Salvador iniciou a oitiva, perguntando sobre a relação do depoente, em termos de segurança, vigilância, com o Hospital Regional

Na verdade, naquele fato, estava trabalhando na viatura, particularmente não lembro de ter trabalhado, estou há nove anos na guarda e não me lembro de ter tirado um serviço nesse Hospital Regional, sempre trabalhei em viatura. Recebemos no telefone da central, via rádio, dizendo que um guarda estava pedindo apoio lá, de imediato fomos até lá, nisso o guarda entrou dentro da viatura e passou para nós que suspeitava que havia um pessoal levando fio, e aparentemente desconfiava que estavam levando num ferro velho próximo do Coopagro. Seguimos sentido ao ferro velho, ele falou que saiu num "caminhãozinho" com a empresa, nas características que ele passou para nós realmente esse "caminhãozinho" estava lá no ferro velho, mas não tinha nada lá, nenhuma movimentação de pessoas, até estava estacionado o "caminhãozinho", nisso ele estava no telefone com o nosso secretário, e o nosso secretário falou pra esperarmos um pouco porque ele estava vendo com o "cara" se realmente tinha sido levado alguma coisa. Entre os dois, entraram num entendimento que era pra abordar. Retornamos para o hospital, o guarda ficou lá e nós fomos dar o destino para o nosso dia de trabalho.

A relatora Janice perguntou se ele havia tomado conhecimento do fato apenas por telefone ou se chegou a conversar com o guarda que estava lá no Hospital Regional e ele respondeu: "Na verdade, quando chegamos com a viatura, ele já entrou relatando que suspeitava que havia um pessoal levando fio. De imediato, ele entrou na viatura e fomos ver se nós conseguíamos localizar, mas não localizamos ninguém, só o "caminhãozinho" lá no ferro velho" mas o depoente afirmou que não chegou a ver algum fio, ou alguma pessoa manuseando esse caminhão e que o caminhão estava na via pública, estacionado em frente o ferro velho.

O vereador Ademar Dorfschmidt dirigiu-se ao depoente: "Vocês, quando perceberam que havia um possível furto de fios e que este cidadão se deslocou para o ferro velho, não era de praxe, de origem acionar inclusive a Polícia Militar?"



Na verdade ele falou que viu os “caras” tirando os fios, mas a gente fica de mãos atadas porque não temos nem condições de trabalho, mas eu e meu companheiro Pelicioli, estávamos na viatura e fomos lá mais para dar um apoio ao guarda que estava no local. Quando um guarda está trabalhando num prédio público, de imediato a primeira ligação que se faz é pra nós, que é a viatura que fica rodando na cidade.

O depoente afirmou ainda que foram até o ferro velho localizado no Jardim Coopagro, mas não desceram da viatura para pedir informações no ferro velho, pois estavam apenas dando apoio ao guarda que estava no local, ele quem participou da situação, e que os demais pouco sabiam do que se tratava.

Acerca do questionamento do vereador Ademar sobre não ter sido chamada a Polícia Militar para averiguar o fato, o guarda respondeu “a abordagem só ocorre quando houver alguma suspeita, e na caminhonete não havia ninguém, ela só estava parada, e o ferro velho estava fechado.”

A vereadora Janice perguntou: “Você se lembra em que período do dia se deu essa ocorrência? Nessa situação, a quem caberia registrar um boletim de ocorrência?”

Foi na parte da tarde, meio da tarde, o horário não me recordo. Estávamos em apoio ao guarda, eu nem sei quem é o pessoal que trabalhava lá, não tive contato nenhum. O que teve contato e tirava serviço no dia a dia era o Mensch. Isso que a senhora perguntou eu não sei responder.

A relatora informou ao depoente a existência de um boletim de ocorrência feito pelo engenheiro da empresa. Ele disse que, o contato, quem teve foi o Secretário com o empreiteiro da obra do Hospital Regional. Ao ser interrogado acerca do procedimento adequado ao profissional quando identifica um problema dessa natureza em seu local de trabalho, o depoente respondeu: “Um boletim de ocorrência.”

A vereadora perguntou: “Você lembra qual era o tipo de veículo estacionado em frente ao ferro velho?” Ele respondeu: “Era um “caminhãozinho” com uma carroceria de madeira.”, mas não lembra se havia algum emblema ou identificação.

Ainda sobre o ferro velho, o vereador Ademar perguntou: “No período da metade da tarde estava fechado o ferro velho? Ele respondeu: “Estava encostado as portas, sem nenhuma movimentação de pessoa, aparentemente fechado.”

O vereador Gabriel Baieler lembrou que “Foi informado em oitava passada que houve uma primeira chamada da Guarda Municipal e essa chamada foi cancelada a pedido do Secretário. O senhor recorda dessa situação?” “Não me recordo. Foi passado um rádio relatando que o guarda do local precisava de um apoio da viatura.” Sobre o procedimento usualmente adotado pela Guarda Municipal, Claudemir explicou que “O guarda faz um telefone para a central e a central passa via rádio para as viaturas.”

OITIVA DE ALEXANDRE BIGGI DELFIM PELICOLI

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 35/2018/CPI-01, de 29 de agosto de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 05 de setembro de 2018, às 11 horas.

A vereadora Janice Salvador perguntou: “Há quanto tempo você é Guarda Municipal? E no período de 2016 qual era sua função na Guarda Municipal?” O guarda respondeu: “Doze anos. Guarda Municipal, na parte de monitoramento.” Disse também que nunca realizou o trabalho de segurança e vigilância no Hospital Regional.

A relatora perguntou: “Você tem conhecimento de ocorrência de furtos no Hospital Regional durante todo esse período?” “Fiquei sabendo no dia do furto ocorrido, com o Evaldo Mensch que acionou a viatura para que desse o apoio porque havia suspeita de furto naquele momento. Foi quando fiquei sabendo que haviam furtado algumas vezes lá, fios. Até então, não.”

Eu era o condutor da viatura no dia. Quando chegamos, o guarda estava bem aflito, adentrou e pediu para que seguissemos à região central do Coopagro, num determinado ferro velho, ele queria se certificar de que tinha suspeita que os cidadãos que prestam serviço estavam furtando os fios. Fomos questionando ele, assim que ficamos sabendo. Chegando no referido ferro velho, próximo à Cirne Lima, ficamos a uma certa distância a pedido do Mensch, que estava na situação e ele falou para que aguardássemos para ver se havia movimentação, referente à carga e descarga de produtos do veículo deles, ficamos uns cinco minutos para ver se havia essa movimentação. Eu particularmente não vi nada. Mensch estava em contato com o comando



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 43

no telefone, tomando as decisões, o que seria feito ou não, pelo que consta era para retornarmos para o Hospital Regional que estava desguarnecido nesse momento. Passamos em frente ao ferro velho, o GM da Silva que estava do lado direito, tinha uma visão melhor, não visualizou nada de ilícito naquele momento em cima do veículo. Então tomamos direção sentido Hospital Regional. Chegando lá, em poucos instantes, apareceu já engenheiro e o comando na época. Se eu não me engano, era o GM Bayer.

A vereadora Janice disse: “Supostamente dois cidadãos estariam tirando fios do hospital e levando ao ferro velho. Este procedimento de acompanhar, ir atrás verificar, é o procedimento recomendável ou há outro procedimento?”

O flagrante delito se dá em até 24h. Porém, eu não visualizei nada. Porém o fato do funcionário ter acesso e não ter acesso lá dentro é complicado. Ele pode entrar e sair a qualquer momento com alguns equipamentos. Na hora você fica meio em cheque de chegar no cidadão que trabalha lá e abordá-lo. Se houvesse flagrante, abordariamos sim. No momento em que o guarda visualizou e se certificou que estava sendo furtado, teria que ter condições de dar a abordagem e fazer a prisão em flagrante. Porém, se perdeu o flagrante, não havia mais como fazer isso. Ainda mais em um ferro velho, estabelecimento grande e cheio de coisas do tipo.

Sobre o período do dia em que se deu o fato, o depoente disse: “Acredito que no meio pro fim da tarde.” Em relação ao registro de um boletim de ocorrência, afirmou que ficou sabendo no dia em que foi convocado para a CPI, que até aquele momento acreditava que a própria Guarda Municipal teria feito o registro. Depois da ida ao ferro velho, retornaram ao Hospital Regional porque estava fechado, até porque tinha que abrir pro pessoal que estava voltando. O Bayer estava vindo com um engenheiro. Logo em seguida foram dispensados. A partir do momento em que chegou o pessoal do comando e o engenheiro, os guardas foram liberados.

A relatora perguntou: “Quando o engenheiro chegou, ele chegou acompanhado do comando?” Alexandre respondeu: “Se não me engano, chegaram no mesmo momento.” E que estava lá quando eles chegaram. Em seguida, a vereadora fez a leitura do B.O. registrado em agosto, e perguntou se até aquele momento, do contato com o boletim de ocorrência, ele havia ouvido falar no furto de cabos ou no furto de fios. Alexandre afirmou que falava-se em fios. A relatora perguntou, ainda: “Você não saberia nos dizer se o engenheiro entrou no hospital, se ele verificou o que houve?” O depoente respondeu: “Eu acredito que sim, acompanhado com o comando, o guarda local, deve ter constatado.”, mas que só ouviu falar.

O vereador Ademar Dorfschmidt perguntou: “Pelo seu tempo como Guarda Municipal, você acha que é possível um guarda cuidar daquela estrutura toda?” “Não tem condições, é muito grande. Deveria ter pelo menos uns dois.”

OITIVA DE JOSÉ CARLOS CAVALARI

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 39/2018/CM/CPI-01, de 06 de setembro de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 26 de setembro de 2018, às 9 horas.

A vereadora Janice Salvador perguntou, inicialmente sobre o envolvimento do depoente com o Hospital Regional ao que ele respondeu:

No ano de 2002, salvo engano, fui contratado pela Pró Saúde, de Londrina, para elaboração dos projetos elétricos do Hospital, de modo que realizei os projetos no mesmo ano. Em 2010, foram feitas algumas alterações internas nesses projetos, contudo, na parte de entrada de energia não houve alteração, tendo permanecido a mesma em 2002, 2010 e 2012. Todos esses projetos foram aprovados em 2010 e 2012. E, em 2017, eu reaprovei o projeto, porém foi um novo projeto, elaborado no mesmo ano, sem custo algum para o Município de Toledo, uma vez que foi doado por mim e pela Cavalari Engenharia.

A relatora perguntou: Durante o período de execução do Hospital Regional, o senhor foi consultado e/ou procurado para esclarecer alguma dúvida relacionada ao projeto? Inicialmente o engenheiro da obra me convidou, porque é importante esclarecer que o profissional, ele tem o direito de ir à obra e não dever. E a minha visita também foi feita de maneira gratuita, porque esse serviço também foi doado. Sobre as dúvidas que geraram o contato, ele esclareceu: Foram questões exclusivamente relacionadas à execução do projeto, as quais, devido ao vasto tempo em que me foram realizadas, eu não consigo recordar o teor. Eu estive na obra, especialmente na construção interna, uma ou duas vezes, e fui chamado para fiscalizar a obra da entrada de energia uma única vez, a convite do fiscal da prefeitura, o senhor José Carlos de Jesus.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 44

A vereadora Janice, após projetar um fragmento do depoimento do sócio proprietário da empresa que executou a obra do Hospital Regional, perguntou:

Então, como visto, o senhor Nalmir afirmou em seu depoimento que os projetos de entrada de energia feitos pelo senhor nunca foram aprovados pela Copel, pois os projetos entregues à empresa não possuíam o carimbo de aprovação da Copel. No entanto, nós nos certificamos de que existem documentos que atestam a aprovação desses projetos na Copel. Nós temos um documento que data de 1º de outubro de 2010, dando conta da aprovação do projeto elétrico, e temos outro documento que data de 27 de dezembro de 2012, que também dá conta da aprovação do projeto elétrico, e ambos contêm a informação de que o prazo de validade da aprovação do projeto da entrada de serviço é de dezoito meses, logo é necessário que isso seja atualizado. Em vista disso, o senhor tem condições de nos dizer se esses projetos aprovados pela Copel foram os projetos entregues à construtora?

O depoente respondeu:

A senhora pode perceber que Cavalari entrou com 658 processos na Copel, dos quais 550 estão aprovados. O projeto elaborado em 2002 não foi dado entrada imediatamente na Copel, por ser um prazo que estava sendo elaborado o projeto, não se sabia quando seria dada a entrada, então eu não me recordo o que realmente aconteceu em 2002. Porém, no ano de 2010, que sofreu essa alteração, na época o Secretário do Planejamento era o José Carlos Schiavinato, que provavelmente entrou em contato comigo para que a obra fosse iniciada, e solicitou que eu protocolasse o processo na Copel. Em 2012, novamente eu protocolei esse projeto, inclusive não tinha qualquer obrigação de fazê-lo, e mais uma vez o fiz de maneira gratuita. No mesmo ano, esse projeto foi devidamente aprovado. Atualmente, o processo de 2012 está comigo porque quando ele venceu e foi protocolado um novo em 2017, a Copel me devolveu o processo de 2012. E, então, o processo aprovado está com alguém e não comigo, porque todos os processos aprovados são entregues aos clientes. Assim, como o processo de 2012 não foi executado, automaticamente, ele retornou para mim. Inclusive, os processos eram os mesmos em 2002, 2010 e 2012. Além disso, quando existe alguma alteração no processo, normalmente a gente envia um e-mail à Copel informando a situação do projeto e as alterações, para verificar se eles aceitarão ou não. Aliás, eu tenho os e-mails, porque todos os processos são enviados dessa forma, visto que sempre houve alteração nas normas da Copel, tanto que quanto à NBR 5410, quando eu comecei em 1985, a 5410 se chamava origem NB3, que surgiu em 1980 e era baseada em algumas normas europeias. Em 1990, houve a primeira alteração na NBR 5410; em 1997, a segunda alteração, e, em 2004, a terceira, que entrou em vigor em 2005 e está em vigor até hoje. Ocorre que, em 2010, as alterações que surgiram foram baseadas nessa norma de 2004, e não teve nenhuma alteração tão significativa na parte interna. Então, em 2010, nós fizemos a alteração de acordo com a norma de 2004, válida a partir de março de 2005. Contudo, considerando quem em 2010 houveram algumas alterações na norma da Copel, e considerando que a construção já havia sido realizada, observamos esses detalhes para que a Copel aceitasse o projeto, mas não existe nenhuma mudança significativa de 2002 a 2012 no projeto aprovado em 27 de dezembro de 2012. Ademais, em 27 de dezembro de 2012, foi a época em que encerraria o mandato de prefeito do José Carlos Schiavinato. Então no fim de novembro de 2012, eu protocolei o projeto, porque a Copel tem um prazo para a análise do processo. Em seguida, o Schiavinato entrou em contato comigo e solicitou que eu contatasse a Copel para que o projeto fosse aprovado, ao que eu respondi que não poderia fazê-lo, contudo, passei as informações para ele, de modo que ele mesmo entrou em contato com a Copel e, então, o projeto foi aprovado no dia 27 de dezembro de 2012, e isso está no relatório que tenho comigo e que qualquer pessoa pode até ter acesso, via internet.

A vereadora Janice perguntou: No laudo apresentado à CPI é levantada uma outra questão que dá conta de que teriam sido instalados três geradores de 750 quilowatts, porém o projeto solicita a instalação de dois geradores de 1000 quilowatts e que esta mudança teria gerado problemas como a reprovação das instalações pela Copel, pois, segundo laudo, todo o estudo de proteção teria que ser refeito; que o espaço físico seria insuficiente para instalação dos três geradores, o que impossibilitaria a manutenção e a refrigeração dos equipamentos; que isso também traria dificuldades para o sistema de aspiração e exaustão; que isso teria então sido instalado de forma inadequada e também, segundo o senhor Nalmir, essa troca de geradores foi feita com a sua autorização e que há um documento com a sua assinatura atestando essa autorização. Gostaríamos de saber se o senhor confirma essa afirmação. Ele fala isso no minuto 57 da fala dele. Ele afirma que a troca foi para atender os políticos, que precisariam inaugurar o hospital, seria isso. E que não havia tempo hábil de comprar geradores. E na minha opinião particular qual o prazo que ele teria para executar esta obra? Poderia me responder?



Eu acho que primeiro antes de citar isso, antes dele acertar obra, ele tem que fazer um levantamento e verificar quais são os materiais que ele consegue comprar neste prazo. Se ele tem um ano para construir esta obra e ele colocou que sendo um ano, ele consegue, eu acho que ele tem que ter o prazo de fazer essa obra em um ano. Caso contrário, se ele consegue um produto dele com um ano e meio, ele não pode dizer que ele constrói essa obra em um ano, ele tem que dizer que ele constrói essa obra em um ano e meio. Se todos fizerem assim o que vai acontecer na licitação? Obrigatoriamente o órgão licitante vai ter que ampliar esse prazo. Então ele não tem que fazer a obra para atender político algum, ele tem que cumprir o contrato. No momento que ele cumpriu o contrato, ele sabe que determinado produto não vai conseguir com 30 dias, ele tem que planejar. Não houve planejamento. Essa conversa que ele vem, para atender político dessa natureza, infelizmente ele está faltando com a verdade. O único objetivo que a empresa apresentou esse detalhe foi para reduzir custos porque dois geradores de 1.000 kva custam bem mais do que três geradores de 750 kva. Eu imagino que ele deve ter feito pelo menos uma economia de 300 mil reais. Quanto à questão que eu passei um documento, na realidade eu fiz um comparativo entre três máquinas de 750 kva e duas máquinas de 1000 kva e qualquer profissional poderia fazer isto, qualquer pessoa pode fazer esse comparativo, então eu fiz um comparativo. Mas isso não isenta ele de tomar todas as providências devidas para a instalação de três máquinas de 750 kva. Não isenta ele. Mesmo que ele tivesse afirmado pode colocar, ele teria que analisar os espaços, ele teria que aprovar com a Pró Saúde que é a autora do projeto arquitetônico todas as alterações necessárias a esse detalhe. Afinal, eu não sou obrigado a fazer essas alterações gratuitamente e ninguém me perguntou nada sobre isso. Eu presto serviço de engenharia há 35 anos, serviços de geração propriamente ditos, estou vendo que realmente é uma grande polêmica a questão dos geradores e todas as empresas que tratam de grupos geradores com potências desta natureza conhecem o José Carlos Cavallari. O que essas empresas fazem? Essas empresas não adianta virem em determinado local e vender um gerador. Elas têm que ter suporte técnico por trás disso. As empresas normalmente ligam para o meu escritório. José Carlos, tem algum projeto em andamento sobre grupos geradores?. Olha, tenho sim. Tem o Hospital . E isso ocorreu na época. As empresas de grupos geradores todas elas têm esses orçamentos. Se vocês ligarem nas empresas que fornecem grupos geradores de mais nome no país vão ver que todas elas têm esses orçamentos. Não venderam por causa simplesmente do preço. Podem ligar e verificar o que a empresa construtora disse.

A vereadora disse: Nós temos algumas situações também envolvendo o hospital regional que dão conta de alguns supostos furtos, inclusive nós temos aqui o registro de um boletim de ocorrência de 18 de agosto de 2016 cuja descrição sumária diz o seguinte: compareceu o noticiante engenheiro civil noticiando o furto de 960m de cabos, 240 mm, divididos em 12 pedaços, e 1200 de cabos 185mm, divididos em 15 pedaços da obra do Hospital Regional de Toledo, obra em que a Endeal engenharia é construtora; diz que os cabos já estavam instalados na obra e diz que não tem suspeitos. Considerando este boletim de ocorrência, teria duas perguntas a fazer: é possível pôr um Hospital Regional em funcionamento na ausência desses cabos?

Não é possível. Eu gostaria de fazer algumas observações. Eu fui chamado apenas uma vez para estar na obra na época em que a cabine estava parcialmente montada. Quando eu estive lá, existiam os cabos, não podemos dizer instalado, os cabos estavam jogados dentro de uma canaleta de concreto que não atende a 5410 (norma) que está aqui na minha mão. Então não é possível jamais. Eles devem estar devidamente instalados de acordo com a norma atual da baixa tensão que é a 5410. Então não é possível. Eu tenho fotos dessa situação que está no meu computador que está aqui do lado. Se precisar que a gente envie para vocês, a gente pode enviar.

A vereadora Janice disse que agradeceria se o senhor nos enviasse porque toda essa documentação é anexada ao processo e também fará parte da nossa análise. E imaginando que a situação descrita aqui no boletim de ocorrência seja verdadeira, quanto tempo seria necessário de vistoria para se identificar que teriam sido retirados 12 pedaços e mais 15 pedaços com uma espessura diferenciada? Quanto tempo teria que ter vistoriado o hospital para identificar de modo tão preciso o que foi retirado de lá?

O depoente afirmou que, para uma pessoa que tem experiência na área, passou o olho, já percebeu. É questão de segundos, mas que, para retirar, seriam necessárias 4 horas/homem.

O senhor José Carlos Cavallari pediu para complementar alguns fatos que acha serem de grande valor para a CPI, que não foram perguntadas, mas ele gostaria de falar.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 46

Senhores vereadores, ele disse na fala dele no 34º minuto que todos os projetos estão errados. Se ele tivesse dito que um projeto está errado, eu até iria concordar alguma coisa e também ele não poderia dizer que um projeto está errado. Eles teriam que acessar a norma 5410 no caso da baixa tensão, a 5419 que seria questão de SPDA descarga atmosférica e a 14039 que é só referente à média tensão. Então com referência ao item que ele diz que todos os projetos que estão errados, ele deveria apresentar o item a que se refere e a inconformidade, então esse é o primeiro fato que ele teria que realmente explicar a situação porque simplesmente falar não é possível. Ele diz que o projeto também não foi aprovado. Como é que ele foi retirar esses equipamentos da Copel? A Copel tem um controle de todos os equipamentos fornecidos. Quando requer um determinado equipamento na Copel, ela vai pegar o processo e se ela não tem processo na Copel, não tem um projeto, uma documentação, ele não consegue retirar os equipamentos que lá existem. Na realidade o processo existe. Quem pode confirmar é o pessoal da Copel. Um outro detalhe que vocês também não me perguntaram. Por que em vez de eu colocar dois geradores de mil eu não coloquei 3 de 750 já que custaria mais barato? Quando trabalhamos, nós trabalhamos num determinado espaço. O espaço que foi fornecido é aquele. Um gerador de mil é exatamente o mesmo tamanho do gerador de 750. Então os geradores não estão instalados lá dentro, estão guardados lá dentro. Instalação não é guardar uma coisa, instalar é algo totalmente diferente. Ele disse também que um gerador nada mais é do que um caminhãozinho. Eu acho que foi totalmente infeliz. Ele quer dizer que uma geladeira é igual a um veículo de transporte ou a um carro de passeio só porque ela tem lataria em volta. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Única coisa parecida que tem um grupo gerador de um caminhão, é um motor. Eu disse parecido porque não é possível você pegar um motor de um caminhão e fazer um gerador, principalmente em geradores grandes. Para você instalar um grupo aqui na nossa região não é mesma coisa do que você instalar na Bolívia a 3 mil metros de altitude, não é a mesma coisa que você instalar no litoral, então um gerador desta natureza de 1.000 kva sofre um processo de tropicalização para você poder instalar ele. Não é simplesmente pegar um gerador e colocar ou pegar um caminhãozinho, comprar um alternador e instalar. Não é assim, então a gente percebe que ele fala muita coisa sem qualquer conhecimento sobre o assunto. Mais um detalhe na cabine que eu vejo é o seguinte. Pode ser que houve algum erro no processo de fiscalização nesta obra. Eu acho que uma obra de entrada de energia com um transformador de 1.500 kva e dois geradores de 1000 kva eu acredito que tem que ser um engenheiro electricista que tenha documento acervado para isso. Não é qualquer engenheiro electricista que tem a condição de avaliar uma obra desta. Ele tem que ter uma obra com a mesma complexidade. Nada contra a pessoa que estava lá que era o engenheiro José Carlos de Jesus, que na época me convidou para ir lá. Então eu acho que esta obra teria que ser fiscalizada por alguém que tenha o conhecimento, não precisava ser eu. Outro que tivesse um documento acervado para isso. O que é um documento acervado? É uma ART tal que ele executou uma obra com a mesma complexidade e que esta obra esteja em funcionamento. Não é simplesmente pegar uma ART, levar lá no CREA e dizer olha eu quero acervar essa ART. não é isso. Então eu acho que essa obra não foi fiscalizada de uma maneira correta. Eu gostaria de fazer uma observação com referência ao processo licitatório. Eu não fiz parte do processo licitatório. Não acompanhei e não sei de nada o que ocorreu. Não tenho informação nenhuma, mas como, às vezes, nós fazemos projeto para alguns setores, às vezes, o que acontece? Quais são as empresas que têm a condição de executar essa obra? Será que esse processo licitatório, esta empresa tinha qualificação suficiente para fazer essa obra? Estou me referindo à entrada de energia. Estou me referindo à complexidade desta obra porque você fazer uma obra de 10000m² não tem nada a ver com você fazer uma entrada de energia daquela natureza. Então obra de 10000m², por exemplo, um barracão industrial, não tem nada a ver com uma obra daquela natureza. Não estou me referindo à obra em si. Estou me referindo à entrada de energia, que é o coração do hospital, que nada disso foi feito. Então o que acontece? O que a gente percebe? Eu nessa minha caminhada desses longos anos meus, eu percebo o seguinte: Uma empresa pretende participar de uma licitação. Ah, mas ela não tem engenheiro electricista que tenha uma ART acervada dessa situação. Então vamos contratar um engenheiro electricista apenas para acabar acertando essa obra. No momento que ela acertar essa obra, ela simplesmente dispensa o engenheiro electricista e ela fica sem um profissional com a ART acervada. Isso acontece. Isso já aconteceu até comigo. Foi contratado dessa forma. Então eu acho que esse processo licitatório, eu tenho impressão que a empresa que fez a obra não tinha as mínimas condições de executar essa obra da entrada de energia.

OITIVA DE MAURO NESTOR HUPPES

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 40/2018/CM/CPI-01, de 06 de setembro de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 26 de setembro de 2018, às 10 horas.



OITIVA DE WOLNEI OLIVO

O depoente foi convocado pelo Ofício nº 41/2018/CM/CPI-01, de 06 de setembro de 2018, para fazer-se presente à CPI no dia 26 de setembro de 2018, às 11 horas.

Como autora do requerimento, a vereadora Janice Salvador perguntou sobre a função do requerente na Copel.

Eu tenho minha formação em eletrotécnico e dentro da Copel existe uma área chamada área de medição de energia que se trata dessa análise desse projeto que, assim, ela é separada a análise. Um faz a análise os outros fazem a inspeção, outro faz a vistoria e outros fazem a ligação. Cada um tem a sua parte dentro desse processo. Eu estou na Copel há 33 anos e dentro dessa área eu faço a parte da vistoria e ligação. Claro, posso fazer as outras atividades também numa necessidade da Copel, mas nesse processo eu faço a vistoria e a ligação no qual fui convocado a fazer essa vistoria.

Sobre ter feito a vistoria no Hospital Regional, Wolnei afirmou:

Positivo. Eu fui solicitado a fazer a vistoria normal conforme era feito. Hoje o sistema é diferente, mas lá em 2016 era um pouco diferente a comunicação desses detalhes, mas fui solicitado sim. Em 2016, era quase que feito por ofícios da prefeitura. Ela encaminhava a nossa área, que eu acho que na época, não tenho assim a certeza agora, existe hoje a área comercial e a área de medição, acho que na época elas eram até unidas, não tem essa certeza agora, então eles se comunicavam através de ofícios através do gerente da Copel e que vinha o pedido para a gente se deslocar até o local e fazer a vistoria desse projeto. Nós temos uma ficha que era para ser entregue. Eu não entreguei no dia. Eu fiquei de entregar para a pessoa porque lá no local não tinha uma pessoa, não que seja qualificada, eu posso entregar para qualquer um que esteja lá, tinha umas pessoas lá, mas a quantidade da minha vistoria sabe quando você chega e você não consegue fazer uma vistoria? Você tem que chegar e já quase que reprovar ela porque não tinha condições, foi solicitado uma vistoria e a obra estava inacabada, estava mal executado, perante as normas da Copel, então o que eu fiz no momento lá foi comunicar verbalmente as pessoas que estavam lá que não tinha condição. Eu comecei a fazer a vistoria lá do poste da entrada de energia da Copel e elenquei só no poste 5/6 itens, só naquele poste e assim fui adentrando a cabine, porém quando cheguei lá dentro me deparei com a montagem muito fora da norma da Copel, foi onde eu comuniquei as pessoas verbalmente ali que eles deveriam seguir o projeto e a norma 903100. Foi essa a minha explicação. Eu saí e concluí o documento como reprovado e fiquei de enviar realmente, e a gente tem um impresso que se chama FDV que é a ficha de vistoria que deve ser enviado a quem solicitou. Então, mas eu no momento não lembro de ter enviado esse material.

A relatora Janice retomou a pergunta: “Mas essas inconformidades, essas inadequações que você identificou, isso tudo consta de um documento. Houve um relatório? Isso está escrito em algum lugar?”

A montagem tem que seguir o projeto que foi apresentado, que foi aprovado em época, então não estava condizente ao projeto. Se eu fosse relatar, eu teria quase que executar para essa pessoa. Então eu não sei se as pessoas que estavam lá para executar essa tarefa, se era a primeira obra deles. Não estava condizendo com as normas da Copel. Não tem como eu ficar lá e dizer você muda isso e muda aquilo, sabe? Daria muito trabalho. Poderia dizer, “mas é uma obra pública, você poderia ter ajudado”. Eu ajudo muita gente, sabe? Assim, de fazer a parte funcionar mesmo, porém lá era muito errado.

A vereadora reorganizou a questão: “Mas essas duas questões, então, que o que foi executado estava em desconformidade com o projeto e em desconformidade com as normas da Copel, esses dois aspectos foram registrados, foram relatados e foram comunicados?”

Na vistoria tinha os montadores lá que eram acho que duas pessoas, duas ou três pessoas. Hoje não sei se eu conseguiria identificá-los. Foi falado para eles que tinham que seguir a norma. Executar conforme o projeto e solicitar um projeto em norma da Copel e solicitar nova vistoria. Então depois veio uma outra pessoa, acho que na Copel, para ver o que tinha e foi passado para ele novamente isso aí: que ele tinha que seguir a norma da Copel.

A relatora perguntou: “diante do que você identificou durante a sua vistoria, você poderia nos dizer se seria seguro



fazer a ligação das instalações e colocar o Hospital Regional em funcionamento?”

Não, não teria condição. Daquele jeito que estava montado lá não funciona a medição. Eu tirei fotos na época, mas como faz tempo, já houve troca de computador da empresa eu não consegui localizar essas fotos, mas tinha dentro das normas das paredes da cabine que tem que ser protegida, ela tinha janelas, buracos, assim claro, buracos acabados em alvenaria, mas, porém, que não deveria. Então tudo fora do projetado. Então não tem como eu ligar e botar em risco as instalações e vida de pessoas.

A relatora explicou ao depoente: “Então nós vamos pedir licença e projetar um fragmento aqui de um depoimento que houve nesta casa há algum tempo para que na sequência continuemos as perguntas.” Após a reprodução, a vereadora perguntou: “Gostaríamos que você comentasse um pouquinho a fala do Senhor Nalmir, engenheiro e proprietário da construtora, que foi chamado aqui exatamente porque é preciso que nós consigamos entender o que acontece com o projeto elétrico e com a execução desse projeto no hospital. Então você confirma não ter autorizado a ligação de energia em razão da execução não contemplar as atualizações exigidas pela Copel?”

Verdade, a gente faz a vistoria e, no mesmo dia, se tiver tudo ok, a gente prossegue com a ligação. Inclusive porque naquele dia existe um contrato de energia que é gerado para que seja assinado pelo cliente e a partir dali que começa a valer a entrega de energia para o cliente. Então depois que é aprovado, é ligado, porém as vistorias são solicitadas e elas são cobradas pela concessionária, pela Copel, a partir da segunda vistoria. Então a primeira vou lá faço uma vistoria e não reprova, mas não tem cobrança. Aí na segunda, se na segunda eu efetuar a ligação, interrompe-se e não tem custo algum para o cliente. A segunda vistoria não foi solicitada mais. Eu fui uma vez lá e fiz a vistoria e eu tenho um cartão de uma pessoa, um tal de Douglas Sinclair, que esteve na Copel e foi falado para ele a mesma situação, que ele teria que seguir o projeto e a norma técnica da Copel. Sobre o que essa pessoa falou, a Copel não recebe dinheiro fora da fatura de energia. Não tem motivo algum. Todo cliente tem que pagar através da fatura. O que ele comentou ali, eu não sei. Eu não conheço essa pessoa, eu nunca conversei com essa pessoa, nunca tive contato algum com essa pessoa. Eu tive contato com esse Douglas e tive contato com essas duas ou três pessoas, não lembro, que estavam lá no dia na obra para fazer essa vistoria. Estavam lá, não sei se é, pelo que entendi, eram os montadores, mas não tinha no dia um responsável técnico para acompanhar essa minha vistoria.

A vereadora Janice: Ele também diz que nunca recebeu projeto aprovado pela Copel ao que o depoente comentou:

O projeto da Copel tem hoje a validade de três anos, mas na época era 18 meses. Ele é aprovado e tem a validade de 18 meses. Venceu os 18 meses ele tem que ser revalidado. Até nem verifiquei se em época, como já era passado, não sei se numa dessas fui até fazer a vistoria com o projeto já com o prazo vencido. Como trata-se de empresa pública, às vezes, a Copel até posterga esse prazo para não ter que envolver, porque é uma licitação, tem esse trabalho, a Copel até assume esse prazo até a mais, mas esse prazo até não analisei.

A relatora apresentou os documentos: “Nós temos aqui, Wolnei, dois documentos. Um deles de 1º de outubro de 2010 dizendo que aprova o projeto de entrada de serviço porque está de acordo com as normas técnicas da Copel e de fato diz aqui que esta presente aprovação tem um prazo de validade de 18 meses. Nós temos um segundo documento de teor semelhante, de 27 de dezembro de 2012 reafirmando que o projeto está de acordo com as normas técnicas da Copel e novamente dizendo que ele tem validade para 18 meses. Então se nós pedirmos à Copel, ou qual seria o melhor caminho para nós sabermos, quais solicitações existem após este aqui de 2012? Então 2012, daria 2013 e metade mais ou menos de 2014. A partir daí teria que haver uma nova solicitação, é isso?”

Isso. O projeto tem a validade. Ele fica num arquivo aguardando a solicitação de vistoria. Nesse tempo, a pessoa pede a vistoria e se está dentro dessa validade, a gente faz a vistoria. Caso não esteja, a gente deveria não aceitar a solicitação da vistoria e solicitar uma revalidação do projeto. Lá no sistema pode unificar as datas, deve ter as cartas, que você até releu de aprovação da Copel. O projeto é aprovado dentro das normas técnicas da Copel, provavelmente dentro dessa 903100 que é a norma técnica em alta tensão, que é aprovada pelos nossos técnicos engenheiros e validam o projeto novamente.

A relatora Janice pediu: “Você poderia verificar para nós se existem cartas após esse prazo aqui ter expirado?”

Eu trouxe o processo em papel e posso até verificar agora também se existe alguma outra



correspondência. Eu relatei aqui no processo, nós temos duas cartas. Uma não sei se é desta que você leu, ela é de 2010. Ela estava aprovada e em 2012 foi apresentada outra. Como funciona? A de 2010 até não sei porque ela estaria aqui dentro do processo. Vamos supor, em 2010, tem um projeto carimbado com 2010, então esse processo, quando representa aquele 2010, é rasgado e jogado fora e o que vale? Vale aquele novo, 2012 batido carimbo. O que eu tenho aqui na pasta é o projeto aprovado em 2012 que é na data de 27 de dezembro de 2012 que deve ter sido então revalidado. Tem aqui as aprovações e os documentos que estão faltantes.

A vereadora agradeceu e confirmou que os documentos indicavam o mesmo conteúdo: A primeira de 1º de outubro de 2010 e a segunda de 27 de dezembro de 2012.

Passou-se, então às perguntas do vereador Lodi: “O senhor fez a fiscalização lá em 2016 e o senhor, após a fiscalização, se estiver tudo nos conformes autoriza a ligar, é isso? Faz a ligação da energia e a Copel autoriza? Minha pergunta é o seguinte: você falou que o senhor fiscalizou do poste do lado de fora até o final. A fiação os cabos estava tudo normal ou o senhor verificou que faltava alguma coisa nesse sentido ou é outras coisas que não consegui entender o que o senhor falou?”

Na realidade, a ficha de vistoria dá uma sequência, é um procedimento para não esquecer de verificar. O que aconteceu naquele dia? Eu comecei lá no poste de derivação, que a gente fala, ou poste de atendimento à energia e comecei lá. Porém, eu só adentrei a cabine e fui até a cabine. Lá existem cubículos dentro da medição lá dentro do cubículo onde é que está a medição, a transformação. Eu fui até a nossa parte lá começar onde o cabo sai lá do poste e vai lá na medição para elencar os problemas. Só que pelo tempo que eu tenho, já vou visualizando quase que sem projeto em mãos porque eu conheço a norma, então tem que estar no mínimo dentro das normas.

O vereador Lodi insistiu: “Na minha pergunta única e exclusiva: toda a fiação que teria que ser colocada e cabo existia na sua fiscalização?”

“Eu creio que sim. Quando você começa a fazer uma vistoria e tem muita coisa não tem como você verificar se o cabo é 2 95 milímetros. No dia não cheguei a esse ponto porque tinha muita irregularidade já no cubículo de medição.”

A vereador Janice retomou as perguntas: “Até o presente momento podemos dizer que há uma autorização para ligação de energia lá no Hospital Regional?”

Hoje o projeto já foi atualizado de maneira diferente. Até hoje é online, já mudou até o jeito de apresentar o projeto. Ele está aprovado e estamos aguardando a solicitação da vistoria. A Copel se resguarda no caso da análise de redes e a rede tem 90 dias. Uma aprovação ela vai para uma análise de redes; a rede que está lá para nós alimentarmos esse hospital ela comporta então ela tem uma validade de 90 dias. Passou-se esse prazo, novamente é reestudado porque dentro desse período podem ter entrado outras cargas que podem comprometer a instalação de atendimento

Para concluir, a vereadora Janice perguntou: “E sem essa vistoria seria possível emitir o Habite-se?”

A Copel não entra nessa parte. Solicitou-se a vistoria nós vamos fazer a ligação até no disjuntor geral, até na parte superior do disjuntor. Já na parte de baixo já é internamente, então a Copel não se envolve. Ela vai até no sistema de proteção. Para dentro já faz parte do cliente. Então a gente não se envolve essa parte. Eu vejo no processo aqui que, lá em 18 do onze de 2015, foram solicitados os equipamentos que a Copel coloca para fazer essa ligação, para depois eu ser solicitado para fazer a vistoria. Então lá em 18 do onze de 2015, uma pessoa chamada Cezar José Leal esteve na Copel e requisitou, como representante do executor, a retirada desses equipamentos para instalar no local. Então os nossos equipamentos da Copel estão lá. Devem estar lá. Temos aqui um ofício da prefeitura também de 2010, solicitando a ligação. Foi onde começaram essas tratativas da vistoria.

1.5.2.2 DOCUMENTAÇÃO

1) Ofício nº 0612/2018-GAB, de 24 de julho de 2018, o Prefeito Lucio de Marchi encaminhou à CPI os registros de ocorrência da Guarda Municipal relativos aos dias 18/08/2016 e 07/01/2018.



- 2) Ofício nº 0611/2018-GAB, de 24 de julho de 2018, o Prefeito Lucio de Marchi encaminhou à CPI Boletim de Ocorrência, com data de 14/03/2016, referente ao furto de cabos elétricos de cobre; Registro feito pela Guarda Municipal, com data de 18/08/2016; Boletim de Ocorrência com data de 18/08/2016, referente ao furto de material elétrico junto à construção do Hospital Regional. Às páginas 183 até 186 consta o registro da ENDEAL Engenharia direcionado ao senhor José Carlos de Jesus dando conta do roubo de cabos de cobre instalados na cabine de transformação, geração e a depredação do gerador para retirada de cabos. Em razão disso, a empresa solicita mais trinta dias de aditivo de prazo executivo. Nesse comunicado, a ENDEAL Engenharia salienta que em virtude de serem materiais especiais, o prazo de entrega e a execução dos serviços necessários para a reposição destes irá atrasar a conclusão da obra. Os custos de material e mão de obra qualificada para a execução desses serviços será todo da construtora que ao longo destes anos tem arcado com as despesas de alarme monitorado e ronda na obra.
- 3) O Boletim de Ocorrência de 14/03/2016, registrando que foram furtados os cabos elétricos de cobre que ligam o gerador ao transformador e a rede predial; que o prejuízo está avaliado em R\$ 21.600,00; que possuem vigilantes contratados da empresa Inviolável.
- 4) Faz parte do processo da CPI, também, Boletim de Ocorrência de 18/08/2016, noticiando o furto de 960 metros de cabos 240 milímetros, divididos em 12 pedaços e 1200 metros de cabos 185 milímetros, divididos em 15 pedaços, da obra do Hospital Regional de Toledo. No BO, o noticiante, senhor Douglas Sincler Canesin da Silva, diz que os cabos já estavam instalados na obra; diz que não tem suspeitos.
- 5) Há, também, Boletim de Ocorrência de 09/01/2018, registrado por Servidora Municipal e Diretora de Gestão e Saúde do Hospital Regional de Toledo, comunicando que, na madrugada do dia 07/01/2018, por volta das 5h20min, aquele estabelecimento hospitalar foi invadido por vândalos, que destruíram duas portas dos fundos e danificaram 07 (sete) extintores de incêndio.
- 6) Às folhas 364, consta ofício encaminhado pela EletroAlfa Engenharia Elétrica à Copel, datado de 20 de novembro de 2012, rerepresentando o projeto da Cabina de Medição, Proteção e Transformação por estar vencido e, ao mesmo tempo, informando modificações feitas para ajustá-lo à norma legal.

Em anexo, às folhas 365, constam documentos extraídos do endereço eletrônico copel/comercialeindustrial/informacoes/consultadeprojetoseletricos, no link PESQUISA PELO CREA, os quais comprovam a aprovação do projeto P421/2010, protocolizado sob o número P10/1267, aprovado no período de 24/10/2010 e 01/10/2010, da obra Prefeitura do Município de Toledo Hospital Regional; nova aprovação deu-se em 07/12/2012. Às folhas 368 a 402 constam os documentos comprobatórios da existência de projeto elétrico aprovado pela COPEL, portanto, em conformidade com a norma técnica. Na página 368, lê-se Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria, informamos que o projeto elétrico da entrada de Serviço está de acordo com as normas técnicas da Copel. O Documento data de 27 de dezembro de 2012. Às páginas 380 e 381 constam correspondências, de maio de 2015, do engenheiro eletricitista José Carlos Cavalari à COPEL, em relação à necessidade de atualização do projeto elétrico da obra do HR, já vencido. A resposta é no sentido de aceitação da cabina, uma vez que já se encontra concluída, mas que os demais itens devem ser atualizados de acordo com a NTC 903100 e que a resposta da COPEL deve ser anexada ao projeto.

7) Contrato e aditivos:

7.1 Faz parte dos autos da CPI o contrato nº 360, de 27 de março de 2012, no valor inicial de R\$ R\$ 11.863.509,46, prevendo uma construção de 8.878,74 m², 360 dias para execução da obra e 540 dias de vigência do contrato.

7.2 Foram realizados 18 aditivos conforme segue:

- 1º Aditivo : 21/08/12 – R\$ 74.053,00 (meta física)
- 2º Aditivo : 21/03/13 – 180 dias
- 3º Aditivo : 20/09/13 – 150 dias
- 4º Aditivo : 28/11/13 – R\$ 1.319.670,69 (meta física)
- 5º Aditivo : 27/12/13 – retifica data para 28/06/14
- 6º Aditivo : 18/02/14 – 158 dias
- 7º Aditivo : 24/07/14 – 120 dias
- 8º Aditivo : 22/11/14 – R\$ 2.764.221,59 (reequilíbrio econômico-financeiro) + 120 dias
- 9º Aditivo : 24/03/15 – 90 dias
- 10º Aditivo : 24/06/15 – 60 dias
- 11º Aditivo : 24/08/15 – 75 dias



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 51

12º Aditivo : 06/11/15 – 38 dias

13º Aditivo : 11/11/15 – R\$ 430.819,01 (supressão devido diminuição meta física)

14º Aditivo : 11/11/15 – R\$ 1.428.701,22 (aumento da meta física)

15º Aditivo : 15/12/15 – 30 dias

16º Aditivo : 12/01/16 – 30 dias

17º Aditivo : 15/02/16 – 30 dias

18º Aditivo : 15/03/16 – 30 dias

8) Pelo ofício nº 749/2018-GAB, o Prefeito do Município de Toledo, encaminhou a esta Comissão documentos anexados às fls. 269 até 274, nas quais constam que o reequilíbrio financeiro, efetivado em 22 de novembro de 2014, pactuou o pagamento de 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira parcela de R\$ 300.000,00; a segunda R\$ 208.221,59; a terceira de R\$ 300.000,00; a quarta de R\$ 207.000,00; a quinta de R\$ 300.000,00 e todas as demais de R\$ 207.000,00.

Pelo ofício nº 807/2018-GAB, o Prefeito do Município de Toledo, encaminhou a esta Comissão documentos que constam às fls. 289 até 338, nas quais constam os relatórios produzidos pelas comissões: Comissão de Análise Técnica para verificar os serviços realizados e materiais empregados na execução da obra do Hospital Regional de Toledo, instituída pela Portaria nº 307, de 02 de outubro de 2015; Comissão para apurar valores líquidos devidos à Empresa executora das obras do Hospital Regional de Toledo, em razão de supressões e acréscimos, instituída pela Portaria nº 338, de 27 de outubro de 2015.

8.1) Comissão de Análise Técnica para verificar os Serviços realizados e materiais empregados na execução da obra do Hospital Regional de Toledo, instituída pela Portaria Nº 307, de 02 de outubro de 2015.

A essa Comissão coube verificar serviços realizados e materiais empregados na Execução das obras do Hospital Regional de Toledo, assim como analisar a compatibilidade do pedido de Aditivo ao Contrato Administrativo nº 360/2012. O Ato de nomeação da Comissão e o respectivo relatório constam das páginas 291 a 328. **O objeto do contrato é a execução global (material e mão de obra) dos serviços de construção do Hospital Regional de Toledo, com área a construir de 8.878,74m², na Avenida União, nº 368, Lote nº 55.B, Jardim Coopagro, no município de Toledo/PR, de acordo com a matrícula nº 40.696, do 1º Ofício do Registro de Imóveis, conforme orçamento, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, projetos e Convênio nº1535/2010 entre a Prefeitura de Toledo e a União Federal.**

A Comissão aponta a concessão de 11 (onze) aditivos até a data de 28 de dezembro de 2015, conforme segue:

TERMO DE ADITIVO	DATAS			VALOR
1º Acréscimo de meta física	21/08/2012	22/03/2013	18/09/2013	R\$ 74.053,08
2º 184 dias	21/03/2013	18/09/2013	17/03/2014	-
3º 150 dias	20/09/2013	19/02/2014	14/08/2014	-
4º Acréscimo de meta física	28/11/2013	19/02/2014	14/08/2014	R\$ 1.319.670,69
5º Redução vigência □ 47 dias	27/12/2013	19/02/2014	26/08/2014	-
6º 158 dias	18/02/2014	27/07/2014	03/12/2014	-
7º 120 dias na execução e 25 dias de vigência	24/07/2014	24/11/2014	28/12/2014	-



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 52

8º 120 dias na execução e 365 dias de vigência e reequilíbrio econômico-financeiro	22/11/2014	24/03/2015	28/12/2015	R\$ 2.764.221,59
9º 92 dias na execução	24/03/2015	24/06/2015	28/12/2015	-
10º 61 dias na execução	24/06/2015	24/08/2015	28/12/2015	-
11º 75 dias na execução	24/08/2015	07/11/2015	28/12/2015	-

Às folhas 303, do processo da CPI, consta nota da Comissão **INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 307**, que diz: Aos itens não passíveis de supressão deverá ser intensificado o acompanhamento de sua execução e conclusão, visto que boa parte dos mesmos já foram objeto de medição e pagamento." (Grifo nosso)

Observa-se que, já em outubro de 2015, na planilha de supressão protocolizada pela empresa, havia a constatação de itens pagos, mas não executados, logo, identificando a necessidade de ressarcimento aos cofres públicos, e necessidade de intensificação no acompanhamento da obra. Considerando a Planilha de Supressão (R\$ 430.819,01) e a Planilha de Acréscimo (R\$ 1.428.701,25), constatou-se uma diferença de R\$ 997.882,24 para mais a ser alterada no valor do contrato. Novamente às folhas 311, no Relatório das Visitas *in loco*, item c, Na comparação das planilhas de medição e pagamentos realizados, foi constatada a existência de itens e serviços que foram pagos e não foram localizados na obra, esta constatação já havia sido registrada na verificação feita pela Divisão de Convênios do Ministério da Saúde, conforme Ofício nº 1729/MS/S/FNS/DICON/SECON/PR, de 20 de novembro de 2014. Cabe ressaltar que entre o relatório da Comissão e o relatório da DICON se passou praticamente um ano. O relatório da Comissão aponta ainda que parte dos serviços requeridos como acréscimo no pedido de aditivo já foram executados para o adequado andamento dos demais serviços contratados, evitando assim, a paralisação de uma obra de grande vulto até que se elabore o aditivo dos itens faltantes. Portanto, se recomenda absoluto controle nos valores a serem aditivados para que não ocorra duplicidade de pagamento por novas medições. A Comissão ressalta nas considerações finais o atendimento das recomendações quanto à condução e fiscalização da execução dos serviços bem como do Departamento de Contratos quanto à inclusão das planilhas na redação do aditivo. Como a Comissão subdividiu o trabalho, coube aos servidores José Carlos de Jesus, Maurício Pozzolo Batista e Fernando Hacker a aferição da parte técnica da obra. Os profissionais optaram por realizar uma checagem visual dos serviços já realizados a fim de apreciar qualitativamente a execução da obra, uma vez que existe uma inviabilidade técnica em efetuar o levantamento quantitativo devido ao prazo estipulado para a apresentação deste relatório e a existência de serviços que não podem ser visualizados e de difícil acesso. (p. 314) Ainda assim, os técnicos concluíram, que a obra está com uma qualidade compatível para seu aceite, faltando apenas a execução de pequenos detalhes, acabamento e arremates finais. (p. 314) A conclusão do relatório técnico afirma consideramos a compatibilidade e a funcionalidade dos itens aditados plausíveis, contudo não houve tempo hábil para uma análise detalhada dos quantitativos cabendo ao fiscal da obra atestar a precisão deste aditamento, bem como acompanhar e aferir a qualidade dos serviços executados. (p.314) Cabe enfatizar que os profissionais apontam três vezes a dificuldade de fazer um levantamento detalhado dos quantitativos por conta do prazo estipulado para apresentação do relatório.

8.2) Relatório de apuração dos valores líquidos devidos à contratada em razão do aditivo de acréscimos e de supressões ao Contrato Administrativo nº 360/2012, da obra do Hospital Regional de Toledo, instituída pela portaria nº 338, de 27 de outubro de 2015

O objetivo dessa Comissão é cumprir a designação dada pela Portaria nº 338, de 27 de outubro de 2015, para subsidiar decisão administrativa sobre o valor líquido devido à empresa executora das obras do Hospital regional de Toledo, em razão dos acréscimos e das supressões ao Contrato Administrativo nº 360/2012, solicitados pela contratada pelo Ofício protocolado na Prefeitura de Toledo sob o nº 31.345, no dia 25 de agosto de 2015.

Nas considerações iniciais, a Comissão afirma que a análise dos valores devidos à contratada efetivou-se com base na nota fiscal nº 901, de 29 de abril de 2014, correspondente à 24ª medição cuja apuração foi feita sobre os itens a serem suprimidos e que foram deferidos pelas instâncias competentes através de pareceres, confrontando com os itens constantes na 24ª medição que possuem percentuais de medição acumulada.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 53

Em relação à apuração dos valores em razão de acréscimos e supressões, a Comissão indica, às folhas 332, o valor de R\$ 1.428.701,25 de acréscimos; R\$ 430.819,01 de supressões; e R\$ 208.582,95 de valor passível de ressarcimento.

O relatório apresenta duas notas. A **Nota 1** apresenta a tabela que segue:

Valor requerido pela contratada	R\$ 796.257,78
Valor glosado pela Comissão Técnica	R\$ 365.438,76
Valor dos itens suprimidos sem existência de ressarcimento	R\$ 178.469,38
Valor dos itens suprimidos com existência de ressarcimento integral ou parcial	R\$ 252.349,64

A **Nota 2** ressalta que aos itens glosados do pedido de supressão pela Comissão de Análise Técnica, deverá ser intensificado o acompanhamento de sua execução e conclusão, visto que a parte dos mesmos já foram objeto de medição e pagamento. (p. 337)

Em relação à apuração dos valores a serem pagos à contratada em razão do aditivo objeto do relatório produzido pela Comissão, foram estabelecidos os seguintes valores:

1. Valor total do acréscimo contemplado no aditivo	R\$ 1.428.701,25
• Valor total da supressão contemplada no aditivo	R\$ 430.819,02
• Subtotal (1-2)	R\$ 997.882,23
• Valor apurado dos itens suprimidos já pagos que deverão ser ressarcidos	R\$ 208.582,95
• Valor líquido devido à contratada após dedução dos valores a serem ressarcidos	R\$ 789.299,28
Setecentos e oitenta e nove mil, duzentos e noventa e nove reais e oito centavos	

A Comissão ressaltou, ainda, que o valor de R\$ 208.582,95 a ser ressarcido ao Município refere-se a medições pagas, porém não executadas e que foram suprimidas. Essa apuração deu-se com base nos valores originais do Contrato, não incidindo qualquer correção ou atualização aos índices monetários.

Também esta Comissão, em suas Considerações Finais, às folhas 338, ressalta a necessidade de que, nas liquidações das futuras notas a serem emitidas pela Contratante, as medições sejam criteriosamente avaliadas de acordo com a nova recomposição da obra em relação aos itens acrescidos no Contrato e aos existentes que estão em fase de execução.

9) Pagamento relativo à última medição da obra do Hospital Regional de Toledo

Em resposta ao Ofício nº 043/2018/CM/CPI-001, o Executivo Municipal encaminhou Ofício nº 0837/2018-GAB, informando que as exigências a serem cumpridas pela empresa para que seja efetivado o pagamento relativo à última medição consistem na apresentação pela Contratada da Planilha de Acompanhamento de Contrato em que esteja evidenciada a execução de 100% do referido Contrato; do Relatório das Medições; Termo de Recebimento Definitivo de Obra; Carta de Habitação; Certidões Negativas da empresa contratada; Comprovante do recolhimento de FGTS e INSS sobre a folha de pagamento dos empregados registrados na CEI da obra; Comprovações de Pagamentos de Salários dos empregados pertinentes à referida obra. A liquidação dos pagamentos relativos à



obra do Hospital Regional de Toledo deu-se em 07/07/2016.

10) Termo de Recebimento Definitivo da Obra do Hospital Regional de Toledo

O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA relativo ao Contrato nº 360/2012 e Concorrência nº 061/2012, foi emitido em 21 de junho de 2016, assinado pelo senhor José Carlos de Jesus, Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional; pela senhora Denise Helena Silva Lins C. Macedo Campos, Secretária de Saúde; senhor Nalmir Fontana Feder, Representante Legal da Contratada; e senhor Luís Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt, Prefeito do Município de Toledo.

11) Dos Laudos, Notificações e Habite-Se

Já às fls. 276, consta o ofício 1013/2018 do Prefeito do Município de Toledo, que encaminhou a esta Comissão documentos que constam às fls. 277 até 283, nas quais constam:

Notificação de irregularidade na ligação predial de esgoto SANEPAR, datada de 21/06/2017, indicando oito situações irregulares e apontando as orientações para regularização;

RVE Relatório de Vistoria em Estabelecimento, do Corpo de Bombeiros, indicando que sejam tomadas medidas de segurança contra incêndio e pânico, por não estarem de acordo com as normas, datado de 29 de maio de 2017; Vistoria realizada pela Cavalari Engenharia Elétrica apontando 18 (dezoito) pontos que contrariam as normas da Concessionária e as NBR 5410 10039, datada de 02 de setembro de 2017;

Ofício OFHRG Nº 05/2016, de 14 de março de 2016, assinado pelo senhor José Carlos de Jesus, Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional, solicitando o **HABITE-SE** em caráter excepcional, sem a apresentação do laudo de vistoria da Sanepar . A justificativa apresentada no ofício mencionado afirma que tal solicitação deve-se ao fato de que a SANEPAR só poderá realizar o seu laudo a partir do momento em que forem instalados alguns equipamentos complementares ao término da obra, que permitirão testar todas as instalações hidráulicas. (p. 284). A solicitação do Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional, senhor José Carlos de Jesus, foi acatada pelos componentes da Comissão de Urbanismo, da Secretaria de Planejamento Estratégico. O ofício do fiscal da obra dá conta então de que a obra foi entregue sem que estivesse completamente pronta.

12) Emissão da Carta de Habitação (Habite-Se)

Em resposta ao Ofício nº 043/2018/CM/CPI-001, o Executivo Municipal encaminhou Ofício nº 0837/2018-GAB, informando que, para Emissão e Liberação da Carta de Habitação, mesmo das obras públicas, o requerente dirige-se ao Balcão da Aprovação de Projetos, onde o Requerimento de Solicitação, disponível no site do Município, devidamente preenchido e assinado, deve ser protocolado, juntamente com os documentos listados abaixo, quando for o caso, de acordo com a Lei nº 1945/2006, art. 24:

- a) Habite-se , expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária do Município, se couber;
- b) Laudo de Vistoria expedido pelo setor competente do Corpo de Bombeiros, para os casos em que a lei exija um sistema de prevenção contra incêndios;
- c) O Projeto de Prevenção contra Incêndios, devidamente aprovado em conformidade com o projeto arquitetônico aprovado por ocasião da emissão do alvará, quando for o caso;
- d) Laudo de Vistoria expedido pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR);
- e) Os projetos complementares, se for o caso.

Às folhas 351, tem-se como informação do Executivo que o protocolo é encaminhado ao setor de fiscalização de obras e posturas. O fiscal irá até o local fazer a vistoria para verificar se a obra está de acordo com o projeto arquitetônico aprovado e em condições de habitabilidade, devendo estar em funcionamento as instalações hidrossanitárias, elétricas, telefônicas, de prevenção de incêndio e calçamento de passeio público conforme cada caso (art. 23, da Lei nº 1 943/2006). O fiscal escreve seu parecer no verso do próprio requerimento, declarando que está de acordo ou em desacordo. Feito isso, o protocolo retorna à Aprovação de Projetos, onde é analisada e conferida a documentação necessária. Estando tudo certo, segue para a Carta de Habitação e assinatura do Diretor de Acompanhamento e Execução do Plano Diretor e Secretário de Planejamento Estratégico.

No caso da obra do Hospital Regional, o ofício encaminhado pelo Executivo relata, ainda, que não foram localizados no processo da obra em questão o parecer do fiscal responsável pela vistoria para liberação da Carta de Habitação; o laudo do Corpo de Bombeiros; o Laudo de Vistoria da Sanepar; o Habite-se , expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária do Município, somente o PBA aprovado.

Cabe destacar, ainda, que o Requerimento da Carta de Habitação apresenta parecer da Comissão de Urbanismo, acatando a solicitação do Fiscal da obra para liberação da Carta de Habitação sem o laudo de vistoria da Sanepar.



1.6 DEPOIMENTOS

Para apuração dos fatos determinados que subsidiaram a criação da Comissão, fez-se necessário a oitiva de algumas testemunhas, as quais foram realizadas ao longo das reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito. As testemunhas foram previamente notificadas a comparecer às reuniões agendadas para este fim.

Destaca-se que o requerimento de depoimento de cada testemunha foi devidamente deliberado e aprovado pelos membros por ato da Comissão Parlamentar de Inquérito, considerando a real necessidade de esclarecimento dos fatos e as qualidades funcionais relacionadas aos fatos revelados.

Na data agendada para os respectivos depoimentos, na presença de todos os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito, as testemunhas foram previamente alertadas sob seu dever legal de dizer a verdade, sob pena de falso testemunho, as quais prestaram compromisso.

Assim, foram ouvidas as seguintes testemunhas, nas respectivas reuniões da Comissão, cujo depoimento integral encontra-se em anexo a este relatório.

- 1) Thiago Stefanello;
- 2) André Luiz Flores Refosco;
- 3) Douglas Sinclair Canesin da Silva;
- 4) Silmara Fancher;
- 5) Nalmir Fontana Feder;
- 6) Denise Liell;
- 7) João Vianeí Crespão;
- 8) Evaldo Mensch;
- 9) Roni Alvarenga de Mello Padilha;
- 10) Moises Bayer
- 11) Márcio André Wathier;
- 12) Maísa Carmen Kuhn Fazzolari;
- 13) Carlos Eduardo Marchesi;
- 14) Vagner Fernandes Quinquilo;
- 15) Leandro Marcelo Ludvig;
- 16) Claudemir da Silva Oliveira;
- 17) Alexandre Biggi Delfim Pelicoli;
- 18) José Carlos Cavalari;
- 19) Wolnei Olivo;
- 20) Mauro Nestor Huppés

1.7 OUTRAS INFORMAÇÕES

Membros da CPI estiveram nas dependências do Hospital Regional e puderam constatar algumas das desconformidades apontadas no relatório técnico da Comissão de Auditoria.

1.8 CONCLUSÕES

A Comissão Parlamentar de Inquérito iniciou suas atividades em 30 de maio de 2018 e concluiu com a apresentação de relatório em reunião pública, no dia 21 de novembro de 2018. Foram 20 (vinte) oitivas de pessoas estreitamente ligadas à obra do Hospital Regional e à equipe que procedeu à auditoria no Hospital Regional. Dentre todas as pessoas convocadas para se apresentarem à CPI, não foi possível ouvir o Senhor João Francisco Tonsic, engenheiro civil ora aposentado, mas que, em atividade, compôs a Comissão de Auditoria instituída pela Portaria nº 529, de 08 de novembro de 2017, bem como o senhor José Carlos de Jesus, Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional de Toledo, em razão da apresentação de dois atestados consecutivos, cujos prazos se sobrepuseram ao período de realização da CPI.

O voto da relatora tomou por base os inúmeros apontamentos feitos ao longo do trabalho da CPI e nos indícios que restaram evidentes diante do que se apresentou nas oitivas e nos documentos anexados aos autos da Comissão. Seguem as razões:

- I) O depoimento do Senhor Nalmir Fontana Feder buscou insistentemente desqualificar o gestor e a Comissão a quem coube fazer a auditoria da execução do contrato e aditivos relativos à obra do Hospital Regional, bem como deslocar o foco do objeto da CPI. Balizou sua fala pela premissa de que Comecei na gestão de um prefeito anterior que queria a obra no prazo para ele inaugurar . Ressalta-se que a execução da obra em questão decorreu da Concorrência Pública nº 61/2011, cujo Edital foi publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município de Toledo em 04/01/2012, abertura prevista para 08/02/2012, com o valor máximo de



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 56

R\$ 13.084.724,42, firmada no contrato nº 360/2012, no valor de R\$ 11.863.509,46, viabilizado pelo Convênio nº 1535/2010 entre a Prefeitura Municipal e a União Federal, com o objetivo de fortalecer o Sistema Único de Saúde - SUS, pelo Convênio nº 1535/2011, no valor de R\$ 11.828.571,43, datado de 31 de dezembro de 2010. O mencionado contrato foi assinado em 27 de março de 2012, com a previsão de 360 dias para execução e 540 dias de vigência, donde percebe-se a inconsistência do argumento apresentado pelo empreiteiro. O próprio Nalmir diz que é obra para ser feita em um ano e meio a dois anos. E, portanto, não configura justificativa para as desconformidades observadas na obra. Confirmam o equívoco os 18 (dezoito) aditivos realizados ao contrato inicial. Os representantes da empresa afirmaram, conforme se pode observar nas oitivas dos senhores Nalmir e Douglas, de forma insistente que os projetos eram incompatíveis, que nada batia com nada . Se assim fosse, várias medidas poderiam ter sido tomadas. Inicialmente cabe ressaltar que, sendo a empresa experiente em construções complexas como a do Hospital Regional como afirma ser, seria de se esperar que nem participasse da Concorrência Pública uma vez que pautou seu orçamento nos projetos fornecidos e logrou êxito no processo licitatório, com considerável desconto haja vista o valor máximo proposto (R\$ 13.084.724,42) e o valor proposto pela construtora ENDEAL (R\$ 11.863.509,46). Se estava tudo errado , como afirmou o sócio-proprietário da ENDEAL, resta perguntar como a empresa não oficiou a Prefeitura Municipal de Toledo durante a vigência do Edital da Concorrência nº 061/2011, como fez o orçamento e como concluiu pelo desconto que forneceu? Em segundo lugar, em sendo as discrepâncias entre os projetos algo tão acentuado como afirmou, a obra deveria ter sido paralisada até que os projetos fossem compatibilizados e houvesse segurança na execução da obra. Considerando-se a quantidade de aditivos, pode-se pressupor que vários pontos foram ajustados. De qualquer modo, vale a pena recuperar a CLÁUSULA II - DA DOCUMENTAÇÃO LEGAL, do Contrato nº 360/12

Ficam integrados a este contrato, independentemente de transcrição os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da Contratada: os atos convocatórios da licitação, projetos, especificações, memoriais, proposta da licitante, pareceres e julgamento, legislação pertinente à espécie, instruções para fiscalização de obras e informes, tudo com fundamento na Lei 8.666/93 e de acordo com as conclusões do edital de **Concorrência nº 061/2011**, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

A mesma condição se lê no Memorial de Cálculo, página 168, do Anexo 1, dos Autos da CPI: O empreiteiro, ao apresentar o preço para esta construção, esclarecerá que não teve dúvidas na interpretação dos detalhes construtivos e das recomendações constantes das presentes especificações.

O projeto arquitetônico foi assinado por MARILUZ GOMEZ ESTEVES, arquiteta, nº Carteira: DF-5092/D, em 2002 e atualizado em 2010; o projeto elétrico, telefônico e outros projetos, assinados pelo engenheiro eletricitista José Carlos Cavalari, contratado pela PRÓ-SAÚDE, em 2002. Segundo ele, portanto, o projeto de 2002, é o mesmo de 2010 e 2012.

Quanto à alegação de que não havia projeto elétrico aprovado na Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica - e que por essa razão não foi realizada a ligação de energia definitiva, também não procede haja vista o registro na COPEL de projeto elétrico em 2010 (Projeto Elétrico 421/10) e 2012 (Projeto elétrico 421/10), atestando que o Projeto Elétrico da Entrada de Serviço está de acordo com as normas técnicas da COPEL . Além disso, nos documentos apresentados está claro que a referida aprovação do projeto elétrico da entrada de serviço tem validade de dezoito meses e que não implica dispensa de vistoria da entrada de serviço. A documentação comprobatória da aprovação do projeto elétrico do Hospital Regional consta dos autos da CPI. Embora haja projeto aprovado, a execução não obedeceu ao projetado, logo a ligação definitiva não se efetivou até o presente momento, conforme se pode comprovar pelo Relatório Técnico produzido pela Comissão que procedeu à Auditoria no Hospital Regional.

Às folhas 139, do Anexo 2, consta um relatório, apontando as Inconformidades na parte elétrica do Hospital Regional de Toledo, assinada pelo engenheiro eletricitista José Carlos Cavalari, em 02 de setembro de 2017, indicando, dentre outras observações, que a entrada de energia está parcialmente executada e que, de acordo com a execução da entrada de serviço, não é possível fazer a atualização do projeto junto à Concessionária. O relatório aponta, também, que os materiais utilizados são de qualidade inferior ao projetado.

Às folhas 195, do Anexo II, consta o ofício nº 202/2017, de 19 de junho de 2017, em resposta à Ocorrência 2015.0974.001, no qual são relacionados alguns itens a serem revistos pela ENDEAL, inclusive cabe à empresa CONTRATADA a execução dos serviços de ligação da entrada de energia, bem como dos geradores, fato este acordado quando do recebimento da obra, serviço este não executado à época apenas pelo fato que geraria manutenção da mesma e dos geradores; também acordado que quando fizesse a ligação da energia, faria-se a entrega técnica dos elevadores. O Termo de Ocorrência acima mencionado consta às folhas 196 a 198, datado de 07 de março de 2017.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 57

O Senhor Nalmir afirma, ainda, que, em dezembro de 2014, a obra estava 96% concluída, mas, como a Prefeitura devia à empresa e o pagamento de R\$ 2.764.221,59 efetivou-se apenas em 2015, em doze parcelas, a obra foi entregue apenas em 21 de junho de 2016. Nesse ponto do processo, o valor do contrato já somava R\$ 16.021.454,82, valor muito superior, portanto, ao previsto como valor máximo na CP nº 061/2011, qual seja **R\$ 13.084.724,43**. Ressalte-se que no 13º Aditivo houve uma supressão de R\$ 430.819,01 em razão de diminuição de meta física gerada pelo pagamento de itens pagos, mas não executados, ficando o valor do contrato em R\$ 15.590.635, 81, voltando a sofrer aumento pelo 14º Aditivo, atingindo o valor de **R\$ 17.019.337,03**.

II) SANEPAR apresentou NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE NA LIGAÇÃO PREDIAL DE ESGOTO em 21 de junho de 2017. São oito irregularidades apontadas. (p. 144 e 145, do Anexo 2).

III) CORPO DE BOMBEIROS vistoriou o prédio do Hospital Regional e constatou a necessidade de adequação em relação às medidas de segurança contra incêndio e pânico. (p. 141 até 143, do Anexo 2).

IV) Quanto à questão da aquisição de equipamentos, estão firmados vários convênios conforme se pode observar, o que implica necessariamente a aquisição dos equipamentos sob pena de se perderem os recursos:

Convênio nº 073/2015, celebrado entre o ESTADO DO PARANÁ, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/ FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, e o MUNICÍPIO DE TOLEDO □, para aquisição de aparelhos e equipamentos médico-hospitalares com a finalidade de equipar o Hospital Regional de Toledo, no valor R\$ 5.392.609,10, foi assinado em 23 de dezembro de 2015, pelo então prefeito Beto Lunitti, o Secretário de Estado da Saúde do Paraná, Michele Caputo Neto e o Deputado Estadual, José Carlos Schiavinato.

Convênio nº 837152, celebrado entre a UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA SAÚDE, e o MUNICÍPIO DE TOLEDO □ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOLEDO/PR, visando fortalecer o SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS, no valor R\$ 1.749.990,00, foi assinado em 22 de novembro de 2016, pelo então prefeito Beto Lunitti e o Ministro da Saúde Ricardo Barros.

Convênio nº 053/2016, celebrado entre o ESTADO DO PARANÁ, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/ FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, e o MUNICÍPIO DE TOLEDO □, para suplementação de equipamentos para o Hospital Regional de Toledo, no valor R\$ 4.608.903,24, foi assinado em 29 de junho de 2016, pelo então prefeito Beto Lunitti e o Secretário de Estado da Saúde do Paraná, Michele Caputo Neto.

Convênio nº 055/2018, celebrado entre o ESTADO DO PARANÁ, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, e o MUNICÍPIO DE TOLEDO □ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOLEDO/PR, para aquisição de equipamentos para o Hospital Regional de Toledo, no valor R\$ 3.835.408,83, foi assinado em 07 de maio de 2018, pelo prefeito Lúcio de Marchi e o Secretário de Estado da Saúde do Paraná, Antônio Carlos Figueiredo Nardi.

V) Como os relatórios apensados aos autos da CPI apontam dificuldades na fiscalização da obra do Hospital Regional de Toledo, cabe destacar as pessoas que exerceram a função ao longo do período de construção da obra.

Portaria nº 431, de 28 de dezembro de 2011, nomeia José Carlos de Jesus no cargo em Comissão de Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional, com lotação na Secretaria de Planejamento Estratégico do Município de Toledo, a contar de 02 de janeiro de 2012.

Portaria nº 143, de 30 de março de 2012, exonera, a pedido, servidores ocupantes de cargos em comissão na administração direta do Município de Toledo, a partir de 1º de abril de 2012, inclusive José Carlos de Jesus no cargo em Comissão de Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional, com lotação na Secretaria de Planejamento Estratégico.

Portaria nº 342, de 22 de junho de 2012, nomeia Douglas Sincler Canesin da Silva no cargo em Comissão de Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional, com lotação na Secretaria de Planejamento Estratégico do Município de Toledo, a contar de 25 de junho de 2012.

Portaria nº 369, de 10 de julho de 2012, exonera, a pedido Douglas Sincler Canesin da Silva do cargo em Comissão de Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional, com lotação na Secretaria de Planejamento Estratégico do Município de Toledo, a contar de 25 de junho de 2012.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 58

Portaria nº 374, de 17 de julho de 2012, nomeia Tiago Augusto Jordão Pigozzo no cargo em Comissão de Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional, com lotação na Secretaria de Planejamento Estratégico do Município de Toledo, a contar de 23 de julho de 2012.

Portaria nº 377, de 20 de julho de 2012, revoga a Portaria nº 374/2012, que nomeou Tiago Augusto Jordão Pigozzo no cargo em Comissão de Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional, com lotação na Secretaria de Planejamento Estratégico do Município de Toledo.

Portaria nº 380, de 20 de julho de 2012, nomeia Mauro Nestor Huppés no cargo em Comissão de Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional, com lotação na Secretaria de Planejamento Estratégico do Município de Toledo, a contar de 23 de julho de 2012.

Portaria nº 535, de 28 de novembro de 2012, exonera, a pedido, Mauro Nestor Huppés do cargo em Comissão de Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional, com lotação na Secretaria de Planejamento Estratégico do Município de Toledo.

Portaria nº 544, de 11 de dezembro de 2012, nomeia José Carlos de Jesus no cargo em Comissão de Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional, com lotação na Secretaria de Planejamento Estratégico do Município de Toledo.

Considerando a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA, o senhor José Carlos de Jesus manteve-se na condição de Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional até o final da obra.

VI) Outro ponto que merece atenção são os boletins de ocorrência: **o primeiro** deles datado de 14 de março de 2016, registrado por Robson Furtado, denunciando o furto de 160 metros de cabos de cobre 240mm, que ligam o gerador ao transformador e a rede predial. O roubo foi comunicado ao fiscal da obra, senhor José Carlos de Jesus, bem como que a reposição ficaria a cargo da Construtora. **O segundo** data de 18 de agosto de dois mil e dezesseis, registrado pelo senhor Douglas Sincler Canesin da Silva, noticiando o furto de 960 (novecentos e sessenta) metros de cabos 240mm, divididos em 12 (doze) pedaços e 1200 (um mil e duzentos) metros de cabos de 185mm, divididos em 15 (quinze) pedaços da obra do Hospital Regional de Toledo. Neste Boletim de Ocorrência, está registrado que os cabos já estavam instalados na obra. Isso nos parece óbvio por duas razões: o Termo de Recebimento da Obra já havia sido assinado há praticamente 60 (sessenta) dias e se ele estava registrando BO pelo furto dos cabos era por certo que já estavam instalados. Essa observação nos instiga a considerar a veracidade acerca da instalação dos cabos, argumento que ganha força ao se observar a inexistência de indícios da instalação de cabos no pavimento técnico. De qualquer forma, os depoimentos e registro da Guarda Municipal reforçam a ideia da subtração de cabos da obra do Hospital Regional, ainda que não se possa afirmar categoricamente quando nem quem o fez. De acordo com depoimento da Guarda Municipal:

No dia 18, eu trabalhava como segurança no local e entrava das 12 até as 18 horas. Logo, ao dar início ao turno, percebi o vazamento de um encanamento e, após verificar, solicitei à Guarda Municipal que fosse feito um pedido de conserto. Por volta das 14h, chegou ao local dois funcionários da Endeal para fazer o conserto. Levei-os ao local do problema onde iniciaram a manutenção e retornei para a portaria, onde voltei ao posto de plantonista. Passado um tempo, não havendo mais barulho e os funcionários não retornaram, fui verificar onde estavam. Não estavam mais no local do conserto. Em ronda, subi no segundo piso e encontrei os dois dentro do elevador de manutenção onde passaram os cabos de energia. Um segurando alguma coisa e o outro serrando os cabos. Eles não me viram e retornei para a portaria e liguei para a central da Guarda Municipal. Como não havia ninguém da chefia direta da Guarda, o mais antigo do plantão era o Supervisor Elguer. Após eu relatar, ele enviou uma viatura para a gente fazer o flagrante no Hospital Regional. Fiquei aguardando e, após passar algum tempo, provavelmente uns 15 minutos ou mais, não chegava a viatura. Retornei a ligação para falar diretamente com ele e me comunicou que o Secretário da pasta, naquele momento, o GM Bayer, cancelou a viatura por ter conversado com o Engenheiro Jesus que os rapazes da empresa tinham livre acesso para retirar ou colocar qualquer coisa dentro do Hospital Regional. Nesse momento, já o pessoal da empresa já havia tirado o caminhão da frente do Hospital e colocado no gerador que fica no fundo. Subi para o piso do Hospital e fiquei observando de algum quarto daqueles e os rapazes da empresa haviam aberto a saída do gerador e estavam colocando rolos de cabo em cima do caminhão. De início consegui contato com o Secretário. Relatei novamente para ele, expliquei que estava acontecendo um furto e qual seria a posição dele. Ele falou que não tinha o que fazer, que não era competência minha e nem da guarda e que a viatura já havia sido



cancelada por aquele motivo que ele já tinha dito. Então fiquei ali com as mãos atadas. Certo tempo depois, após carregar o caminhão eles foram embora. Após chegou viatura da guarda. Depois chegou o Bayer com mais um GM que não lembro quem. Relatei novamente. Depois chegou engenheiro da empresa que estava em Cascavel trabalhando em uma obra no SENAI. Relatei novamente. Comuniquei ao engenheiro que iria levar ele para o local onde havia sido furtado. Ele falou que não tinha interesse de ver e que os funcionários que estavam lá eram de confiança e que não havia motivo para fazer Boletim de Ocorrência ou qualquer coisa. Então ficou por isso. Eu só relatei no livro. Peguei com o engenheiro o nome dos funcionários que haviam adentrado no local. E acabou ficando dessa forma. Não foi feito B.O para polícia, não foi chamada Polícia porque o Secretário achou que não era necessário, não viu necessidade. Falou que o engenheiro da prefeitura tinha dado livre acesso para eles.

A fala do Guarda Municipal é reiterada pelos demais guardas que compareceram à CPI.

Há, ainda, um **terceiro** Boletim de Ocorrência registrado em 09 de janeiro de 2018, pela noticiante Irene da Silva. O BO indica que no sete de janeiro de 2018, por volta das 5h20min o estabelecimento foi invadido por vândalos, que destruíram duas portas dos fundos e danificaram 07(sete) extintores de incêndio.

VII) Sobre o suposto furto de cabos, as explicações são muito contraditórias. Todos afirmam tratar-se de material pesado e retirado do Hospital Regional em quantidade considerável. Segundo o senhor Nalmir Fontana Feder,

Com relação aos cabos, nós temos várias fotos, vocês também têm, que os cabos foram cortados, nós fizemos um levantamento dos cabos que foram roubados na obra, assim como as grades de alumínio, várias outras coisas, são duas toneladas de cabos. Os cabos roubados são os cabos 240, pesam em torno de um quilo e meio o metro. Esse roubo de cabo que aconteceu aqui, é um roubo que foi feito ao longo de muito tempo, porque pra passar eles pelos túneis que fizemos, não tinham no projeto, nós que fizemos, ficamos um mês em seis homens. Tem uma grade de alumínio de vinte e poucos metros que não tem uma peça mais, tiveram vários roubos lá dentro.

Ou seja, ao que tudo indica, a ação de retirada dos cabos demandou tempo considerável e envolveu mais de uma pessoa. No entanto, não há registro algum, exceto o relato da Guarda Municipal, acerca do ocorrido. A pergunta que merece resposta é: como energizar as instalações do Hospital Regional na falta dos cabos que ligam os Quadros Gerais de Distribuição?

VIII) Quanto ao relatório técnico da Comissão que procedeu à Auditoria no Hospital Regional, atenhamo-nos à conclusão:

□ As instalações existentes na obra ignoram completamente os projetos de forma que não é possível garantir a segurança dos pacientes e dos equipamentos instalados. Os levantamentos visuais apontam que mais de 30 dos materiais não foram instalados ou estão instalados de forma irregular, estas que podem provocar diversos problemas como sobrecarga nos circuitos, aumento drástico na queda de tensão, desarme dos disjuntores, intrompimento da alimentação dos equipamentos entre outros. □ Além disso, o relatório aponta a necessidade de revisão em 100% das instalações elétricas e não apenas os aspectos indicados no relatório. O relatório aponta um total de R\$ 1.632.642,91, do qual R\$ 1.103.130,78 relacionam-se às instalações elétricas e R\$ 529.512,13 aos demais serviços, entre o que foi executado em desconformidade e o que não foi executado. A ENDEAL manteve vigilância durante todo o período de construção do Hospital Regional. Desde o término da construção, a Prefeitura Municipal de Toledo tem mantido a segurança do prédio através da escolta dos guardas municipais.

Em visita às instalações do Hospital Regional, foi possível observar alguns aspectos, em especial, os cabos cortados e a completa ausência de cabos em relação ao pavimento técnico. Inclusive não há marca de que tenha havido qualquer tipo de instalação. Nesse aspecto, é importante resgatar a CLÁUSULA VIII □ DOS MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS, do Contrato nº 360/12, na qual se lê □ A mão-de-obra a ser empregada nos serviços decorrentes deste contrato será de primeira qualidade, cabendo ao Contratante, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios, cabendo ainda à Contratada colocar na obra, em bom estado, o equipamento necessário na época prevista para seu funcionamento. □ O Parágrafo Terceiro dessa mesma Cláusula estabelece que □ Após a conclusão dos serviços objeto deste contrato, ou quando declarada a rescisão do mesmo, será procedida pela fiscalização a inspeção final de todos os serviços executados, para verificação do total cumprimento das obrigações contratuais e da fiel execução dos serviços em consonância com os projetos, especificações e documentação contratual. □



datado de 06 de março de 2018. O relatório consta dos autos da CPI, às páginas 004 a 138, do Anexo 2. A partir da página 036, inicia-se a **IDENTIFICAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS**. As desconformidades apontadas tomaram como base a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

O relatório aponta uma série de desconformidades:

- Central de detecção de incêndio;
- Ausência de revestimentos que garantam a proteção radiológica nas salas de Exames de Tomografia e de Raio X;
- Desconformidades no Pronto-Atendimento, no setor de internação, na Central de Material Esterilizado, na Central Térmica, na Casa de Máquinas para o grupo gerador (p. 23, do Anexo 2), Centrais de gases medicinais (faltam instalações elétricas), Central de GLP (faltam instalações elétricas), Subestação, Manutenção Predial e Abrigo de Resíduos (falta a conclusão das instalações elétricas e hidráulicas).

A parte final do relatório também indica que “o acabamento da obra é de má qualidade. Os arremates de pisos, forros de gesso, portas, esquadrias, cerâmicas são falhos em vários pontos, devendo ser refeitos em momento posterior para a conclusão dos serviços.” (p. 24, do Anexo 2)

“Considerando o tamanho do HRT, a impossibilidade de verificar o projeto de rede para conhecimento do caminho/distância que o cabeamento percorre, a certificação do cabeamento ter sido realizada sem a rede elétrica estar energizada, a existência de infiltrações e a distância entre os Racks e as tomadas de rede, é recomendável que se faça uma revisão do projeto de cabeamento estruturado, com uma nova certificação do mesmo, acompanhada dos devidos testes, passivos e ativos. Se possível contratando uma empresa especializada neste seguimento.” (p. 24, do Anexo 2)

X) As placas solares, conforme afirmado pelo senhor Nalmir Fontana Feder:

Não foram instaladas, isso está num aditivo de acréscimo e supressão, foram suprimidos a mão de obra de instalação, dez mil reais, apesar de deverem mais de trezentos mil pra nós, que graças a Deus não foram instaladas porque alguém da prefeitura alertou que se colocassem as placas, em seis meses não teria mais nada. Estão todas guardadas em cima da laje, foi suprimido em documento protocolado pra vocês, na época de 2015. Estão todas guardadas, é só fixar em cima e fazer a ligação, só. Se tivessem colocado hoje não teria mais nada.

No entanto, às folhas 356 a 362, estão cópias do Diário de Obras, nas quais está relacionada a instalação das placas em 29/01/2014, 30/01/2014, 31/01/2014, 19/02/2014, 12/03/2014 e 13/03/2014. Em contrapartida, não há documentação que justifique a não instalação das placas ou aceitação dessa condição. Para todos os efeitos, se a instalação consta do Diário de Obras seria de se esperar que estivessem adequadamente instaladas. São 70 coletores a R\$ 697,68, o que totaliza R\$ 48.837,60 (página 52).

XI) A segurança durante o período de execução da obra do Hospital Regional ficou sob responsabilidade da Inviolável, localizada no município de Toledo. Como a questão do suposto furto de cabos envolve vigilância e segurança, a CPI solicitou que a empresa encaminhasse relatório, o que foi prontamente atendido. Nos relatórios de eventos, há várias situações que chamam atenção. A título de exemplo, serão destacadas apenas cinco ocorrências. As demais poderão ser consultadas nos autos da CPI. Ao longo de 2015 e 2016, tomando-se apenas os dois anos como referência, observa-se:

Exemplo 1 - No dia 23 de agosto de 2015, a porta dos fundos, de vidro, setor 7, aberta, atendente fechou.

Exemplo 2 - No dia 08 de março de 2016, atendente Waldair no local, feito vistorias, constatado porta dos fundos aberta. Robson confirmou senha e um funcionário foi ao local, porém não tinha a chave. Escorou a porta. Inviolável em rondas.

Exemplo 3 - No dia 21 de maio de 2015, André confirmou senha verbal e informou que tem gente pousando no local. Solicitou à atendente fazer vistorias e se houver algo estranho retornar a ligação para o mesmo.

Exemplo 4 - No dia 10 de junho de 2015, André informou que tem vários funcionários dormindo nos fundos do local e que tático pode desativar sistema para funcionários.

Exemplo 5 - No dia 28 de novembro de 2015, João informou que desativou de manhã e que ficou gente ainda no local e esqueceram de ativar. Pediu que ativasse o alarme.

Observa-se no relatório também várias situações em que o responsável pela obra não atendeu o telefonema da empresa quando do disparo do alarme.

XII) ACPI, através do Despacho da Presidência, nº 694/2018, recebeu o Ofício nº 001/2018, da Comissão de Licitação do HMDPF - HOSPITAL E MATERNIDADE DR. PAULO FORTES, de São Mateus do Sul/Paraná, assinado pelo Senhor Anderson Paulo Nora da Silva, Presidente da Comissão de Licitação do HMDPF, solicitando informações



□Especificamente em relação às informações contidas no □ATESTADO DE EXECUÇÃO E CONCLUSÃO DE OBRA□, expedido em 25/07/2013, com timbre do Município de Toledo □ Secretaria de Planejamento Estratégico, firmada pelo Diretor de Engenharia do Hospital Regional, José Carlos de Jesus □ CREA 8.952/D-PR□, se foi constatado indícios de falsidade e se este corresponde com a realidade. A solicitação foi motivada por recurso interposto pela Construtora Sudoeste, a qual pleiteia que a ENDEAL Engenharia e Construções LTDA seja inabilitada do Edital de Concorrência nº 01/2018, alegando □**INSUFICIÊNCIA DE CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO □ FALSIFICAÇÃO E ADULTERAÇÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO PELA EMPRESA ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**□. (p.9)

O documento, à página 10, diz, ainda, que □Como se não bastasse, verifica-se que a Recorrida já fora desclassificada da Concorrência Pública nº26/2014 □ Prefeitura de Cuiabá □ MT pela apresentação do mesmo atestado exibido no presente processo licitatório, sendo que naquele processo a comissão de licitação concluiu pela inabilitação porque □apresentou atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Toledo, onde informava que a obra do Hospital Regional Oeste Toledo havia sido concluído na data de 20/05/2013, após diligência, verificamos que o hospital não está concluído.□

Observa-se que a ENDEAL Engenharia e Construções LTDA falta com a verdade quando, no ATESTADO, (p. 36) afirma que procedeu à instalação completa de ar condicionado, à instalação completa de sistema de aquecimento de água e à instalação de grupo gerador com dois motores geradores de energia 1000KVA cada um. As evidências encontram-se em vários pontos do processo desenvolvido pela CPI, mas, para todos os efeitos, será exemplificada apenas uma das questões apontadas pela EBSEHR, em visita técnica ao Hospital Regional, no mês de outubro de 2017: □Não há sistema nem equipamentos de climatização instalados em nenhuma área do hospital.□ (p. 24). O Relatório da Comissão de Auditoria da Prefeitura de Toledo (p. 172, do Anexo 02), afirma também: □não existem instalações elétricas na casa de máquinas do ar condicionado.□ Aponta-se, novamente, a fala do próprio Nalmir Fontana:

As placas solares não foram instaladas, isso está num aditivo de acréscimo e supressão, foram suprimidos a mão de obra de instalação, dez mil reais, apesar de deverem mais de trezentos mil pra nós, que graças a Deus não foram instaladas porque alguém da prefeitura alertou que se colocassem as placas, em seis meses não teria mais nada. Estão todas guardadas em cima da laje, foi suprimido em documento protocolado pra vocês, na época de 2015. Estão todas guardadas, é só fixar em cima e fazer a ligação, só. Se tivessem colocado hoje não teria mais nada.

Na Certidão de Acervo Técnico, p. 39, está mencionada a data de início da obra do Hospital Regional em 20/04/2012 e a data de conclusão em 20/05/2013. A data de conclusão não procede haja vista que, entre 20/05/2013 e 21/06/016 (data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo de Obra do Hospital Regional), foram realizados 16 (dezesesseis) aditivos, prova cabal de que Hospital Regional de Toledo algum foi concluído em 20/05/2013. Além disso, nas razões apresentadas pela ENDEAL Engenharia e Construções LTDA à Prefeitura de São Mateus do Sul/PR, inclusive na Certidão de Acervo Técnico, consta a instalação de dois grupos de geradores de 1000KVA, quando, na realidade, foram instalados três grupos de geradores de 750KVA, sem que as instalações físicas tivessem sido revistas para isso. Do mesmo modo, o Atestado emitido pelo Município de Toledo, assinado pelo senhor José Carlos de Jesus, Diretor de Engenharia do Hospital Regional de Toledo, datado de 25 de julho de 2013, atesta a instalação de dois grupos de geradores de 1000KVA, instalação completa de ar condicionado, instalação completa de sistema de aquecimento de água por sistema de placas de aquecimento, situações que não correspondem à realidade. Por fim, assinado em 25 de julho de 2013, o Atestado, em sua introdução, afirma que a ENDEAL e seus engenheiros responsáveis **“executaram a obra completa do HOSPITAL REGIONAL DO OESTE. “**

Em sua resposta ao senhor Presidente da Comissão de Licitação do Hospital e Maternidade Dr. Paulo Fortes, de São Mateus do Sul/PR, a ENDEAL Engenharia e Construções LTDA fundamenta sua justificativa □em situação política que atinge o Município de Toledo□ e que □como tentativa de se eximir de responsabilidade, a atual gestão tentou acarretar a culpa à ENDEAL pela não utilização do Hospital□, demonstrando o descaso e esforço de manipulação da construtora, pois, ao ignorar completamente os apontamentos dos relatórios de vistoria da Sanepar, Copel, Corpo de Bombeiros, Comissão Técnica da Prefeitura e da EBSEHR, incorre em contradições e afirmações falaciosas.

1.9 VOTO DA RELATORA

Conforme o relatório aponta, são abundantes os documentos que compõem os autos da CPI. Por todo o exposto, é o presente para o fim de que providências sejam tomadas, posto que está claro de que houve erros na execução da



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 62

obra, negligência na fiscalização da obra, irregularidade na expedição do Habite-se e do Termo de Recebimento Definitivo de Obra, datado de 21 de junho de 2016, que houve a retirada de cabos de energia do prédio do Hospital Regional, que há prejuízo ao erário em razão do já exposto.

Diante do quadro que se apresentou, a partir da apuração dos fatos e dos elementos produzidos, entendemos que existem fortes indícios de descumprimento dos dispositivos e normas que regem os princípios da administração pública e da probidade administrativa impostos na Constituição Federal e na Lei nº 8.429/1992.

No parecer desta relatora, os fatos investigados e os indícios reais da ocorrência das irregularidades apuradas configuram, manifestamente, atos de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, conforme o Art. 11 da Lei Nº 8.429/92.

Na esteira do elenco de fatos expostos nesse relatório, entendemos ser necessária e urgente ação efetiva dos órgãos legitimados, revestindo-se em maior controle e fiscalização dos atos praticados pelos agentes públicos no que diz respeito aos fatos relatados e investigados por esta comissão.

Diante do relevante trabalho realizado e dos documentos colhidos e produzidos, considerando os poderes conferidos à CPI, os quais excluem a condição de imputar pena, mas se limita à condição de investigação e apuração dos fatos, cumpre-nos apresentar as seguintes recomendações às instituições abaixo-relacionadas a quem compete a adoção de medidas:

Nesse sentido, entendendo que a utilização de recurso público em desconformidade ao contido na lei e a apropriação de bem público gera ato de improbidade administrativa, de acordo com o art. 80 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Toledo, é que opino:

- a) envio de cópia integral do presente processo à Comissão Permanente de Saúde, Seguridade Social e Cidadania da Câmara de Toledo;
- b) envio de cópia integral do presente processo ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal;
- c) envio de cópia integral do presente processo ao Ministério Público de Contas, frente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- d) envio de cópia integral do presente processo ao Chefe do Poder Executivo Municipal de Toledo.

VEREADORA JANICE SALVADOR
Relatora

3. VOTO DA COMISSÃO

Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI, votam conforme abaixo:

Parlamentares	Favorável ao Voto da Relatora	Contrário ao Voto da Relatora
WALMOR LODI Presidente		
GABRIEL BAIERLE Vice-Presidente		
ADEMAR DORFSCHMIDT Membro		
ANTÔNIO ZÓIO Membro		

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 23 de novembro de 2018.

ANEXO

DEPOIMENTOS REALIZADOS NAS REUNIÕES DA CPI



**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
(Portaria nº 52, de de 2018)**

DEPOIMENTO REALIZADO NA QUINTA REUNIÃO DA CPI (22/06/2018)

1. Depoimento de Thiago Daross Stefanello.

Aos 22 dias do mês de junho, às 14h02min se apresentou para depor junto da CPI 001/2018, o Senhor Thiago Daross Stefanello, ex-Secretário de Saúde do Município de Toledo. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/Cna11SeVq24> - 5ª Reunião da CPI 2018 Hospital Regional 22.06.2018:

Ademar Dorfschmidt: Por que o senhor optou em abrir a sindicância em relação ao Hospital Regional?

Thiago: Salvo correção, o senhor se referiu a Auditoria. Foi uma determinação do Prefeito após visita *in loco* dos técnicos da EBSEERH que apontaram irregularidades/correções a serem feitas que, *a priori*, deveriam estar contempladas.

Ademar: Você acompanhou a equipe de transição do governo Beto e também do Prefeito Lucio?

Thiago: Não, não compus a equipe de transição.

Ademar: Acredito que várias Comissões foram compostas para acompanhar o Hospital Regional. Essas comissões foram compostas por quem?

Thiago: Não houve oficialmente equipes de comissões compostas. Logo quando assumimos a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Habitação e Vigilância Sanitária fizeram a primeira vistoria onde teve o primeiro Termo de Ocorrência. Depois, tivemos os acompanhamentos com a EBSEERH. Onde Irene e eu compúnhamos. No caso, pessoas indicadas pela Administração.

Ademar: Você lembra a data?

Thiago: A primeira vistoria feita com a Secretaria de Planejamento e pela Secretaria de Habitação e Vigilância Sanitária, existe um documento oficial, que é um Termo de Ocorrência, salvo engano, final de fevereiro início de março. Depois, tivemos em agosto ou outubro outras tratativas com a EBSEERH.

Ademar: Que ano?

Thiago: 2017.

Ademar: No Plano de Governo do Prefeito Lucio, qual era a data prevista para abertura do Hospital Regional?

Thiago: Salvo engano a data de abertura era no ano de 2017. Mas, quando assumimos o Hospital, em janeiro, era a ideia que o Hospital estava concluído. Porém não era verdade. O Hospital não tinha climatização e várias irregularidades como a Auditoria realizada apontou. É bastante simples. Pega-se o projeto que foi licitado - só existe um projeto que está licitado - e confronta. Diversas coisas pagas e que não estão no Hospital.

Ademar: Você pode citar algum exemplo?

Thiago: A central de gases, fios, disjuntores e lâmpadas. Está na Auditoria.

Ademar: Você tem conhecimento de algum roubo no Hospital Regional na sua gestão?

Thiago: Não. Nenhum documento oficial foi encaminhado à Secretaria de Saúde. Além de fios e outras coisas existe a parte de obra física. Aqui não tem como ser roubada. Dou o exemplo: foi pago a instalação das placas elétricas. As placas elétricas ainda estão todas encaixotadas. Não foram instaladas.

Ademar: O senhor quando recebeu isso. Não tem nenhum documento que diz que essas placas não poderiam ser instaladas naquele momento sob penas de estragarem por não estarem sendo usadas?

Thiago: Em posse da Secretaria de Saúde, não.

Ademar: Que mês foi a visita da EBSEERH?

Thiago: Salvo engano, agosto ou outubro. Preciso confirmar. 29 e 30 de outubro de 2017. Missão técnica da equipe de técnicos da EBSEERH e do Ministério da Saúde em Toledo para verificação *in loco* das condições do Hospital Regional.

Ademar: O que os técnicos sinalizaram naquele momento?

Thiago: Existe um relatório de inúmeras páginas na Secretaria da Saúde, que a CPI deve solicitar e ter acesso lá a todos os dados. Lá está discriminado item por item da relatoria da EBSEERH.

Ademar: O senhor acompanhou alguma visita da Universidade Federal no Hospital Regional?

Thiago: Com as pessoas da Universidade Federal, não. A única participação foi um evento que teve em agosto. Aonde pela primeira vez o Ministro da Saúde Ricardo Barros esteve em Toledo junto com o presidente da EBSEERH e o professor Helton da Universidade Federal. Foi em 31 de agosto, quando a Universidade fez uma visita e eu estive presente.

Ademar: Quando ocorreu a audiência pública que ocorreu na prefeitura?

Thiago: Ela foi no dia 8 de fevereiro. É foi sobre o andamento do Hospital Regional. Uma prestação de contas e nunca uma audiência para dizer a abertura do hospital regional.

Ademar: Há documento e depois contestaremos, pois, salvo engano seria primeiro de junho.

Thiago: Primeiro de julho. Ele está aqui, o todo do relatório que foi apresentado. Era uma prestação de contas e existe realmente uma data que seria primeiro de julho. Seria uma tratativa junto com a HOESP para uma gestão municipal. O próprio Ministério Público fez chegar ao conhecimento da Prefeitura de Toledo a ordem de despejo



da HOESP do Hospital Bom Jesus. Naquele momento o Município encerrou qualquer tratativa, haja visto que com uma ação de despejo não haveria possibilidades de ela estar fazendo parte do Hospital Regional. Também fomos alertados pelo MP das duas recomendações administrativas que existe da segunda e da quarta promotoria em relação a repasses do Município para o Hospital Bom Jesus. Então diante daquilo posterior a Audiência de prestação de contas o Município não deu andamento com a HOESP, cabendo, e sendo a única alternativa a abertura com a EBSEH. Não era um lançamento e sim uma previsão daquilo que estava sendo encaminhado.

Ademar: Por que só depois de quatorze meses foi feita auditoria para apurar irregularidades no HR?

Thiago: Ao assumir a gestão em janeiro a informação que foi nos dada era que o hospital estava pronto para uso. Só faltava a equipe da gestão. O que não era isso. Durante o ano de 2017, existe um relatório mês a mês aonde foram feitas as licitações. Foram mais de nove milhões adquiridos no ano de 2017. Iniciou-se as tratativas oficiais com a EBSEH e a Universidade Federal e o que levou a auditoria só acontecer tantos meses depois foi o seguinte: primeiro de tudo precisávamos fechar a gestão do Hospital Regional. Porque não adianta o Município reformar, investir no Hospital e depois vir a Universidade e dizer que quer diferente. Ou reforma e vem a EBSEH e fala que quer de outra forma. Ficar gastando dinheiro várias vezes para fazer a mesma coisa. Tanto que na minha gestão não gastamos um real no Hospital Regional porque nós tínhamos primeiro que fazer a gestão. Ter a equipe responsável. Estas tratativas começaram em junho. Teve a reunião, a visita do Ministro em agosto. A missão técnica em outubro e o relatório, o estudo de viabilidade, foi entregue no dia 6 de março de 2018. Só a partir daí, quando havia um estudo de viabilidade, de que a EBSEH assumiria, tivemos a necessidade de fazer uma auditoria. Por que como que o Município vai fazer uma reforma daquilo que já está pago ou daquilo que já deveria estar feito? Nós precisamos da auditoria para comprovar os pagamentos que agora serão efetuados porque tem coisas que serão pagas duas vezes. Exemplo: projeto licitado tem porta de um metro. Como está executado? Porta de oitenta centímetros. Como o Município justifica que vai quebrar aquela porta para adequar? Precisa de auditoria, a qual só foi possível de fazer após a entrega do relatório da EBSEH, dia 6 de março de 2018.

Ademar: Quem fez a vistoria do prédio foi a EBSEH, depois de quatorze meses e por isso se designou uma fiscalização do Hospital?

Thiago: Dia 7 de março de 2017 foi feita uma primeira vistoria. Secretaria de Planejamento, Secretaria de Habitação, Secretaria de Urbanismo e Vigilância Sanitária. Ali gerou um Termo de Ocorrência apontando irregularidades.

Ademar: Qual delas? O senhor tem as irregularidades que foram apontadas?

Thiago: A CPI deve solicitar à Prefeitura o Termo de Ocorrência (2015.0974-001). Quais as irregularidades? Inexistência de central de gases, inexistência de climatização nas áreas críticas, problemas com Sanepar, Corpo de Bombeiros e outras. Dia 29 de maio o Corpo de Bombeiros faz a vistoria e emite o relatório de vistoria de estabelecimento 3.1.01.17.00103957521. O Corpo de Bombeiros aponta as irregularidades. Dia 21 de junho a Sanepar aponta as irregularidades. Notificação irregular na ligação predial de esgoto pela Sanepar apresentadas pelas irregularidades. Esse relatório da Sanepar eu lembro por auto que existem seis caixas de saída de esgoto pagas e somente uma foi encontrada. Com este relatório foi notificada a empresa. A empresa veio e fez algumas destas adequações. No dia 7 de julho foi a reunião com a empresa Endeal aonde foi entregue para ela todas essas irregularidades. Depois, no dia 31 de agosto, tivemos visita do Ministro, da EBSEH e da Universidade Federal do Paraná para alinhar a gestão e saber quem faria gestão e como queria o Hospital para adequá-lo. Posteriormente, dia 5 de setembro, foi estabelecida Sindicância para apurar irregularidades do fiscal.

Ademar: O fiscal foi ouvido?

Thiago: Sim. O fiscal é o Jesus. Existe uma sindicância que virou um processo administrativo, salvo engano, ainda em andamento.

Thiago: Dia 4 de outubro, primeira reunião técnica em Brasília para discussão da gestão do Hospital Regional. 29 e 30 de outubro, missão técnica da EBSEH e do Ministério da Saúde em Toledo para verificar as condições e os problemas do hospital. Dia 8 de novembro, publicada portaria que designa a auditoria do hospital. Dia 15 de janeiro, reunião para definir também abertura. Dia 8 de fevereiro, audiência pública para prestação de contas para população com anúncios de possíveis datas de abertura. Dia 6 de março, entrega da versão final do estudo de viabilidade do Hospital Regional. Dia 20 de março, assinatura do protocolo de intenções, dizendo o que cada ente tem que fazer para o hospital entrar em funcionamento. Dia 13 de abril, entregue a auditoria e levada a conhecimento da população, além de notificada a empresa Endeal para apresentar defesa e justificativa das irregularidades.

Ademar: O ex-Secretário diz que na gestão dele não houve investimento na obra física nem adequação da obra, entretanto com as auditorias e visitas apontando irregularidades, o senhor não acha estranho comprar dez milhões de materiais para ficarem parados perdendo prazo de garantia? Eu gostaria dos protocolos que foram feitos para a empresa Endeal. E a compra de equipamentos?

Thiago: Quanto a compra de equipamentos precisamos chamar aqui o ex-Prefeito e a ex-Secretária para começar a responder pois são planos de trabalhos elaborados e assinados por eles aos quais demos sequência e eu faço um apontamento bastante importante que esse plano de trabalho previu a compra de um tomógrafo de um milhão e quinhentos reais. É a primeira coisa que está no plano de trabalho. Eu acho muito estranho começar a equipar por um tomógrafo, sendo que primeiro deveríamos comprar as macas, os banquinhos, os equipamentos para poder preencher o hospital e que também não correm risco de estragar e perder a garantia, mas infelizmente o tomógrafo



já estava comprado. Ele tinha que ser entregue e nós tínhamos um plano de trabalho de dez milhões de trabalho realizado e assinado pela ex-administração. O tempo para adequar o hospital está sendo demorado e também a compra de material para fazer a gestão.

Ademar: Então o senhor não reviu o plano de trabalho e entendeu que deveria continuar comprando mesmo na irregularidade?

Thiago: Nos entendemos que os equipamentos deveriam ser comprados e as adequações continuarem sendo feitas, mas infelizmente o tempo para as adequações não ocorreram na mesma velocidade da compra dos equipamentos. Porém se você não compra os equipamentos como você abre o hospital? Os recursos estão disponíveis para o Município, entretanto se você não executa dentro das datas, do plano de trabalho, você perde os recursos. Seriam devolvidos para a governo do Estado e voltaríamos após um ou dois anos discutir compra de materiais para o hospital. Os equipamentos precisam ser armazenados para não serem estragados, porém vejo sim com grande preocupação um tomógrafo ser comprado por primeiro sendo que é um serviço que pode ser terceirizado na abertura do hospital.

Ademar: Tonsic, Engenheiro Civil da Prefeitura, fez parte da Comissão?

Thiago: Não lembro de cabeça os quatro que compuseram a comissão, mas me parece que o Tonsic foi um dos membros.

Ademar: Andre Luiz Refosco, é engenheiro?

Thiago: Não conheço pessoalmente

Ademar: Me parece que ele esteve junto da auditoria do hospital.

Thiago: Pode ser que esteve. Estou em Toledo a menos de três anos. Muitas pessoas se me falar o nome não vou conhecer. Posso até ver a pessoa e conhecer, mas pelo nome não conheço.

Ademar: O Andre Luiz Refosco sendo cargo em comissão e fazendo parte da Comissão. O senhor acha que é legítimo?

Thiago: Os cargos são indicados, salvo engano, pela Secretaria de Recursos Humanos ou pelo Prefeito. Não escolhi os nomes, então fico prejudicado em responder a sua pergunta.

Ademar: Eu tenho algumas reportagens para passar em relação ao Hospital Regional que trazem o cronograma de tudo isso que ouvimos agora. A maioria delas da Tarobá.

[REPORTAGENS TRANSMITIDAS NO MULTIMÍDIA]

Ademar: Primeiro vídeo Beto falando com Secretaria.

DEPOIMENTO REALIZADO NA SEXTA REUNIÃO DA CPI (27/06/2018)

1. Depoimento de André Luiz Flores Refosco.

Aos 27 dias do mês de junho, às 9h05min se apresentou para depor junto da CPI 001/2018, o Senhor André Luiz Flores Refosco. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, https://youtu.be/_Zn8M_6HCWA - 6ª Reunião CPI Hospital Regional 27.06.2018:

Janice Salvador: Qual foi efetivamente a sua ligação com a obra do Hospital Regional?

André Luiz Flores Refosco: A minha ligação com a obra do Hospital Regional se deu no período de outubro de 2014 a janeiro de 2016, como funcionário da empresa Endeal.

Janice: Houve uma Portaria de Nomeação de André Luiz Flores Refosco como Diretor de Fiscalização de Obras Públicas em 18 de julho de 2017, bem como uma Portaria de Exoneração do Senhor referente ao mesmo cargo, datada em 31 de maio de 2018, verifica-se que o senhor atuou durante esse período como Diretor de Fiscalização de Obras Públicas junto à Secretaria de Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de Toledo. Então, no período de julho de 2017 a maio de 2018, houve alguma ação da sua parte em relação ao Hospital Regional.

André: Não, não participei de nada relativo ao Hospital Regional nesse período, uma vez que eu estava impedido, em virtude de um conflito de interesses.

Janice: No período em que o senhor atuou como funcionário da Endeal, tomou conhecimento de algum furto ou roubo que tenha havido no Hospital Regional?

André: Não.

Janice: E naquele período, você tem conhecimento se havia segurança ou guarda municipal no Hospital Regional?

André: Durante o período em que estive na Endeal, esta tinha contrato com uma empresa de monitoramento.

Gabriel Baierle: A Portaria de 05 de setembro de 2017, em que o Prefeito designou os membros que fariam parte dessa Auditoria não tem o seu nome, o Senhor não foi indicado. Contudo, algumas falas nesta CPI conduzem à suposição de que o Senhor teria participado dessa Auditoria. Portanto, o Senhor participou ou não dessa Auditoria?

André: Não, em nenhum momento eu participei de nada relativo ao Hospital Regional.

Walmor Lodi: No período em que o Senhor trabalhou na Prefeitura, não teve nenhum envolvimento com Hospital Regional?

André: Absolutamente nenhum.



DEPOIMENTO REALIZADO NA SÉTIMA REUNIÃO DA CPI (04/07/2018)

1. Depoimento de João Vianei Crespão.

Aos 4 dias do mês de julho, às 10h08min se apresentou para depor junto da CPI 001/2018, o Senhor Secretário de Segurança e Trânsito do Município de Toledo, João Vianei Crespão. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, Parte 1: <https://youtu.be/qiGcprvVGpk> - Parte 2: <https://youtu.be/bbEvfCimH7l> - 7ª Reunião CPI Hospital Regional 04.07.2018:

Janice Salvador: Como foi e é feita a segurança no Hospital Regional?

João Vianei Crespão: A segurança é feita o dia todo, durante os sete dias da semana, sempre com um guarda municipal escalado no local, e desde o ano de 2016 até os dias atuais tem sido feita dessa forma a segurança do Hospital Regional.

Janice: Durante o período de exercício da segurança do local, o Senhor tomou conhecimento de alguma ocorrência que tenha sido identificada no prédio?

João: Sim, inclusive trago relato do livro de ocorrências da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, que está em consonância com os dados da Central da Guarda Municipal, bem como com o livro de ocorrências do próprio Hospital Regional.

Há, então, um registro do dia 07 de janeiro de 2018 no Hospital Regional, por volta das 05h20min, momento em que o guarda municipal Wilson ligou informando que alguns indivíduos entraram no estabelecimento e danificaram três extintores, e ao avistarem o GM correram, seguindo rumo ignorado.

Há ainda outro registro, datado em 18 de agosto de 2016, no turno das 12h00min as 18h00min, no qual o guarda municipal Evaldo Mensch relatou que, por volta das 14h30min, dois funcionários da empresa Endeal Construtora adentraram no Hospital Regional para finalizar reparo em um encanamento que havia sido danificado, com a reativação da água verificou em rondas pelo hospital e após o conserto ficou na entrada a espera da saída dos mesmos. Em razão da demora na saída, o GM foi procurar os funcionários, que já não estavam no local, e em buscas encontrou os dois dentro do elevador de manutenção retirando fios e soltando-os no túnel, neste momento o GM ligou para a Central para relatar suas suspeitas. Ato contínuo, um dos funcionários foi até a entrada, pegou a camionete da empresa e se deslocou até o gerador, onde iniciou o carregamento dos fios até a camionete e seguiram em sentido ao Coopagro. Com a chegada da viatura, os GM's seguiram em sentido ao ferro velho, onde encontraram os funcionários saindo com a camionete da empresa vazia. Após, foi chamado o engenheiro responsável pela empresa, que foi questionado acerca idoneidade dos funcionários, ao que este informou que os mesmos estavam há muito tempo na empresa e que eram de confiança. Esse relato foi feito na presença do Secretário Bayer, do coordenador Padilha e dos GM's Pelicoli e Da Silva. Ato contínuo, o GM Mensch, o secretário Bayer e o engenheiro foram juntos ao Senai conversar com os funcionários e fazer acareação posterior.

Na data da primeira ocorrência eu estava afastado, em função do pleito eleitoral.

Sabe-se que o prédio do Hospital é grande, e que é complicado para uma pessoa só fazer toda a segurança, mas não está relatado quem autorizou a entrada desses funcionários para que fizessem a manutenção do encanamento. O procedimento adotado desde que assumi a Secretaria é de que só será permitido que alguém adentre ao local desde que devidamente autorizado pelo responsável da Secretaria de Saúde, Secretário de Segurança ou do Diretor, em virtude dos altos valores dos equipamentos ali alocados.

O que entra e sai do local só será feito mediante permissão da Secretaria de Saúde, responsável pelo prédio.

Janice: Portanto, não há identificação dos funcionários que adentraram no prédio?

João: Não, só há a informação de que são funcionários da empresa Endeal Construtora. Também não foi relatado quem é o engenheiro responsável que foi chamado/comunicado na data da ocorrência.

Janice: O Senhor tem conhecimento se há outra forma de registro que relate essa ocorrência?

João: Não, eu desconheço. E a orientação que sempre é feita quando se tem alguma alteração em algum posto, é que seja feito contato com o responsável pelo local, para que o mesmo seja cientificado de tudo que ocorreu e faça o Boletim de Ocorrência. Não posso afirmar, com relação ao relato do dia 18 de agosto de 2016 se foi feito o B.O., bem como se o engenheiro responsável era da Endeal ou da Prefeitura. Quanto ao relato do dia 07 de janeiro de 2018, após ter tomado o conhecimento dos danos aos extintores, eu estive no local, tirei algumas fotos e encaminhei para o Secretário de Saúde da época. O que nós fizemos foi relatar o dano, agora se o B.O. foi feito, cabe ao responsável pelo próprio municipal fazer esse registro e não à guarda municipal, de modo que compete à guarda somente relatar a ocorrência às autoridades competentes.

Janice: Ainda com relação ao episódio do dia 18 de agosto de 2016, há alguma indicação/registro/informação de falta ou de retirada de mais alguma coisa daquele local?

João: Não, o que posso relatar é o que consta no Livro de Ocorrências, que eu li anteriormente, da retirada dos fios, sem quaisquer especificações com relação aos fios e ao modo como foi realizada a retirada. Acredito que quem tenha essa informação é o antigo Secretário de Saúde, que saberá dizer se foi feito o B.O., e as medidas tomadas na época do fato. Com relação ao segundo fato, eu estive junto com a Diretora no local, pude observar que os extintores foram danificados, visto que os extintores estavam todos esparramados e tinha uma grande quantidade de poeira atrás do hospital, e também tinha um pequeno dano na porta, porque eles a forçaram para entrar. Então



eu fotografei, registrei e encaminhei para o Secretário de Saúde da época, a fim de comunicar o fato, e os guardas permaneceram fazendo a segurança do local. Se na anterior ocorrência foi feita essa comunicação, não posso informar, porque eu não era o secretário da época e porque não há registros quanto a isso no Livro.

Antonio Zóio: A comunicação do Secretário de Saúde acerca dessa última ocorrência, feita pelo senhor, foi feita por qual meio?

João: Foi feita por meio de mensagens por meio do aplicativo Whatsapp, após a realização das fotografias, encaminhei de imediato estas ao secretário e informei a ocorrência e pedi que este comunicasse o funcionário responsável pelo local, mas não posso dizer quais medidas administrativas que o mesmo tomou.

Zóio: O senhor sabe me dizer quais foram as autoridades que tiveram conhecimento dessa ocorrência de agosto? João: Conforme informações do Livro de Registros, visto que, conforme dito anteriormente, eu estava afastado na época, quem esteve no local foi o Secretário Bayer, o coordenador Padilha e os GM's Pelicioli e Da Silva.

Zóio: E com relação à segunda ocorrência, quais foram as autoridades que acompanharam?

João: Eu e a Diretora Galbiati.

Zóio: E quem foi o agente que estava no local e relatou o ocorrido?

João: Quem relatou foi o GM Vilson. Não tenho, contudo, a informação de quem era o GM que estava no local no período das 06h00min as 12h00min, mas quem relatou o ocorrido, às 05h20min, foi o GM Vilson. Contudo, quem nos franqueou a entrada ao Hospital foi o GM do turno seguinte, cujo nome não me recordo.

Gabriel Baierle: Qual é o dever da Guarda Municipal no momento em que os funcionários da Endeal adentraram ao ferro velho com a camionete e os fios retirados do Hospital? E qual foi a postura adotada pelos GMS naquela ocasião?

João: Nessa situação, como o veículo estava dentro do próprio municipal, causando dano ao patrimônio público, é nossa obrigação a proteção deste. De acordo com o relato, o GM encontrou o veículo no ferro velho, mas sem o produto do furto. Poderia o GM ter tomado a iniciativa de ter contatado, como consta que foi contatado o engenheiro responsável, que registraria o B.O., e, então a polícia judiciária tomaria as medidas necessárias, com base nas informações repassadas. Todavia, se isso foi feito, não posso afirmar, porque são informações que competem aos envolvidos dispor.

Gabriel: Então no relato contido no Livro de Ocorrências não há informação de que o GM teria abordado os funcionários no ferro velho, tampouco de que teria comunicado a Polícia Militar? O senhor pode reler essa parte do relato?

João: O que consta no relato é que com a chegada da viatura, os GM's seguiram em sentido ao ferro velho, onde encontraram os funcionários saindo com a camionete da empresa vazia. Após, foi chamado o engenheiro responsável pela empresa, que foi questionado acerca idoneidade dos funcionários, ao que este informou que os mesmos estavam há muito tempo na empresa e que eram de confiança. Esse relato foi feito na presença do Secretário Bayer, do coordenador Padilha e dos GM's Pelicioli e Da Silva. Ato contínuo, o GM Mensch, o Secretário Bayer e o engenheiro foram juntos ao Senai conversar com os funcionários e fazer acareação posterior. Ou seja, poderia ter sido comunicado o responsável pelo Hospital para que fosse registrado o B.O., não sei dizer se não foi feito, para que então a polícia judiciária procedesse às diligências, visto que ao constatar que o veículo estava saindo, a guarda municipal não teria competência para adentrar na camionete e realizar qualquer espécie de busca.

Ademar Dorfschmidt: No dia 07 de janeiro de 2018 o senhor enviou mensagens, via Whatsapp, ao secretário de saúde comunicando o arrombamento da porta?

João: Sim, eu estive no Hospital Regional e encaminhei.

Ademar: Pelo que o senhor relatou anteriormente, não foi feito nenhum B.O. no período em que o senhor atuou como secretário?

João: Não, no meu período nós não fizemos nenhum B.O.

Ademar: Será que não se deve tomar uma providência maior com relação à segurança do prédio do Hospital Regional até que o mesmo seja entregue, por exemplo, com a contratação de uma empresa terceirizada, para que realize a segurança do local?

João: Com relação à contratação de empresa de segurança, terceirizada ou não, trata-se de ato administrativo, que deve ser discutido com a própria Secretaria de Saúde. Quanto à segurança do prédio, desde a gestão passada, quando o prédio foi entregue ao município, a Guarda Municipal passou a realizar a segurança do mesmo, sempre com um GM escalado no local por turno. É um prédio grande sim, mas como lhe disse, rondas internas no prédio são difíceis. Mas tem que se pensar que o prédio está fechado, e o GM tem que cuidar para que ninguém adentre no local.

Ademar: O senhor acredita que deveria ter sido feito o B.O. em ambas as situações, ou só o registro interno é suficiente?

João: Para a Secretaria de Segurança e Trânsito o registro no livro de ocorrências é suficiente fazer esse registro, e comunicar a autoridade responsável pelo local. No que tange à situação do furto do fio, o GM fez o seu papel, e o ato de registrar o B.O. é discricionário e cabe ao responsável decidir se registrará ou não.



2. Depoimento de Denise Liell.

Aos 4 dias do mês de julho, se apresentou para depor a segunda convocada junto da CPI 001/2018, a Senhora Secretária de Saúde do Município de Toledo, Denise Liell. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/bbEvfCimH7I>

Janice Salvador: Gostaria que a Sra. falasse um pouco sobre aquele processo inicial, processo dos projetos, processo licitatório, como isso se deu, se a Sra. recorda a época de início da obra, mais ou menos o período em que se deu o início a obra do Hospital Regional.

Denise Liell: De fato eu estava gestora do Município de Toledo em 2010, 2011 e estou agora novamente nesta condição a aproximadamente vinte dias e com esta responsabilidade de abrir o Hospital Regional e assim faze-lo funcionar, seja no âmbito de regional como assim deseja a nossa comunidade. Eu assumi a secretaria na metade de 2008, e esse processo já vinha anteriormente à esta data, inicialmente com aquela discussão de existir ou não um Hospital Regional na cidade de Toledo, iniciou lá em 2002 quando havia uma discussão de se instalarem Hospitais Regionais em diversas cidades do Paraná, essa discussão não avançou muito e ficou parada, nessa época eu era uma técnica da Secretaria de Saúde, no final de 2009, meados de 2010 retomou-se a discussão para retomar a construção do Hospital Regional. Existia um projeto arquitetônico já elaborado com todos os projetos adicionais que precisavam ser atualizados, neste período nós solicitamos uma atualização dos projetos para enfim licitar a obra. Esse processo aconteceu aproximadamente na metade de 2010, que foi a licitação dos projetos arquitetônicos, por uma empresa especializada na área hospitalar, então a gente buscou um serviço que tivesse essa habilitação, para que os projetos atendessem as normativas, normativas da época, visto que o primeiro projeto era de 2002 e precisava de uma atualização, por fim, superada essa fase da empresa que fez a atualização dos projetos, foi licitada a construção do hospital, então houve o processo licitatório normal, a empresa Endeal que foi a vencedora, e ela deu início então a essa obra em 2012.

Janice: A Sra. conhece se nesse período do início da obra até o término se houve momentos de paralização da obra, se houve novo processo licitatório, enfim, se houve alguma dificuldade em relação a consecução do projeto licitado?

Denise: No ano que eu estive frente a secretaria, que foi 2011 a gente cuidou da parte burocrática, a assinatura do contrato para o início da obra na verdade ocorreu no final da minha gestão, depois disso eu deixei a Secretaria Municipal de Saúde e não mais atuei a frente da mesma, neste ano, depois de licitada, no ano de 2012 a empresa desenvolveu em torno de 20% à 30% da obra, a execução física da mesma, depois, eu enquanto técnica da Secretaria de Saúde, a gente estava sempre participando das discussões, mas não me recordo assim de uma paralização da obra, não posso afirmar com certeza, mas eu acho que não teve.

Janice: Mais ou menos, qual percentual da obra foi executado até o ano de 2012?

Denise: Nesse período da assinatura que se deu praticamente ao término da minha gestão, ai assumiu outro gestor, até o final de 2012, em torno de 20% à 30% da obra.

Ademar Dorfschmidt: Na fala que a Sra. disse aqui pra comissão, diz que foi executada parte da obra, 20% à 30%, para que se tone mais claro, de que forma ficou esta obra física, ela chegou a ser edificada até o telhado ou o que? A Sra. lembra mais ou menos?

Denise: Eu lembro que tinha construção de paredes, mas eu não consigo pensar assim, de qual bloco, porque eu não acompanhei mais, não estava mais à frente a secretaria.

DEPOIMENTO REALIZADO NA NONA REUNIÃO DA CPI (08/08/2018)

1. Depoimento de Silmara Fancher.

Aos 8 dias do mês de agosto, se apresentou para depor a primeira convocada junto da CPI 001/2018, a Senhora Silmara Fancher. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/19kdrR7R9vo>

Ademar Dorfschmidt: Todas as informações em relação à auditoria foram repassadas para a empresa?

Silmara Fancher: Sim, foram repassadas.

Ademar: Houve a auditoria, nesta auditoria foram apontadas algumas supostas irregularidades, a empresa foi notificada em que período destas irregularidades?

Silmara: Fomos notificados à 60 dias, mais ou menos.

Ademar: E antes deste período não houve notificação?

Silmara: Antes não. Entregamos a obra há uns três anos, mais ou menos, e entregamos toda documentação, inclusive, tem CND, termo de recebimento definitivo da obra, não tínhamos conhecimento de nenhum trabalho ou algo que tivesse ficado por executar.

Ademar: Foi relatado por algumas pessoas que inclusive já estiveram aqui que a empresa foi notificada logo no início, e a Sra. diz que foi com aproximadamente 60 dias. A título de curiosidade, quais foram algumas obras importantes que a Sra. podia estar relatando que foram feitas pela empresa ENDEL?

Silmara: Nós estamos com 90% do Hospital Regional de Guarapuava, temos o Instituto Federal de Santa Catarina, Tribunal de Justiça de Minas Gerais em Araxá, Tribunal de Justiça de Baurú, Tribunal de Justiça de São José dos Campos, várias obras em Santa Catarina, sambódromos, escolas, museus, teatros, mercado municipal de Curitiba,



Centro de Designer de Curitiba, Penitenciárias, Receita Federal de Joinville, algumas delas que me recordo.

Ademar: A partir do momento que a Empresa foi notificada, esta se propôs a regularizar e sanar as irregularidades?

Silmara: A nossa empresa esteve acompanhada do Corpo Técnico, e do Diretor Técnico, de um dos sócios da Empresa, o Engenheiro Nalmir, esteve visitando a obra, e entrando em contato com a prefeitura para verificar possíveis pendências sim, apesar de ainda termos a garantia de execução em si.

Ademar: Isso foi recente? Recordar-se mais ou menos em que mês?

Silmara: Em torno de 50 dias, 10 à 15 dias após o recebimento da correspondência nós estivemos aqui.

Ademar: Então se houver alguma irregularidade por parte da construtora ela se propõe a adequar o projeto?

Silmara: Sim.

Janice Salvador: Qual a sua ligação com a empresa, quanto tempo de atuação, e a relação efetivamente que tem com o hospital regional?

Silmara: Sou sócia administradora da Endeal Engenharia desde 1999, sou diretora administrativa, minha função na empresa é a parte jurídica, contábil, fiscal, RH, não faço parte do corpo técnico da parte de engenharia.

Janice: A Sra. citou que até 60 dias não havia ocorrido nenhuma manifestação administrativa das possíveis irregularidades da obra. No entanto, consta no processo uma resposta a uma ocorrência 2015.0974/001 assinada pelo Sr. Nalmir Fontana Feder discorrendo sobre apontamentos feitos neste termo de ocorrência, e na resposta há apontamentos acerca de cada uma das irregularidades, a correspondência é de São José dos Pinhais, 10 de maio de 2017, nesta pede a regularização da obra, serviços e outras solicitações, qual conhecimento que a Sra. tem deste termo de ocorrência, que serviços seriam esses?

Silmara: Serviços não tenho conhecimento, pois não sou da parte técnica. Eu tenho conhecimento da parte jurídica que nós encaminhamos vários pedidos de serviços que foram executados e que nós não recebemos, inclusive, temos um saldo contratual para receber, não recebemos o reajuste contratual desses 4 anos, e vários serviços que foram necessários durante toda execução do contrato que nós protocolamos, não recebemos resposta, mas executamos da mesma forma e não tivemos efetivamente o recebimento desses serviços.

Janice: Mas a Sra. conhece o teor deste termo de ocorrência e a resposta deste?

Silmara: Foi feito um recebimento provisório em 2015 quando são apontados os serviços necessários ou algum reparo para entrega definitiva da obra que ocorreria após a visita do Ministério da Saúde, arquitetos e profissionais designados pra fazer a vistoria no Hospital. Então, após esta vistoria, houve uma série de detalhes e serviços que deveriam ser feitos, fizemos, e obtivemos no final de 2015, 2016 o termo definitivo de recebimento da obra, e apresentamos a CND em seguida, pois só conseguimos fazer a baixa dessa matrícula e entregar o CND após o termo de recebimento definitivo.

Janice: A Sra. conhece a existência de algum furto no hospital no momento de execução da obra ou mesmo após a entrega da obra?

Silmara: Entre o termo provisório e o termo definitivo houve o furto de alguns cabos, em torno de quinze mil à vinte mil, e nossa empresa fez a recolocação desses cabos pra poder fazer a entrega da obra.

Ademar: Como eram feitas as tratativas da empresa com o gestor que iniciou a obra, o Prefeito Schiavinato?

Silmara: Nós tivemos pouquíssimo contato com ele, logo em seguida houve uma nova gestão. No início da obra tivemos vários problemas, pois fomos contratados pra executar os serviços e os projetos iniciais foram nos fornecidos de uma maneira errônea, recebemos apenas em 2013, quando tivemos acesso a documentação que seria efetivamente a obra executada corretamente. Não tivemos contato com ele.

Ademar: Nesse caso, o projeto executado foi o projeto licitado?

Silmara: Eu acredito que não, o projeto executado foi diferente do executado, porque nós recebemos os projetos definitivos em 2013, após a licitação e quando estávamos já no início do serviço. Tivemos vários problemas com relação aos projetos.

Ademar: Então houve um outro projeto?

Silmara: Houve outro projeto.

Ademar: Em qual gestão foi feita essa alteração de projeto?

Silmara: Foi no ano de 2013.

Ademar: O engenheiro que fez a sindicância era cargo de comissão da atual gestão?

Silmara: Não tenho conhecimento.

DEPOIMENTO REALIZADO NA NONA REUNIÃO DA CPI (08/08/2018)

2. Depoimento de Nalmir Fontana Feder.

Aos 8 dias do mês de agosto, se apresentou para depor o segundo convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor Nalmir Fontana Feder. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/19kdrR7R9vo>

Ademar Dorfschmidt: Os projetos que foram entregues à Empresa, no ato do edital, quais seriam, haviam compatibilização entre todos esses? Explique.

Nalmir Fontana Feder: Nós recebemos todos os projetos da licitação, como qualquer outra empresa recebeu.



Todos os projetos que recebemos estavam errados, alguns eram de 2002, a licitação foi em 2012, e começamos a obra, passaram-se três meses, o fiscal notou que o arquitetônico trabalhado não era o mesmo da obra, pegamos locação da obra já com o projeto antigo, tivemos que refazer tudo novamente. Começamos a fazer e vimos que os outros projetos complementares da licitação não tinham nada a ver com o arquitetônico que nós recebemos três meses depois da licitação. Nenhum dos projetos compatibilizava com o arquitetônico. Todos os projetos estavam errados. Aconteceu isso porque na pressa da gestão, eu estou aqui na terceira gestão municipal, eu comecei na gestão de um prefeito anterior que queria a obra no prazo pra ele inaugurar, talvez esse tenha sido o grande problema dessa obra, queria inaugurar a obra com os projetos errados. E como o arquitetônico é o pai de todos os projetos, ele foi feito, e contrataram junto todos os complementares, e nesse interim, antes da licitação, a gente descobriu depois, o arquitetônico foi pra ANVISA e a ANVISA obrigou a mudar várias coisas no arquitetônico, só que os projetos que a prefeitura já havia contratado estavam todos em cima do projeto arquitetônico de 2002, nada batia com nada. Ai começamos nós a fazer projetos, fomos atrás do calculista, dissemos que o projeto estava errado, o calculista aqui da cidade, inclusive, sobrinho do gestor, falou: "olha, eu não vou fazer projeto de novo, porque eu não vou receber pra isso". Quem fez o projeto estrutural adaptando ao novo arquitetônico fomos nós. A fundação não batia, tinha que mudar o tipo de fundação, e se isso aconteceu com o estrutural e o arquitetônico que são os dois principais, imagine o que aconteceu com o elétrico, hidráulico, bombeiro, uma "zona".

Ademar: Qual era o nome do gestor?

Nalmir: Schiavinatto.

Ademar: O sobrinho dele?

Nalmir: Schiavinatto também.

Ademar: Ele fez o que?

Nalmir: Só o estrutural, os outros foram outras pessoas. O elétrico dessa obra, foi feito, eu trouxe aqui um resumo pra dar pra vocês, vão ver que o projeto elétrico dessa obra foi feito em 2002, 2010, 2011, 2012. E vou dar também pra vocês as principais correspondências desde o início da obra, onde pedimos, em 2012 que fosse aprovado o projeto elétrico da obra pela Copel, que nos fosse fornecido o projeto aprovado pelo corpo de bombeiros, nunca nos foi fornecido isso. Nós resolvemos como corpo de bombeiros porque nós fomos atrás. Única coisa nessa obra que não aconteceu foi a ligação definitiva de energia, porque não tem projeto aprovado na Copel, simplesmente por isso. Temos também laudo do Ministério da Saúde que acompanhou a obra, a verba é federal, a verba do Ministério da Saúde, que veio pra cá várias vezes, com departamentos de engenheiros, arquitetos, na época. Eu até trouxe fotos pra vocês aqui pra verem como nós entregamos a obra. A obra foi elogiada pelo ministério da saúde, que fez vários hospitais no Brasil, no mesmo padrão. A nossa foi avaliada como uma das mais bem feitas, pelo Ministério da Saúde, a obra foi acompanhada pelo TCU, porque a verba é federal. Então nós nunca tivemos nenhum problema nessa obra, o problema dessa obra é o abandono dela nos últimos três anos, esse é o problema, porque a prefeitura nunca assumiu essa obra ou começou a mexer nela. O elevador dessa obra foi entregue em agosto do 2013, e em 2013 já estavam instalados, então fazem cinco anos que foram instalados os elevadores nessa obra. Em dezembro de 2014, essa obra estava 96% executada, ela só foi entregue no começo de 2016 por causa da CND, e por conta da prefeitura, já na segunda gestão, que também, infelizmente nunca tivemos bom contato com ninguém.

Ademar: Como foi resolvida a questão de compatibilização dos projetos com esse que foi entregue de forma irregular?

Nalmir: Como os projetos estavam todos errados e recebemos três meses depois de começada a obra o arquitetônico, que foi o que nós levamos até o final da obra, todos os outros projetos estavam errados, nós fomos trabalhando e fomos adaptando, projeto estrutural nós fizemos e mandamos pra vocês, foi feita uma comissão na época. Tudo que foi aprovado foi feito comissão, tanto na primeira quanto na segunda gestão. Houveram três fiscais de engenheiros nessa obra. Com tantos erros, o primeiro gestor mandou refazer todos os projetos, como ele fez isso eu não sei. Em janeiro, fevereiro de 2013, depois de um ano que nós começamos a obra nós recebemos os projetos novos, só que ainda recebemos projetos que continuavam errados, mas recebemos todo um novo jogo de projetos, quem fez, quem pagou, isso eu não sei.

Ademar: Após tudo isso houve uma revisão da planilha orçamentária por parte da prefeitura e a empresa?

Nalmir: Não, não houve. Lógico que quando você tem todos projetos diferentes a planilha fica ridícula. Ao longo do tempo, com a fiscalização foram feitos dois aditivos de serviço onde foi se adaptando, inclusive, temos um saldo contratual para receber da prefeitura do contrato original, em torno de cinquenta mil, nós temos três aditivos protocolados porque fizemos vários outros serviços que foram trocados para solucionar futuros problemas e a prefeitura nunca nos pagou ou se posicionou.

Ademar: Por que o sobrinho do Schiavinatto não quis refazer o projeto?

Nalmir: Eu só fui contratado pra executar a obra, não tenho condições de responder. Nosso negócio é executar a obra e não o projeto.

Ademar: Quantos fiscais acompanharam essa obra?

Nalmir: Foram três fiscais que a prefeitura teve ao longo do período de 2012 à 2015 quando a gente terminou a obra.

Ademar: Você se recorda o nome?



Nalmir: Nos papeis que vou dar pra vocês tem o nome dos três, o que ficou mais foi o Jesus. Teve um que ficou no começo e acho que acompanhou o primeiro ano, esse Jesus ficou um período, aí veio outro engenheiro fiscal da prefeitura, depois voltou o Jesus.

Ademar: Nesse período houve o acompanhamento da obra por parte da equipe do Ministério da Saúde, correto?

Nalmir: Sempre, pra você ter uma ideia a obra de vocês está com 206m² maior do que foi contratado, quem levantou essa diferença a mais do que foi contratado, foi o Ministério da Saúde. Uma das vezes que eu estava aqui, eles ficaram oito dias, três engenheiros, dois arquitetos, vendo tudo. Eles quem mediram toda a obra, a obra já estava quase pronta, e chegaram à conclusão que a obra tem 206m² a mais do que a licitada.

Ademar: Significa que saíram daqui contentes?

Nalmir: Documentaram isso. Isso aí vocês podem consultar o Ministério da Saúde, o departamento técnico deles que esteve aqui várias vezes, que foi considerado à época o melhor hospital de todos que eles estavam fazendo com verba da saúde.

Ademar: Segundo relato do Ministério da Saúde, esse hospital seria o melhor a ser executado?

Nalmir: O mais bem acabado na época. Eu trouxe fotos pra vocês verem como era o hospital à três anos e meio atrás e como está hoje. Nós ficamos aqui com o corpo técnico uma semana, levantamos cabos que roubaram, tem PCC pintado lá dentro, um absurdo.

Ademar: Nós, vereadores, fizemos uma visita recente, comparamos o antes e depois, e de certo, saímos decepcionados de lá.

Nalmir: Existe uma ala lá, nós estivemos com o nosso pessoal, engenheiros nossos, levantando tudo depois disso tudo, pra nós é uma piada o que está acontecendo, mas temos que responder. Existe vários setores lá em baixo, onde uma senhora que nos acompanhou do Ministério da Saúde, que tem as chaves do hospital. Nós entramos lá em baixo, está tudo trancado, tá igual quando nós entregamos, tem lugares que estão iguazinhos. Vários setores que ficaram bem trancados estão com tudo funcionando.

Ademar: Na sua fala pode-se entender que alguns espaços foram modificados voluntariamente?

Nalmir: Não, eu não diria nada voluntariamente.

Ademar: Ou de forma involuntária?

Nalmir: Não sei, onde está trancado está espetacular.

Ademar: Algo que chama atenção no rol de entrada, por que não foi feita a ligação da energia elétrica?

Nalmir: Não foi feita porque foram vários projetos e nunca nos foi fornecido um projeto aprovado na Copel. Quando você quer ligar a energia você tem que ter um projeto aprovado. Nós tentamos fazer a ligação de energia na época, uma coisa que eu me arrependo, nós chamamos um técnico da Copel que foi lá, chama-se Volnei, e eu me arrependo de não ter pago seis mil que foi pedido para alterar pecinhas que foram mudadas no decorrer de dois anos, pois por se tratar de obra pública e a burocracia ser muito grande, demora mais que dois anos. Isso é uma obra de se fazer em um ano e meio, dois anos. Ficamos quatro anos aqui. Pela burocracia. Esse Sr. Volnei, fez um levantamento, eu tenho um laudo dele aqui, ele me falou que poderia funcionar a entrada de energia sendo feitas as mudanças por seis mil, só que nós como já tínhamos um crédito muito grande com a prefeitura não quisemos pagar isso. Mandeí pra prefeitura a situação, disse que não colocaria dinheiro nosso pois já deviam muito pra nós, como devem até hoje, e ficou por isso, não foi ligada a energia.

Ademar: A empresa tem créditos com a prefeitura hoje ainda?

Nalmir: Temos, só do saldo contratual nós temos cinquenta e um. Nós temos trezentos e poucos mil reais de serviços extras que nós fizemos e tudo que nós protocolamos, não fomos respondidos, nós temos leis sociais complementares que também nunca nos foram pagas, nós cobramos, temos o custo administrativo local. Não fomos respondidos e ficou por isso mesmo. Pretendemos mais tarde cobrar. Vamos tentar resolver isso aqui, inclusive conversamos com o novo Secretário de Planejamento, Moacir, falei: "Moacir, você quer colocar para funcionar esse hospital?" ou você quer arranjar uma desculpa política porque vocês não tem condições de fazer o hospital pra funcionar, que é o que eu sinto. Já fizemos vários hospitais, a obra civil é a parte mais barata de um hospital, vem os equipamentos e são caros, e a manutenção de um hospital não é pra qualquer município. O que eu sinto aqui é uma jogada política, impotente pra colocar um hospital pra funcionar, está arrumando desculpas porque não tem como fazer funcionar. O município tem dinheiro pra bancar isso? E politicamente estão fazendo isso com a gente.

Ademar: O Sr. teve acesso a documentação da auditoria que foi feita?

Nalmir: Mandaram pra nós.

Ademar: O que o Sr. me fala do laudo da auditoria que foi feito em relação ao Hospital Regional de Toledo?

Nalmir: Eu sugeri até quando falei com o secretário atual, Moacir, nós temos um lado social, temos trinta e cinco anos de construtora, e temos nome a zelar, nunca passamos por isso que estamos passando hoje, temos muitas obras. Eu fiquei muito nervoso depois que respondi esse parecer deles, tem um engenheiro recém formado, eletricitista, que chegou a dizer que nós não tínhamos colocado os cabos na obra. Foi o que falei pro Moacir, se quiser colocar a obra pra funcionar, eu faço um TAC com você, só que quero que o Ministério Público assinie junto. A gente ajusta e faz algumas coisas pra vocês, saem mais barato que ficar em processo jurídico, viajando pra lá e pra cá. Eu faço um termo de ajuste e a gente faz certas coisas pra vocês, vocês arrumam essa parte elétrica, que agora fizeram um novo projeto elétrico no ano de 2018, por coincidência o mesmo projetista fazendo o quarto



projeto, problema da prefeitura e não nosso. A gente faz o TAC e arruma ali alguma coisinha necessária. Falei pra ele, quer que funcione, nós somos parceiros, agora, quer vir com jogada política, não dá pra ficarmos brincando. Nos posicionamos até parceiros da prefeitura pra fazer funcionar, essa é a nossa posição.

Ademar: Sobre o assunto do gerador, o que pode dizer sobre?

Nalmir: Tinham dois geradores de 1000 KVA cada um, na época, como tinha pressa, porque ainda queria-se inaugurar a obra, não tinha pronta entrega, porque não é assim, sugerimos ao projetista que colocasse três de 750 KVA que tinha pronta entrega. Também foi visto para esse hospital que um de 750 KVA era suficiente, ou seja, geraria economia, faria o revezamento conforme necessidade. Foi consultado o projetista, foi dado por escrito que poderia trocar, porque só tem a ganhar com isso. Só que existe uma garantia sobre isso, ali você tem um motor diesel, se fica um ano parado, tem que trocar todo ele novo, nós consultamos o fornecedor, vinte, trinta mil reais ele coloca para funcionar.

Ademar: Por que não foram instaladas as placas solares?

Nalmir: As placas solares não foram instaladas, isso está num aditivo de acréscimo e supressão, foram suprimidos a mão de obra de instalação, dez mil reais, apesar de deverem mais de trezentos mil pra nós, que graças a Deus não foram instaladas porque alguém da prefeitura alertou que se colocassem as placas, em seis meses não teria mais nada. Estão todas guardadas em cima da laje, foi suprimido em documento protocolado pra vocês, na época de 2015. Estão todas guardadas, é só fixar em cima e fazer a ligação, só. Se tivessem colocado hoje não teria mais nada.

Ademar: O Ministério da Saúde aprovou a alteração se tratando dos geradores?

Nalmir: O Ministério da Saúde só elogiou a obra de vocês, os engenheiros acompanharam a obra do começo ao fim, o Tribunal de Contas da União veio na obra duas ou três vezes.

Ademar: Fale mais sobre a auditoria, os apontamentos feitos.

Nalmir: Com relação aos cabos nós temos várias fotos, vocês também tem, que os cabos foram cortados, nós fizemos um levantamento dos cabos que foram roubados na obra, assim como as grades de alumínio, várias outras coisas, são duas toneladas de cabos. Os cabos roubados são os cabos 240, pesam em torno de um quilo e meio o metro. Esse roubo de cabo que aconteceu aqui, é um roubo que foi feito ao longo de muito tempo, porque pra passar eles pelos túneis que fizemos, não tinham no projeto, nós que fizemos, ficamos um mês em seis homens. A partir de hoje vamos começar a fazer ata notarial antes de entregar a obra, para não mais acontecer o que está acontecendo hoje.

Ademar: Houve roubo de grade de alumínio?

Nalmir: Tem uma grade de alumínio de vinte e poucos metros que não tem uma peça mais, tiveram vários roubos lá dentro.

Ademar: Em relação ao serviço de proteção de raios, foi instalado?

Nalmir: Está lá, o que acontece é o seguinte, houveram roubos depois da entrega, mas mesmo na nossa época também houve roubos, o maior problema que temos em obras hoje é roubo de cobre, é a primeira coisa que roubam. Na nossa época também houve roubo, nós compramos os cabos, colocamos de novo, até houve essa argumentação pela prefeitura, eu trouxe até a nota fiscal dos cabos que nós compramos em 2015, fomos roubados e colocamos de volta, quinze mil reais de cabo. E nessa época também roubaram os cabos de cobre nu do para-raio, aí colocamos de alumínio, mais difícil roubar porque ela fixada na estrutura. Está tudo funcionando como devido.

Janice Salvador: O Sr. acompanhou todo o processo, desde a licitação até a entrega da obra, certo?

Nalmir: Eu sou diretor técnico da construtora, eu acompanho todas as obras nesse aspecto, só não sou engenheiro residente.

Janice: Foram realizados dezoito aditivos nesta obra. Considerando aquilo que está no processo, esta obra já estaria contabilizando cerca de dezessete milhões quatrocentos e cinquenta mil cento e cinquenta reais e noventa e seis centavos, o que o Sr. diz que ainda a prefeitura deve a empresa está para além deste valor, são protocolos aditivos que não foram concedidos, o que gera essa dívida que a prefeitura ainda tem com a Endeal. O valor que a sua empresa tem a receber é um valor que está contabilizado nesses aditivos ou ainda é algo a mais, aditivos não concedidos?

Nalmir: Cinquenta mil reais está ai dentro, é o saldo contratual. Se somar todas as notas que nós emitimos e os pagamentos que vocês fizeram, há um furo de cinquenta e um mil reais. Está ai dentro o que vocês devem ainda pra nós, o resto é protocolo.

Janice: Houveram termos de ocorrência, quantos aconteceram durante o período de execução da obra?

Nalmir: Houveram ao longo da obra pelo menos três comissões, tanto na primeira gestão quanto na segunda. Três vezes foram feitas comissões internas da prefeitura pra fiscalizar a obra, e nós fizemos o que foi pedido.

Janice: Do que se trata a legalização de serviços extras e outros elementos que o Sr. cita no parágrafo final da resposta datada de 10 de maio de 2017?

Nalmir: Protocolo de 27 de abril de 2016, pedindo os custos de administração local, o TCU diz que a administração local da obra deve ser paga e ela refere-se ao custo do engenheiro residente, ao mestre de obras, almoxarife, contador, RH, e como a obra é contrato global, nós não estamos pedindo durante todo período da obra, estamos pedindo ao período que se excedeu ao contrato original. Nossa equipe se excedeu por prazo muito superior por conta do contratante. Protocolo de 26 de abril de 2016, refere-se as leis sociais complementares que não foram



pagas a nós. Refere-se a todas as despesas que os funcionários nossos tiveram que pagar aqui, de acordo com o Sindicato de Toledo. Outro, do começo de abril refere-se aos custos da administração central, refere-se ao BDI (lucro e despesas da empresa), proporcional ao tempo de obra que foi contratado, o prazo da obra estendeu-se por mais de dois anos e meio, então existe um percentual do BDI que se refere exatamente ao custo da administração central, esse é um custo que o TCU também entende como devido. Protocolo feito no final de 2015 em que nós cobramos o reajuste contratual, toda obra pela lei 866 após um ano da data da licitação deve ser reajustada, não recebemos nenhum reajuste dessa obra. Essa obra nós começamos em 2012 com o preço da tabela SINAPI de 2010, ganhamos essa licitação por mil e trezentos reais o metro quadrado de um hospital. Aditivo protocolado no final de 2015 que traz os serviços extras executados e também serviços que foram suprimidos. Existem trezentos e setenta mil cento e vinte reais que nós fizemos de serviços extra e cento e dezenove mil reais duzentos e oitenta e dois serviços que nós não fizemos, que foram suprimidos. Deveriam pra nós na época mais duzentos e cinquenta mil reais, entre acréscimo e supressão de serviço. Basicamente, são esses.

Janice: Em relação ao sistema de vigilância do local durante o período de execução da obra, o Sr. poderia nos dizer como era feito?

Nalmir: Nós tínhamos vigilância noturna e câmera, alarmes. Mesmo assim, durante a nossa execução fomos roubados.

Janice: A vigilância era provida pela própria empresa?

Nalmir: Sempre foi por nossa empresa.

Janice: Os furtos que aconteceram nesse período, houve registro pelo sistema?

Nalmir: Os roubos que tiveram durante a nossa gestão, antes da entrega definitiva nós fizemos B.O, fizemos tudo, mas tivemos que comprar de novo, colocar de volta e fim, não tem outra solução.

Janice: Segundo consta da documentação, o termo de recebimento definitivo da obra foi assinado em 21 de junho de 2016. O Sr. é conhecedor de alguma ocorrência de furto ou algo semelhante após esta data e que tenha havido a intervenção de alguma forma por alguém da empresa?

Nalmir: Eu sei todas as histórias, inclusive que entre a entrega provisória e definitiva houve um roubo na obra. Compramos os cabos e recolocamos, quinze mil reais, foi um roubo de trezentos metros de cabo, não como aconteceu ao longo do período, o roubo de dois mil metros, que vimos agora. Soubemos que depois também houve um outro roubo, que nos consultaram, meses depois que entregamos, dizendo que haviam roubado cabos, o agente da prefeitura viu quem roubou, seguiu até o Coopagro, coisa assim, mas não pegou o sujeito. Disseram ainda que o "cara" estava com o nosso uniforme. Uma história muito mal contada. O principal roubo é os cabos, tem quatrocentos, quinhentos mil de cabos roubados, isso dá mais de duas toneladas de cabo, ou seja, isso vem acontecendo há muito tempo.

Janice: O Sr. mencionou que ainda, de forma provisória, uma vez que o termo definitivo foi assinado apenas em junho de 2016, mas a obra estaria concluída em 2014?

Nalmir: Não, só pra terem uma ideia, em dezembro de 2014 a obra estava 96% executada, passou-se o ano porque a prefeitura devia dinheiro pra nós, cerca de dois milhões e fez o parcelamento em doze vezes de duzentos mil, algo assim, pra pagar o que devia pra nós, do contrato. Então nós tivemos que prorrogar esse prazo, pra então fazer e depois pegar o provisório, pra poder ir na Receita Federal pegar a certidão negativa de INSS junto pra registrarem depois, e esse tramite demora. Por isso só saiu em 2016 o definitivo, se não teria saído muito antes.

Janice: Na verdade, no ano de 2015, esses 4% restantes não foram desenvolvidos ao longo do ano em razão desse parcelamento?

Nalmir: Exatamente. Pra se ter uma ideia nós pintamos a obra inteira em 2016 de novo.

Janice: A obra deu prejuízo a empresa ou ainda conseguiu salvar algo?

Nalmir: Os prejuízos calculados são em torno de um milhão e meio, mais ou menos.

Janice: O Sr. foi bastante firme ao dizer dos projetos errados no momento da licitação, a incompatibilidade entre os projetos arquitetônicos, a inexistência talvez de alguns projetos. Qual teria sido o procedimento adequado e esperado naquele momento?

Nalmir: Só posso dizer que o maior problema de obra pública chama-se projetos. Nós demoramos três anos pra fazer uma obra, e o projeto é feito em seis meses porque o gestor quer fazer rápido, quer inaugurar a obra na gestão dele, esse é o problema do nosso país. O projeto é feito rápido, mal feito, prejudica toda a obra.

Janice: O Sr. mencionou a questão da Copel, esta expediu um documento em 27 de dezembro de 2012, Projeto Elétrico 421/2010 citando questões que precisam ser apuradas, mas isso indica para um projeto existente, diz da seguinte forma: "Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria, informamos que o projeto elétrico da entrada de serviços está em acordo com as normas técnicas da Copel", qual é o lugar deste documento na questão elétrica do Hospital Regional?

Nalmir: Em primeiro lugar, nós nunca recebemos este papel, não sei nem a que se refere. Nós nunca recebemos projeto aprovado na Copel durante a obra. Inclusive as datas não possuem coerência.

Antônio Zóio: Em qual gestão foram feitos os protocolos que o Sr. citou?

Nalmir: Os protocolos correram na primeira gestão que nos contratou, e na segunda gestão, na terceira já tínhamos entregue a obra.

Antônio: Sobre os cabos que foram furtados, em que época foram colocados?



Nalmir: Aconteceu em março de 2016 entre o recebimento provisório e o definitivo, a obra já estava com os guardas de vocês. Compramos novamente na Rede Lux materiais elétricos e recolocamos para pegar o definitivo. O furto maior acredito que ocorreu nos últimos três anos depois da nossa entrega.

Gabriel Baierle: A auditoria afirma pontos que não foram feitos, como por exemplo, a ausência de cobertura na saída do necrotério, central de gaze inacabada, é verdadeiro que isso estava licitado e não foi feito?

Nalmir: Não é verdadeiro.

Gabriel: Foi feito algo diferente do que foi licitado?

Nalmir: Muita coisa foi feita diferente. Desde a fundação, o projeto estava todo errado.

Gabriel: Tudo com processo dentro da prefeitura?

Nalmir: Só no papel, entregaremos pra vocês os papeis, tudo documentado.

Walmor Lodi: Os projetos foram executados de acordo com o Ministério da Saúde?

Nalmir: Não é isso. Só executamos projetos para que a obra não parasse. Tem o projeto da fundação, o projeto da estrutura, projeto do ar-condicionado, contratado por si só, nós fizemos só alguns projetos. Não mexemos em projetos arquitetônicos.

Walmor: Reformulando a pergunta, me refiro as portas, pedia-se um tamanho, foram colocados outro, isso foi feito de acordo com o projeto?

Nalmir: Veja bem, há duas opções, a obra é regida por três documentos, o projeto, a planilha contratual de serviços e um memorial descritivo. Houveram recomendações que não foram cumpridas, isso é normal, porque chega uma hora que os gestores não querem aditivos. Voltando ao teu assunto, as portas, existe um projeto que diz sobre o tamanho delas, só que existe uma planilha de serviços que diz quantas e o tamanho de cada porta colocada. Se na planilha tem dez portas de um metro, vou receber o que lá é dito. Se no projeto tem vinte, escolham onde vocês querem as portas. Desde que esteja calçado pela planilha contratual.

Walmor: Apesar desta obra ser de um valor bem expressivo, ainda assim o Sr. citou que teve um prejuízo de um milhão e meio.

Nalmir: Vou lhe explicar, a obra mais complexa que existe no país, de obra civil, chama-se hospital. Nada é mais complicado que hospital. A obra civil mais cara por metro quadrado do país, é hospital.

Ademar: O Secretário de Saúde que aqui esteve disse que não houve execução de obra nessa atual gestão e agora a pouco foi dito que foi pedido pela atual gestão que fosse refeito algumas situações, fizeram, e se quer foi pago.

Nalmir: Quando a nova gestão assumiu foi recolocado as pastilhas que haviam caído, foram feitos vários pequenos serviços, solicitaram e fizemos, foi feito e documentado.

Ademar: Fontes do Jornal "O Paraná" destacam algumas irregularidades, itens que constam como pagos e não colocados ou executados em desconformidade. O que o Sr. tem a falar sobre isso?

Nalmir: Fizemos uma resposta para esse laudo feito por um engenheiro eletricista da prefeitura, fizemos um levantamento de todo o projeto de cabos com um memorial de cálculo, isso está entregue, ele falou isso sem memorial de cálculo. Nós executamos mais de três mil metros de cabo a mais que tem na planilha, isso já está protocolado para a prefeitura. Já documentamos que executamos muito mais do que recebemos.

Ademar: O que o Sr. tem a falar sobre a cabine de geração?

Nalmir: A cabine de medição não tem baixa e média qualidade, ou é ou não é, não há o que discutir.

Ademar: Aqui diz: "os materiais instalados tem espessura e diâmetro diferente do material pago", isso é uma acusação grave. Seguindo, aqui diz: "as portas das enfermarias tem dimensão inferior a do projeto e precisam ser refeitas".

Nalmir: No laudo que recebemos da prefeitura já nem falava-se mais em portas, já viram que está certo.

Ademar: Sobre a quantidade de disjuntores, porque houve a alteração na quantidade de cinco para doze?

Nalmir: Pode ter sido a diferença de projetos que houve na época ou podem ter sido tirados, dois, três disjuntores. Os circuitos que observamos há um mês atrás está tudo lá e funcionando.

Nalmir: Quando nós recebemos esse levantamento feito pela prefeitura, a primeira consulta que fizemos foram os projetos que haviam sido utilizados. A documentação diz que foi o projeto de 2002, a licitação foi em 2012.

Ademar: Cobertura executada com material inferior ao especificado.

Nalmir: Foi documentada uma troca de serviço, de uma telha para outra, pois a que era especificada, hoje em dia já teria caído. Isso já está resolvido no processo interno.

Ademar: O termo definitivo de entrega da obra, foi entregue diante uma comissão ou para uma pessoa?

Nalmir: Na segunda gestão quando entregamos foi feito uma comissão multidisciplinar, além de o TCU e o Ministério da Saúde ter vindo o prefeito a época fez uma comissão onde estava a Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras. Uma comissão multidisciplinar foi feita.

DEPOIMENTO REALIZADO NA NONA REUNIÃO DA CPI (08/08/2018)

3. Depoimento de Douglas Sincler Canesin da Silva.

Aos 8 dias do mês de agosto, se apresentou para depor o terceiro convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor Douglas Sincler Canesin da Silva. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/...>



[be/19kdrR7R9vo](#)

Janice: Você acompanhou a obra em todo o período de execução?

Douglas: Acompanhei do período de 2012 a 2014, após me desliguei da empresa e retorno no final de março de 2016 até junho de 2016.

Janice: Neste período houve algum sinistro, furtos, algo que tenha sido registrado?

Douglas: No período de 2012 a 2014, pequenos furtos que estamos até acostumados que acontece em obra. Algo corriqueiro. Mas nada de grande monta.

Janice: Em 2016?

Douglas: Quando retornei às atividades ocorreu um furto de cabos que a empresa havia adquirido. Na época eu não estava presente quando dos furtos, mas foi eu que fui recolocar o cabeamento.

Janice: Nós temos um B.O registrado em 14 de março de 2016 dizendo que houve relato noticiante ser administrador da obra do HR o funcionário da Endeal, que foram furtados os cabos elétricos de cobre que ligam o gerador ao transformador e à rede predial, que por ora o prejuízo está avaliado em R\$21.600 e que possui vigilantes contratados da empresa Inviolável, mas mesmo assim o furto ocorreu. Nada mais. Esta situação é do seu conhecimento?

Douglas: Sim, é do meu conhecimento. Como eu havia falado eu retornei às atividades da empresa no término de março e início de abril e quando retomei sabia que havia sido feito o furto e nova aquisição desse cabeamento.

Ademar: No relatório consta que foi forjada a recolocação dos cabos. O que o senhor tem a falar sobre isso?

Douglas: Total desconhecimento. O serviço foi feito. Se foi retirado de volta eu não sei. Esses cabos do furto de março foram recolocados, foram.

Ademar: Dentro dos mesmos parâmetros?

Douglas: Mesma coisa.

Ademar: Tecnicamente a mesma coisa? Não foram colocados materiais de qualidade inferior?

Douglas: Mesma coisa.

Ademar: E o que o senhor tem a falar sobre as portas? O senhor acompanhou a obra e nós temos aqui dentro da Comissão que foram executadas as portas de forma irregular no hospital.

Douglas: Que porta está irregular?

Ademar: Me parece que foram apresentadas que todas as portas ou a maioria eram para ter 1 metro e foram feitas de 80 centímetros.

Douglas: Depende do projeto. Tudo foi feito conforme o projeto.

Ademar: Qual projeto?

Douglas: Projeto arquitetônico.

Ademar: Qual deles?

Douglas: São tantos projetos que tem ali.

Ademar: Vocês executaram o projeto original? O que foi licitado?

Douglas: Todos os projetos foram sofrendo alterações. O projeto do Hospital Regional virou uma colcha de retalhos porque tem coisa do primeiro projeto, do segundo, do terceiro e assim foi feito sucessivamente.

Ademar: A questão do padrão da entrada foi feita com o senhor Wolnei da Copel, ele fez a vistoria na instalação?

Douglas: Sim, ele fez uma vistoria. É de praxe ser feita uma vistoria antes da ligação final.

Ademar: Qual foi a resposta?

Douglas: Ele deu alguns apontamentos de pequenas alterações que precisavam ser feitas para a época, porque as normas vão sendo sempre atualizadas, que foram feitas. Para aquela época, em 2014, foi adequado.

Ademar: A comissão foi fazer vistoria no hospital e teve uma denotação nas portas laterais de entrada, todas elas quebradas, tortas.

Douglas: Logo que fizemos a entrega, o fiscal me chamou e havia algum problema, não lembro ao certo qual era, e várias portas foram vandalizadas. Várias delas tentaram arrombar. Porque aquelas portas são saídas de emergência então são para facilitar a saída, então se facilita a saída, facilita a entrada. Então são frágeis, qualquer pessoa que queira agir de má fé ela vai conseguir estragar aquela porta. Não é uma porta de segurança.

Ademar: Porque faltou a instalação dos equipamentos solares? Os equipamentos solares foram pagos conforme relato aqui e não foram instalados?

Douglas: Nós fizemos sim uma pré-instalação. Os equipamentos solares, uma vez colocadas elas precisam entrar em funcionamento. Se você colocar aqueles tubos de vácuo, os técnicos que nos auxiliam não indicam deixar vazio, porque pode sofrer com um problema de excesso de aquecimento. Ele vai romper. Chuva de granizo, tudo isso, faz com que ele seja colocado apenas no momento que ele vai ser usado em efetivo porque senão você vai perder o equipamento.

Ademar: O senhor se recorda mais ou menos quantas comissões foram formadas no decorrer desta obra para acompanhar os trabalhos?

Douglas: Não lembro. Todo mês tinha uma comissão. As comissões eram praticamente mensais. A medição da obra é avaliada por uma comissão. Todos os aditivos, serviços. Tudo era formado por uma comissão. A análise de aditivo de prazo, aditivo de serviços e medições, análise dos nossos questionamentos sempre iam por comissão.



Não sei como que era tratativa interna da prefeitura. A resposta sempre acabava vindo que estava sob análise das comissões.

Ademar: O início da auditoria diz assim “algumas irregularidades mais graves”. “Na parte elétrica foram pagos R\$484.900,00, mas os serviços não foram executados. Os outros R\$618.000,00 foram pagos, mas executados em desconformidade. O que o senhor tem a falar sobre isso?”

Douglas: Eu desconheço essa informação porque uma coisa é a pessoa falar que foi desconforme mas desconforme com que? Com que ela está se baseando? Ela tem um projeto aprovado? A gente fica nessa questão. Onde que ela foi buscar essa informação para dizer que está desconforme. É muito vago.

Ademar: E onde diz que não foram executados?

Douglas: Continua sendo vago porque tem serviço que está apontado em um projeto que não tem planilha. É fácil existir uma pré-instalação de ar condicionado, por exemplo, de rede elétrica, que não tem planilha mas tem projeto então não foi executado.

Ademar: O § 2º diz “outra falha dos demais serviços R\$250.500,00 foram pagos, mas não foram executados. R\$279.000,00 também pagos e em desconformidade. A cabine de medição de proteção foi avariada e reprovada pela Copel devido inúmeras desconformidades e material de baixa qualidade. Diante disso não é possível fazer o aterramento da cabine de geração sem quebrar a calçada”. O que seria isso?

Douglas: Ele se baseia dizendo que o material é de baixa qualidade. Mais uma vez é vago. Se material que está lá é normatizado, a empresa que forneceu tem certificado via NBR e atende as normas, então está certo. Agora “ah, não, precisa quebrar a calçada para fazer um aterramento”. Tudo bem. Quando o projeto foi feito talvez a Copel não exigisse a quantidade de aterramento que está sendo pedido hoje e que se continuar fazendo esse aterramento quando o hospital for funcionar, pode não ser válido novamente porque as normas andam mais rápido do que a obra.

Ademar: “Falta de passagem de diversos cabos. Falta de quadro elétrico. Falta de painéis. Falta de disjuntores. Falta postes que foram pagos. Os materiais instalados têm espessura e diâmetro diferente do material pago e muitos outros apresentam qualidade muito mais baixa contratado e pago. Todas as lâmpadas instaladas são 127v e o hospital opera em tensão de 220v e 38v”. Por que a lâmpadas foram instaladas em 127v?

Douglas: Até onde sei todos os reatores lá são bivolt. Então se for 127v ou 220v vai funcionar igual. Não muda nada.

Ademar: Em relação às portas diz aqui que as portas das enfermarias têm dimensão inferior à do projeto e precisam ser refeitas.

Douglas: A gente recai na questão de qual é o projeto que está olhando. No primeiro projeto que a gente tinha se eu fosse seguir ele e não usasse o bom senso, a maca não passava do centro de cirurgia para a enfermaria. Eu junto com o fiscal, consultamos algumas pessoas da área. Falei “Gente, eu não sou da área você, se quiser eu faço do jeito que está no projeto, mas a maca não vai passar. Como é que vai ser?”. “Não, aumenta o tamanho da porta”. E assim outros e outros parâmetros também foram feitos, nós fomos adequando porque existiam coisas que era visto que não iria funcionar. O próprio elevador a gente comprou o elevador que é maior até do que tá pedindo no projeto porque não caberia a maca.

Ademar: “Na lavanderia estava previsto um quadro para distribuição de 12 disjuntores mas existem comportas, no máximo cinco, instalação e aplicação de material inferior e mais barato.

Douglas: O quadro da lavanderia é bem específico porque deve ser o quadro maior quadro que tem do hospital ali fora, os de distribuição central, e justamente pela carga instalada e pela potência. A empresa que fez o quadro é uma empresa de cascavel. Faz quadros para todo lugar, seguiu as especificações. Inclusive aquele quadro vai ficar superdimensionado. Enfim, também não reconheço.

[...]

Janice: De um ponto em diante da obra a segurança do prédio passou a ser feita pela Guarda Municipal de Toledo e a Guarda Municipal faz registros diários acerca das ocorrências, caso haja, evidentemente. E que nós recebemos um registro da Guarda Municipal do dia 18 de agosto de 2016, portanto, praticamente 60 dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo da obra. Dizendo que dois funcionários da empresa Endeal Construtora teriam adentrado ao prédio para finalizar reparo de encanamento que havia sido danificado com a reativação da água. Lembra disso? Poderia nos explicar o que houve para que esses funcionários adentrassem ao prédio?

Douglas: Pela situação eu não vou lembrar onde foi, mas isso é uma situação corriqueira de obra. A partir do momento que você deixa uma tubulação muito tempo sem água, mas volta a pressurizar aparece um vazamento. Faz parte do aporte técnico de garantias a gente ser acionado para ir mandar arrumar. Então provavelmente foi lá para arrumar.

Janice: O que nos causa estranheza é o que este Guarda Municipal relata na sequência dizendo então que esses funcionários demoraram muito para sair do prédio. Ele teria ido atrás verificar o que está acontecendo e diz que encontrou esses dois dentro de um elevador de manutenção retirando fios e soltando eles no túnel. Que na sequência iniciaram o carregamento dos fios na caminhonete e seguiram sentido Coopagro. Até aqui você é conhecedor da situação?

Douglas: Eu fui informado desse relato posteriormente, em hipótese alguma eles teriam ordem para fazer esse tipo de serviço.



Janice: Na realidade essa situação está bem estranha porque algumas pessoas teriam acompanhado esses funcionários até o Coopagro. Se depararam com a caminhonete vazia e depois foi chamado o engenheiro responsável, sendo eles funcionários antigos da empresa e de confiança. Este relato foi feito na presença do secretário de segurança e trânsito da época. Foram essas duas pessoas com o engenheiro foram até o SENAI conversar com os funcionários e fazer a acareação posterior. É o que está no registro da Guarda Municipal. Você sabe quem foi esse engenheiro?

Douglas: Era eu, com certeza.

Janice: Temos também um B.O feito no dia 18 de agosto às 18h44 que foi você mesmo que fez e diz que foram 12 pedaços de 1200m de cabos. Especifica a metragem e a espessura dos cabos e que os cabos já estavam instalados na obra. Diz que não tem suspeitos. Como é que ficou essa justificativa dos funcionários retirando os fios e colocando sobre a caminhonete?

Douglas: Essa acareação foi feita posterior ao nosso B.O. Aí que o guarda disse "Eu vi eles dentro da obra tirando o material". Falei "é quase impossível eles dois terem tirado aquele volume de material naquele dia". Pode ser que ele tenha feito. Enfim, a ocasião faz o ladrão, mas eles não tiraram todo esse volume em um dia, é impossível.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA REUNIÃO DA CPI (15/08/2018)

1. Depoimento de Roni Alvarenga de Mello Padilha.

Aos 15 dias do mês de agosto, se apresentou para depor o primeiro convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor Roni Alvarenga de Mello Padilha. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/AQ6vzE2D4Kw>

Ademar: Há quanto tempo o senhor trabalha na Guarda Municipal de Toledo?

Roni: Há 11 anos.

Ademar: O senhor fazia parte da equipe que cuidava da estrutura do Hospital Regional?

Roni: Nessa época eu era Coordenador de Fiscalização para o Trânsito.

Ademar: Como que era feita a segurança do Hospital Regional?

Roni: Agora tem a escala 12 por 60 só que eu vejo a longa data não é eficaz porque se analisar o guarda não tem um plano de ações a ser desenvolvido no local. Ele não sabe a quantidade de material que tem lá dentro. Então não há esse controle, por exemplo, da quantidade de material existente no interior do hospital e nem quem são as pessoas autorizadas a entrar e retirar o material ou levar algum material. É de longa data que não há esse plano de ação no local.

Ademar: Temos lá um prédio de quase 9000m². Quantos guardas ficam no local para fazer a guarnição dos equipamentos e da estrutura do Hospital?

Roni: Um guarda só por plantão.

Ademar: O senhor tem algum conhecimento sobre possível furto de fios?

Roni: Não vou poder contribuir muito nesse sentido pois cheguei ao local e o fato já havia ocorrido. Inclusive pois não sabíamos o material que havia internamente e nem quem tinha autorização.

Ademar: E o que foi feito quando você chegou no local?

Roni: Sendo Coordenador de Fiscalização e Trânsito, cheguei no local e não interferi muita coisa.

Ademar: Conforme relato do Secretário de Segurança Crespão, me parece que a Guarda Municipal fez um acompanhamento e se direcionou a um ferro velho na Cirne de Lima e abordou esse cidadão fazendo venda de fios. O senhor participou de alguma ação nesse sentido?

Roni: Não participei.

Ademar: O senhor não foi no local citado pelo Secretário Crespão?

Roni: Não fui e a única coisa que tem relatado é que compareci no local.

Ademar: Nesse sentido o senhor somente foi até o Hospital Regional?

Roni: Isso. Somente até o Hospital, para onde nos deslocamos acreditando que nos depararíamos com a situação ocorrendo, mas já havia ocorrido.

Ademar: Recorda quantas viaturas e quantos guardas foram até o local no momento?

Roni: Se não me engano, foram duas viaturas.

Ademar: O senhor recorda se foi feito algum boletim de ocorrência em termos deste furto?

Roni: Só o registro relatório no livro mesmo.

Ademar: O procedimento correto não seria fazer o boletim de ocorrência como um possível furto?

Roni: Sim, se você tem algum possível furto e você tem concretização do fato, tem que fazer o boletim de ocorrência para dar respaldo para o GM do local.

MULTIMÍDIA REPRODUZIDO A PEDIDO DE JANICE A RESPEITO DOS CABOS

Janice: Não estou fazendo nenhuma afirmação. Apenas desenharei um cenário para formular a pergunta. A partir da oitiva, o primeiro é o Nalmir e o segundo, o engenheiro que fiscalizou a obra. A partir da oitiva deles desenhou-se um cenário de que eles estão apontando falhas graves em todo o processo que foi conduzido no Hospital Regional e o esforço deles foi no sentido de desqualificar os gestores e a comissão técnica que fez a auditoria.



Imaginando que esta empresa tenha essa seriedade que ela outorga para si e, portanto, está certa também em relação aos cabos, como é que poderíamos explicar que todo esse material tenha sido retirado do hospital com a presença de Guarda Municipal lá?

Roni: Inexplicável. Na época quando foi assumido que a Guarda começou a trabalhar no local, nunca tirei plantão. Fui tirar em 2016, não diariamente. Não se tem um controle de quem entra e quem sai, e o que tem lá dentro. Se hoje você perguntar o que tem lá dentro, ele vai falar que não. Quem tem autorização para entrar? Ele também vai responder que não sabe. Por exemplo, há colchonetes e podem ser levados embora a qualquer momento. É solto, é leve e pode ser enrolado. E qual o controle?

Janice: Em relação a muitas coisas a situação é essa, mas em relação aos cabos está permeado de contradições. Peso, quantidade, barulho, esforço, e tudo isso causa bastante estranheza. Temos dois B.O. Um registrado em 14 de março de 2016, dando conta que teriam sido retirados cabos elétricos de cobre que ligam o gerador ao transformador e a rede predial e que por ora o prejuízo está avaliado em R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos) e que possui vigilantes contratados da empresa Inviolável, mas mesmo assim o furto ocorreu. Até então você tem conhecimento deste B.O, guarda?

Roni: Não.

Janice: E há uma segunda situação reportada anteriormente e que se refere a um registro da guarda, neste livro que você mencionou. Diz assim "por volta das 14h30 dois funcionários da empresa Endeal Construtora adentraram ao Hospital Regional para finalizar reparos no encanamento que havia danificado com a reativação da água. Eu verifiquei que após o conserto fiquei na entrada na espera da saída dos mesmos. Com a demora da saída fui procurar os mesmos que já não estavam no local. Em buscas encontrei os dois dentro de um elevador de manutenção retirando fios e soltando eles no túnel. Neste momento liguei à central comunicando minhas suspeitas. Neste momento um dos funcionários veio até a entrada e pegou a caminhonete da empresa e se deslocou até o gerador, onde iniciou o carregamento dos fios na caminhonete e seguiram sentido Coopagro. Com a chegada da viatura nós seguimos sentido ferro velho onde encontramos a caminhonete da empresa com dois funcionários dentro com a caminhonete vazia. Depois foi chamado engenheiro responsável e falaram a ele suspeitas, sendo eles funcionários antigos e de confiança da empresa". Esse relato foi feito na presença do Secretário Bayer e do Coordenador Padilha e da Silva. Engenheiro foi até o SENAI falar com os funcionários e fazer a acareação. Parece que Bayer junto do engenheiro foram até o SENAI conversar com os funcionários. Então, Roni, de o Secretário ter mencionado alguma situação foi em decorrência do seu nome ter sido citado na ata realizada pelo guarda Mensch. Você é conhecedor dessa situação?

Roni: Somente fui até o local e soube da situação do possível furto. Não tem como eu afirmar um fato que eu não vi.

Janice: E o fato de terem acompanhado esta caminhonete até o ferro velho. É este mesmo o procedimento ou recomenda-se/orienta-se para que o procedimento seja qual?

Roni: Houve o entendimento de que o guarda deveria ter abordado o cidadão. Ter chamado a polícia. Dependendo do número de pessoas, o guarda hoje não tem porte de arma. Como vai assegurar sua integridade física numa abordagem dessa? A respeito desse acompanhamento, não posso te dizer se foi visto caminhonete ou não pois eu não estava presente. Era o da Silva e o Peliciolli. De antemão eu só fui no Hospital Regional, o guarda presente passou a situação e nada mais eu fiz.

Janice: Imaginando que se percebe que há duas pessoas no prédio, há uma caminhonete, o material está sendo retirado do prédio, colocado na caminhonete e essa caminhonete se desloca para outro lugar da cidade, qual seria o procedimento adequado?

Roni: Abordagem e verificação. Abordar, indagar sobre o produto e chamar os responsáveis. Não se tem um controle do que se tem lá. Chamar o engenheiro e até o chefe desses funcionários.

Janice: Que se verifique a dificuldade que acaba gerando. Esse engenheiro que é mencionado no registro do guarda, compareceu até a Delegacia e noticiou furto de 960 metros de cabos 240 milímetros divididos em 12 pedaços e 1.200 metros de cabos 85 milímetros divididos em 15 pedaços da obra do Hospital Regional de Toledo, obra que a Engenharia Endeal é Construtora, diz que os cabos já estavam instalados na obra. Diz que não tem suspeitos. Se realmente esses cabos realmente pesam tudo isso que eles dizem que pesa, que há essa dificuldade de corte e retirada e aí se aponta que nem deu sessenta dias da assinatura do termo definitivo da obra eles dão conta de toda esta retirada, é uma situação bem difícil de se entender e de se explicar. E a última pergunta. Não teria sido de se esperar que a própria guarda fizesse o B.O?

Roni: Sim, o GM, em qualquer situação que ocorre dentro do espaço público que é assegurado pelo guarda em escala, ele tem que registrar boletim de ocorrência. Se ele verificou que houve possível furto e concretizou, ele devia ter abordado, chamado Polícia Militar e ter certeza que esses funcionários estavam furtando esses fios. Não há como acusar algo abstrato, tem que ter a certificação.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA REUNIÃO DA CPI (15/08/2018)

2. Depoimento de Moises Bayer.

Aos 15 dias do mês de agosto, se apresentou para depor o segundo convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor



Moises Bayer. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/AQ6vzE2D4Kw>
Ademar: Seu nome consta dos registros da Guarda Municipal e do B.O. O que você sabe em relação a furtos de fios e cabos dentro do Hospital Regional?

Bayer: O GM do local solicitou que havia uma caminhonete em atitude suspeita que estava carregando alguns materiais e foi deslocada viatura para o local e no momento que estava sendo feito o deslocamento essa caminhonete acabou saindo do local. Não foi possível o guarda chegar no local abordar eles no momento porque estavam em dois na caminhonete e ele estava sozinho. Não tinha como. Nisso eles saíram do local. A gente encaminhou a viatura para o local e o guarda solicitou minha presença também. Eu fui até o local. O guarda pediu para ir uma viatura para ver que sentido eles iriam. Tentar localizar o veículo. O guarda acabou citando que viu eles em um ferro velho na região do Coopagro mas também não soube dizer se realmente tinha algum material na caminhonete e nem o que estavam fazendo lá. Ficamos no hospital e entrei em contato com o Jesus. Ele acionou o engenheiro responsável pela empresa para que estivesse no local também. Demorou meia hora para comparecer. Mostramos para ele o local onde supostamente ocorreu o furto e ele constatou que os fios realmente não estavam no local. Diante desta afirmação do guarda, como os funcionários já haviam saído do local, pedi para o engenheiro onde eles moravam para verificarmos. O engenheiro disse que não sabia o endereço mas sabia com quem conseguir. Foi no SENAI, pediu o endereço a casa onde que estavam morando que era alugada pela empresa. Fomos até a casa, pedimos autorização do responsável da casa para verificarmos. Olhamos na casa e não foi visto nada de irregular.

Ademar: Conforme relato, chegaram não em seguir, mas abordaram essa caminhonete no Coopagro.

Bayer: Não foi abordado. Tiveram intuição de ir para certa região onde foi vista a caminhonete no ferro velho, mas não foi abordado.

Ademar: Há relato de que foi visto no ferro velho e inclusive vocês abordaram e não tinham mais os cabos sobre a caminhonete. Vocês chegaram a abordar essa caminhonete em algum lugar?

Bayer: Quem poder afirmar então seria o GM, que seria o GM Mensch eu era o guarda do local e os outros dois GM que estavam na viatura com ele.

Ademar: Você teve algum contato com algum dos supostos elementos que furtaram esses fios?

Bayer: Depois lá na casa onde a gente foi no local os supostos que teriam furtado estariam no local.

Ademar: Eles são de Toledo?

Bayer: Não sei te informar.

Ademar: A ida de vocês ao SENAI foi para pegar o endereço?

Bayer: Sim, foi para pegar o endereço que o engenheiro não tinha certeza do local.

Ademar: E houve alguma acareação no momento?

Bayer: Sim, a gente conversou com o pessoal. Entramos em todos os cômodos, olhamos na caminhonete e não tinha nada lá.

Ademar: E vocês fizeram pergunta se eles pegaram alguma coisa no hospital?

Bayer: Chegamos a perguntar. Afirmaram que estavam fazendo reparos formais, porém não citaram quais seriam os reparos. E realmente havia algumas ferramentas sobre a caminhonete, porém não fios.

Ademar: É possível um guarda fazer a cobertura e os cuidados do prédio todo sozinho?

Bayer: Um guarda somente é bem difícil. Mas era a disponibilidade que tínhamos na época.

Ademar: Na época você era o Secretário?

Bayer: Sim.

Ademar: E não foi feito nenhum plano de ação para dar maior segurança a essa estrutura já que foi investido em torno de 30 milhões?

Bayer: Até então o responsável direto era o diretor de segurança, Moacir Campos. Ele que estava responsável e em contato direto com o responsável do local, que era o Jesus. Até mesmo em questão de escala e local que o guarda iria trabalhar.

Janice: Você se recorda quando iniciou a segurança no hospital regional por parte da guarda municipal?

Bayer: Em 2016 em torno de junho e julho.

Janice: Esse registro que consta da guarda que você narrou, além do que foi dito, diz que ele percebeu que os funcionários adentraram no prédio e se deparou com eles soltando os cabos no túnel e que, em razão das suspeitas, entrou em contato com a Secretaria e ele diz que "com a chegada da viatura, seguimos sentido ferro velho, onde encontramos a caminhonete da empresa com os funcionários saindo com a caminhonete vazia". Você sabe quais eram os guardas que estavam na viatura?

Bayer: GM da Silva e GM Pelicilli juntamente com o guarda do local.

Janice: Saber dizer os nomes ou uma forma de localizarmos esses funcionários que teriam feito a retirada destes cabos?

Bayer: Não. Somente o engenheiro responsável que ele que contratou esses rapazes.

Janice: Considerando este relato que houve a entrada destes dois funcionários e a retirada dos cabos e que o carro seguiu em direção ao coopagro e que esta caminhonete estava vazia. Qual teria sido o procedimento adequado da guarda? O que foi tomado pela guarda ou algum procedimento deveria ter sido tomado e não foi?

Bayer: O que foi realizado. Eles não tinham certeza se realmente a caminhonete estava com o material. Retornar



ao Hospital. Foi onde perguntei ao Jesus que era o responsável pelo hospital no momento. Perguntei se ele tinha interesse em fazer o B.O na Delegacia relatando o furto dos cabos.

MULTIMÍDIA UTILIZADO POR JANICE

Janice: A quantidade de cabos apresentada pelo engenheiro da empresa é muito grande e difícil de manipular. Na sua visão, Moises, se aquilo que Nalmir está dizendo procede, como poderíamos explicar isso?

Bayer: Infelizmente não tem explicação mas acredito que deveria haver um controle mais rigoroso de entrada e saída do pessoal. Também no mesmo dia do ocorrido eu questionei o responsável da prefeitura, que era o Jesus, o que eles viviam carregando ali. Ele falou que a empresa tinha autonomia de tirar e trazer coisas para o Hospital. Então diante disso, não sei qual seria a maneira do guarda estar controlando.

Janice: Considerando tudo o que houve. Não teria sido adequado que a própria guarda registrasse o B.O?

Bayer: Não, pois procedimento da guarda em todas as ocorrências em qualquer local público, a gente solicita a presença do responsável do local, informa do ocorrido e ele vai e registra o boletim de ocorrência. Por que vocês chegaram a conclusão que o responsável seria o Douglas sendo que essa obra já havia sido entregue há mais de sessenta dias? Eles já haviam inclusive assinado o termo de entrega definitiva da obra.

Bayer: Em contato com o responsável da obra, Jesus, ele disse que esses funcionários eram dessa empresa e que estariam lá para fazer a manutenção. Foi onde localizamos.

Gabriel: Como Secretário na época, o senhor não deveria ter designado que fosse feito o plano de ação?

Bayer: Realmente deveria haver plano de ação mas 24 anos de instituição e eu tenho 10 anos e meio e não seria eu em 8 meses em final de mandato que faria um plano de ação para estar regularizando todo a situação da guarda. Isso demanda um estudo técnico.

Gabriel: Haveria um servidor preparado então para elaborar esse plano de ação?

Bayer: Não, não precisaria ser um servidor específico. Estando no comando e que queira fazer, faz.

Zóio: Na época que foi supostamente retirado na primeira vez, foi em torno de 150 metros de cabo, é isso?

Bayer: Não posso te afirmar.

Janice: Você saberia estimar o tempo que esse engenheiro Douglas teria ficado no Hospital Regional?

Bayer: Seria o tempo de chegar no local, aguardar o endereço. Fomos com ele na casa, voltou até o hospital e depois falaram que iriam fazer o boletim de ocorrência.

Janice: Seria o tempo suficiente para ele dizer que foram retirados 960 metros de cabos de 240 milímetros divididos em 12 pedaços e 1200 metros de cabos de 185 milímetros divididos em 15 pedaços da obra do hospital regional?

Bayer: Isso aí em um dia é impossível de ter acontecido.

Lodi: Jesus deu autoridade e autonomia para vocês que as pessoas da empresa pudessem entrar e sair no momento que precisassem?

Bayer: Sim, questionei ele via telefone e ele falou que a empresa, quem estava executando o serviço ali, tinha autonomia de entrar e sair com material.

Lodi: Mesmo após a entrega da obra?

Bayer: Mesmo após a entrega da obra.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA CPI (22/08/2018)

1. Depoimento de Evaldo Mensch.

Aos 22 dias do mês de agosto, se apresentou para depor o primeiro convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor Evaldo Mensch. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/jaXErz6ATrk>

Gabriel: Temos o relato que aconteceu no dia 18 de agosto de 2016 um furto no Hospital Regional, dia em que o senhor estava de plantão.

Evaldo: No dia 18 eu trabalhava como segurança no local e entrava das 12 até as 18 horas. Logo ao dar início ao turno percebi o vazamento de um encanamento e após verificar solicitei a guarda municipal que fosse feito um pedido de conserto. Por volta das 14h chegou ao local dois funcionários da Endeal para fazer o conserto. Os levei ao local do problema onde iniciaram a manutenção e retornei para a portaria, onde voltei ao posto de plantonista. Passado um tempo, não havendo mais barulho e os funcionários não retornaram, fui verificar onde estavam. Não estavam mais no local do conserto. Em ronda, subi no segundo piso e encontrei os dois dentro do elevador de manutenção onde passam os cabos de energia. Um segurando alguma coisa e o outro cerrando os cabos. Eles não me viram e retornei para a portaria e liguei para a central da Guarda Municipal. Como não havia ninguém da chefia direta da Guarda, o mais antigo do plantão era o Supervisor Elguer. Após eu relatar, ele enviou uma viatura para a gente fazer o flagrante no Hospital Regional. Fiquei aguardando e após passar algum tempo, provavelmente uns 15 minutos ou mais, não chegava a viatura. Retornei para a ligação para falar diretamente com ele e me comunicou que o Secretário da pasta, naquele momento o GM Bayer, cancelou a viatura por ter conversado com o Engenheiro Jesus que os rapazes da empresa tinham livre acesso para retirar ou colocar qualquer coisa dentro do Hospital Regional. Nesse momento já o pessoal da empresa já havia tirado o caminhão da frente do Hospital e colocado no gerador que fica no fundo. Subi para o piso do Hospital e fiquei observando de algum quarto daqueles e os rapazes



da empresa haviam aberto a saída do gerador e estavam colocando rolos de cabo em cima do caminhão. De início consegui contato com o Secretário. Relatei novamente para ele, expliquei que estava acontecendo um furto e qual seria a posição dele. Ele falou que não tinha o que fazer, que não competência minha e nem da guarda e que a viatura já havia sido cancelada por aquele motivo que ele já tinha dito. Então fiquei ali com as mãos atadas. Certo tempo depois após carregar o caminhão eles foram embora. Após chegou viatura da guarda. Depois chegou o Bayer com mais um GM que não lembro quem. Relatei novamente. Depois chegou engenheiro da empresa que estava em Cascavel trabalhando em uma obra no SENAI. Relatei novamente. Comuniquei ao engenheiro que iria levar ele para o local onde havia sido furtado. Ele falou que não tinha interesse de ver e que os funcionários que estavam lá eram de confiança e que não havia motivo para fazer Boletim de Ocorrência ou qualquer coisa. Então ficou por isso. Eu só relatei no livro. Peguei com o engenheiro o nome dos funcionários que haviam adentrado no local. E acabou ficando dessa forma. Não foi feito B.O para polícia, não foi chamada Polícia porque o Secretário achou que não era necessário, não viu necessidade. Falou que o engenheiro da prefeitura tinha dado livre acesso para eles.

Gabriel: Para deixar claro para a comunidade. O senhor pediu a viatura por duas vezes e o Secretário cancelou a ida da viatura?

Evaldo: Isso. Por duas vezes. Uma que foi pedido para o supervisor e o supervisor liberou pois não tinha ninguém do comando direto. Na metade do caminho foi cancelada a viatura. Depois liguei novamente pois aguardava para fazer o flagrante e foi comunicado que não viria nada e não tinha motivo para fazer uma abordagem ou prisão naquele momento.

Gabriel: Após foi uma viatura que seguiu sentido Coopagro? O que aconteceu?

Evaldo: Como vi que passaram na rua paralela ao Hospital Regional que vai em direção ao Coopagro, falei para os Guardas "Vamos. Um local para despachar aquilo seria o ferro velho. Vamos atrás deles". Então seguimos mas havia passado um tempo e já tinha perdido o flagrante total.

Gabriel: Vocês viram essa caminhonete da Endeal saindo do ferro velho?

Evaldo: Vimos.

Gabriel: E ela saiu vazia?

Evaldo: Vazia. Não tinha como ver, pois, a caminhonete era alta. Eu acredito que estava vazia porque a caçamba era alta e não saímos da viatura pois não havia autorização para fazer nada.

Gabriel: Quando vocês viram esse caminhão saindo do ferro velho, foi chamada a Polícia Militar?

Evaldo: Nada. Voltamos em sentido a o Hospital Regional e aparecerem o Bayer e o engenheiro e fiz o relato novamente.

Gabriel: O senhor viu essa caminhonete saindo com os cabos?

Evaldo: Sim. Vi toda a carga deles. Eles encheram aquele caminhão de cabos grossos.

Gabriel: O senhor disse que viu eles cerrando esses cabos. Eles estavam com que tipo de equipamento para cerrar?

Evaldo: Era uma cerra para cortar ferro.

Gabriel: Manual mesmo?

Evaldo: Manual.

Lodi: Era um caminhão ou caminhonete que estava carregando essa fiação?

Evaldo: Era uma caminhonete emblemada pela Endeal da Hyundai.

Janice: Evaldo, você acabou de dizer que a caminhonete era emblemada. Além do emblema havia outra identificação nesses dois sujeitos que adentraram ao hospital?

Evaldo: Não me recordo.

Janice: Você nos disse que após identificar o vazamento, entrou em contato com a Guarda para que fosse acionado alguém que fizesse o serviço. A partir daí esses dois funcionários chegaram ao Hospital Regional. Você conhece, poderia nos dizer quem chamou essas duas pessoas ao Hospital Regional?

Evaldo: Não sei dizer. Foi comunicada a Guarda e a Guarda entrou em contato, eu acredito, que a com a manutenção da Prefeitura mesmo.

Janice: Quantas vezes você ligou para a Guarda neste intervalo que você percebeu que estava acontecendo? Logo no início que eu verifiquei e depois de alguns minutos eu retornei. Depois eu tive uma ligação com o Secretário, mas não tenho certeza se eu fiz a ligação ou se ele me retornou porque eu tinha pedido várias vezes para o supervisor Elguer para ele me botar em contato com o Bayer porque o celular dele não estava dando.

Janice: Você poderia nos dar estimativa de quanto tempo mais ou menos se passou entre o primeiro telefonema que você deu a Guarda e a chegada das pessoas até o Hospital Regional?

Evaldo: Calculo que mais de meia hora.

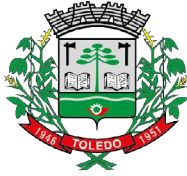
Janice: Você esteve nesse serviço de segurança e vigilância no Hospital Regional durante quanto tempo, Evaldo?

Evaldo: Não tenho certeza pois desde quando a Inviolável não ficou mais responsável, eu fiquei lá. Meu turno era do meio-dia às 18h. Mas acredito que desde que a Prefeitura tomou conta eu estava lá.

Janice: Em todos os horários havia guardas no Hospital Regional?

Evaldo: 24 horas.

Janice: Você sabe se foi registrado B.O relativo a essa situação?



Evaldo: Da Guarda não foi. No dia que eu fui prestar depoimento na Delegacia, eu vi o B.O do engenheiro. Então ele esteve no local no dia, achou que não tinha suspeita sobre os funcionários dele e às 18h40 ele fez um B.O na delegacia colocando até metragem ou peso, detalhes que eu achei estranho ele não querer conferir comigo. Queria mostrar para ele e ele não quis ver e colocou quantidade de fio roubado sem suspeitas.

Janice: A descrição do Boletim de Ocorrência registrado no dia 18 de agosto de 2016 às 18h44 diz o seguinte. "Compareceu o noticiante Engenheiro Civil noticiante o furto de 960 metros de cabos 240 milímetros divididos em 12 pedaços e 1200 metros de cabos 185 milímetros divididos em 15 pedaços da obra do Hospital Regional de Toledo, obra em que a Endeal Engenharia é construtora. Diz que os cabos já estavam instalados na obra, diz que não tem suspeitos.

Janice: Quanto tempo o Engenheiros ficou na obra? Que tipo de verificação o engenheiro fez que daria a ele que daria condições de fazer uma descrição tão detalhada?

Evaldo: Essa foi a questão que fiz a um dos investigadores porque, no momento até o ex-secretário Bayer estava no local, ele não fez perícia nenhuma para verificar isso. Quis mostrar o túnel, quis mostrar as coisas e ele não teve interesse nenhum. O Bayer foi com o engenheiro na obra do SENAI para conversar com os rapazes que tinham vindo ali para fazer a vistoria. O Bayer relatou que os caras da obra não tiraram nada da obra a não ser o entulho para consertar a obra. Ele perguntou também o que eles estavam fazendo no ferro velho. Eles falaram que foram visitar um amigo. O engenheiro deixou por isso. Não fez vistoria. E fui ver que tinha esse B.O detalhado quando fui fazer meu depoimento na delegacia.

MULTIMÍDIA UTILIZADO (RELATOS DOS ENGENHEIROS DA ENDEAL SOBRE CABOS)

Janice: Esse segundo depoimento é do engenheiro Douglas. Ele esteve na obra naquele dia?

Evaldo: Sim.

Janice: Você a caracterização dos cabos e como se apresenta a situação da retirada dos cabos. Qual sua opinião sobre isso?

Evaldo: Fico sem palavras vendo um relatório desse sendo que não teve a perícia. Não foi feita medição sendo que nem quis ver onde foi cerrado.

Lodi: Chegaram às 14h e saíram às 18h?

Evaldo: Não. Saíram meia hora depois.

Lodi: Não estavam uniformizados?

Evaldo: Não lembro.

Lodi: O senhor tinha autorização de algum superior?

Evaldo: Toda vez que no meu turno alguém adentrasse eu relatava, ligava para a central.

Lodi: Antes de eles entrarem?

Evaldo: Sim. Mas eles tinham livre acesso. Eles tinham todas as chaves. Só foram entregues após esse segundo evento. Daí ele entregou uma caixa com essas chaves sem marcação nenhuma.

Lodi: Mas ninguém entrava sem se comunicar com o senhor?

Evaldo: Pela minha porta, não. Mas eles tinham acesso por todas as outras portas.

Lodi: Entrava alguém quando estava lá?

Evaldo: O ambiente é muito grande, mas o ponto de parada mesmo é ali na portaria.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA CPI (22/08/2018)

2. Depoimento de Márcio André Wathier.

Aos 22 dias do mês de agosto, se apresentou para depor o segundo convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor Márcio André Wathier. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/jaXErz6ATRk>

Janice Salvador: Qual foi a sua relação ou participação na obra do Hospital Regional?

Márcio André Wathier: Eu não tive participação nenhuma na obra, eu entrei em outubro de 2015 na prefeitura quando já estava ao todo concluído.

Janice: Qual seu tempo de serviço na prefeitura?

Márcio: Em outubro de 2018 completo três anos.

Janice: Em 8 de novembro de 2017 foi emitido a portaria 529 de 2017 para proceder a auditoria da execução do contrato e aditivos do Hospital Regional, você poderia nos dizer se é conhecedor do que motivou essa instalação?

Márcio: Os motivos que levaram a auditoria eu não posso dizer, eu só fui convocado a participar dela.

Janice: A comissão também confrontou, segundo relatórios lido, projetos técnicos e planilhas de medições dos serviços inicialmente contratados e dos serviços aditados. Houve divergências entre os projetos técnicos e as planilhas de medições e divergências de que natureza?

Márcio: Divergência entre planilha, projeto e obra são inúmeras, o laudo apresentado detalha cada uma delas, as que foram possíveis de serem encontradas. A vistoria que foi feita foi com base no projeto de 2012 atualizado. A vistoria foi feita visualmente, não foi possível fazer uma análise técnica do funcionamento da instalação porque



não estão ligadas ainda.

Janice: No relatório você aponta várias desconformidades e material de baixa qualidade, qual referência você utilizou para avaliação da qualidade?

Márcio: Qualidades inferiores ao projetado ou ao que se encontra em planilha.

Janice: Também no seu relatório você diz sobre a instalação de três grupos de geradores no lugar de dois. Qual seria a justificativa para essa diferença?

Márcio: Não há alteração nenhuma na planilha. Optou-se por colocar três geradores no lugar de dois, essa opção a empresa que solicitou essa alteração para o engenheiro responsável pelos projetos, porque pra se fazer essa troca exige-se toda uma alteração de projetos que teriam que ser feitos em sequência ou antecipadamente à essa troca. A solicitação foi feita e o engenheiro responsável pela obra autorizou essa troca de dois geradores por três, desde que fossem compatíveis com a instalação. Porém, deveriam ser alterados todos os projetos em relação a entrada de energia para compatibilizar com esses três geradores. Essa alteração de projeto deveria ser apresentada à Copel para ela aprovar essa alteração e depois autorização da entrada de energia.

Janice: Em que fase da obra isso tudo poderia ou deveria ter acontecido?

Márcio: Isso pode ser feito à qualquer momento da obra, até a entrega final, não tem uma data específica pra ser feita essa alteração.

Janice: Você também menciona em vários pontos do seu relatório uma incompatibilidade entre o número de itens projetados, planilhados e executados, o que está planilhado foi efetivamente pago?

Márcio: Até onde foi me passado, todos os itens da planilha foram pagos 100%. Não tenho conhecimento de nenhuma glosa, apenas alguns aditivos.

Janice: Em relação a essa situação geral de itens que deveriam ter sido executados em uma determinada quantidade e foram executados em outra, alterações que aconteceram, materiais de qualidade inferior, de modo geral, quais podem ser as consequências disso para o Hospital Regional?

Márcio: Cada alteração tem sua consequência, o maior problema é o dimensionamento dos materiais, os cabos por exemplo, foram colocados um dimensionamento para esses cabos pra conduzir uma capacidade de energia e evitar uma queda-tensão, colocando-se cabos inferiores eu tenho uma menor capacidade de condução de energia elétrica, o que pode não ser suficiente para a alimentação de alguns equipamentos. E o dimensionamento inferior também provoca a queda de tensões maiores podendo prejudicar o equipamento em si, o dimensionamento maior que o necessário é feito justamente pra evitar essa queda de tensão.

Janice: Em dado momento do seu relatório você diz: “dos três painéis pagos, apenas dois estão instalados”, esse terceiro, não foi instalado ou haveria a possibilidade dele ter sido retirado?

Márcio: Se foi colocado no local e retirado depois, não posso dizer, mas tudo indica que ele nunca foi instalado.

Janice: Você também diz em determinado momento: “não foram passados todos os cabos”, tem-se a certeza de que não foram passados ou poderiam ter sido passados e foram retirados?

Márcio: O hospital tem três painéis principais, um pra cada pavimento, o painel do primeiro e segundo pavimento é visível, foram passados os cabos, não sei se em sua totalidade como deveria ter sido feito, mas foram passados e estão lá os cabos cortados, que foram roubados ou retirados, enfim. O painel do terceiro andar tem indícios de que nunca foram instalados.

Janice: Você também diz em dado momento: “circuitos que não respeitam o diâmetro dos cabos, pontos de tomada sem fiação, agrupamentos de circuitos para facilitar as instalações e reduzir custos”. Além dos custos, que outros prejuízos pode se ter no Hospital Regional em razão disso?

Márcio: Essa parte refere-se aos circuitos terminais, essa parte, como o próprio laudo diz, não foi possível verificar, pois está dentro de paredes, por cima do forro que é fechado por inteiro, locais sem acesso. Nos painéis individuais de cada sala visualiza-se que o painel foi construído de acordo com o projeto, quando abre-se vê que não há saída de circuitos em todos os disjuntores, e sim agrupamentos. Todas as luminárias são alimentadas por energia, então essa energia vem de algum lugar, só que ela não está vindo do ponto inicial que deveria estar saindo, ou seja, está derivando de outros pontos?

Janice: Esses agrupamentos podem tornar esses pontos mais sensíveis?

Márcio: Pode tornar mais sensível mas não tem como avaliar se vai ser funcional ou não funcional, só ligando a energia e fazendo uma análise do projeto, quem pode dizer isso é o pessoal que projetou a parte elétrica.

Janice: Você também diz sobre a tensão de alimentação, que é de 127volts à 220volts, e deveria ser do 220volts à 380volts. Qual seria a origem desta diferença?

Márcio: As instalações são 220volts à 380volts, essa é a diferença. As lâmpadas compradas que não são compatíveis com a instalações.

Ademar Dorfschmidt: Qual é a data do projeto que foi pego para fazer a auditoria do Hospital Regional?

Márcio: O projeto atualizado de novembro de 2012.

Ademar: Quem atualizou esse projeto?

Márcio: O projeto que eu tenho de 2012 é do engenheiro Cavalari.

Ademar: Houve alguma alteração nesse projeto?

Márcio: É o projeto atualizado de 2012.

Ademar: Então não foi o projeto licitado?



Márcio: Até onde sei, não.

Ademar: Em algum momento o Sr. procurou o fiscal de obra para retirar alguma informação a respeito da auditoria feita no Hospital Regional?

Márcio: Tive conversas com ele, mas não diretamente relacionadas à vistoria. O que eu fui designado a fazer foi comparar os projetos e planilhas com as situações do hospital.

Ademar: Após essa vistoria toda foi entrado em contato com o fiscal da obra?

Márcio: De forma nenhuma. Quem precisa fazer a justificativa, os apontamentos são os envolvidos com a obra, eu não tive envolvimento com a obra, apenas fiz a fiscalização.

Ademar: Porque será que eles não ouviram o fiscal e fizeram a auditoria?

Márcio: Não compete a mim te dizer.

Ademar: Conforme relato que temos aqui, a auditoria consta irregularidades de um milhão e seiscentos mil reais na construção, referentes a parte elétrica e os demais serviços estruturais, das irregularidades da parte elétrica, quatrocentos e oitenta e quatro mil foram pagos e não executados. Cite pra mim de que forma foi levantado esse número de quatrocentos e oitenta e quatro mil e quais partes elétricas foram pagas e não executadas.

Márcio: As partes elétricas não executadas e pagas estão descritas no laudo, item por item na planilha orçamentária.

Janice: O relatório de que o Márcio fala consta no processo das páginas 43 à 46.

Ademar: Se existe um disjuntor de vinte reais, três seriam sessenta reais, compro dois de trinta, nós glosamos ou equiparamos o valor?

Márcio: Tem que ser feita alteração de planilha, você não pode simplesmente substituir um item por outro.

Ademar: E vocês pegaram todas as alterações de planilha pra fazer a auditoria?

Márcio: Foi feita baseada em um projeto me entregue e em uma planilha me entregue. Cabe à empresa e ao executor da obra se justificarem perante aos apontamentos.

Ademar: Vocês fizeram um apontamento em relação às placas do filtro solar, disseram que foram pagas e não instaladas, o Sr. assinou, correto?

Márcio: Essa parte é do engenheiro civil, não cabe a mim.

Ademar: "Falta de diversos cabos, painéis, quadros elétricos, disjuntores, postes, que foram pagos", o que é diversos cabos em oito mil metros de construção?

Márcio: No laudo eu aponto e detalho item por item.

Ademar: O Sr. fala que houve furto de fios e aqui diz que não foram instalados, você fez alguma perícia para detectar isso?

Márcio: Não, no laudo onde há evidencia de furto, está lá descrito "não se encontra no local e há evidencia de furto", está assim descrito no laudo.

Ademar: Foram suposições?

Márcio: Não é suposição, está escrito evidencia de furto, indícios.

Ademar: Temos também irregularidades dos demais serviços, cinquenta mil foram pagos e não executados, temos aqui sobre a cabine de medição que foi avaliada e reprovada pela Copel devido as inúmeras desconformidades e material de baixa qualidade. O que o Sr. diz que é material de baixa qualidade?

Márcio: Em relação a cabine de transformação e geração eu coloquei no laudo que aqueles apontamentos são uma descrição do laudo apresentado pelo engenheiro responsável pelo projeto que fiscalizou o local. É uma transcrição do relatório dele entregue.

Ademar: Qual dos quatro projetos o Sr. usou pra fazer essa transcrição?

Márcio: Uma transcrição é o que ele escreveu e eu só recoloquei lá, ele fez aquilo lá.

Ademar: Nós temos quatro projetos da parte elétrica, qual deles foi usado?

Márcio: 2012.

Ademar: O que foi feito em 2016 vocês não chegaram a ver?

Márcio: Não.

Ademar: Não é possível fazer o aterramento da cabine de geração sem quebrar a calçada?

Márcio: Pra fazer isso precisa retirar a calçada e depois recolocar de novo.

Ademar: Quantos metros quadrados de calçada precisa-se retirar para fazer isso?

Márcio: Não tem como fazer uma suposição.

Ademar: "Material instalado tem espessura e diâmetro diferente do material pago e muitos outros apresentam qualidade muito inferior da contratada paga". Como o Sr. constatou que é um material de baixa qualidade?

Márcio: Qualidade inferior ao licitado.

Ademar: Esses equipamentos que foram colocados não tiveram a liberação do Inmetro?

Márcio: Qualidade baixa não significa que não é regulamentado. O Inmetro determina apenas as especificações mínimas que um produto deve ter pra ser aceito no mercado.

Ademar: O que significa "todas as lâmpadas são 127volts e o hospital tem a tensão de 220volts à 380volts?"

Márcio: Significa que uma lâmpada de 127volts não vai funcionar na tensão de 220volts, se ligar, vai funcionar com uma luminosidade muito baixa, e as lâmpadas compactas não possuem a opção de trocar a tensão dela.

Ademar: "As portas das enfermarias tem dimensão inferior às do projeto e precisam ser refeitas", o Sr. acompanhou essa situação com o engenheiro que estava com você na auditoria?

Márcio: Eu não acompanhei a vistoria da parte civil, somente da parte elétrica.



Ademar: Para a instalação do ar condicionado central as áreas críticas será necessário quebrar o forro de gesso e refazer posteriormente. Qual é o projeto elétrico que o Sr. estava em mãos em relação ao ar condicionado.

Márcio: Para fazer a instalação de um ar condicionado, uma saída de duto eu preciso fazer o corte no gesso.

Ademar: Qual é o projeto do ar condicionado que o Sr. estava em mãos na hora de fazer a auditoria?

Márcio: Não tem um projeto específico de ar condicionado.

Ademar: “As conclusões das instalações elétricas apontam que a obra ignorou completamente os projetos e que não é possível garantir a segurança dos equipamentos e dos pacientes”.

Márcio: Sim.

Ademar: Qual o projeto?

Márcio: Projeto de 2012.

Ademar: Nos quatrocentos e oitenta e quatro mil reais, esse levantamento foi feito entre fios, disjuntores e o que mais o Sr. poderia nos apontar?

Márcio: É uma quantidade muito grande de itens e não é quatrocentos e oitenta e quatro mil reais de baixa qualidade, mas sim, praticamente totalidade de qualidade inferior ao encontrado na planilha, são situações diferentes.

Ademar: Se tratando dos seiscentos e dezoito mil reais, foram pagos mas executados em desconformidade. Quais seriam as desconformidades que somam o montante?

Márcio: Há inúmeras apontadas no laudo. Um exemplo são as instalações da tubulação subterrânea para a iluminação externa, no projeto ele pede uma tubulação de uma polegada e meia e uma polegada e um quarto, a planilha também está pagando esse material, e no local ele colocou tubulação de três quartos, uma espessura bem inferior à instalada. Existe a tubulação e existe a instalação, mas ela está em desconformidade com o projeto, não está adequada pro local que foi colocada.

Ademar: Antes de enviar pro tribunal de contas o projeto não deveria ter-se consultado o fiscal da obra?

Márcio: A opinião dele é válida.

Ademar: Se as placas solares estiverem em cima do hospital nesse período de dois anos e meio, elas estariam aptas a funcionamento ainda?

Márcio: Não compete a mim te responder isso.

Ademar: Sobre as cabines de medição, diz-se que parte de seus materiais não foram autorizados pela Copel, qual deles não foi autorizado pela Copel?

Márcio: Isso é uma descrição do laudo do engenheiro Cavaleri, não cabe a mim te responder.

Ademar: Instalações dos painéis com disjuntores geral antes do quadro de transferência da GMC, está em inconformidade, o que seria isso?

Márcio: Isso não é uma descrição minha, é do engenheiro Cavaleri.

Janice: Ainda que haja incompatibilidade entre o projeto e o que foi executado, o que está na planilha foi o que foi pago?

Márcio: Até onde sei na planilha que me entregaram foram os valores pagos.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA CPI (22/08/2018)

3. Depoimento de Maísa Carmen Kuhn Fazzolari.

Aos 22 dias do mês de agosto, se apresentou para depor a terceira convocada junto da CPI 001/2018, a Senhora Maísa Carmen Kuhn Fazzolari. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/jaXErz6ATrk>

Gabriel Baierle: Quais períodos a Sra. foi secretária do Município?

Maísa Carmen Kuhn Fazzolari: Estive na gestão de 2005 até 2011, intercalando entre alguns setores.

Gabriel: Então em 2012 quando foi licitado a Sra. não era secretária?

Maísa: Não, a minha exoneração foi em outubro de 2011.

Gabriel: No dia 07 de março de 2017 foi feita uma vistoria em loco no Hospital Regional, qual era a situação dele naquele momento?

Maísa: Nosso objetivo era equipar o hospital para abri-lo, mas nós fomos verificando que na edificação existiam algumas pendencias, algo ainda para ser realizado para que possibilitasse a abertura efetiva do hospital, na edificação, então fomos verificando que algumas coisas ainda não estavam à contento. Enfim, tinham algumas pendencias técnicas para possibilitar a abertura. Verificamos que a edificação ainda não estava 100%, por isso que foi feita a intervenção dos técnicos.

Gabriel: O Engenheiro Nalmir, da Endeal, quando esteve aqui fez uma série de afirmações de que todos os projetos estavam errados, uma série de afirmações, enfim, esse tempo que a Sra. esteve como secretária, quais são os projetos realmente existentes?

Maísa: O projeto original é de 2002, esse projeto quando existiu a probabilidade de execução, do recurso, nós fizemos uma contratação da própria empresa que elaborou esses projetos, é uma empresa especializada pra que ela fizesse a atualização de todos esses projetos, então foi feito um processo, se não me falha a memória foi uma dispensa porque tinha que ser a mesma empresa que fez a atualização de todos esses processos, não me recordo o ano agora. Mas foi utilizado esse projeto pra poder encaminhar a obra.



Janice Salvador: Quando de um edital para uma obra, quais são os documentos que compõem o edital e que são fornecidos às empresas que pretendem concorrer nesse certame?

Maísa: Além do próprio edital, compõem todos os projetos, no caso do Hospital Regional é uma série de projetos técnicos, a planilha orçamentaria utilizada como referência para composição do custo da obra e os memoriais descritivos.

Janice: Para que a empresa, a partir do valor proposto possa pensar, propor valores, ela certamente vai fazer um estudo cuidadoso de todas as peças fornecidas.

Maísa: Sim, até em muitos editais consta que a empresa, ela declara que teve acesso à tudo isso e que tem pleno conhecimento de qual é o objeto daquele contrato.

Janice: E caso neste processo a empresa identifique incompatibilidades, muito acentuadas ou acentuadas ou incompatibilidades de qualquer ordem, entre todos esses projetos que compõem o processo, quais são as atitudes possíveis para a empresa que pretende integrar?

Maísa: Esta até previsto em lei, se for verificada alguma incompatibilidades de projeto, a empresa deve comunicar, formalizar isso à fiscalização. É possível de fazer uma readequação, tudo isso documentado, se necessário uma reprogramação de obra isso deve ser feito durante o processo de execução. Mas aí o projetista precisa ser comunicado para que faça as readequações, e que isso fique registrado no processo da contratação da obra, e se for feito uma reprogramação, que esta fique registrada.

Janice: A Sra. tem conhecimento de que tenha havido algum registro nesse sentido por ocasião da licitação da obra do Hospital Regional?

Maísa: Não saberia lhe responder se durante o processo, eu não participei, então não sei lhe responder se existe isso registrado.

Janice: Em situações em que sejam incompatibilidades acentuadas, que essa reprogramação seja inviável, quais seriam as medidas possíveis em uma situação como essa?

Maísa: Seria uma resposta jurídica. Mas acredito eu, que se o objeto da obra for muito distante do objeto inicial, deve-se cancelar o processo e iniciar novamente.

Janice: Em relação ao projeto principal e os complementares, havia alguma dificuldade nesse sentido?

Maísa: Não sei.

Ademar Dorfschmidt: Quando foi feita a readequação dos projetos e por quem foi feito?

Maísa: Foi feito pela empresa, se não me falha a memória, "Pró Saúde" o nome da empresa, foi feito uma readequação pela empresa que originou todos esses projetos.

Ademar: Em que período foi isso?

Maísa: Não sei.

Ademar: Você estava na secretaria na época ainda?

Maísa: Estava.

Ademar: Então foi antes de 2012?

Maísa: Não sei exatamente a data.

Ademar: A sua exoneração foi em que período?

Maísa: 2011, outubro ou novembro, não me recordo.

Ademar: E a readequação foi feita antes desse período?

Maísa: Foi nesse período, eu não sei precisar exatamente as datas.

Ademar: Foi mandado para licitação o projeto arquitetônico certo, e os demais projetos, porque foram diferentes?

Maísa: Eu não participei do processo licitatório.

Ademar: Qual foi a empresa vencedora da licitação dos projetos?

Maísa: Eu não vou lhe responder porque eu não tenho as informações, não tenho acesso aqui, agora.

Ademar: A readequação do projeto foi feita após a licitação ou antes?

Maísa: Foi feito antes, todas elas.

Ademar: Em que mês foi proposta a auditoria no Hospital Regional?

Maísa: Em outubro ou novembro de 2017, que é a data da portaria.

Ademar: Teria alguma explicação dessa espera de dez, onze meses para fazer auditoria, e neste período foi anunciado inclusive a abertura do Hospital Regional, não aconteceu a abertura e foi proposta a auditoria. Por que será que demorou tanto a abertura da auditoria, ou seja, onze meses do atual governo?

Maísa: Diante da necessidade, nós só tínhamos, falando como técnica, sou engenheira civil, nos foi repassada a demanda de levantar o que era necessário para que então a equipe da Secretaria de Saúde pudesse deixar o hospital funcionando, são cruzamentos de informações. Então assim, em março, abril, sabíamos que tinha algum probleminha, mas nada assim muito grave, mas aí fomos adentrando e verificamos que a Copel nunca tinha feito uma vistoria, aí ela foi chamada, também foi verificado que a Sanepar também não tinha feito verificação de água e esgoto, eles foram lá e verificaram pendências, a Copel da mesma forma, bombeiros também nunca tinham sido convocados. Então, todos esses órgãos envolvidos foram chamados em 2017, porque nós não sabíamos, verificamos muitas inconformidades. Pro município deixar a edificação funcionando, teria que contratar empresas, com recurso próprio, novamente pra adequar. Montamos uma auditoria, com vários técnicos, e a metodologia foi basicamente pegar a última planilha de medição, item a item e verificar. O único objetivo da auditoria é realmente



levantar o que é necessário para que o hospital funcione e precisamos saber o que já foi pago.

Ademar: A questão das placas solares, que diz na auditoria que foi pago e não colocado. Você tem conhecimento que a empresa diz que elas podem ser instaladas a qualquer momento e que só não foram por precaução?

Maísa: Não tenho conhecimento.

Ademar: Mas está documentado no processo.

Maísa: Eu só acompanhei a auditoria, não participei tecnicamente.

Ademar: Você sabe se o fiscal da obra foi procurado para esclarecimento de algumas dúvidas em relação a auditoria?

Maísa: Não sei.

Ademar: Você acha que deveria ter contatado ele pra tirar algumas dúvidas?

Maísa: Talvez, não sei, teria que perguntar pra própria comissão.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA CPI (29/08/2018)

1. Depoimento de Vagner Fernandes Quinquilo.

Aos 29 dias do mês de agosto, se apresentou para depor o primeiro convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor Vagner Fernandes Quinquilo. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/dHpyrYBgHTk>

Janice Salvador: Qual foi sua relação com o Hospital Regional no período de 2012 a 2018?

Vagner Fernandes Quinquilo: Tive contato com o Hospital Regional a partir da auditoria.

Janice: Qual seu tempo de serviço no Município?

Vagner: Desde 2013 sou servidor municipal.

Janice: Você poderia nos dizer qual foi a metodologia de trabalho que vocês utilizaram na Comissão de Auditoria?

Vagner: Basicamente foi confrontar projeto, planilha e o que foi executado.

Janice: Analisando o relatório que a comissão produziu, com a sua participação como componente, o relatório traz uma série de desconformidades. O que diz respeito as relações quanto a engenharia, essas desconformidades somariam um valor de cerca de quinhentos e vinte e nove mil quinhentos e doze reais e treze centavos. E temos em relação a parte elétrica, segundo o próprio relatório levanta, sob o levantamento visual identifica-se 30% dos materiais que não teriam sido aplicados ou instalados de forma irregular. Mesmo você sendo engenheiro civil, acompanhou toda esta vistoria, acompanhou todo este trabalho, acompanhou portanto também o trabalho feito pelo engenheiro elétrico?

Vagner: O engenheiro eletricitista teve autonomia, ele conduziu o processo na parte da instalação elétrica, nós como engenheiros civis cuidamos dos demais serviços, como está descrito no relatório.

Janice: Na planilha como um todo do relatório, você diz há itens não instalados, itens executados parcialmente, e há uma terceira categoria de itens não localizados. Você poderia nos explicar o que são esses itens não localizados?

Vagner: Os itens não localizados estavam no projeto mas não foram localizados na obra.

Janice: Também consta que deveriam ser instalados setenta coletores solares, o que dá um total de mais de quarenta e oito mil, mas na planilha diz que esses coletores não foram instalados, há alguma justificativa?

Vagner: Não encontramos.

Janice: Salvo engano, existem nas obras o que chamam de diário de obras. Você tomou contato com o diário de obras do Hospital Regional?

Vagner: Sim, avaliamos o diário de obras.

Janice: Nesse diário de obras há alguma referência à estes coletores?

Vagner: Indica que estão sendo instalados.

Janice: Então no diário de obras indica que estão sendo instalados mas na vistoria não há instalação?

Vagner: Não há instalação. Trouxe uma cópia caso queiram anexar no processo.

Janice: Em relação aos cabos elétricos, há uma preocupação aos supostos furtos de cabos elétricos havidos no Hospital Regional, neste período de vistoria, você em particular percebeu algum indicio de retirada desses cabos?

Vagner: A parte elétrica cabe ao engenheiro eletricitista, nesse caso, não sei responder.

Janice: Você sabe da existência de algum adendo ou de algum documento ou de alguma carta direcionada à Secretaria de Planejamento que indique alguma explicação acerca da não instalação das placas solares?

Vagner: Formalmente não encontramos nenhum documento.

Janice: O relatório técnico aponta itens não instalados, executados parcialmente ou não localizados, não deveria o fiscal da obra de alguma maneira ter identificado algumas dessas questões e ter se manifestado?

Vagner: Deveria constar no diário de obras.

Janice: Não seria de se esperar um tempo menor entre o término de vigência do contrato e a assinatura do termo de recebimento definitivo de obra?

Vagner: Não sei lhe responder.

Janice: Nós temos um boletim de ocorrência de cinquenta e oito dias após o recebimento da obra, de um suposto furto ocorrido no Hospital Regional. Este procedimento de a empresa estar ligada a obra depois da assinatura do termo de recebimento de obra, é normal?



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 88

Vagner: Não sei lhe responder.

Janice: Sobre o acabamento geral da obra ser dito como de má qualidade, as observações feitas em cima disso, pode-se entender que aponta falhas na fiscalização da obra?

Vagner: Provavelmente.

Janice: Você tomou contato com alguma solicitação de vistoria para a Sanepar, Corpo de Bombeiros anteriores às datas das notificações de 21 de junho de 2017 e 29 de maio de 2017?

Vagner: Não.

Ademar Dorfschmidt: Qual função o Sr. ocupa atualmente no Município?

Vagner: Engenheiro Civil.

Ademar: Quais as funções o Sr. ocupou no Município?

Vagner: De 2013 à 2014 ou 2015 eu trabalhei na aprovação de projetos, e em 2015 em diante eu trabalhei na secretaria de planejamento, no setor de projetos de engenharia. Sempre como servidor e atualmente cargo de diretor de orçamentos, mas já pedi a exoneração devido a incompatibilidade de horários.

Ademar: Nesse período na prefeitura, desempenhou em algum momento o cargo de fiscal de obras?

Vagner: Em nenhum momento.

Ademar: Quando ocorre ou identifica-se o problema em uma obra, a quem é comunicado?

Vagner: Ao fiscal.

Ademar: De que forma é feito esse procedimento?

Vagner: Via ofício.

Ademar: Não lhe soa estranho dos eventuais problemas apontados virem a se tornar público depois de um ano e meio?

Vagner: É o que estamos apurando.

Ademar: Qual foi sua função, sua responsabilidade neste levantamento/relatório, o Sr. foi encarregado de verificar o que?

Vagner: Juntamente com outro engenheiro civil, os itens designados na planilha com os demais serviços.

Ademar: Quais demais serviços?

Vagner: Diversos serviços. Por exemplo, paredes e painéis, coberturas, revestimentos, pisos, instalações, serviços complementares, exemplos.

Ademar: Sobre as portas com metragem incorreta, você tem ideia quantas portas tem no hospital?

Vagner: Não sei responder.

Ademar: Quantas portas foram detectadas no teu relatório que estão em desconformidade com o projeto?

Vagner: Provavelmente cinco portas em metros quadrados, não há como dizer com precisão quantas unidades.

Ademar: Saberá me dizer em quais projetos se basearam pra fazer essa auditoria?

Vagner: Nos licitados.

Ademar: De 2002?

Vagner: Nos mais recentes. A data não sei lhe precisar, mas foi no último.

Ademar: Houve adequação dos projetos durante a execução da obra?

Vagner: As planilhas foram adequadas até pelo aditivo, ele vai adequando o projeto durante a obra também.

Ademar: Após a identificação dos problemas encontrados que vocês enviaram o relatório. Havia um coordenador dessa auditoria?

Vagner: Não foi designado um coordenador, os quatro membros da auditoria, cada um assumiu sua responsabilidade perante a auditoria.

Ademar: A parte dos painéis solares cabe a que engenheiro?

Vagner: Na nossa planilha, demais serviços.

Ademar: Quem seria o engenheiro responsável por esse setor?

Vagner: Engenheiro electricista.

Ademar: Quando estavam realizando esta auditoria, entraram em contato com o fiscal da obra para pedir o esclarecimento de algo?

Vagner: Não. Nós levantamos as desconformidades para com a administração, a administração vai ter o diálogo com o fiscal e com a empresa.

Ademar: Em algum momento essa equipe que realizou a vistoria contactou com a empresa construtora da obra?

Vagner: Em nenhum momento.

Janice: Qual é o procedimento a ser adotado pela empresa ao participar de um processo licitatório, ser homologada como vencedora do processo, e identificar incompatibilidade entre os processos que foram apresentados para a execução da obra?

Vagner: Comunicar ao fiscal.

Janice: Há algum registro de que o fiscal tenha sido oficiado em relação a incompatibilidade dos projetos?

Vagner: Não localizamos estes documentos.

Janice: O que consta das planilhas deveria ser o que foi efetivamente pago a empresa?

Vagner: Sim.

Janice: Se na planilha existem itens não localizados, não executados, a empresa recebeu por serviços não



realizados?

Vagner: É o que indica.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA CPI (29/08/2018)

2. Depoimento de Leandro Marcelo Ludvig.

Aos 29 dias do mês de agosto, se apresentou para depor o segundo convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor Leandro Marcelo Ludvig. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/dHpyrYBgHTk>

Janice: Qual é a sua relação com o Hospital Regional?

Leandro: A minha relação com o hospital regional é através dessa auditoria que antes eu só tinha conhecimento da obra em si. Eu não participei, por exemplo, da época da questão, porque eu trabalhei quando eu entrei no departamento de compras e na época eu tive contato apenas com a emissão dos empenhos pelo trâmite interno do município onde passa para a gente encaminhar para a empresa ou para a secretaria o empenho para a construção. Esse foi o meu contato na época da construção e agora com a auditoria que eu fiz parte ali dos trabalhos.

Janice: Há quanto tempo você é servidor público, Leandro?

Leandro: Eu entrei em 4 de junho de 2012.

Janice: Você poderia relatar para a gente nesses cinco minutos que você tem qual foi a metodologia de trabalho que vocês utilizaram na comissão?

Leandro: A gente se reuniu, e eu como estava na época na contabilidade, setor financeiro, apenas apresentei os dados das planilhas que foram junto com a nota de pagamento que vai a planilha e a descrição dos itens do que foi efetuado, o que foi construído, para comparar a questão de valor é o valor da nota o valor a ser pago conforme foi informado na planilha de pagamento e os meninos eles fizeram a parte mais prática de fiscalização porque a minha atribuição como o analista eu estava na parte financeira seria mais essa parte do pagamento em si. Você como sendo da parte financeira, quando recebem essas planilhas, os pagamentos são feitos com base nas planilhas encaminhadas ao setor competente?

Leandro: Isso mesmo. Vem todo um rol de documentos, vem a nota fiscal, vem a planilha assinada, pelo engenheiro da empresa, pelo engenheiro do município que lá tem toda a relação do que foi feito, realizado naquela medição conforme o que os dois acompanhem, vem as fotos das medições, vem também mais a documentação dos funcionários da empresa e mais um outro rol de documentos por exemplo certidões e recibos de pagamentos de funcionários.

Janice: Vocês também recebem o diário de obras correspondente àquele período da medição contemplada na planilha?

Leandro: É recebido também o diário de obras onde que é descrito as atividades exercidas e esse diário de obras é todo dia, por exemplo, dia 1º de dezembro em junho o que foi efetuado naquele dia, geralmente por exemplo até menciona questões das condições climáticas do dia. Tudo isso é informado.

Janice: Com base nesta planilha, vem a nota fiscal. A nota fiscal contempla valores fechados na planilha?

Leandro: Isso mesmo.

Janice: A planilha, apenas para que fique bem claro, vem assinada por quem?

Leandro: A planilha vem assinada pelo engenheiro da obra, pelo gênero fiscal e pelo engenheiro da empresa e, salvo engano, acho que pelo secretário também. Deixe só confirmar. Não, é ambos engenheiros. Após a nota fiscal é assinado pelo secretário da pasta.

Janice: A comissão foi composta por engenheiros civis, engenheiro eletricitista e você. O técnico mais relacionado à questão mesmo dos processos de empenho de pagamento e tudo mais. Na prática, na vistoria in loco você acompanhou os engenheiros também em algumas situações, em todas as situações, ou qual foi o seu papel neste momento?

Leandro: Na auditoria em si eu fiz só o trabalho de verificar a questão das planilhas apresentadas, se compatíveis com o que foi realizado o porque a gente tem tudo arquivado ao longo dos anos, a gente arquivar todos os pagamentos e acompanha sempre essas planilhas. Esse foi o meu trabalho. Eu não fui no local das obras porque eu não tenho capacidade de diferenciar por exemplo se o material que foi contratado é conforme está na planilha. Essa não é a minha atribuição porque isso é o fiscal de execução do contrato que tem que atestar que aquilo que está sendo pago é o que foi executado. Eu também não teria condições de na fiscalização dizer se aquele material era compatível ou não, isso não posso informar.

Janice: Obrigada.

Ademar: Eu fazer uma pergunta bem tendenciosa. O senhor leu todo o processo antes de assiná-lo?

Leandro: Li e inclusive participei das reuniões prévias antes da fiscalização e li o documento na hora da assinatura.

Ademar: Reuniões com quem?

Leandro: Com a equipe da Auditoria.

Ademar: Fora a equipe da Auditoria quem participou das reuniões?



Leandro: Participou inclusive a secretária de planejamento e a equipe de Auditoria.
Ademar: Onde eram feitas as reuniões?
Leandro: Na Secretaria de Planejamento.
Ademar: Em nenhum momento foi feito no gabinete do Prefeito?
Leandro: No gabinete do Prefeito não participei de nenhuma. Se teve, não fui convidado. Foi na secretaria de Planejamento.
Ademar: O senhor ficou sabendo que teve?
Leandro: Não.
Ademar: Em nenhum momento o senhor ficou sabendo que teve reuniões?
Leandro: Nessa eu não fui convocado.
Ademar: O senhor sabe mas não foi convocado?
Leandro: Eu não sei se teve e não recebi convite.
Ademar: É que o engenheiro Márcio quando pedi algumas questões em relação ao relatório que foi feito pela auditoria, falou que não lembrava porque não leu todo. O senhor leu antes de assinar tudo isso?
Leandro: Sim porque eu fui chamado, eu participei do processo em si até a questão das planilhas, na equipe contábil nós que fornecemos as planilhas dos pagamentos e como membro da equipe li sim.
Ademar: E o senhor participou das averiguações in loco lá no hospital regional?
Leandro: Como eu disse antes não participei porque entendo que não cabe a mim ir lá verificar se esse cabo um é aquele cabo, entendeu? Eu sou da parte financeira e na época estava na parte financeira da contabilidade então a minha questão é com relação ao pagamento em si e o que eu poderia verificar. Essas in loco para ser sincero não entendo que cabo que é o que foi feito que não foi feito e na época, como por exemplo, em outras obras que a gente efetivou o pagamento se o engenheiro assinou, atestou que aquela obra foi executada e sim a gente encaminhava para pagamento. Mas por exemplo eu não tenho conhecimento dessa área eu sou o analista em administração então também não fui participar desse in loco.
Ademar: Será que não há uma controvérsia então nessa situação? Veja bem se pegarmos os documentos, ofício número 67 de 2018 e a portaria 529 de 2017 que designou comissão vem todo o relatório de questões de possíveis irregularidades no hospital como por exemplo a falta de fio. O senhor atestou isso também o senhor foi in loco, será que não há uma controvérsia na assinatura? Será que não deveriam ter talvez tirado a sua assinatura daqui porque o senhor está atestando algo que o senhor não viu in loco?
Leandro: Só para deixar bem claro que como eu, por exemplo, não consigo relacionar um projeto elétrico com o efetivo do que lá está, então isso não cabe a mim porque minha atribuição nessa auditoria foi verificar a questão financeira. Até por exemplo forneci documentos conforme consta no arquivo contábil e essa foi minha atribuição e o que eu posso te dizer é isso, mas com relação à parte por exemplo a parte física entendo que não cabe a mim te dizer. Confio muito no trabalho dos demais até porque eles têm uma graduação, tem todo um estudo que embasa então eu não posso te dizer que não foi feito isso, entendeu?
Ademar: Eu também confio muito nos profissionais, a gente não duvida em nenhum momento dos profissionais, tanto é que são pessoas formadas e concursados mas eu digo, essa CPI ela é diferente das demais que eu participei e já foram várias, porque a gente fica sabendo através de terceiros de que ocorre então me parece que o engenheiro Márcio sofreu uma pressão muito grande nesses dias aqui ao anteceder a vinda para cá para fazer o depoimento tanto é que era nítido o nervosismo dele porque ele falou nos corredores "olha eu assinei o que eu não li" e ele repetiu aqui. Se ele assinou o que não leu e o senhor está como quem assinou a conclusão que diz o seguinte "os levantamentos apontam o valor de um milhão seiscentos e trinta e dois mil, sendo instalações elétricas no total de um milhão cento e três mil sendo 484 mil não executados, 618 mil em desconformidade, demais serviços totalizando 529 mil sendo 250 mil não executados e 279 mil em desconformidade muitas das inconformidades implica em questões elétricas porém grande maioria em especial, estética, mas a maioria em questão elétrica. Não é possível mensurar os danos agregados à toda a este levantamento" e o senhor assinou. Começa a chamar a atenção a questão da auditoria e não aqui duvidando do senhor. O senhor apresentou planilhas e assinou aqui este documento que atesta e prova o que o senhor não viu. O senhor está se baseando no que o seu colega falou. De quatro na auditoria um leu e assinou, em tese, sob pressão conforme os corredores e que a gente está buscando este levantamento. O senhor relatou que hoje faz a função de servidor e analista de administração e planejamento. Não sei nem porque compôs essa equipe técnica de vistoria. Não foi lhe oferecido um procurador para acompanhar?
Leandro: Eu não vejo necessidade porque o meu trabalho eu tenho bem consciência do que fiz, a parte do que eu fiz nessa auditoria e eu não via necessidade de ter ninguém para me ajudar e com relação a oferecer ninguém me ofereceu ajuda de orientação jurídica nem nada.
Ademar: O senhor é engenheiro?
Leandro: Não. Eu sou formado em administração e meu cargo do concurso de analista em administração que daí precisa ter a formação nessa área.
Ademar: Para eu compreender. Você não foi in loco no hospital regional. Forneceu alguns documentos. A tua assinatura consta atestando todas as irregularidades. Nós tivemos oitiva com um engenheiro que o sindicato veio no momento lhe deu suporte necessário em questão de procurador e logo durante a oitiva todos os servidores



do planejamento vieram aqui dar um apoio a ele. Hoje nós tivemos a oitiva de outro engenheiro que veio com a procuradora e com a equipe técnica dando suporte. Agora o senhor com respeito e veio sozinho e não vejo nenhum dos colegas servidores lhe dando apoio novamente. Me chama a atenção tudo isso que eu estou ouvindo nos corredores e parece que está havendo uma pressão em cima de dois ou três que fizeram esta auditoria e se denotou agora porque que será que o servidor já veio hoje com a procuradora porque essa semana passada fui mais duro? Eu vou ser duro quando necessário for. Porque eu fiz algumas perguntas quando eu citei 480 mil reais que foram pagos e não colocado pedi um e não conseguiu responder e depois ele diz aqui que ele não leu o relatório e o senhor assinou todo esse relatório não foi in loco. Qual foi a função e a sua responsabilidade neste levantamento no relatório?

Leandro: Conforme eu disse eu participei das reuniões e apresentei os relatórios financeiros.

Ademar: Obrigado. O senhor sabe que houve furto de fios?

Leandro: Só por meio do trabalho da CPI aqui, mas não tinha conhecimento.

Ademar: E o senhor leu todo o laudo e diz que não teve conhecimento. O senhor sabe que havia porta em desconformidade?

Leandro: Pelo trabalho, mas assim eu não fui in loco e eu não tenho esse conhecimento.

Ademar: A questão da parte elétrica o senhor ficou sabendo só através da CPI?

Leandro: Pela auditoria.

Ademar: Das placas solares?

Leandro: Eu não conheço essa parte técnica.

Ademar: Em respeito à parte de cabine de medição e proteção?

Leandro: Pela auditoria.

Ademar: Porque eu estou aqui aleatoriamente agora olhando aqui que é o documento da auditoria que foi publicado. Diz aí, "a execução da cabine de medição oposição foi avaliada pela Copel e reprovada sua totalidade" e diz "inconformidades a instalação de painel com disjuntor geral antes do quadro de transferência do GMG", certo? O senhor não foi lá, já repeti e o senhor assinou o relatório e não podia ter assinado, pensou eu.

Leandro: Mas é como eu mencionei para o senhor. Eu não sou engenheiro electricista, não tenho conhecimento dessa área. Diversas vezes te falei qual foi o meu trabalho nessa área. Eu acho que não tem cabimento o que você está me questionando essa parte técnica, principalmente na parte de engenharia. Isso eu não posso te responder. Talvez nós não estamos nos encontrando aqui na questão do que eu estou fazendo o feedback. Estou tentando proteger o senhor porque o senhor está me falando aqui que o senhor não foi in loco no hospital e o senhor assinou documento de todas essas irregularidades. O senhor confiou nos seus colegas de trabalho e que eu também confio que um não soube responder um item do que foi colocado aqui. Ele não soube responder um item do material que foi colocado aqui. Ficou nervoso e se calou. O outro veio hoje tranquilo com a procuradora e outro não estamos conseguimos encontrar.

Lodi: Faça as perguntas na área exclusivamente dele porque querendo ou não as outras áreas ele não tem como responder. É da documentação, pega nota fiscal, confere, vê se vai pagar ou não.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA CPI (05/09/2018)

1. Depoimento de Carlos Eduardo Pereira Marchesi.

Aos 5 dias do mês de setembro, se apresentou para depor o primeiro convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor Carlos Eduardo Pereira Marchesi. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, https://youtu.be/o_6FeBEXZ9A

ADEMAR: A sua empresa pró-saúde participou da licitação para execução dos projetos e foi vencedora dessa licitação em que ano?

CARLOS: Primeiramente vamos esclarecer um fato, em 2002 a empresa AMG Consultoria é bem as publicações na qual era responsável técnico e não sócio administrador da empresa, então a empresa não era minha na sua totalidade, participou da licitação a empresa a qual eu respondia parte de responsabilidade técnica da empresa, de atribuição arquitetura, sou arquiteto, foi então me falha a memória em 2002, o projeto conforme consta está à disposição de vocês, o projeto foi elaborado entre a data de 1/09/02 a 1/12/02 no qual a mim foi atribuído à qualificação de coautor do projeto arquitetônico, nem autor do projeto eu sou, o autor era o proprietário da empresa eu sou o coautor do projeto arquitetônico do hospital regional de Toledo.

ADEMAR: Depois de vencida a licitação quais foram os projetos que a empresa executou?

CARLOS: Se não me falha a memória, tem que pedir o contrato com a empresa que fazem 14 anos não tem recordação, mas foram todos os projetos desde arquitetônico, estrutural, elétrico, hidráulico se não me falha a memória a prefeitura licitou o que agente chama de pacote, que são todos os projetos compatibilizado entre si isso no ano de 2002.

ADEMAR: Os projetos foram feitos por quem?

CARLOS: Fazem 14 anos, a autoria é da proprietária da empresa, a coautoria tem eu e mais outro profissional que foram coautor do projeto arquitetônico e teve os profissionais das engenharias que são todos terceirizados, porque



a empresa é uma empresa de arquitetura, embora tenha atribuição engenharia na época não existia corpo técnico de engenharia própria e foi terceirizado, se não me falha memória para os profissionais da região porque isso é a praxe de vários escritórios, de sempre terceirizar no engenheiros das regiões, pra poder facilitar a aprovação ele tem um caminho, já tem um contato maior mas eu não sei exatamente o nome dos engenheiros, até porque dentro das RTs, tem uma figura que é muito importante no processo do projeto que é o coordenador dos projetos arquitetônicos complementares que não me coube essa função, não fui eu que participei na época eu não vim para Toledo, não participei das reuniões, minha atuação foi restrita a desenhos técnicos do projeto de arquitetura somente a arquitetura foi a parte que eu participei do projeto que tive realmente contato, inclusive auxiliei na aprovação de vigilância sanitária, ministério da saúde, tudo no ano de 2002, nesses três meses do período está constando aqui na RT, que está à disposição dos senhores.

ADEMAR: Quem era esse o coordenador do projeto, senhor pode me passar o nome?

CARLOS: Perfeitamente, aqui consta que é inclusive uma pessoa que é sócia administradora da empresa, a arquiteta Mariluz Gomes, ela é autora do projeto conforme RT número 275652-3 do CREA, a coordenadora também dos projetos conforme consta através da RT 2756521, é a mesma arquiteta Mariluz Gomes.

ADEMAR: O senhor falou agora pouco a empresa terceirizou projetos, isso foi a pedido de alguém?

CARLOS: Não sei informar, não participei de nenhuma decisão administrativa desse ponto, a minha atividade realmente foi restrita a elaboração do desenho técnico em resposta junto à vigilância sanitária e Ministério da Saúde.

ADEMAR: Parece que a sua empresa só fez o projeto arquitetônico, quem fez os restantes projetos?

CARLOS: Vamos pontuar novamente, não é minha empresa está, inclusive tem um erro aqui na convocação, a minha empresa é a MEP arquitetura e planejamentos desde 2004 eu tenho essa empresa, também especializada em área hospitalar eu fui estagiário na empresa AMG desde 1997, depois de formado em 2001 eu trabalhei até 2014, eu era responsável técnico, arquiteto formado.

ADEMAR: Quem fez o restante dos projetos?

CARLOS: Não lembro, eu não procurei a documentação que eu tinha lá, e só tenho relativo ao projeto arquitetônico, porque é a parte que eu desenvolvi os demais projetos não tenho de cabeça o nome das pessoas que desenvolveram.

ADEMAR: Na verdade foram terceirizados então esses demais projetos?

CARLOS: Sim, a empresa na época não dispunha de corpo técnico de engenharia como é comum em várias até hoje se pegar as licitações dos municípios estados e parte dos projetos são terceirizadas, por exemplo, a sondagem faz parte do escopo das contratações de pacote a gente faz vários projetos para o estado, acaba sendo contratado outra empresa e é permitido por edital a contratação de algumas frações do projeto mas não tira a responsabilidade da empresa como o autor do projeto.

ADEMAR: O projeto estrutural foi feito por quem?

CARLOS: Eu realmente tive uns dois dias aqui, buscar o que eu tinha um servidor do pessoal porque não faço parte da empresa mais, eu conseguir ter acesso aos projetos que estão no Ministério da Saúde e alguma aprovação que eu tinha guardado, que era minha responsabilidade, então eu tenho aqui a aprovação junto à vigilância sanitária Ministério da Saúde, são os documentos relativos projeto arquitetônico no qual participei, esse sim eu tenho um documento algum histórico aqui, enquanto os complementares, realmente eu não consigo te afirmar quem foi que fez o projeto complementar na época não me recordo, não participei de reuniões com os engenheiros.

ADEMAR: O senhor sabia que foi o sobrinho do prefeito que executou esse projeto?

CARLOS: Eu não sei, na verdade nem quem é o prefeito da cidade, eu não vim pra cidade na época, não tinha com ele nenhum contato nem de contrato, nem valor de contrato não tem acesso a isso na empresa, eu não tenho conhecimento realmente.

ADEMAR: Quem foi o responsável que fez o projeto estrutural?

CARLOS: Atividades que são de cunho administrativo não me cabiam.

ADEMAR: O senhor não sabe quem fez o projeto estrutural, quer dizer, eu fico em dúvida se realmente não sabe ou não quer responder

CARLOS: Primeiramente, eu não fazia parte da equipe do certame, uma vez que eu não tinha acervo na época, eu era apenas um funcionário da empresa no qual o responsável legal pelo projeto arquitetônico e empresa não era eu, conforme já mencionado. A equipe técnica não foi eu quem compus, não fui eu que participei de licitação, não montei de licitação, só me coube na época que tinha contrato e eu participei realmente do projeto arquitetônico na parte de coautor, mas realmente não lembro, não recordo, não tenho acesso a esses arquivos que pertencem a uma empresa, mas você se quiser estão a disposição na prefeitura, inclusive todos os projetos, eu não tive tempo porque não me cabia isso, mas estou à disposição, com o ministério da saúde. Se a pessoa que fez o projeto estrutural era parente do prefeito, não sei confirmar, realmente não sei. ADEMAR: Senhor se lembra o nome do engenheiro responsável?

CARLOS: Não, se eu pegar aqui o documento, ele tá aqui no site do siconv, tem o nome do processo e todas as análises necessárias, saúde, aprovações dos órgãos e projetos arquitetônicos. Estão no site, qualquer pessoa pode ter acesso.



ADEMAR: Acho que foi em 2010, se eu não me engano, a empresa foi contratada novamente para fazer o que?

CARLOS: EM 2010, teve uma procura do município de Toledo, da prefeitura junto à empresa, que eu já não fazia mais parte, mas eu fui contratado especificamente para ajudar esse serviço, porque eu era memória viva e arquitetônico. O projeto foi feito em 2002, em 2010 a prefeitura precisava fazer um convênio com o Ministério da Saúde para a liberação do recurso de construção. Então, depois 2002 não tive mais contato nenhum, parece que não se iniciou em 2002. Em 2010 teve um convênio junto ao Ministério da Saúde, no qual o Ministério da Saúde que o projeto fosse atualizado à legislação vigente. Em 2010 a prefeitura procurou a empresa, a empresa estava em ribeirão preto, se não me falha a memória, me procurou para trabalharmos juntos e atender a prefeitura, eu auxiliei a prefeitura a abrir a empresa na época, novamente o projeto arquitetônico, então se você puxar o site do ministério da saúde, vai ver que todas as respostas dos pareceres do ministério que estão assinados, eu que assinei, porque eu conheço a parte. As alterações pontuais que ocorreu no projeto, são decorrentes de quatro análises do ministério da saúde, dos técnicos deles, datadas de 26 de maio 2011, 02 de agosto de 2011, 01 de setembro 2011, e finalmente a aprovação do projeto dia 21 de outubro de 2011. Esse documento que está à disposição dos senhores consta todas as alterações solicitadas pelo ministério da saúde para aprovação do mesmo, lembrando que o projeto em 2002 também estava aprovado junto à vigilância sanitária. eu trouxe o parecer datado de 6 de dezembro 2003 no qual consta o projeto aprovado pela vigilância sanitária do estado, que é a quem competia à época e depois em 2010 2011 teve aprovação de saúde assim como a liberação do recurso a partir dessa data que foi aprovado o projeto arquitetônico os projetos ficaram todos os disponíveis no site do siconv, está à disposição de qualquer cidadão, para consulta, questionamento, qualquer tipo de coisa. Após essa data eu não tive mais contato enquanto a obra, nunca foi questionado, nunca me ligaram pra tirar dúvida de nada, e aí encerrou-se a minha participação no projeto de arquitetura.

ADEMAR: Carlos, você lembra de que forma foi feita essa contratação?

CARLOS: Conforme estabelecido pela a lei do CREA, qualquer alteração de projeto, seja ele arquitetônico, estrutural, elétrico ou outro, só pode ser feito pelo autor do projeto, então essa contratação houve por parte da prefeitura através de uma dispensa da licitação, com parecer jurídico do Município, porque a lei assim determina que qualquer alteração só pode ser realizada pelo autor do projeto.

ADEMAR: Então só foi feito a visão do projeto arquitetônico?

CARLOS: Não, se não me engano tinha revisão dos demais projetos sim. A planilha orçamentária nesta segunda etapa de 2010 não ficou a cargo da empresa, até porque o município de Toledo que fez a planilha orçamentária, os demais projetos eu vi que eles constam no site do ministério mas não sei afirmar se houve a atualização de todos, pois conforme eu afirmei são atualizações pontuais do projeto, não foram grandes mudanças do projeto.

ADEMAR: Seria possível enviar um projeto para a licitação de uma obra desse tamanho sem fazer a revisão dos demais projetos?

CARLOS: Na época, em 2010 foram atualizados alguns projetos sim, no qual Ministério da Saúde impactavam na alteração deles.

ADEMAR: Os projetos estavam aprovados pela pela Copel, Sanepar, vigilância, enfim, se passado um ano, um ano e meio é necessário que se faça novos projetos em relação à Copel, Sanepar, para fazer algumas alterações que possa ter ocorrido nesse período? Isso é de praxe?

CARLOS: Perfeitamente. O que eu estou falando é que a aprovação vence, uma vez não tirado o a licença ela vence, então às vezes para renovar a aprovação é necessário uma alteração, às vezes não, mas é praxe, é comum. Porque uma obra dessa envergadura não se faz em menos de três, quatro anos, e em quatro anos muda muda a legislação, as normas.

ADEMAR: Eu como gestor trazer à tona, trazer a público, que eu não consigo abrir o Hospital Regional porque o projeto da Copel e da Sanepar não estão aprovados seria uma questão política mentirosa então, porque se eu tenho que fazer alterações constantes por causa da legislação isso não me traz empecilho nenhum para poder abrir o hospital regional.

CARLOS: O que eu posso afirmar tecnicamente, onde eu tenho conhecimento é que se o projeto não estiver aprovado em vigor, a Copel não liga a energia. Vai solicitar que seja reprovado para depois ligar a energia, enquanto não liga você não consegue funcionar nada.

ADEMAR: Carlos, em posterior, me parece que em 2012, vocês fizeram adequação de outros projetos em relação ao Hospital Regional, houve mais uma alteração de 2012? CARLOS: 2011 foi a aprovação do Ministério, é a data que eu falei no início em outubro de 2011. Paralelo a isso a gente teve que aprovar junto à vigilância sanitária, então em 2012 saiu a aprovação da vigilância sanitária.

ADEMAR: A contratação foi feita através de dispensa de licitação para rever então esta segunda etapa em 2012?

CARLOS: A segunda contratação conforme determina a lei, a aprovação da alteração do projeto ela é feita através de licitação, o parecer jurídico está baseado na lei do crea no qual outro profissional não poderá alterar. E é muito mais financeiramente vantajoso ao município ele pagar um valor para alterar o projeto do que jogar o projeto fora e começar de novo.

ADEMAR: A legislação do crea permite então amparada em lei, que seja feito a dispensa de licitação para o profissional que executou o projeto, não pode ser terceirizado essa parte.

CARLOS: A legislação do crea determina que somente o profissional que fez o projeto faça alteração dele. A dispensa de licitação acontece depois de dar um parecer jurídico do Município, do Estado, alterar e dar um parecer



que tem que ser feito dessa forma para contratar. Isso daí é feito em cima de tabelas oficiais do governo, um valor determinado.

ADEMAR: Quais os projetos que sua empresa fez?

CARLOS: Não me recordo porque eu não tive acesso ao contrato, mas o arquiteto foi um deles, bombeiro, os demais eu não tenho certeza porque o site do ministério nem tem aprovação deles, tem projetos que nem existe aprovação.

ADEMAR: E porque não foi feita a revisão do projeto estrutural se foram feitos dos demais?

CARLOS: Conforme eu falei, não são todos os projetos que precisaram de atualização. Por exemplo, a atualização do Ministério da Saúde foram pontuais, não teve acréscimo de área, uma vez não tendo acréscimo de área e não mexendo em parede, não tem por que o município gastar com projeto estrutural novamente. Então, não todos os projetos que tiveram atualização, somente aqueles que foram necessários, pontuados pelo Ministério da Saúde, os que tiveram alteração, teve consequentemente atualização, mas não são todos.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA CPI (05/09/2018)

2. Depoimento de Claudemir da Silva Oliveira.

Aos 5 dias do mês de setembro, se apresentou para depor o segundo convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor Claudemir da Silva Oliveira. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, https://youtu.be/o_6FeBEX9A

Janice Salvador: Qual a sua relação em termos de segurança, vigilância, com o Hospital Regional?

Claudemir da Silva Oliveira: Na verdade, naquele fato, estava trabalhando na viatura, particularmente não lembro de ter trabalhado, estou há nove anos na guarda e não me lembro de ter tirado um serviço nesse Hospital Regional, sempre trabalhei em viatura. Recebemos no telefone da central, via rádio, dizendo que um guarda estava pedindo apoio lá, de imediato fomos até lá, nisso o guarda entrou dentro da viatura e passou para nós que suspeitava que havia um pessoal levando fio, e aparentemente desconfiava que estavam levando num ferro velho próximo do Coopagro. Seguimos sentido ao ferro velho, ele falou que saiu num "caminhãozinho" com a empresa, nas características que ele passou para nós realmente esse "caminhãozinho" estava lá no ferro velho, mas não tinha nada lá, nenhuma movimentação de pessoas, até estava estacionado o "caminhãozinho", nisso ele estava no telefone com o nosso secretário, e o nosso secretário falou pra esperarmos um pouco porque ele estava vendo com o "cara" se realmente tinha sido levado alguma coisa. Entre os dois, entraram num entendimento que era pra abordar. Retornamos para o hospital, o guarda ficou lá e nós fomos dar o destino para o nosso dia de trabalho.

Janice: Você soube do fato apenas por telefone ou chegou a conversar com o guarda que estava lá no Hospital Regional?

Claudemir: Na verdade quando chegamos com a viatura ele já entrou relatando que suspeitava que havia um pessoal levando fio. De imediato ele entrou na viatura e fomos ver se nós conseguíamos localizar, mas não localizamos ninguém, só o "caminhãozinho" lá no ferro velho.

Janice: Você chegou a ver algum fio, ou alguma pessoa manuseando esse caminhão?

Claudemir: Em nenhum momento.

Antônio Zóio: Esse caminhão estava dentro do ferro velho parado ou ele estava saindo?

Claudemir: Estava na via pública estacionado em frente o ferro velho.

Janice: Eu gostaria que você me dissesse exatamente o nome das pessoas que estavam com você na viatura e fizeram esse percurso do Hospital Regional até o ferro velho.

Claudemir: Eu e Pelicioli, estava de parceiro com o Pelicioli e o Mensch estava no Hospital Regional de serviço, estávamos os três na viatura.

Ademar Dorfschmidt: Vocês quando perceberam que havia um possível furto de fios e que este cidadão se deslocou para o ferro velho, não era de praxe, de origem acionar inclusive a Polícia Militar?

Claudemir: Na verdade ele falou que viu os "caras" tirando os fios, mas a gente fica de mãos aparadas porque não temos nem condições de trabalho, mas eu e meu companheiro Pelicioli, estávamos na viatura e fomos lá mais para dar um apoio ao guarda que estava no local. Quando um guarda está trabalhando num prédio público, de imediato a primeira ligação que se faz é pra nós, que é a viatura que fica rodando na cidade.

Ademar: Vocês foram até onde pra verificar a situação?

Claudemir: Fomos até o ferro velho localizado no Jardim Coopagro.

Ademar: Vocês chegaram a descer da viatura pra pedir informações no ferro velho?

Claudemir: Não.

Ademar: Mas será que não deveriam ter feito, sob suspeita de um furto?

Claudemir: Nós estávamos apenas dando apoio ao guarda que estava no local, ele quem participou da situação, nós pouco sabíamos do que se tratava.

Ademar: Me parece que houveram guardas que foram até perto do SESI, que me parece que esses dois trabalhadores moravam ali, você ficou sabendo de algo nesse sentido?



Claudemir: Não que eu me lembre, na verdade depois das 18h assumia outra viatura lá, outra equipe.
Ademar: Vocês não chegaram a ver nada em cima da caminhonete então?
Claudemir: Não, senhor.
Ademar: Nem viram a caminhonete?
Claudemir: Vimos estacionada em frente o ferro velho. Até passamos em frente pra ver se havia alguma movimentação, mas estava tudo parado lá.
Ademar: Preciso fazer o apontamento de não ter sido chamada a Polícia Militar para averiguar o fato.
Claudemir: A abordagem só ocorre quando houver alguma suspeita, e na caminhonete não havia ninguém, ela só estava parada, e o ferro velho estava fechado.
Janice: Você se lembra em que período do dia se deu essa ocorrência?
Claudemir: Foi na parte da tarde, meio da tarde, o horário não me recordo.
Janice: Nessa situação, a quem caberia registrar um boletim de ocorrência?
Claudemir: Estávamos em apoio ao guarda, eu nem sei quem é o pessoal que trabalhava lá, não tive contato nenhum. O que teve contato e tirava serviço no dia a dia era o Mensch. Isso que a Sra. perguntou eu não sei responder.
Janice: Houve um registro de boletim de ocorrência feito pelo engenheiro da empresa. Você antes disse que alguém entraria em contato com o engenheiro da empresa sobre o episódio, deve ter havido esse contato de tal forma que ele fez o registro.
Claudemir: O contato que teve foi do nosso Secretário com o empreiteiro da obra do Hospital Regional.
Janice: Se um profissional identifica um problema dessa natureza em seu local de trabalho, qual seria o procedimento adequado ao profissional, o que ele deveria ter feito?
Claudemir: Um boletim de ocorrência.
Janice: Você lembra qual era o tipo de veículo estacionado em frente ao ferro velho?
Claudemir: Era um “caminhãozinho” com uma carroceria de madeira.
Janice: Não havia nenhum emblema, ou algo a identificar?
Claudemir: Não lembro.
Ademar: No período da metade da tarde estava fechado o ferro velho?
Claudemir: Estava encostado as portas, sem nenhuma movimentação de pessoa, aparentemente fechado.
Gabriel Baierle: Foi informado em oitiva passada que houve uma primeira chamada da Guarda Municipal e essa chamada foi cancelada a pedido do Secretário. O Sr. recorda dessa situação?
Claudemir: Não me recordo. Foi passado um rádio relatando que o guarda do local precisava de um apoio da viatura.
Gabriel: No procedimento o guarda faz contato direto com a viatura ou com a central e a central faz com a viatura?
Claudemir: O guarda faz um telefone para a central e a central passa via rádio para as viaturas.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA CPI (05/09/2018)

3. Depoimento de Alexandre Biggi Delfim Pelicioli.

Aos 5 dias do mês de setembro, se apresentou para depor o terceiro convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor Alexandre Biggi Delfim Pelicioli. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, https://youtu.be/o_6FeBEXZ9A

Janice Salvador: Há quanto tempo você é Guarda Municipal?

Alexandre Biggi Delfim Pelicioli: Doze anos.

Janice: E no período de 2016 qual era sua função na Guarda Municipal?

Alexandre: Guarda Municipal, na parte de monitoramento.

Janice: Você chegou em algum momento a realizar o trabalho de segurança e vigilância no Hospital Regional?

Alexandre: Nunca.

Janice: Você tem conhecimento de ocorrência de furtos no Hospital Regional durante todo esse período?

Alexandre: Fiquei sabendo no dia do furto ocorrido, com o Evaldo Mensch que acionou a viatura para que desse o apoio porque havia suspeita de furto naquele momento. Foi quando fiquei sabendo que haviam furtado algumas vezes lá, fios. Até então, não.

Janice: O que você ficou sabendo foi desta ocorrência especificamente?

Alexandre: Desta ocorrência.

Janice: Como você foi mobilizado para “acudir” esta ocorrência?

Alexandre: Via rádio. Estávamos em uma única viatura atendendo a cidade e recebemos essa solicitação para que fossemos ao Hospital.

Janice: Você poderia relatar o que houve a partir do momento em que vocês foram solicitados via rádio?

Alexandre: Eu era o condutor da viatura no dia. Quando chegamos o guarda estava bem aflito, adentrou e pediu para que seguissemos à região central do Coopagro, num determinado ferro velho, ele queria se certificar de que



tinha suspeita que os cidadãos que prestam serviço estavam furtando os fios. Fomos questionando ele, assim que ficamos sabendo. Chegando no referido ferro velho, próximo à cirne lima, ficamos a uma certa distância à pedido do Mensch, que estava na situação e ele falou para que aguardássemos para ver se havia movimentação, referente a carga e descarga de produtos do veículo deles, ficamos uns cinco minutos para ver se havia essa movimentação. Eu particularmente não vi nada. Mensch estava em contato com o comando no telefone, tomando as decisões, o que seria feito ou não, pelo que consta era para retornarmos para o Hospital Regional que estava desguarnecido nesse momento. Passamos em frente ao ferro velho, o GM da Silva que estava do lado direito, tinha uma visão melhor, não visualizou nada de ilícito naquele momento em cima do veículo. Então tomamos direção sentido Hospital Regional. Chegando lá, em poucos instantes apareceu já engenheiro e o comando na época. Se eu não me engano, era o GM Bayer.

Janice: Nesse ponto lá no ferro velho, havia alguém dentro desse veículo?

Alexandre: Se havia pessoas, estava lá pra dentro, eu não me lembro.

Janice: Supostamente dois cidadão estariam tirando fios do hospital e levando ao ferro velho. Este procedimento de acompanhar, ir atrás verificar, é o procedimento recomendável ou há outro procedimento?

Alexandre: O flagrante delito se dá em até 24hrs. Porém, eu não visualizei nada. Porém o fato do funcionário ter acesso e não ter acesso lá dentro é complicado. Ele pode entrar e sair a qualquer momento com alguns equipamentos. Na hora você fica meio em cheque de chegar em cidadão que trabalha lá e aborda-lo. Se houvesse flagrante, abordariamos sim. No momento que o guarda visualizou e se certificou que estava sendo furtado, teria que ter condições de dar a abordagem e fazer a prisão em flagrante. Porém, se perdeu-se o flagrante, não havia mais como fazer isso. Ainda mais em um ferro velho, estabelecimento grande e cheio de coisas do tipo.

Janice: Você poderia dizer mais ou menos em que período do dia isso aconteceu?

Alexandre: Acredito que no meio pro fim da tarde.

Janice: Você conhece a situação que a partir desse fato houve o registro de um boletim de ocorrência?

Alexandre: Fiquei sabendo no dia em que me convocaram aqui. Até o momento eu acreditava que a própria Guarda Municipal faria o registro.

Janice: Depois que vocês se dirigiram até o ferro velho, vocês retornaram ao Hospital Regional?

Alexandre: Retornamos porque estava fechado, até porque tinha que abrir pro pessoal que estava voltando, o Bayer estava vindo com um engenheiro.

Janice: Vocês permaneceram lá no Hospital Regional?

Alexandre: Logo em seguida fomos dispensados, a partir do momento que chegou o pessoal do comando e o engenheiro a gente foi liberado.

Janice: Quando o engenheiro chegou, ele chegou acompanhado do comando?

Alexandre: Se não me engano, chegaram no mesmo momento.

Janice: Vocês estavam lá quando eles chegaram?

Alexandre: Até que chegaram, sim.

Janice: [Leitura do boletim de ocorrência]. Até este momento, do contato com o boletim de ocorrência, você havia ouvido falar no furto de cabos ou no furto de fios?

Alexandre: Falava-se em fios.

Janice: Você não saberia nos dizer se o engenheiro entrou no hospital, se ele verificou o que houve?

Alexandre: Eu acredito que sim, acompanhado com o comando, o guarda local, deve ter constatado.

Janice: Você não viu, só ouviu falar?

Alexandre: Só ouvi falar.

Ademar Dorfschmidt: Pelo seu tempo como Guarda Municipal, você acha que é possível um guarda cuidar daquela estrutura toda?

Alexandre: Não tem condições, é muito grande. Deveria ter pelo menos uns dois.

Ademar: O Guarda Municipal que estava lá, Evaldo Mensch, ele diz que foram sentido o ferro velho. Como ele sabia que iam pro ferro velho?

Alexandre: Eu creio que foi uma suposição.

Antônio Zóio: Na documentação ele diz que foi sentido à Coopagro e não ao ferro velho.

Ademar: Você acha que foi furtado só fio ou tem algum outro mecanismo que possa ter sido furtado?

Alexandre: Eu não sei dizer se houve outros equipamentos furtados.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA CPI (26/09/2018)

1. Depoimento de José Carlos Cavalari.

Aos 26 dias do mês de setembro, se apresentou para depor o primeiro convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor José Carlos Cavalari. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/GOKJv92wWQ>

Janice Salvador: Qual foi o seu envolvimento com o Hospital Regional?



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 97

José Carlos Cavalari: No ano de 2002, salvo engano, fui contratado pela Pró Saúde de Londrina, para elaboração dos projetos elétricos do Hospital, de modo que realizei os projetos no mesmo ano.

Em 2010 foram feitas algumas alterações internas nesses projetos, contudo, na parte de entrada de energia não houve alteração, tendo permanecido a mesma em 2002, 2010 e 2012. Todos esses projetos foram aprovados em 2010 e 2012. E em 2017 eu reaprovei o projeto, porém foi um novo projeto, elaborado no mesmo ano, sem custo algum para o Município de Toledo, uma vez que foi doado por mim e pela Cavalari Engenharia.

Janice: Durante o período de execução do Hospital Regional, o senhor foi consultado e/ou procurado para esclarecer alguma dúvida relacionada ao projeto?

José: Inicialmente o engenheiro da obra me convidou, porque é importante esclarecer que o profissional ele tem o direito de ir à obra e não dever. E a minha visita também foi feita de maneira gratuita, porque esse serviço também foi doado.

Janice: Qual foi o tipo de dúvida e/ou dificuldade que gerou esse contato da executora da obra com o senhor?

José: Foram questões exclusivamente relacionadas à execução do projeto, as quais, devido ao vasto tempo em que me foram realizadas. Eu não consigo recordar o teor.

Eu estive na obra, especialmente na construção interna, uma ou duas vezes, e fui chamado para fiscalizar a obra da entrada de energia uma única vez, a convite do fiscal da prefeitura, o senhor José Carlos de Jesus.

Janice: Nós faremos a projeção de um fragmento do depoimento do sócio proprietário da empresa que executou a obra do Hospital Regional e na sequência eu formularei a pergunta ao senhor.

Então, como visto, o senhor Nalmir afirmou em seu depoimento que os projetos de entrada de energia feitos pelo senhor nunca foram aprovados pela Copel, pois os projetos entregues à empresa não possuíam o carimbo de aprovação da Copel. No entanto, nós nos certificamos de que existem documentos que atestam a aprovação desses projetos na Copel. Nós temos um documento que data de 1º de outubro de 2010, dando conta da aprovação do projeto elétrico, e temos outro documento que data de 27 de dezembro de 2012, que também dá conta da aprovação do projeto elétrico, e ambos contêm a informação de que o prazo de validade da aprovação do projeto da entrada de serviço é de dezoito meses, logo é necessário que isso seja atualizado.

Em vista disso, o senhor tem condições de nos dizer se esses projetos aprovados pela Copel foram os projetos entregues à construtora?

José: A senhora pode perceber que ' Cavalari entraram com 658 processos na Copel, dos quais 550 estão aprovados.

O projeto elaborado em 2002 não foi dado entrada imediatamente na Copel, por ser um prazo que estava sendo elaborado o projeto, não se sabia quando seria dada a entrada, então eu não me recordo o que realmente aconteceu em 2002. Porém, no ano de 2010, que sofreu essa alteração, na época o Secretário do Planejamento era o José Carlos Schiavinato, que provavelmente entrou em contato comigo para que a obra fosse iniciada, e solicitou que eu protocolasse o processo na Copel.

Em 2012 novamente eu protocolei esse projeto, inclusive não tinha qualquer obrigação de fazê-lo, e mais uma vez o fiz de maneira gratuita. No mesmo ano, esse projeto foi devidamente aprovado.

Atualmente, o processo de 2012 está comigo porque quando ele venceu e foi protocolado um novo em 2017, a Copel me devolveu o processo de 2012. E, então, o processo aprovado está com alguém e não comigo, porque todos os processos aprovados são entregues aos clientes. Assim, como o processo de 2012 não foi executado, automaticamente, ele retornou para mim. Inclusive, os processos eram os mesmos em 2002, 2010 e 2012.

Além disso, quando existe alguma alteração no processo, normalmente a gente envia um e-mail à Copel informando a situação do projeto e as alterações, para verificar se eles aceitarão ou não. Aliás, eu tenho os e-mails, porque todos os processos são enviados dessa forma, visto que sempre houve alteração nas normas da Copel, tanto que quanto à NBR 5410, quando eu comecei em 1985 a 5410 se chamava origem NB3, que surgiu em 1980 e era baseada em algumas normas europeias. Em 1990 houve a primeira alteração na NBR 5410, em 1997 a segunda alteração, e em 2004 a terceira, que entrou em vigor em 2005 e está em vigor até hoje.



Ocorre que em 2010 as alterações que surgiram foram baseadas nessa norma de 2004, e não teve nenhuma alteração tão significativa na parte interna, então em 2010 nós fizemos a alteração de acordo com a norma de 2004, válida a partir de março de 2005. Contudo, considerando quem em 2010 houveram algumas alterações na norma da Copel, e considerando que a construção já havia sido realizada, observamos esses detalhes para que a Copel aceitasse o projeto, mas não existe nenhuma mudança significativa de 2002 a 2012 no projeto aprovado em 27 de dezembro de 2012.

Ademais, em 27 de dezembro de 2012 foi a época em que encerraria o mandato de prefeito do José Carlos Schiavinato, então no fim de novembro de 2012 eu protocolei o projeto, porque a Copel tem um prazo para a análise do processo. Em seguida o Schiavinato entrou em contato comigo e solicitou que eu contatasse a Copel para que o projeto fosse aprovado, ao que eu respondi que não poderia fazê-lo, contudo, passei as informações para ele, de modo que ele mesmo entrou em contato com a Copel e, então, o projeto foi aprovado no dia 27 de dezembro de 2012, e isso está no relatório que tenho comigo e que qualquer pessoa pode até ter acesso, via internet.

Janice: Para encurtar esse caminho, o senhor poderia nos ceder uma cópia dos documentos que o senhor tem em mãos?

José: Sim, porém eu tenho que organizar esses documentos antes. Não tem problema alguma.

Janice: No laudo apresentado à CPI é levantado uma outra questão que dá conta de que teriam sido instalados três geradores de 750 quilowatts porém o projeto solicita a instalação de dois geradores de 1000 quilowatts e que esta mudança teria gerado problemas como a reprovação das instalações pela Copel pois segundo laudo todo o estudo de proteção teria que ser refeito; que o espaço físico seria insuficiente para instalação dos três geradores o que impossibilitaria a manutenção e a refrigeração dos equipamentos; que isso também traria dificuldades para o sistema de aspiração e exaustão; que isso teria então sido instalado de forma inadequada e também segundo o senhor Nalmir essa troca de geradores foi feita com a sua autorização e que há um documento com a sua assinatura atestando essa autorização. Gostaríamos de saber se o senhor confirma essa afirmação?

José: A senhora vereadora poderia colocar a fala dele? É possível?

Janice: Neste momento não é, senhor José Carlos, porque eu na verdade não selecionei. Como a fala dele foi bastante longa eu fiz uma seleção de dois fragmentos e este casualmente eu também não selecionei.

José: Ele fala isso no minuto 57 da fala dele. Ele afirma que a troca foi para atender os políticos, que precisaria inaugurar o hospital, seria isso. E que não havia tempo hábil de comprar geradores. E na minha opinião particular qual o prazo que ele teria para executar esta obra? Poderia me responder?

Janice: Na verdade o projeto inicial ele teria 360 dias. Ele teria um ano para a execução desta obra, mas na sequência foram feitos vários aditivos, inclusive a obra considerando metafísica, considerando período de execução da obra. Nós temos 18 aditivos na obra do hospital regional.

José: Ele apresentou um cronograma de obra?

Janice: Essas questões nós ainda não temos condições de dizer ao senhor porque estamos também ainda em processo de análise dessa documentação, mas está aí um documento que talvez nós possamos solicitar.

José: Eu acho que primeiro antes de citar isso, antes dele acertar obra, ele tem que fazer um levantamento e verificar quais são os materiais que ele consegue comprar neste prazo. Se ele tem um ano para construir esta obra e ele colocou que sendo um ano, ele consegue, eu acho que ele tem que ter o prazo de fazer essa obra em um ano. Caso contrário, se ele consegue um produto dele com um ano e meio, ele não pode dizer que ele constrói essa obra em um ano, ele tem que dizer que ele constrói essa obra em um ano e meio. Se todos fizerem assim o que vai acontecer na licitação? Obrigatoriamente o órgão licitante vai ter que ampliar esse prazo. Então ele não tem que fazer a obra para atender político algum, ele tem que cumprir o contrato. No momento que ele cumpriu o contrato, ele sabe que determinado produto ele não vai conseguir com 30 dias, ele tem que planejar. Não houve planejamento. Essa conversa que ele vem, para atender político dessa natureza, infelizmente ele está faltando com a verdade. O único objetivo que a empresa apresentou esse detalhe foi para reduzir custos porque dois geradores de 1.000 kva ele custa bem mais do que três geradores de 750 kva. Eu imagino que nessa economia ele deve ter feito pelo menos uma economia de 300 mil reais. Quanto à questão que eu passei um documento, na realidade eu fiz um comparativo entre três máquinas de 750 kva e duas máquinas de 1000 kva e qualquer profissional poderia fazer isto, qualquer pessoa pode fazer esse comparativo, então eu fiz um comparativo. Mas isso não isenta ele de tomar todas as providências devidas para a instalação de três máquinas de 750 kva. Não isenta ele. Mesmo que ele tivesse afirmado "pode colocar", ele teria que analisar os espaços, ele teria que aprovar com a Pró Saúde que é a autora do projeto arquitetônico todas as alterações necessárias a esse detalhe. Afinal eu não sou obrigado a fazer essas alterações gratuitamente e ninguém me perguntou nada sobre isso.

Janice: O contrato foi assinado em 27 de março de 2012 e a empresa teria 360 dias para a construção. Já em março de 2013 houve um aditivo de 180 dias. Em setembro de 2013 um aditivo de mais 150 dias. Em fevereiro de 2014 mais 150 dias. Em julho de 2014 mais 120 dias e nisso a obra então estendeu-se ao longo do período como todos nós já sabemos.

José: Eu posso fazer uma observação?

Janice: Pois não.



José: Eu presto serviço de engenharia há 35 anos, serviços de geração propriamente ditos, estou vendo que realmente é uma grande polêmica a questão dos geradores e todas as empresas que tratam de grupos geradores com potências desta natureza conhecem o José Carlos Cavalari. O que essas empresas fazem? Essas empresas não adiantam virem em determinado local e vender um gerador. Elas têm que ter suporte técnico por trás disso. As empresas normalmente ligam para o meu escritório. "José Carlos, tem algum projeto em andamento sobre grupos geradores?". Olha, tenho sim. Tem o Hospital ". E isso ocorreu na época. As empresas de grupos geradores todas elas têm esses orçamentos. Se vocês ligarem nas empresas que fornecem grupos geradores de mais nome no país vai ver que todas elas têm esses orçamentos. Não venderam por causa simplesmente do preço. Podem ligar e verificar o que a empresa construtora disse.

Janice: Nós temos algumas situações também envolvendo o hospital regional que dão conta de alguns supostos furtos, inclusive nós temos aqui o registro de um boletim de ocorrência de 18 de agosto de 2016 cuja descrição sumária diz o seguinte "compareceu o noticiante engenheiro civil noticiando o furto de 960m de cabos 240 m divididos em 12 pedaços e 1200 de cabos 185mm divididos em 15 pedaços da obra do Hospital Regional de Toledo, obra em que a Endeal engenharia é construtora; diz que os cabos já estavam instalados na obra e diz que não tem suspeitos". Considerando este boletim de ocorrência teria duas perguntas a fazer. É possível pôr um Hospital Regional em funcionamento na ausência desses cabos?

José: Não é possível. Eu gostaria de fazer algumas observações. Eu fui chamado apenas uma vez para estar na obra na época em que a cabine estava parcialmente montada. Quando eu estive lá existia os cabos, não podemos dizer instalado, os cabos estavam jogados dentro de uma canaleta de concreto que não atende a 54 10 (norma) que está aqui na minha mão. Então não é possível jamais. Eles devem estar devidamente instalados de acordo com a norma atual da baixa tensão que à 5410, então não é possível. Eu tenho fotos dessa situação que está no meu computador que está aqui do lado. Se precisar que a gente envie para vocês, a gente pode enviar.

Janice: eu agradeceria se o senhor nos enviasse porque toda essa documentação é anexada ao processo e também fará parte da nossa análise. E imaginando que a situação descrita aqui no boletim de ocorrência seja verdadeira, quanto tempo seria necessário de vistoria para se identificar que teriam sido retirados 12 pedaços e mais 15 pedaços com uma espessura diferenciada? Quanto tempo teria que ter vistoriado hospital para identificar de modo tão preciso o que foi retirado de lá?

José: Não entendi a sua pergunta, poderia repetir?

Janice: Acontece que o boletim de ocorrência que foram retirados do hospital nem houve o furto de 960 metros de cabos 240 milímetros divididos em 12 pedaços e 1.200 metros de cabos 185 milímetros divididos em 15 pedaços. Do boletim de ocorrência dizendo que foram tirados 12 pedaços de um tipo de cabo mais 15 pedaços de outro tipo de cabo. Mais ou menos quanto tempo seria necessário observar para se identificar de maneira tão precisa o que teria sido retirado durante o furto?

José: É, para verificar a falta para a gente que tem experiência na área, passou olho você já percebeu. É questão de segundos.

Janice: E para retirar?

José: 4 horas/homem.

Janice: E o senhor poderia estimar mais ou menos o peso que isso teria?

José: Aí eu fico devendo, mas eu acredito que seja superior a mil quilos.

José: E eu gostaria de complementar alguns fatos aqui que eu acho que é de grande valor para vocês, algumas coisas que realmente não foram perguntadas e eu gostaria de falar.

Senhores vereadores, ele disse na fala dele no 34º minuto que todos os projetos estão errados. Se ele tivesse dito que um projeto está errado, eu até iria concordar alguma coisa e também ele não poderia dizer que um projeto está errado. Eles teriam que acessar a norma 5410 no caso da baixa tensão, a 5419 que seria questão de SPDA descarga atmosférica e a 14039 que é só referente à média tensão. Então com referência ao item que ele diz que todos os projetos que estão errados, ele deveria apresentar o item a que se refere e a inconformidade, então esse é o primeiro fato que ele teria que realmente explicar a situação porque simplesmente falar não é possível. Ele diz que o projeto também não foi aprovado. Como é que ele foi retirar esses equipamentos da Copel? A Copel tem um controle de todos os equipamentos fornecidos. Quando requer um determinado equipamento na Copel, ela vai pegar o processo e se ela não tem processo na Copel, não tem um projeto, uma documentação, ele não consegue retirar os equipamentos que lá existem. Na realidade o processo existe. Quem pode confirmar é o pessoal da Copel.

Um outro detalhe que vocês também não me perguntaram. Por que em vez de eu colocar dois geradores de mil eu não coloquei 3 de 750 já que custaria mais barato? Quando trabalhamos, nós trabalhamos num determinado espaço. O espaço que foi fornecido é aquele. Um gerador de mil é exatamente o mesmo tamanho do gerador de 750 então os geradores eles não estão instalados lá dentro, estão guardados lá dentro. Instalação não é guardar uma coisa, instalar é algo totalmente diferente.

Ele disse também que um gerador nada mais é do que um caminhãozinho. Eu acho que foi totalmente infeliz. Ele quer dizer que uma geladeira é igual a um veículo de transporte ou a um carro de passeio só porque ela tem lateria em volta. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Única coisa parecida que tem um grupo gerador de um caminhão, é um motor. Eu disse parecido porque não é possível você pegar um motor de um caminhão e fazer um



gerador, principalmente em geradores grandes. Para você instalar um grupo aqui na nossa região não é mesma coisa do que você instalar na Bolívia a três mil metros de altitude, não é a mesma coisa que você instalar no litoral, então um gerador desta natureza de 1.000 kva sofre um processo de tropicalização para você poder instalar ele. Não é simplesmente pegar um gerador e colocar ou pegar um caminhãozinho, comprar um alternador e instalar. Não é assim, então a gente percebe que ele fala muita coisa sem qualquer conhecimento sobre o assunto.

Mais um detalhe na cabine que eu vejo é o seguinte. Eu acho que seria interessante. Pode ser que houve algum erro no processo de fiscalização nesta obra. Eu acho que uma obra de entrada de energia com um transformador de 1.500 kva e dois geradores de 1000 kva eu acredito que tem que ser um engenheiro eletricista que tenha documento acervado para isso. Não é qualquer engenheiro eletricista que tem a condição de avaliar uma obra desta. Ele tem que ter uma obra com a mesma complexidade. Nada contra a pessoa que estava lá que era o engenheiro José Carlos de Jesus, que na época me convidou para ir lá. Então eu acho que esta obra teria que ser fiscalizada por alguém que tenha o conhecimento, não precisava ser eu. Outro que tivesse um documento acervado para isso. O que é um documento acervado? É uma ART tal que ele executou uma obra com a mesma complexidade e que esta obra esteja em funcionamento. Não é simplesmente pegar uma ART, levar lá no CREA e dizer "olha eu quero acervar essa ART". não é isso. Então eu acho que essa obra não foi fiscalizada de uma maneira correta. Não por culpa da pessoa que estava lá, mas eu acho que por culpa da forma que foi feito.

Eu gostaria de fazer uma observação com referência ao processo licitatório. Eu não fiz parte do processo licitatório. Não acompanhei e não sei de nada o que ocorreu. Não tenho informação nenhuma, mas como as vezes nós fazemos projeto para alguns setores, às vezes, o que acontece? Quais são as empresas que têm a condição de executar essa obra? Será que esse processo licitatório, esta empresa tinha qualificação suficiente para fazer essa obra? Estou me referindo a entrada de energia. Estou me referindo a complexidade desta obra porque você fazer uma obra de 10000m² não tem nada a ver com você fazer uma entrada de energia daquela natureza. Então obra de 10000m², por exemplo um barracão industrial, não tem nada a ver com uma obra daquela natureza. Então não estou me referindo a obra em si. Estou me referindo a entrada de energia, que é o coração do hospital, que nada disso foi feito. Então o que acontece? O que a gente percebe? Eu nessa minha caminhada desses longos anos meus eu percebo o seguinte. Uma empresa pretende participar de uma licitação. "Ah, mas ela não tem engenheiro eletricista que tenha uma ART acervada dessa situação". "Então vamos contratar um engenheiro eletricista apenas para mim acabar acertando essa obra". No momento que ela acertar essa obra, ela simplesmente dispensa o engenheiro eletricista e ela fica sem um profissional com a ART acervada. Isso acontece. Isso já aconteceu até comigo. Foi contratado dessa forma. Então eu acho que esse processo licitatório, eu tenho impressão que a empresa que fez a obra não tinha as mínimas condições de executar essa obra da entrada de energia. Eu coloco esse ponto de interrogação quanto à licitação desta obra.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA CPI (26/09/2018)

2. Depoimento de Mauro Nestor Huppés.

Aos 26 dias do mês de setembro, se apresentou para depor o segundo convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor Mauro Nestor Huppés. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/GOKJv92wWQ>

Janice Salvador: Qual foi a sua ligação, a sua atuação em relação ao Hospital Regional?

Mauro Nestor Huppés: Em 2012 eu era concursado da EMDUR, o Schiavinatto solicitou-me como fiscal da obra do Hospital Regional, onde eu entrei mais ou menos no mês de julho de 2012 como fiscal e fiquei lá por uns quatro meses, apenas. Minha parte era apenas a fiscalização da construção do hospital.

Janice: Na fala do engenheiro responsável pela construtora, ele foi muito enfático dizendo que todos os projetos que ele recebeu estavam errados, que nada batia com nada, fala dele. Gostaria que você nos relatasse como foi o momento inicial da obra, em relação às dificuldades para com os projetos.

Mauro: A princípio, como eu era da parte mais bruta da obra, a princípio estava sendo executada conforme o projeto estrutural, a questão arquitetônica a gente praticamente não chegou a analisar, foi verificado algumas coisas, parte de instalações, porém não entrei nesse caso, visto que fiquei apenas quatro meses. Em relação ao projeto, foi seguido, quanto a estrutura do hospital, havia algumas coisinhas, eu por conta própria já falei pra não executá-las, alguns detalhes. Não cabe a mim exemplificar.

Janice: Essas inconformidades, numa obra daquele tamanho, são comuns, são normais, numa obra assim?

Mauro: Não deveriam acontecer, visto que foram aprovados os projetos. Mas no meu ponto de vista eram detalhes. O resto eu não acompanhei.

Janice: Quando se observa algo no projeto que não deveria ser executado daquele jeito, qual é o procedimento normal?

Mauro: O correto talvez seria levar para reavaliar, mas como era ainda a parte inicial, não foi muito questionada.

Janice: Até o ponto em que você acompanhou a obra, naquele momento não foram identificadas incongruências significativas no projeto?



Mauro: Não.

DEPOIMENTO REALIZADO NA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA CPI (26/09/2018)

3. Depoimento de Wolnei Olivo.

Aos 26 dias do mês de setembro, se apresentou para depor o terceiro convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor Wolnei Olivo. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/GOKJv92wWQ>
Janice Salvador: Qual é a sua função na Copel?

Wolnei Olivo: Eu tenho minha formação em eletrotécnico e dentro da Copel existe uma área chamada área de medição de energia que se trata dessa análise desse projeto que, assim, ela é separada a análise. Um faz a análise os outros fazem a inspeção, outro faz a vistoria e outros fazem a ligação. Cada um tem a sua parte dentro desse processo. Eu estou na Copel há 33 anos e dentro dessa área eu faço a parte da vistoria e ligação. Claro, posso fazer as outras atividades também numa necessidade da Copel, mas nesse processo eu faço a vistoria e a ligação no qual fui convocado a fazer essa vistoria.

Janice: Justamente, a segunda pergunta é exatamente neste sentido. Você foi solicitado a fazer vistoria nas instalações do hospital regional?

Wolnei: Positivo. Eu fui solicitado a fazer a vistoria normal conforme era feito. Hoje o sistema é diferente, mas lá em 2016 era um pouco diferente a comunicação desses detalhes, mas fui solicitado sim.

Janice: Você poderia nos dizer quem fez a solicitação e como se deu ou se dá geralmente esse trâmite?

Wolnei: Em 2016 era quase que feito por ofícios da prefeitura. Ela encaminhava a nossa área, que eu acho que na época, não tenho assim a certeza agora, existe hoje a área comercial e a área de medição, acho que na época elas eram até unidas, não tem essa certeza agora, então eles se comunicavam através de ofícios através do gerente da Copel e que vinha o pedido para a gente se deslocar até o local e fazer a vistoria desse projeto.

Janice: Na vistoria realizada foi feito algum documento, houve a identificação de algum tipo de problema ou de desconformidade, algo que tivesse merecido na época o registro e uma comunicação formal a alguém?

Wolnei: Nós temos uma ficha que era para ser entregue. Eu não entreguei no dia. Eu fiquei de entregar para a pessoa porque lá no local não tinha uma pessoa, não que seja qualificada, eu posso entregar para qualquer um que esteja lá, tinha umas pessoas lá, mas a quantidade da minha vistoria sabe quando você chega e você não consegue fazer uma vistoria você tem que chegar e já quase que reprovar ela porque não tinha condições, foi solicitado uma vistoria e a obra estava inacabada, estava mal executado, perante as normas da Copel, então o que eu fiz no momento lá foi comunicar verbalmente as pessoas que estavam lá que não tinha condição. Eu comecei a fazer a vistoria lá do poste da entrada de energia da Copel e elenquei só no poste 5/6 itens né, só naquele poste e assim fui adentrando a cabine, porém quando cheguei lá dentro me deparei com a montagem muito fora da norma da Copel, foi onde eu comuniquei as pessoas verbalmente ali que eles deveriam seguir o projeto e a norma 903100. Foi essa a minha explicação. Eu saí e concluí o documento como reprovado e fiquei de enviar realmente, e a gente tem um impresso que se chama FDV que é a ficha de vistoria que deve ser enviado a quem solicitou. Então, mas eu no momento não lembro de ter enviado esse material.

Janice: Mas essas inconformidades, essas inadequações que você identificou isso tudo consta de um documento. Houve um relatório, isso está escrito em algum lugar?

Wolnei: A montagem tem que seguir o projeto que foi apresentado, que foi aprovado em época, então não estava condizente ao projeto. Se eu fosse relatar eu teria quase que executar para essa pessoa então eu não sei se as pessoas que estavam lá para executar essa tarefa, se era a primeira obra deles. Não estava condizendo com as normas da Copel. Não tem como eu ficar lá e dizer você muda isso e muda aquilo, sabe? Daria muito trabalho. Poderia dizer, "mas é uma obra pública, você poderia ter ajudado". Eu ajudo muita gente, sabe? Assim, de fazer a parte funcionar mesmo, porém lá era muito errado.

Janice: Mas essas duas questões, então, que o que foi executado estava em desconformidade com o projeto e em desconformidade com as normas da Copel. Esses dois aspectos foram registrados, foram relatados e foram comunicados?

Wolnei: Na vistoria tinha os montadores lá que eram acho que duas pessoas, duas ou três pessoas. Hoje não sei se eu conseguiria identificá-los. Foi falado para eles que tinham que seguir a norma. Executar conforme o projeto e solicitar um projeto em norma da Copel e solicitar nova vistoria. Então depois veio uma outra pessoa acho que na Copel para ver o que tinha e foi passado para ele novamente isso aí que ele tinha que seguir a norma da Copel.

Janice: Diante do que você identificou durante a sua vistoria, você poderia nos dizer se seria seguro fazer a ligação das instalações e colocar o Hospital Regional em funcionamento?

Wolnei: Não, não teria condição. Daquele jeito que estava montado lá não funciona a medição. Eu tirei fotos na época, mas como faz tempo, já houve troca de computador da empresa eu não consegui localizar essas fotos, mas tinha dentro das normas das paredes da cabine que tem que ser protegida ela tinha janelas, buracos, assim claro, buracos acabados em alvenaria, mas, porém, que não deveria. Então tudo fora do projetado. Então não tem como eu ligar e botar em risco as instalações e vida de pessoas.

Janice: Então nós vamos pedir licença e vamos projetar um fragmento aqui de um depoimento que houve nesta



casa há algum tempo para que na sequência continuemos as perguntas.

MULTIMÍDIA REPRODUZIDO

Gostaríamos que você comentasse um pouquinho a fala do Senhor Nalmir, engenheiro e proprietário da construtora, que foi chamado aqui exatamente porque é preciso que nós consigamos entender o que acontece com o projeto elétrico e com a execução desse projeto no hospital. Então, primeira coisa, você então confirma não ter autorizado a ligação de energia em razão da execução não contemplar as atualizações exigidas pela Copel?

Wolnei: Verdade, a gente faz a vistoria e no mesmo dia se tiver tudo ok a gente prossegue com a ligação. Inclusive porque naquele dia existe um contrato de energia que é gerado para que seja assinado pela pelo cliente e a partir dali que começa a valer a entrega de energia para o cliente. Então depois que é aprovado é ligado, porém as vistorias são solicitadas e elas são cobradas pela concessionária, pela Copel, a partir da segunda vistoria. Então a primeira vou lá faço uma vistoria e não reprova, mas não tem cobrança. Aí na segunda, se na segunda eu efetuar a ligação, interrompe-se e não tem custo algum para o cliente. A segunda vistoria não foi solicitada mais. Eu fui uma vez lá e fiz a vistoria e eu tenho um cartão de uma pessoa, um tal de Douglas Sinclair, que esteve na Copel e foi falado para ele a mesma situação, que ele teria que seguir o projeto e a norma técnica da Copel. Sobre o que essa pessoa falou, a Copel não recebe dinheiro fora da fatura de energia. Não tem motivo algum. Todo cliente tem que pagar através da fatura. O que ele comentou ali, eu não sei. Eu não conheço essa pessoa, eu nunca conversei com essa pessoa, nunca tive contato algum com essa pessoa. Eu tive contato com esse Douglas e tive contato com essas duas ou três pessoas, não lembro, que estavam lá no dia na obra para fazer essa vistoria. Estavam lá, não sei se é, pelo que entendi eram os montadores, mas não tinha no dia um responsável técnico para acompanhar essa minha vistoria.

Janice: Ele também diz que nunca recebeu projeto aprovado pela Copel.

Wolnei: O projeto da Copel tem hoje a validade de três anos, mas na época era 18 meses. Ele é aprovado e tem a validade de 18 meses. Venceu os 18 meses ele tem que ser revalidado. Até nem verifiquei se em época, como já era passado, não sei se numa dessas fui até fazer a vistoria com o projeto já com o prazo vencido. Como trata-se de empresa pública às vezes a Copel até posterga esse prazo para não ter que envolver, porque é uma licitação, tem esse trabalho, a Copel até assume esse prazo até a mais, mas esse prazo até não analisei

Janice: Nós temos aqui, Wolnei, dois documentos. Um deles de 1º de outubro de 2010 dizendo que aprova o projeto de entrada de serviço porque está de acordo com as normas técnicas da Copel e de fato diz aqui que está presente aprovação e tem um prazo de validade de 18 meses. Nós temos um segundo documento de teor semelhante de 27 de dezembro de 2012 reafirmando que o projeto está de acordo com as normas técnicas da Copel e novamente dizendo que ele tem validade para 18 meses. Então se nós pedirmos a Copel, ou qual seria o melhor caminho para nós sabermos, quais solicitações existem após este aqui de 2012? Então 2012, daria 2013 e metade mais ou menos de 2014. A partir daí teria que haver uma nova solicitação, é isso?

Wolnei: Isso. O projeto tem a validade. Ele fica num arquivo aguardando a solicitação de vistoria. Nesse tempo, a pessoa pede a vistoria e se está dentro dessa validade, a gente faz a vistoria. Caso não esteja, a gente deveria não aceitar a solicitação da vistoria e solicitar uma revalidação do projeto. Lá no sistema possa unificar as datas, deve ter as cartas, que você até releu de aprovação da Copel. O projeto é aprovado dentro das normas técnicas Copel, provavelmente dentro dessa 903100 que é a norma técnica em alta tensão que é aprovada pelos nossos técnicos engenheiros e validam o projeto novamente.

Janice: Você poderia verificar para nós se existem cartas após esse prazo aqui ter expirado?

Wolnei: Eu trouxe o processo em papel e posso até verifica agora também se existe alguma outra correspondência.

Janice: Por favor. Obrigada.

Wolnei: Eu relatei aqui no processo, nós temos duas cartas. Uma não sei se é desta que você leu, ela é de 2010. Ela estava aprovada e em 2012 foi apresentada outra. Como funciona? A de 2010 até não sei porque ela estaria aqui dentro do processo. Vamos supor, em 2010 tem um projeto carimbado com 2010 então esse processo quando representa aquele 2010 é rasgado e jogado fora e o que vale? Vale aquele novo, 2012 batido carimbo. O que eu tenho aqui na pasta é o projeto aprovado em 2012 que é na data de 27 de dezembro de 2012 que deve ter sido então revalidado. Tem aqui as aprovações e os documentos que estão faltantes.

Janice: Obrigada. É exatamente o que nós temos aqui. A primeira de 1º de outubro de 2010 e a segunda de 27 de dezembro de 2012. Obrigada.

As minhas perguntas por hora seriam essas, senhor presidente. Agradeço.

Lodi: O senhor fez a fiscalização lá em 2016 e o senhor após a fiscalização se estiver tudo nos conformes autoriza a ligar, é isso? Faz a ligação da energia e a Copel autoriza? Minha pergunta é o seguinte. Você falou que o senhor fiscalizou do poste do lado de fora até o final. A fiação os cabos estava tudo normal ou o senhor verificou que faltava alguma coisa nesse sentido ou é outras coisas que não consegui entender o que o senhor falou?

Wolnei: Na realidade a ficha de vistoria dá uma sequência, é um procedimento para não esquecer de verificar. O que aconteceu naquele dia? Eu comecei lá no poste de derivação, que a gente fala, ou poste de atendimento a energia e comecei lá. Porém eu só adentrei a cabine e fui até a cabine. Lá existem cubículos dentro da medição lá dentro do cubículo onde é que está a medição, a transformação. Eu fui até a nossa parte lá começar onde o cabo sai lá do poste e vai lá na medição para elencar os problemas. Só que pelo tempo que eu tenho, já vou visualizando quase que sem projeto em mãos porque eu conheço a norma, então tem que estar no mínimo dentro das normas.

Lodi: Na minha pergunta única e exclusiva. Toda a fiação que teria que ser colocada e cabo existiam na sua



fiscalização?

Wolnei: Eu creio que sim. Quando você começa a fazer uma vistoria e tem muita coisa não tem como você verificar se o cabo é 2 95 milímetros. No dia não cheguei a esse ponto porque tinha muita irregularidade já no cubículo de medição.

Janice: Até o presente momento podemos dizer que há uma autorização para ligação de energia lá no hospital regional?

Wolnei: Hoje o projeto já foi atualizado de maneira diferente. Até hoje é online, já mudou até o jeito de apresentar o projeto. Ele está aprovado e estamos aguardando a solicitação da vistoria. A Copel se resguarda no caso da análise de redes e a rede tem 90 dias. Uma aprovação ela vai para uma análise de redes a rede que está lá para nos alimentarmos esse hospital ela comporta então ela tem uma validade de 90 dias. Passou-se esse prazo, novamente é reestudado porque dentro desse período podem ter entrado outras cargas que podem comprometer a instalação de atendimento.

Janice: É sem essa vistoria seria possível emitir o Habite-se?

Wolnei: A Copel não entra nessa parte. Solicitou-se a vistoria nós vamos fazer a ligação até no disjuntor geral, até na parte superior do disjuntor. Já na parte de baixo já é internamente, então a Copel não se envolve. Ela vai até no sistema de proteção. Para dentro já faz parte do cliente então a gente não se envolve essa parte.

Wolnei: Eu vejo no processo aqui que lá em 18 do onze de 2015 foram solicitados os equipamentos que a Copel coloca para fazer essa ligação, para depois eu ser solicitado para fazer a vistoria. Então lá em 18 do onze de 2015 uma pessoa chamada Cezar José Leal esteve na Copel e requisitou, como representante do executor, a retirar desses equipamentos para instalar no local. Então os nossos equipamentos da Copel estão lá. Devem estar lá. Temos aqui um ofício da prefeitura também de 2010 tendo em vista, solicitando a ligação. Foi onde começou essas tratativas da vistoria.

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - EMDUR

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

OBJETO: Registro de preços visando eventual e futura aquisição de materiais (ferro e aço) e serviços de fresa, torno, solda, montagem e desmontagem para os setores de usina de asfalto, pedreira, fábrica de tubos e oficina da EMDUR, conforme especificações no edital de licitação. A protocolização dos envelopes de proposta e documentação poderá ser feita até 04/12/2018, até às 09h:00min, na sede da EMDUR, sita na Avenida José João Muraro nº 1.944, Jardim Porto Alegre, Toledo-PR. Abertura: 04/12/2018 às 09h:10min na sede da EMDUR. O Edital em sua íntegra poderá ser retirado a partir do dia 26/11/2018 no Dep. de Licitações da EMDUR, onde poderão ser obtidas informações complementares, ou no site www.emdur.com.br - Fones (45) 3378-8000 ou 3378-8021 – e-mail: admlicita@emdur.com.br ou licita1@emdur.com.br.

Toledo-PR, 23 de novembro de 2018.

LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO
DIRETOR SUPERINTENDENTE

DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2018

EMPRESA: ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ/MF Nº: 91.595.678/0005-43.

ENDEREÇO: Rua E, 4727, Parque Residencial e Industrial San Michel, Marialva, Paraná/PR - CEP: 86.990-000.

OBJETO: Processo de dispensa de licitação nos moldes do Inciso VIII, artigo 29 da Lei 13.303/2016 visando a contratação de empresa para manutenção preventiva obrigatória das 250 horas trabalhadas do rolo compactador, marca Ammann, modelo ASC110, frota 55858.

PRAZO E EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser executados, incluso os materiais, na sede da EMDUR sita na Avenida José João Muraro, 1944, Jardim Porto Alegre, Toledo/PR, em até 05 (cinco) dias contados da data do recebimento da Requisição de Compras, sem frete ou custos adicionais.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.931,41 (um mil novecentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em **30 (trinta) dias** mediante apresentação da Nota Fiscal, dos documentos de cobrança e do recebimento devidamente atestado pelo responsável. O pagamento ocorrerá por meio de depósito em conta bancária de titularidade da Contratada, sendo preferencialmente Caixa Econômica Federal - CEF ou Banco do Brasil, ou ainda, por meio de cheque emitido pela EMDUR, sendo **VEDADA** a emissão de boletos bancários ou qualquer outra forma de cobrança.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato.

RECURSOS FINANCEIROS: Recursos próprios da EMDUR.

AMPARO LEGAL: Inciso VIII do Artigo 29 da Lei 13.303/16.

Toledo/PR, 19 de novembro de 2018.

LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO
Diretor Superintendente – EMDUR.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 26 de Novembro de 2018

Edição nº 2.176

Página 104

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: Leilão Nº. 01/2018
TIPO: Maior lance ou oferta por lote

OBJETO: Leilão para alienação de máquinas, equipamentos, sucatas e óleo lubrificante usado inservíveis à EMDUR, conforme especificações no edital.

O credenciamento dos ofertantes deverá ser feito **até às 09h:00 min., do dia 18/12/2018**, na sede da EMDUR, sita na Avenida José João Muraro nº 1.944, Jardim Porto Alegre, Toledo – PR.

Início do Leilão: às 09h:10min, do dia 18/12/2017, na sede da EMDUR. O Edital em sua íntegra poderá ser retirado a partir do dia 26 de novembro de 2018, no Departamento de Licitações da EMDUR, onde poderão ser obtidas informações complementares, ou no site www.emdur.com.br Fone 45 3378-8000 – e-mail admlicita@emdur.com.br.

Toledo-PR, 23 de novembro de 2018.

LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO
DIRETOR SUPERINTENDENTE

Órgão Oficial Eletrônico do Município de Toledo

Lei nº 2.022, de 16/03/2010

Lucio de Marchi

Prefeito Municipal

Suzi Fernanda Felix de Lira Soprani

Secretária de Comunicação

Rua Raimundo Leonardi, 1586

CEP 85900-110

Fone (45) 3055-8932

Toledo – PR

Email: toledopr.diariooficial@gmail.com

Site: www.toledo.pr.gov.br

Edição, publicação e assinatura do sítio eletrônico do município.

Secretaria Municipal de Comunicação

Certificação Digital ICP-BRASIL

A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificado Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Provisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições. Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades credenciais junto à ICP-BRASIL.

Com o uso de Certificados Digitais é possível anexar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.